

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NAYARA ELISA DE MORAES AGUIAR

UM INCÔMODO MORAL: O MERETRÍCIO E SEUS MEIOS DE
CONTROLE EM CURITIBA (1929-1937)

CURITIBA

2016

NAYARA ELISA DE MORAES AGUIAR

UM INCÔMODO MORAL: O MERETRÍCIO E SEUS MEIOS DE
CONTROLE EM CURITIBA (1929-1937)

Dissertação apresentada à linha de pesquisa Arte, Memória e Narrativa, Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Clóvis Mendes Gruner.

CURITIBA

2016

A282r Aguiar, Nayara Elisa de Moraes
Um incomodo moral : o meretricio e seus meios de controle em Curitiba
(1929-1937) / Nayara Elisa de Moraes Aguiar. – Curitiba: 2016
202 f. il. color. 30 cm

Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná. Setor de
Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. 2016.

Orientador: Clovis Mendes Gruner
Bibliografia: p. 161-171.

1. Prostituição. Curitiba (PR). 2. Pensamento científico. 1929-1937. 3.
Documentos oficiais. Identificação: I. Universidade Federal do Paraná.
II. Gruner, Clovis Mendes. III. Título.

CDD 363.44



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.

E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **NAYARA ELISA DE MORAES AGUIAR**, intitulada: Um incômodo moral: o meretrício e seus meios de controle em Curitiba (1929-1937)., após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua *aprovação*, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, vinte e nove de agosto de dois mil e dezesseis.

Prof. Dr. Clovis Gruner (orientador)
Presidente da Banca Examinadora

Profa Dra Ivonete Pereira (UNIOESTE)-via Skype
1º Examinador

Prof. Dr. Luiz Carlos Sereza (UTP)
2º Examinador



RESUMO

A cidade de Curitiba no começo do século XX passava por mudanças. O aumento da população, o crescimento de seu território e a modernização urbana e arquitetônica representavam, para uma parcela da sociedade curitibana, a sua transformação em um centro urbano de importância no cenário nacional. No entanto, associadas ao imaginário da cidade moderna, estavam as sensações de medo e insegurança, relacionadas especialmente ao outro, ao desconhecido que se esconde entre a multidão e nas sombras e becos das cidades. Entre os grupos que compõe as “classes perigosas”, estão as prostitutas. Classificadas como “mulheres públicas”, são o alvo de práticas de vigilância e controle empreendidas pelas instituições policiais. O objetivo deste trabalho é investigar uma destas práticas: a implantação, por parte da Polícia Civil do Paraná, dos prontuários de identificação das meretrizes. Iniciado em 1929, o registro perdurou até 1937. Em um primeiro momento, serão analisados o contexto curitibano e o lugar da prostituição nesta sociedade. Este lugar está relacionado a posição da ciência no século XIX, que transformou os indivíduos das “classes perigosas” em objetos de investigação. O pensamento científico, através do seu estatuto de verdade, passa a influenciar práticas de ordem social, inclusive aquelas relativas à segurança pública. Para compreender o desenvolvimento dos métodos de identificação, será necessário analisar a predominância do pensamento científico e seus desdobramentos no que se refere aos comportamentos que escapam à norma. Em um segundo momento, serão analisadas as apropriações e ressignificações do discurso científico em outras esferas do campo social e na configuração de práticas de vigilância do meretrício. Por fim, analisarei os prontuários de identificação enquanto dispositivo do poder, mas também, sob a perspectiva de que constituem para o historiador uma forma de aproximação, mesmo que intermediada, com o grupo do meretrício e o seu cotidiano nas ruas de Curitiba. A análise da documentação se divide em duas etapas, a primeira se dedicando à parte escrita e a segunda à análise dos registros fotográficos disponíveis nos prontuários. Através destes dados será possível analisar as mulheres identificadas enquanto indivíduos ativos no que se refere a sua constituição enquanto sujeitos.

Palavras-chave: Prostituição. Relações de poder. Métodos de identificação.

ABSTRACT

The city of Curitiba, in the beginning of the 20th century, underwent several changes. The increasing population, the territorial expansion, urban and architecture modernization represented, for a share of the society, the transformation of the city into an important urban center on the national scene. Nevertheless, associated to the modern city imaginary, laid the feelings of fear and insecurity, especially related to the otherness, to the unknown that hides amongst the crowds, shadows and alleys in the cities. Among the groups that form the “dangerous classes” are the prostitutes. Rank as “public women”, they represent the target of vigilance and control practices engaged by the police institutions. The aim of this thesis is to investigate one of these practices: the implantation, issued by the Civil Police of Paraná, of records that identified the prostitutes. Initiated in 1929, the registration endured until 1937. At first, the analysis will focus on the context of the city and the place prostitution occupied in this society. This place is linked to the role of science in the 19th century, that transformed individuals of “dangerous classes” into investigation objects. The scientific thought, through its statements of truth, started to influence practices of social order, including those related to public security. Comprehending the development of identification methods requires the analysis of scientific thought persistency and its effects regarding behaviors that escape the norm. Furthermore, the analysis will focus on the appropriations and resignifications of the scientific speech in other spheres of the social field and the configuration of vigilance practices in prostitution. Finally, this research will analyze the identifying records as a device of power, likewise, under the perspective that these represent for historians an approximation, even if intermediate, with the prostitution group and its routine on the streets of Curitiba. The document analysis has been separated in two parts, the first being dedicated to writing and the second to the analysis of photographic registrations available in the medical records. Through this data, it will be possible to analyze the women that were identified as active individuals regarding its constitution as subjects.

Key-words: Prostitution. Power relations. Identifying methods.

AGRADECIMENTOS

Os últimos três anos e meio foram cansativos, mas também, representaram um momento interessante de novas possibilidades e experiências, entre elas o contato com várias pessoas que me ajudaram das mais diferentes formas e que merecem uma menção pela sua participação. Primeiramente, devo agradecer ao meu orientador, Clóvis Gruner, pela confiança em primeiramente aceitar orientar um trabalho de uma aluna que não conhecia a princípio. E também pelo tempo gasto com as correções de textos e com reuniões, pela paciência e tato nos momentos de crise e pela conversa fiada, sempre importante.

Agradeço também ao professor Luiz Carlos Sereza, presente ao longo de todo o processo, desde que esta pesquisa era apenas uma ideia de projeto, passando pela banca de qualificação e, posteriormente, na banca de defesa, durante o qual contribuiu com um amplo conhecimento sobre o contexto da pesquisa e apresentou novas perspectivas relevantes tanto para o atual trabalho quanto para projetos futuros. Ao outro membro da banca, a professora Ivonete Pereira, pela leitura meticulosa e as contribuições que a sua experiência com o tema proporcionaram.

Da mesma forma, agradeço a vários professores do programa de Pós-Graduação em História ou que estavam presentes nos eventos dos quais participei e que foram solícitos e criteriosos em suas avaliações. Destaco as contribuições do professor Vinicius Honesko, membro da banca de qualificação, da professora Rosane Kaminski, que em suas aulas e conversas contribuiu imensamente para que eu descobrisse o potencial que a documentação possuía, da professora Ana Paula Vosne Martins, que teve um papel fundamental na transformação do projeto em pesquisa e da professora Maria Ignês Mancini de Boni, que além da contribuição que a sua obra acadêmica representa para os estudos dos comportamentos desviantes na historiografia paranaense, fez uma leitura cuidadosa e ótimas sugestões para o primeiro ensaio que escrevi sobre o tema e para a pesquisa em geral.

Uma menção deve ser feita aos Arquivos e Centros de Memória nos quais pesquisei que, com poucas condições, executam um trabalho primoroso, geralmente devido ao esforço de funcionários e estagiários prestativos que acabam se tornando parte importante das pesquisas acadêmicas. Neste sentido, agradeço ao pessoal do Arquivo Público do Paraná, especialmente Maureen Javorski; a Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná e a Casa da Memória de Curitiba, em especial Aline Dal Maso Ferreira, que me ajudou a sistematizar a pesquisa documental em meio a infinidade de possibilidades

existentes no acervo diverso da instituição. Agradeço também a CAPES pela bolsa concedida durante todo o período do mestrado e que permitiu, além do desenvolvimento do trabalho, a sua divulgação em eventos e simpósios.

A contribuição dos meus amigos foi, como sempre, incalculável. Evander Ruthieri, Jéssica Vences e Rafaela Cobbe dividiram comigo os momentos aflitivos e alegres durante o período em que cursávamos as disciplinas e, posteriormente, quando estávamos na etapa da escrita. O “grupo do Arquivo”: Carlos Macagi, Nayamim Moscal, Lêda Trindade e Josmael Kampa, nos vários almoços e jantares na casa da Lêda, contribuíram com a distração tão necessária para o andamento do trabalho. Agradeço também a Monique Seidel, Débora Santos, Felipe Wiski e Paulo Galuzio, que apesar da distância estavam sempre disponíveis quando necessário, seja para uma conversa séria ou para uma cerveja.

Cito alguns amigos que participaram mais diretamente da elaboração do trabalho. Agradeço a Andressa Marzani, que além da parceria de sempre, foi a responsável por ter me avisado sobre os prontuários de identificação, sem as nossas conversas esta pesquisa talvez não tivesse nem começado. A Bruna Portela, por sempre responder aos meus pedidos de ajuda em relação aos trâmites burocráticos com calma e tranquilidade e por resolver a crise tecnológica nos dias de finalização do trabalho. E, finalmente, ao Murilo Vidal que dispensou um tempo imenso preparando o mapa que está ao final da dissertação, dado que tem um papel fundamental na elaboração de algumas reflexões aqui apresentadas.

Minha família também foi muito importante neste percurso. Meus irmãos, Renan e Rafael, sempre me apoiaram demonstrando interesse e paciência ao tentar entender exatamente como funcionava o trabalho de historiadora. Minhas avós, Lorena e Cezira, e minha tia-avó, Nilda, são os alicerces de duas famílias essencialmente matriarcais e serviram de inspiração em diferentes momentos da minha vida. Aos meus pais, Victor e Maureen, pelo apoio prático no cotidiano e pelo apoio emocional no período da realização da pesquisa, mas também, em vários momentos importantes.

Devo um último agradecimento ao André, que teve uma participação ativa no trabalho ao ler o texto, escutar e opinar sobre as minhas ideias e conjecturas e ao facilitar muito o acesso a bibliografia. Mas, seu apoio e participação vão muito além destas ações. Com muita paciência e humor, especialmente na parte final do processo, ele tornou o trabalho possível e o cotidiano mais leve e agradável.

*“Doente de amor procurei remédio na vida noturna
Com uma flor da noite em uma boate aqui da zona sul
A dor do amor é com outro que a gente cura
Vim curar a dor deste mal de amor na boate azul
E quando a noite vai se agonizando no clarão da aurora
Os integrantes da vida noturna se foram dormir
E a dama da noite que estava comigo também foi embora
Fecharam-se as portas sozinho de novo tive que sair
Sair de que jeito, se nem sei o rumo para onde vou
Muito vagamente me lembro que estou
Em uma boate aqui na zona sul
Eu bebi demais e não consigo me lembrar sequer
Qual é o nome daquela mulher, a flor da noite da boate
azul”*

Boate Azul, composição de Benedito Onofre Seviéro

“O mundo não é feito de vítimas. Todo mundo negocia. Alguns negociam bem, outros mal. Mas cada um sabe, o mínimo que seja, quanto vale aquilo que quer. E sabe até onde vai para conseguir o que quer. Com a prostituta não é diferente”.

Gabriela Leite

LISTA DE IMAGENS

Foto 1 – Capa do prontuário de identificação de meretrizes.....	172
Foto 2 – Parte superior da primeira página de um prontuário.....	173
Foto 3 – Parte inferior da primeira página de um prontuário.....	174
Foto 4 – Cartão de registro de impressões digitais.....	175
Foto 5 – “Caracteres cromáticos” de um prontuário.....	176
Foto 6 – Parte superior da primeira página de um prontuário diferenciado.....	177
Foto 7 – Retrato falado de um prontuário.....	178
Foto 8 – Segunda página de um prontuário.....	179
Foto 9 – Parte superior da segunda página de um prontuário.....	180
Foto 10 – Registro de contravenções no prontuário.....	181
Foto 11 – Registro de endereços no prontuário.....	182
Foto 12 – Fotografia do prontuário n. 11555.....	183
Foto 13 – Fotografia do prontuário n. 131.....	184
Foto 14 – Fotografia do prontuário n. 200.....	185
Foto 15 – Fotografia do prontuário n. 10742.....	186
Foto 16 – Fotografia do prontuário n. 46257.....	187
Foto 17 – Fotografia do prontuário n. 11091.....	188
Foto 18 – Fotografia do prontuário n. 11535.....	189
Foto 19 – Fotografia do prontuário n. 18169.....	190
Foto 20 – Fotografia do prontuário n. 11668.....	191
Foto 21 – Fotografia do prontuário n. 185.....	192
Foto 22 – Fotografia do prontuário n. 18184.....	193
Foto 23 – Fotografia do prontuário n. 10835.....	194
Foto 24 – Fotografia do prontuário n. 10374.....	195
Foto 25 – Fotografia do prontuário n. 334.....	196
Foto 26 – Fotografia do prontuário n. 13487.....	197
Foto 27 – Fotografia do prontuário n. 12022.....	198
Foto 28 – Fotografia do prontuário n. 252.....	199

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Identificação por cor de pele nos prontuários.....	200
Tabela 2 – Idade das meretrizes no momento do primeiro registro.....	200
Tabela 3 – Nacionalidades das meretrizes registradas.....	201
Tabela 4 – Estado civil das meretrizes registradas.....	201

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
 CAPÍTULO 1 - A formação de espaços e sujeitos através de discursos: a cidade moderna, a prostituta e a medicina.....	29
1.1 - Desvios urbano	
1.1.1 - Curitiba busca a modernidade.....	29
1.1.2 - Os perigos da modernidade.....	30
1.2 – A prostituição é moderna	
1.2.1 - A atividade da prostituição no mundo burguês.....	33
1.2.2 - “Mulheres públicas”: o embaralhamento entre as esferas pública e privada.....	37
1.3 - A produção discursiva sobre a prostituição	
1.3.1 - A sexualidade como domínio da ciência.....	44
1.3.2 - Antropologia criminal: criminalidade e prostituição.....	47
1.3.3 – Médicos e bacharéis discutem a prostituição.....	54
 CAPÍTULO 2 - Lutando contra o desvio: dispositivos e práticas de repressão à imoralidade.....	57
2.1 - Meretrizes como contraventoras: o Código Penal de 1890.....	58
2.2 - <i>A mala vida</i> habita Curitiba: comportamento desviante e controle na imprensa curitibana.....	64
2.3 - A polícia e a <i>mala vida</i> : práticas de controle.....	83
 CAPÍTULO 3 - A identificação das “borboletas”: controle policial e táticas de resistência.....	91
3.1 – Controle do corpo biológico.....	95
3.2 – Controle do corpo social.....	100
3.3 – Perseguindo trajetórias.....	112
3.4 - “ <i>Ensopada de sangue uma Pensão Alegre!</i> ”: o assassinato de uma meretriz.....	116
 CAPÍTULO 4 - A imagem do desvio: fotografia policial e a subjetividade da meretriz.....	133
4.1 - Fotografia e identificação policial.....	134

4.2 – A polícia paranaense e o registro fotográfico.....	140
4.3 – O controle através do enquadramento e as expressões de subjetividade.....	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
REFERÊNCIAS.....	161
APÊNDICE.....	172

INTRODUÇÃO

O tema da prostituição é um assunto que provoca grande interesse. Nos últimos anos, a curiosidade do público brasileiro em relação ao tema se revelou na grande repercussão e nas vendas significativas da obra *O doce veneno do escorpião*, de autoria da ex-profissional do sexo Raquel Pacheco. O livro¹, que mais tarde seria adaptado para o cinema, relata como Raquel, ou Bruna Surfistinha, passa a exercer a atividade e suas experiências como prostituta de luxo². Apesar de não ter escrito o livro, a possibilidade de uma profissional do sexo relatar a sua experiência de vida, como fez Bruna, só foi possível muito recentemente.

No Brasil, se destaca o trabalho de uma vida realizado pela prostituta Gabriela Silva Leite, que foi pioneira ao pensar a prostituição no país a partir do lugar da própria prostituta. Como Bruna, Gabriela também lançou alguns livros em forma de biografia, mas que relatam além das histórias relacionadas ao trabalho e aos clientes, o processo de criação da ONG DaVida e da famosa loja Daspu, cujo público-alvo são as prostitutas. No site da ONG, um dos seus objetivos é justamente “assegurar o protagonismo e a visibilidade social das profissionais do sexo”³. É possível dizer que entre o pioneirismo de Gabriela e o sucesso editorial de Bruna algum espaço foi conquistado, não sem críticas e discussões a respeito do tema.

A diferença mais evidente no trabalho das duas mulheres está na apresentação do tema. *O doce veneno do escorpião* narra a perspectiva da prostituta, mas atende uma lógica de mercado ao relatar detalhadamente o ato sexual, e ao relacionar a atividade com uma forma de viver luxuosa e promíscua, relacionada com o sexo e com drogas lícitas e ilícitas. Esta relação entre sexo, luxo, o ilícito e a prostituição tende a chamar a atenção do público do entretenimento de massa. Percebe-se o interesse do consumidor atraído por uma conduta que ao mesmo tempo provoca repulsa e desejo. Este fetiche em relação a prostituição foi explorado em diversas situações pela indústria de entretenimento.

Relacionada ou não aos interesses do mercado, é muito recentemente que a perspectiva abordada é a da prostituta. Anteriormente, havia sempre um intermediário, geralmente, apresentando o tema a partir de um olhar que vitimizava ou moralizava. A prostituta tornou-se uma personagem recorrente da literatura e da produção audiovisual no último século, provável efeito do espaço que ocupa na sociedade desde meados de fins do

¹ BRUNA SURFISTINHA; TARQUINI, Jorge. *O doce veneno do escorpião: o diário de uma garota de programa*. São Paulo: Panda Books, 2005. Considerado um sucesso editorial, a obra *O doce veneno do escorpião* foi publicado em mais de quarenta países, segundo o site da editora da obra, a Panda Books.

² *Bruna Surfistinha*. Dirigido por Marcus Baldini. TV Zero/ TeleImagem/ Telecine Productions/ Damasco Filmes. Brasil, 2011. 119 min.

³ Nossa missão e nossos objetivos. (s.d.) *Davida*. <http://www.davida.org.br/>. Acesso em agosto de 2016.

século XVIII. O estatuto da prostituição, como nós a entendemos atualmente, tem profunda relação com a constituição das cidades no mundo moderno. Foi nos espaços urbanos que a prostituta passou a ser percebida como elemento integrante da paisagem. Tal percepção não era de forma alguma positiva, gerando uma série de esforços no sentido de inibir sua presença, de restringi-la. No entanto, a figura da prostituta estará relacionada irremediavelmente com o ambiente urbano, com a sua imagem sobrepondo-se a ruas escuras e enfumaçadas, encostadas em muros e postes ou enquadradas pelas janelas e portas de sobrados e grandes casas.

Outro elemento relevante para formação da prostituição no mundo moderno foi o domínio da economia capitalista, que garantiu uma estrutura para o chamado mercado do sexo nas cidades. A prostituição passa a constituir um negócio, mesmo que ilícito em alguns locais e condenável em outros, estabelecendo relações comerciais, hierarquias internas, movimentando capital de outros negócios como o da moda e da decoração e, inclusive, ao final do século XIX, estabelecendo uma rede internacional e ilegal de tráfico de pessoas, na qual o Brasil era um dos locais de envio de mulheres europeias para o exercício da atividade.

A sexualidade feminina como objeto ou produto de consumo motivou uma intensa resposta moralizante a presença da prostituição no ambiente urbano. O olhar moral sobre a atividade é mais um elemento constituinte da forma como a prostituição foi e é vista no mundo moderno. O século XIX foi o período em que a ciência adquiriu um estatuto de verdade e se estabeleceu como a forma de explicar o mundo, no entanto, assumiu a postura condenatória do posicionamento religioso censurando certas práticas, entre elas, aquelas que Michel Foucault classificou como sexualidades desviantes⁴, mas enquadrando-as em categorias e classificações explicativas próprias do domínio do saber. Ao relacionar o tema da prostituição com doenças e desvios, a postura considerada científica foi rapidamente apropriada por governos e pela população.

Partindo destas considerações a respeito dos elementos que formaram a ideia de prostituição, este trabalho tem como objetivo pensar o tema nas décadas de 1920 e 1930, na cidade de Curitiba. O recorte temporal estabelecido remete ao principal conjunto documental deste trabalho: os chamados prontuários de meretrizes, documentos elaborados e arquivados pela Polícia Civil do Paraná com a finalidade de registrar as prostitutas que atuavam, principalmente, nas ruas centrais da cidade. O registro inicia-se no ano de 1929 como iniciativa conjunta de duas repartições da polícia paranaense, a Delegacia de Costumes e o Gabinete de Identificação e Estatísticas, a primeira responsável pela operação de identificar

⁴ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Alburquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

nas ruas, deter e encaminhar as meretrizes ao Gabinete. Este, por sua vez, deveria realizar o registro dentro de padrões específicos e arquivar esta documentação.

A prostituição pode ser abordada a partir de diversos eixos temáticos nos estudos sobre o passado, dependendo da disponibilidade de documentos. Esta diversidade se evidencia nos trabalhos realizados sobre o tema no âmbito da historiografia brasileira. Em meio a década de 1980, as teorias e conceitos desenvolvidos por Michel Foucault passam a ser operacionalizados com mais frequência no país, abrindo caminho para os estudos sobre a sujeição e a subjetivação⁵. É neste contexto que surgem dois trabalhos pioneiros sobre a prostituição a partir das reflexões foucaultianas: a dissertação de mestrado de Magali Engel⁶, *Meretrizes e doutores* do ano de 1985, publicada pela primeira vez em 1988 e a tese de doutoramento de Margareth Rago⁷, intitulada *Os prazeres da noite*, defendida em 1990 e que teve sua primeira publicação no ano de 1991. Além da apropriação do pensamento foucaultiano pelo fazer histórico, os trabalhos desenvolvidos a partir da História Social e da Nova História Cultural permitiram uma abordagem que privilegiasse grupos e indivíduos que anteriormente tinham chamado pouca atenção nos estudos do passado. As prostitutas fazem parte destes grupos que, anteriormente, eram citados apenas como mera curiosidade em livros e memórias.

Dialogando com as reflexões de Michel Foucault e exercendo papel de relevância ao abrir espaço para o protagonismo feminino nos estudos das humanidades, os trabalhos realizados através da perspectiva de gênero dedicaram bastante atenção ao tema da prostituição. Tanto Engel quanto Rago desenvolveram suas pesquisas dialogando com autoras e autores da área e analisando a prostituição como estrutura que advém da relação desigual entre homens e mulheres, e que mantém esta ordem. A atenção dada ao tema e as constantes discussões do campo, resultado da interação com os movimentos feministas e LGTB, reverteram-se em uma diversidade de análises que relacionam a prostituição com os discursos e dispositivos de poder que tentam dominá-la, mas também com um espaço de liberação sexual e financeira feminina. Tal multiplicidade reflete a complexidade do tema.

O assunto também mantém estreita relação com produções historiográficas que compõe os mosaicos que são as histórias regionais. A prostituição é constantemente relacionada ao espaço em que a atividade ocorre e que geralmente atribui características

⁵ RAGO, Margareth. *O efeito-Foucault na historiografia brasileira*. Revista Tempo Social. São Paulo, vol. 7, n.º 1-2, outubro de 1995, p. 79.

⁶ ENGEL, Magali Gouveia. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

⁷ RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

específicas ao seu exercício. Neste sentido, os trabalhos que se dedicam a prostituição têm contribuído para enriquecer e complementar as pesquisas relacionadas a historicidade de espaços físicos. Das várias pesquisas que abordam o tema e a sua relação com os espaços urbanos, destaco as pesquisas de Antonio Paulo Benatti, *O centro e as margens*⁸, sobre a cidade de Londrina e a de Terezinha Saldanha, *O comércio do prazer*⁹, cujo recorte espacial é Guarapuava, por analisarem a questão em cidades paranaenses. Busco compreender a relação da prostituição com o espaço urbano de Curitiba, em especial, com as ruas que atualmente conhecemos como o bairro central da cidade. Neste sentido, a pesquisa procura preencher uma lacuna na historiografia que versa sobre a cidade e sobre as mulheres. No contexto da cidade de Curitiba, grupos como as operárias e as mulheres da elite letrada foram objetos de estudo, mas não as prostitutas. O tema aparece esboçado em trabalhos que abordam as classes trabalhadoras ou a violência sexual, mas as mulheres prostituídas não apareceram como protagonistas.

Próximas de pequenas propriedades e vilas afastadas da região central e às estradas existiam zonas de prostituição, com características particulares às condições sociais e econômicas de cada local. O mesmo ocorria com os espaços dedicados a atividade alocados na parte central da cidade. Nestes locais, a prostituição era exercida em bordéis, pensões e até mesmo nas ruas próximas a “residências familiares”, cafês e cinemas, dividindo o espaço urbano com as mais diversas atividades, algumas legais outras não. Como explica Robert Pechman: “o urbano não é 'natural' da cidade, o urbano é invenção social na cidade”¹⁰, neste sentido se a prostituição faz parte destas sociabilidades, ainda que relegada a um lugar marginalizado, é parte constituinte desta invenção do urbano, ao mesmo tempo, que a atividade assume características próprias ao fazer parte desta paisagem. Se a estrutura física de uma cidade só se reconhece através do emaranhado de “teias discursivas” que a transformam no espaço urbano, os perigos enunciados nos periódicos curitibanos, que formariam quase que uma segunda versão da capital paranaense com espaços, sociabilidades e regras próprias, e as relações desiguais e caracterizadas pelo confronto deste submundo com uma cidade “oficial” ou “normatizada” são parte do emaranhado discursivo formador da “Curitiba urbana”, mesmo que não figure com prestígio na memória da cidade.

⁸ BENATTI, Antônio Paulo. *O centro e as margens: prostituição e vida boemia em Londrina (1930-1960)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

⁹ SALDANHA, Terezinha. *O comércio do prazer: prostituição em Guarapuava (1945-1964)*. Guarapuava: Unicentro, 2013.

¹⁰ PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p. 204.

Interessa, particularmente, a nova perspectiva que as pesquisas que se debruçam sobre o tema da criminalidade ou de comportamentos limítrofes entre legalidade e ilegalidade apresentam sobre a história urbana. O caráter espetacular que as coberturas jornalísticas forneceram ao transformar em crônicas urbanas os relatos sobre os atos imorais cometidos na Curitiba do começo do século foi abordado primeiramente por Maria Ignês Mancini de Boni, no trabalho intitulado *O espetáculo visto do alto*¹¹. Dialogando com as reflexões foucaultianas relativas ao papel do discurso nas relações de poder, a historiadora analisou as diferentes expressões do comportamento desviante e sua relação com grupos dominantes representados pela polícia, a municipalidade, a imprensa e o poder judiciário. A pesquisa de Boni foi determinante para que outros trabalhos que abordassem as chamadas “classes perigosas” fossem estudadas no contexto paranaense, como a mendicância, a vadiagem¹² e a criminalidade¹³. Em relação a prostituição especificamente, sob a orientação de Boni, foram realizadas duas pesquisas monográficas sobre o tema, que partiam principalmente da análise de fontes da imprensa, priorizando os documentos relativos a década de 1910¹⁴.

Como apontou Michel Foucault no texto intitulado *A vida dos homens infames*, o estudo de determinadas trajetórias no passado só é possível através da intermediação com o poder, através do contato de indivíduos com instituições e grupos que foram responsáveis e dominaram os discursos sobre comportamentos¹⁵. No caso do artigo em questão, Foucault se refere as suas pesquisas com instituições asilares responsáveis por aqueles considerados loucos e doentes, mas a ilegalidade urbana também pode ser vista a partir desta premissa. Compondo também a paisagem urbana no começo do século está a figura do guarda civil, os prédios que abrigavam as delegacias e a instituição policial, que crescia em número e estrutura conforme os anos passavam e sua participação na manutenção da ordem urbana era cada vez mais evidente. O começo do século registrou, por exemplo, a criação e crescimento

¹¹ BONI, Maria Ignês Mancini de. *O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

¹² KARVAT, Erivan. *A sociedade do trabalho: discursos e práticas de controle sobre a mendicância e a vadiagem em Curitiba, 1890-1930*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

¹³ GRUNER, Clóvis. *Paixões torpes, ambições sórdidas: transgressão, controle social, cultura e sensibilidade moderna em Curitiba, fins do século XIX e início do XX*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, 2012.

¹⁴ Segue as referências aos trabalhos monográficos: BURCOWSKI, Marilis; FEITOSA, Samara; TOKARSKI, Célia Regina. *Contradições de uma sociedade: condutas desviantes e prostituição em Curitiba, de 1910 a 1916*. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Paraná, 1988. KLÜPPEL, Cristina Carla; LAMB, Roberto Edgar. *A prostituição em Curitiba (1917-1920)*. Monografia (Graduação). Universidade Federal do Paraná, 1988.

¹⁵ FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: *Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV*. Tradução: Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

da penitenciária do Ahú, relevante por marcar a adaptação de modelos europeus de disciplinarização ao contexto da cidade de Curitiba.

Este processo e a atuação disciplinar da Polícia Civil do Paraná, especialmente em relação a capital do estado, foi analisada na pesquisa de Clóvis Gruner, *Paixões Torpes*, cuja referência consta anteriormente em nota. Sob uma perspectiva historiográfica, o autor destaca as iniciativas de modernização do aparato policial no começo do século fomentada por um diálogo constante com os discursos médico e jurídico e que culminaram, entre outras ações, com a criação da Penitenciária. No entanto, a atuação da polícia não se limitava ao confinamento de indivíduos. A instituição era responsável por garantir a ordem no cotidiano urbano, sua atuação não estava restrita aos limites impostos pela legislação, levando a instituição policial a atuar também a partir de limites morais que não estavam necessariamente inscritos nas leis. A modernização e cientificização do aparato policial paranaense, destacada por Gruner, também se verifica nas ações relativas aos comportamentos desviantes, mas não necessariamente ilegais. Simultaneamente, através de reportagens dos periódicos, percebe-se que a manutenção da ordem que garantiria o melhor funcionamento do meio urbano era uma responsabilidade policial.

Entre as atividades que não ultrapassavam os limites legais, mas eram consideradas imorais estava a prostituição. As mulheres que exerciam a atividade, especialmente aquelas que pertenciam a estratos sociais mais baixos, pertenceram ao grupo daquelas vidas infames que só poderiam ser acessíveis através do contato com o poder. Nesta pesquisa, este ponto de encontro são os prontuários de identificação das meretrizes, documentos gerados pela interação entre guardas, técnicos e prostitutas. Neste sentido, torna-se relevante pensar a instituição policial e a modernização do seu aparato a partir da sua função enquanto mantenedora da ordem no meio urbano e sua relação com os grupos de comportamento desviante, que se revela mais complexo do que uma simples dinâmica entre o poder e o subordinado.

Ainda sobre as vidas infames de Michel Foucault, através dos prontuários é que foi possível acessar algumas informações e fragmentos das vidas destas mulheres. Para o filósofo francês,

Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros – breves, incisivos, com frequência enigmáticos – a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder. De modo que é, sem dúvida, para sempre impossível recuperá-las nelas próprias, tais como podiam ser “em estado livre”; só podemos balizá-las tomadas

nas declamações, nas parcialidades táticas, nas mentiras imperativas supostas nos jogos de poder e nas relações com ele¹⁶.

A possibilidade do desaparecimento destas trajetórias que marcaram a cidade de Curitiba ficou evidente quando fui realizar pesquisas nos centros de documentação e arquivos, causando certo estranhamento nos funcionários a possibilidade de que a memória infame da prostituição possa ter sobrevivido entre documentos históricos que versavam sobre política, urbanização e cultura (de elite, é necessário esclarecer). Como aponta Foucault, são nos arquivos policiais, médicos higienistas e nas notas policiais de jornais que elas aparecem, sempre associadas aos espaços que ocupam na cidade, afinal se tratava de uma presença incômoda que demandava soluções.

O elemento que destaca os prontuários enquanto documentação para o estudo da prostituição tem relação com sua característica de tecnologia do poder, que foi desenvolvida com o objetivo de vigiar as identificadas. A fim de estabelecer um método de controle de trajetórias e contatos sociais das prostitutas, o Gabinete de Identificação e Estatísticas criou um modelo de prontuário que disponibiliza diversos dados a respeito da vida pessoal daquelas mulheres e seu preenchimento exigiu o contato direto entre o técnico do Gabinete e a prostituta. Para o historiador, o cuidado policial com o controle do meretrício fornece várias possibilidades no sentido de pensar o tema e aquelas mulheres enquanto sujeitos históricos. Mesmo as falsificações e enganos encontrados na documentação são relevantes para compreender as estratégias e recursos dos indivíduos nas relações de poder. As informações encontradas em jornais ou dados relativos aos serviços municipais de higiene são bastante incompletas ou possuíram uma finalidade estatística, já os documentos de identificação permitem pensar a singularidade de cada vida registrada pela Polícia Civil¹⁷.

Os prontuários de identificação refletiam ainda a preocupação com espaço ocupado por estas mulheres na Curitiba da década de 1920. A sua aplicação por parte da Delegacia de Costumes já foi motivada por este tema, adiante trabalharei com as demandas da população no que se refere a presença de meretrizes, entre outras figuras obscuras, nas ruas centrais da cidade, dividindo espaço com o melhor da sociedade e da cultura curitibana. Nos registros de identificação uma das informações mais frequentemente atualizadas pelos funcionários policiais são os endereços das identificadas. Mesmo quando o cotidiano da repartição policial impedia o preenchimento de outros dados, este era privilegiado. Da mesma forma, os

¹⁶ FOUCAULT, 2003, p. 206.

¹⁷ Cabe apontar que este acervo foi disponibilizado ao Arquivo Público do Estado, que realizou sua higienização e tratamento possibilitando o acesso ao pesquisador, há poucos anos atrás pela Polícia Civil do Paraná. Fato que explica a falta de trabalhos historiográficos que utilizaram a documentação como fonte.

periódicos faziam questão de informar a rua e o número das casas em que ocorriam fatos relacionados ao exercício da prostituição. A leitura da documentação apresenta um quadro interessante de como seria o bairro central de Curitiba no período: algumas ruas principais, que possuíam iluminação e policiamento apropriados, estavam livres do chamado *mal necessário*, mas poucos metros as separavam de outras, mais periféricas, que possuíam residências, comércios e repartições públicas que dividiam paredes e muros com *pensões alegres*, botequins e casas de tolerância. A fim de tornar mais visual este quadro, ao final do trabalho será anexado um mapa do centro de Curitiba demarcando endereços que apareciam com frequência em prontuários e jornais.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos. O primeiro, intitulado “*A formação de espaços e sujeitos através de discursos: a cidade moderna, a prostituta e a medicina*”, pretende pensar algumas formações discursivas relevantes para a compreensão de acontecimentos e relações estabelecidos no cotidiano do bairro central curitibano. Em um primeiro momento, busquei pensar em que contexto se formou a noção de uma Curitiba “moderna” que norteia parte da documentação e que pensa um meio urbano idealizado em detrimento de determinados grupos e comportamentos, estes também considerados frutos da modernidade e modernização da cidade. Na segunda parte, busquei situar historicamente a prostituição neste momento, afinal a atividade apesar da manutenção do nome ao longo do tempo, possui especificidades relativas ao período em que está situada. O estatuto da prostituição no final do século XIX e no começo do XX passa por transformações: se antes o pensamento religioso influenciava o moralismo com que se via a atividade, tal imoralidade passaria a ser analisada sob a perspectiva da ciência. A terceira parte do capítulo busca apontar como a ciência pensou a prostituição e como influenciou na sua classificação como problema social.

O segundo capítulo, “*Lutando contra o desvio: dispositivos e práticas de repressão à imoralidade*”, busca pensar as aplicações práticas decorrentes das formações discursivas apresentadas inicialmente. A prostituição passa a figurar entre os problemas sociais, principalmente nos centros urbanos, exigindo ações práticas por parte do poder público. As medidas passam a ser responsabilidade de várias instituições como aquelas que deveriam zelar pela saúde pública, e que no período estão diretamente associadas com medidas consideradas sanitárias do âmbito social. Várias demandas da população em relação ao meretrício relacionam-se a alteração de uma suposta ordem pública resultante da presença das mulheres nas ruas da cidade. Os comportamentos e vestimentas, relações sociais com

indivíduos de classes sociais mais baixas ou com a criminalidade e pequenos delitos cometidos são elementos que transformam a prostituição em assunto de polícia.

Os encontros entre a instituição policial e determinados indivíduos eram, em muitos casos, motivados pela legislação criminal que previa a penalização para aquele que infringisse os códigos de conduta que garantiam a condição de ordem para a esfera pública. A primeira parte do segundo capítulo tem como objetivo pensar como o Código Penal, datado de 1890, e vigente no período constituiu um dispositivo de poder ao criminalizar diversas práticas que representavam comportamentos considerados nocivos para a ordem pública. Os artigos destacados no capítulo são aqueles que aparecem nos prontuários e que resultaram em detenções para as meretrizes identificadas. Através da análise, busco pensar como a legislação proporcionou estas ocasiões de encontro entre polícia e prostitutas e, enquanto meio de regulação, até que ponto o código era efetivo no cotidiano.

Estas perturbações do espaço público tiveram espaço garantido nos periódicos diários que circulavam em Curitiba naquele momento. Jornais como a Gazeta do Povo, Diário da Tarde e A República publicavam, com frequência, pequenas notas que apontavam os incômodos resultantes da presença de determinados indivíduos e suas ações. Periódicos como estes não representavam a voz da população em geral, pelo contrário, atendiam a uma determinada agenda. Neste sentido, a análise de algumas matérias e reportagens publicadas no período da realização dos prontuários, realizada na segunda parte do Capítulo 2, busca pensar quais comportamentos mereciam notas nos jornais da época e como a marginalidade da cidade era representada na imprensa, permitindo pensar quais eram os padrões de moralidade presentes nos editoriais e que circulavam entre a população leitora. Mas, para além de compreender a representação das práticas desviantes nas notas policiais, as matérias também permitem pensar as próprias práticas e sociabilidades que ocorriam no bairro central e constituíam uma “outra cidade”, com uma estrutura própria, e que é possível identificar a partir dos discursos dos grupos dominantes.

Uma característica das matérias jornalísticas sobre a prostituição no período compreendido pela pesquisa é a associação realizada com o controle policial. São constantes as chamadas dos jornais solicitando a atenção da polícia para os distúrbios à ordem pública ocasionados pelas meretrizes ou em espaços como casas de tolerância e bordéis. Com o objetivo de atender a demanda relativa a moralidade nas ruas da cidade, a Polícia Civil do Paraná cria, em 1928, a Delegacia de Costumes. A terceira parte do capítulo se dedicará a pensar a criação da delegacia e sua atuação em relação ao meretrício, tema que poderá ser

analisado a partir de um relatório escrito pelo primeiro delegado de Costumes Francisco Raitani, detalhando os procedimentos da delegacia.

As ações propostas por Raitani demonstram a relevância que o controle da exposição pública no meio urbano e da sexualidade desviante possuíam para o órgão policial, coadunado com as demandas do contexto e do meio social em que se inseriu. Entretanto, Raitani recorreu a outra opção, não citada no relatório, para realizar a vigilância e o controle do meretrício das ruas centrais da cidade: a identificação. Poucos meses depois do envio do seu relatório ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública pelo chefe de Polícia, a Delegacia de Costumes passou a encaminhar as meretrizes para o Gabinete de Identificação e Estatísticas com o fim de registrá-las e formar um arquivo exclusivo para o grupo.

O terceiro capítulo, *“A identificação das “borboletas”: controle policial e táticas de resistência”*, se dedicará a pensar a escolha pela identificação por parte da Delegacia de Costumes. A formação de um arquivo para as meretrizes demonstra o interesse tanto em relação ao grupo, quanto aos indivíduos. Cabe analisar as diferentes categorias apresentadas no formulário pensando o prontuário enquanto resultado do entrecruzamento de diversos saberes e práticas, que acabaram através daquele modelo de documento, não somente criando um instrumento para o trabalho policial, mas também, classificando as mulheres identificadas através dos termos utilizados. Mas, a análise de um instrumento do poder não inviabiliza a reflexão sobre o cotidiano dos grupos dominados. Pensando que a produção de documentos como os prontuários baseava-se na interação entre o funcionário do Gabinete de Identificação e Estatística com a meretriz que lhe fornecia os dados, cabe investigar, em meio as informações intermediadas pelo poder policial, os indícios e rastros do cotidiano e das trajetórias destas mulheres que circularam pelas ruas centrais da Curitiba das décadas 1920 e 1930.

O quarto capítulo, *“A imagem do desvio: fotografia policial e a subjetividade da meretriz”*, destaca as imagens fotográficas disponíveis nos prontuários. A fotografia utilizada enquanto instrumento da atividade policial relacionou-se as mudanças no regime de visualidade ocorridas ao longo do século XIX e que caracterizaram a modernidade. Para a análise, é necessário considerar as características específicas da fotografia que tem como objetivo atender a instituição policial. A padronização de acordo com modelos que otimizaram a utilização da tecnologia teve um efeito semelhante ao uso de determinados termos no documento escrito, enquadrando o indivíduo em um modelo ou categoria; no caso da fotografia, a configuração do registro das meretrizes remete, com maiores ou menores

variações, ao registro de criminosos. Mas, como no capítulo anterior, não é possível enfatizar apenas a ação do poder, ignorando as expressões ativas dos identificados.

A imagem fotográfica, neste sentido, se destaca por visualmente permitir identificar certas expressões da subjetividade. O instante em que a imagem é realizada suspende momentaneamente o controle sobre o indivíduo. Esta característica da fonte imagética permite uma análise separada da parte escrita do documento com a finalidade de enfatizar as expressões subjetivas das meretrizes que foram identificadas nas fotografias. Apesar disso, busco levar em consideração a complementaridade entre os elementos imagético e escrito, intenção original dos produtores do método de identificação e aspecto relevante para determinadas conclusões. Portanto, alguns elementos que remetem ao cotidiano do meretrício e a subjetividade das mulheres identificadas, mesmo que intermediados pelo poder, serão priorizados, evidenciando estes breves momentos de auto expressão das prostitutas.

Para a análise da prostituição em Curitiba nas décadas de 1920 e 1930, as reflexões de determinados teóricos foram determinantes para a pesquisa. Os trabalhos e conclusões de Michel Foucault guiam parte substancial do trabalho, especialmente no que se refere a formações discursivas e relações de poder, conceitos adotados para explicar a configuração do contexto e das relações cotidianas aqui estudadas. A obra foucaultiana é uma referência à análise desenvolvida tanto de maneira direta, quanto indireta, já que vários autores que são citados discutem os trabalhos do filósofo francês. No primeiro capítulo, por exemplo, para compreender a cidade que se pretende urbana e moderna, a configuração da atividade da prostituição naquele momento específico e a sua posição enquanto tema de saberes como o Direito e a Medicina a partir das fontes que chegaram até o presente, estas serão analisadas como o resultado da interação de várias formações discursivas que significam o mundo e as relações interpessoais.

Ainda se referindo a obra e conceitos desenvolvidos por Michel Foucault, a percepção de que o sujeito é o resultado destas formações discursivas, remete a situação da mulher que exerce a prostituição naquele momento. O fato de que são raras as fontes produzidas por elas mesmas no contexto do começo do século, torna ainda mais significativa as reflexões sobre estes discursos e saberes que nomearam, estudaram e classificaram prostitutas. Os efeitos práticos destas formações estão explicitados em vários dispositivos que cumpriam a função de vigiar e controlar os desvios de comportamentos, mantê-los por perto e sob vigilância constante. Em uma série de cursos que ministra no Collège de France, Foucault pensa o tema do poder e a sua configuração. Localiza entre os séculos XVII e XVIII, a ascensão de duas

novas formas de manutenção do poder, aquela que busca manter a vigilância do indivíduo e outra que mantém a vigilância do conjunto, a fim de tomar posse da vida¹⁸.

Estas duas concepções guiam as percepções a respeito das relações desenvolvidas entre as meretrizes e outros indivíduos, instituições e a sociedade em geral. Assim como outros grupos de comportamento desviante, a prostituição era alvo frequente de ações por parte do Estado, mas embasadas por uma parcela significativa da sociedade, para a vigilância e controle do grupo. Os prontuários de identificação das meretrizes, desenvolvido pela Polícia Civil do Paraná, caracterizavam-se por permitir que este controle ocorresse tanto no âmbito individual, perseguindo as trajetórias das mulheres identificadas, quanto no âmbito estatístico. Os relatórios do chefe de Polícia demonstram este caráter, já que eram enviados ao secretário de Interior, Justiça e Instrução Pública somente dados numéricos relativos às atividades policiais.

A escolha da identificação como dispositivo para vigiar e controlar se opôs a outros formatos, sugeridos principalmente pela imprensa, como a concentração do meretrício em determinadas ruas da cidade. Esta espécie de encerramento da prostituição em espaços pré-determinados assemelhava-se ao confinamento. No entanto, o método escolhido pelo delegado de Costumes não limitava o espaço e o tempo do meretrício, mas o vigiava de perto. Esta escolha diferenciada relacionava-se com a utilidade que prostituição tinha na sociedade no começo do século, reconhecida como atividade a ser tolerada, e com a necessidade de pensar em formas mais eficientes de controlar aqueles grupos que viviam nas fronteiras entre o crime e a aceitação social. O filósofo Gilles Deleuze definiu como sociedade de controle o empreendimento de ações, por parte do poder, no sentido de controlar indivíduos que circulam sem muitas limitações por diferentes espaços.

Dialogando com a proposta da sociedade disciplinar, desenvolvida por Michel Foucault, Deleuze a complementou propondo como substituta a sociedade de controle, predominante após a Segunda Guerra Mundial¹⁹. Os avanços tecnológicos foram decisivos para aprimorar ao máximo a eficiência dos dispositivos de poder que buscavam perseguir e vigiar trajetórias. Para tanto, atualmente é impossível fugir de cartões acionados a partir de senhas e das câmeras filmadoras espalhadas pelas cidades. Apesar de Deleuze definir a década de 1940 como marco temporal na implantação efetiva do controle por parte dos diferentes poderes, algumas das suas características já eram perceptíveis na transição entre os

¹⁸ FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: o curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 302.

¹⁹ DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução: Peter Pal Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992, p. 222.

séculos XIX e XX. Um exemplo era aplicação de tecnologias para aprimorar a eficiência do controle de indivíduos e coletividade, já que é neste período que a identificação da população em geral passa a ser discutida pelo poder público, configurando a associação entre indivíduos e números que mais tarde seria a tônica das senhas de acesso²⁰. Da mesma forma, as câmeras fotográficas passaram a ser utilizadas sistematicamente pelo poder público, especialmente pelos departamentos policiais.

Mas, da mesma forma que na sociedade disciplinar, o controle se configurou através das relações de poder, a produção do prontuário, assim como das matérias de jornais, era caracterizada pela relação desigual entre os produtores dos documentos e o meretrício. No entanto, estas relações de poder, apesar de desiguais, não se caracterizavam pela unilateralidade. O historiador Michel de Certeau buscou discutir as relações de poder evocadas por Foucault, mas propondo analisar o lado mais fraco desta dinâmica. No primeiro volume da obra *A invenção do cotidiano*²¹, o autor propõe que apesar do domínio de um grupo sobre o outro nestas composições e rede de relações, este aspecto não impossibilitava completamente a ação por parte do lado dominado. Certeau define como “táticas” atos ou conjunto de atos heterogêneos que, praticados no contexto do cotidiano através do aproveitamento de situações e oportunidades, resultaram em uma forma de resistência as investidas de vigilância e controle. Cabe esclarecer que estas resistências não eram, necessariamente, sistematizadas e organizadas e que sua esfera de ação era limitada.

O conceito desenvolvido pelo historiador foi importante para compreender alguns elementos na análise dos prontuários de identificação. O espaço de ação, mesmo que restrito, das meretrizes interessa particularmente neste trabalho. Através de uma análise que considera a intermediação do poder, cabe perceber de que forma ocorriam as sociabilidades e as expressões subjetivas destas mulheres. Desta forma, busca-se expandir a noção de espaço urbano para aqueles espaços e sociabilidades que, simbolicamente, são considerados marginais como relevantes para a sua formação e pertencentes a memória da história urbana. As dinâmicas de poder entre instituições e a população e entre classes sociais constituíram também este processo, mas as vivências e experiências dos grupos de comportamento desviante foram além delas e estas relações internas e próprias da marginalidade curitibana foi transcrita e ressignificada em matérias de jornais, crônicas e documentos policiais.

²⁰ Entre as diferenças enunciadas por Gilles Deleuze entre a sociedade disciplinar e a de controle está o fato de que esta associação entre o indivíduo e um número que o define tem como objetivo, no contexto disciplinar, o posicionar em meio ao conjunto, buscando sempre controlar tanto o sujeito quanto o coletivo. No caso da sociedade de controle, o número que substitui o sujeito objetiva controlar o acesso à informação.

²¹ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2014.

Interessa, particularmente, pensar o lugar da prostituta na cidade de Curitiba: como foi sua interação com outros grupos, aqueles considerados marginais como elas, com a polícia, e como a atividade do comércio do ato sexual tornou-se parte constituinte da experiência do urbano. A coluna *Nostalgia* do jornal Gazeta do Povo publicada ao final da década de 1980 e começo da década de 1990 faz diversas referências a prostituição a associando a ruas do centro da cidade. Os textos da coluna tinham como objetivo “relembrar” o passado da cidade de Curitiba focalizando em um espaço diferente a cada publicação a partir de uma fotografia antiga. Se nos espaços institucionais de preservação da memória, o tema “prostituição” padece de falta de informações, na memória de determinados grupos, que vivenciaram experiências diversas nas ruas curitibanas ainda prevalece a lembrança daquelas mulheres que também habitavam aqueles espaços.

A coluna do dia 03/12/1989²², assinada pela sigla C.D., busca apontar algumas características daquelas que eram popularmente conhecidas como zonas da cidade. O autor indica a esquina da rua Visconde de Guarapuava com a rua João Negrão como o local com a maior concentração de casas de tolerância e bordéis no ano de 1939, ano em que a foto que encabeça a matéria foi produzida. A imagem apresenta, segundo o autor, a fachada de uma conhecida “zona” nas décadas de trinta, quarenta e cinquenta, conhecida pelo nome de “Pombal” graças as diversas janelas distribuídas em três andares de uma construção de madeira. Ainda segundo a matéria a região ficou conhecida durante longo tempo como “Coréia” devido a um incidente ocorrido na década de 1950, quando um soldado da Aeronáutica foi agredido em uma das casas da região e foi vingado pelos colegas de quartel, que apedrejaram as construções do local com o macadame disponível para o calçamento da rua. C.D. cita também alguns apelidos de mulheres e lugares que são considerados marcos na memória de quem frequentou as zonas.

Os prontuários de polícia e as matérias de jornais apresentam a possibilidade de relacionar a prostituição com as ruas centrais de Curitiba. Através destes documentos, é possível perceber as vias da cidade como espaços dos grupos e atividades que compuseram uma espécie de marginalidade²³ simbólica do meio urbano. Simbólica porque, fisicamente, encontravam-se nos mesmos lugares que a sociedade em geral, mas marginais porque não comungavam de valores e concepções de mundo do discurso dominante. Além disso, em um

²² GAZETA DO POVO. *Uma visita à zona*. 03 de dezembro de 1989, sem paginação. Acessei a documentação referente a coluna *Nostalgia* na Casa da Memória de Curitiba. As matérias estão recortadas, coladas em folhas sulfite e organizadas em fichários, por isso não é possível informar as páginas na referência; no entanto, é possível acessá-las entrando em contato com a instituição.

²³ Quando o termo “marginalidade” for utilizado, ao longo do trabalho, será no sentido de marginalidade simbólica.

esforço talvez ousado, a pesquisa busca pensar as mulheres que exerciam a prostituição como sujeitos ativos, fugindo principalmente da perspectiva vitimista. Compreendendo o crime e os comportamentos antissociais como historicizáveis, busco pensar a prostituição enquanto atividade e forma de viver no contexto curitibano do começo do século. Através das táticas empreendidas pelas meretrizes em seu contato com a instituição policial, que ainda não detinha completo domínio sob a sua função de poder controlador, busco pensar na sua presença enquanto a de sujeito formador do espaço urbano curitibano.

Capítulo 1 – A formação de espaços e sujeitos através de discursos: a cidade moderna, a prostituta e a medicina

1.1 - Desvios urbano

1.1.1 - Curitiba busca a modernidade

No começo do século XX, a imprensa curitibana era composta por três principais periódicos, dos quais dois deles, a *Gazeta do Povo* e o *Diário da Tarde*²⁴, eram críticos empenhados das ações do governo do estado. Dentre as críticas realizadas quase que diariamente pela imprensa curitibana constam reclamações a respeito de infraestrutura e segurança. As reclamações referentes a segurança na cidade, em especial na região central, tendiam a apontar com frequência a defasagem do corpo policial em relação ao número de habitantes da cidade, ao espaço físico e aos perigos que espreitavam as ruas de Curitiba. Para os jornalistas, Curitiba era uma cidade que crescia dia-a-dia, um crescimento que ocorria no âmbito físico: se na década de 1870 registrava aproximadamente 12.700 habitantes, na década de 1920 este número aumentara para 70.000 habitantes²⁵. As alterações no espaço não aconteceram apenas em relação ao território, também ocorreram através do melhoramento da infraestrutura urbana, transformando os ambientes que remetiam a herança como território de passagem nos séculos anteriores em espaços que atendiam ao modo de vida cosmopolita das grandes cidades: com prédios, espaços de lazer e vias que privilegiavam o fluxo e o deslocamento.

A presença de automóveis, cinemas e um grande fluxo de pessoas nas ruas de Curitiba materializavam uma forma de viver própria das grandes metrópoles, caracterizada pela relação diferenciada entre o habitante da cidade e o seu espaço. O autor Ben Singer relaciona a sensibilidade diferenciada destes aos estímulos do meio urbano como umas das acepções necessárias para compreender a modernidade. Referenciando teóricos como Walter Benjamin e Georg Simmel, Singer afirma que “a modernidade também tem que ser entendida como um registro da experiência subjetiva fundamentalmente distinto, caracterizado pelos choques

²⁴ Os dois periódicos frequentemente se opunham ao jornal *A República*, que começou a circular no ano de 1886, a fim de propagar o ideal antimonarquista e se tornou um meio de divulgação dos ideais e ações governistas após 1889. O *Diário da Tarde* começou a circular no ano de 1899 com o intuito de servir como periódico de tom “ponderado”, nem sempre correspondendo a esta proposta. Já a *Gazeta do Povo* começa a circular em 1919. Informações como a cronologia dos periódicos paranaenses podem ser encontradas na obra de PILLOTO, Osvaldo. *Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)*. Curitiba: Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1976.

²⁵ BONI, Maria Ignês Mancini de. *O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998, p. 11.

físicos e perceptivos do ambiente urbano moderno”²⁶. Estas novas experiências apareceram tanto em obras literárias, como no caso do conto *O automóvel 117*, de Octávio de Sá Barreto²⁷, como na imprensa, que ao apontar os problemas enfrentados pela cidade, expunha como estes interferiam no cotidiano urbano.

No entanto, este processo de transformação de Curitiba deve ser analisado com mais cuidado. Apesar de enaltecer a modernização da cidade, a imprensa tratou este processo como se estivesse em andamento, aproveitando para criticar com veemência as falhas por parte do poder público. Paris era a referência para os meios urbanos no período da *Belle Époque*, mas a exemplo de outras cidades do Brasil e da América Latina, Curitiba ainda estava longe de alcançar um lugar de destaque, mesmo em âmbito nacional. Tomando como exemplo as críticas da própria imprensa, a urbanização da cidade deixava a desejar. Outro aspecto relacionado a inclusão de Curitiba no rol das cidades modernas e importantes no cenário nacional era a segurança pública. Os jornais e mesmo o discurso policial relacionavam o processo de modernização com a eficiência da instituição.

Para os produtores de discursos sobre a Curitiba do início do século XX, o processo de crescimento da cidade teria resultados negativos, dentre eles o aumento da criminalidade na cidade. Diante do processo, em pleno andamento, jornalistas e intelectuais apontavam como o corpo policial não o acompanhava, tanto numericamente quanto em termos tecnológicos. O aumento da segurança era considerado uma necessidade imposta pelo processo modernizador e um instrumento para alcançar o ideal imaginado. As opiniões jornalísticas refletem esta sensação, critica-se o número insuficiente de policiais, que só conseguiam vigiar um pequeno centro composto por ruas de grande movimento, ao passo que outras ruas fora deste eixo ficavam desamparadas em relação a vigilância policial; da mesma forma, exigiam-se ações relativas a grupos que cometiam delitos específicos, que nem sempre infringiam a legislação estatal, mas que infringiam códigos morais e comportamentais comprometendo os objetivos idealizados da cidade moderna. Solicitavam da Polícia o conhecimento e técnicas que combatessem práticas ilegais com a maior eficiência possível, em nome de ruas mais seguras.

1.1.2 - Os perigos da modernidade

²⁶ SINGER, Ben. Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. *O cinema e a invenção da vida moderna*. Tradução: Regina Thompson. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

²⁷ No conto, publicado pela coleção *Novella Mensal*, o personagem principal é assombrado e perseguido por um automóvel cuja numeração é 117, a máquina representa as transformações ocorridas em Curitiba, sua cidade natal. Ver: BARRETO, Octávio de Sá. *O automóvel n. 117...e outras novellas*. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1925 (Novella Mensal n. 1).

Cabe voltar ao múltiplo significado do termo “modernidade”, atribuído por Ben Singer, para pensar as intensas cobranças sofridas pela instituição policial na Curitiba do começo do século. A experiência urbana, para o autor, foi responsável por engendrar novas formas de sensibilidade, reações particulares aos eventos que ocorriam no meio urbano. Além das novas tecnologias, como o cinema e o automóvel, responsáveis por transformar as relações das pessoas com o ambiente, o aumento intenso da população nas cidades e a consequente formação da multidão nos ambientes urbanos, também são consideradas relevantes para compreender estas mudanças. Resultado da imigração intensa do meio rural para as cidades e da desproporção entre o número de nascimentos e óbitos devido ao aperfeiçoamento da medicina e da saúde pública, a multidão tornou-se uma característica do meio urbano e motivo de preocupação para o poder público. O tema das massas nas cidades relaciona-se a mudança nas percepções do outro e do próprio ambiente por inspirar emoções como o receio e o medo. O grande número de pessoas desconhecidas que circulavam pelos ambientes públicos, transitando desordenadamente, escondendo sua identidade e objetivos com vestimentas²⁸ e gestos escusos, provocaram a reação de grupos envolvidos com o saber e com poder. Esta reação, ao longo do século XIX, teve diversos desdobramentos como o desenvolvimento de novas áreas do saber cujo objetivo era identificar possíveis perigos, a reconfiguração das instituições policiais e o desenvolvimento de tecnologias e aparatos que permitissem a identificação. A multidão era o esconderijo ideal para aquele que praticasse algum ato condenável e precisasse se esconder, especialmente no ambiente urbano que, quando bem conhecido, fornecia diversas rotas de fuga.

Diante do perigo representado pela multidão urbana, os habitantes das cidades passaram a se preocupar com o que é denominado, em grande parte da produção sobre o tema, de “classes perigosas”. Este termo, criado pelo historiador francês Louis Chevallier²⁹, define um grande espectro de grupos que habitavam os meios urbanos no início do século XIX e que continuaram protagonizando pesadelos no início do século XX. Nos interessa, particularmente, que o termo não define apenas aqueles que cometeram algum ato que atente contra a legislação, mas também grupos cujo comportamento fugiam às normas de conduta vigentes. Estas normas formavam um conjunto diverso de regras, mas estavam relacionadas a uma visão de mundo que privilegiava a ordem e a racionalidade.

²⁸ SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 206.

²⁹ O termo aparece na obra *Classes labourieuses et classes dangereuses à Paris, pendant la première moitié du XIXe siècle*, publicada em 1958.

Novamente, é necessário trazer estas questões para o contexto curitibano. É comum encontrar trabalhos que associam a formação da multidão urbana com o processo de imigração. Na Europa, a intensa imigração de habitantes dos espaços rurais para centros urbanos ocorreu devido a industrialização; no contexto nacional, os imigrantes vinham da Europa, fugindo de situações de confronto ou de extrema pobreza nos seus países de origem e incentivados por políticas públicas que buscavam mão de obra e a ocupação de extenso território nacional. O Paraná absorveu parte deste grupo com o intuito de desenvolver uma agricultura de abastecimento. Paralelamente, a população curitibana também cresce com a chegada de imigrantes para trabalharem em construções e outros serviços públicos³⁰. O aumento e a diversificação da população da cidade e seu consequente aumento territorial são tão relevantes quanto a idealização, por parte da elite e da intelectualidade, da formação de uma metrópole nos moldes europeus para pensar a importância que o tema das “classes perigosas” adquire para o contexto curitibano.

O trabalho de Maria Ignês Mancini de Boni, *O espetáculo visto do alto*, é seminal ao pensar a questão dos comportamentos desviantes em Curitiba, em especial, a relação dos domínios do poder com estes grupos. A presença de elementos estranhos no ambiente citadino chamou atenção da sociedade em geral, que passou a clamar pela ação do poder público. A atenção dada por autoridades, imprensa e a sociedade produziu uma série de discursos a respeito dos elementos urbanos e acabou por estabelecer os critérios que definiram o que seria um submundo tipicamente curitibano. Nomeando grupos e relações perigosas na cidade, suas ações desviantes e espaços de atuação, colaboraram para estabelecer o estatuto de periculosidade da metrópole em construção. Os grupos que atuavam como o poder na relação que opunha uma sociedade dita de bem às classes perigosas eram influenciados pelo domínio cultural europeu, mas também atribuíram características relacionadas ao contexto local.

Dos grupos que compunham as classes perigosas alguns se destacaram no contexto curitibano, figurando nas reportagens de jornais e exigindo maior atenção do poder público. Para a finalidade deste trabalho, é pertinente dividir as “classes perigosas” em dois grandes grupos: aqueles que romperam com a norma legislativa e aqueles cujo comportamento implicava em inadequação social. Esta divisão, baseada no que era previsto por lei como delito, tem a finalidade de tornar mais clara a presente análise, no entanto não corresponde a uma divisão efetiva, especialmente porque os indivíduos circulavam entre estas duas condições com frequência. Vários trabalhos dissertam sobre o interesse que a imprensa

³⁰ BONI, 1998, p. 8.

dedicava a criminalidade, como é o caso dos crimes passionais que possuíam maior repercussão diante da opinião pública; Boni inclusive dedica parte do seu trabalho a pensar a espetacularização de casos com grande repercussão. Mas aqueles indivíduos que não cometiam delitos considerados graves e, no entanto, apresentavam uma certa inadaptabilidade ao meio urbano, também eram alvos dos discursos e práticas do poder. Apesar de não cometer nenhum ato considerado grave, que atentasse contra a vida ou propriedade de outrem, ainda sim representavam um distúrbio para a ordem pública. A exemplo das instituições policiais europeias, o chefe de polícia criou em Curitiba, no ano de 1928, uma Delegacia de Costumes com a finalidade de vigiar e controlar estes comportamentos desviantes. Sob responsabilidade da nova delegacia estavam prostitutas, mendigos e vadios, menores abandonados, jogadores, empregados domésticos e casos de embriaguez. A iniciativa policial respondia a demanda de parte da população da cidade, que não aceitava dividir o espaço urbano com estes grupos. Por mais que os comportamentos destes indivíduos não representassem um perigo claro e eminente, a sua conduta ameaçava o que era considerado normal e representavam a ameaça de, a qualquer momento, cometer algum tipo de crime.

1.2 – A prostituição é moderna

1.2.1 - A atividade da prostituição no mundo burguês

Dentre as normas instituídas socialmente e que eram afrontadas pelas classes perigosas, estava aquela que ditava as regras para uma sexualidade considerada saudável. A sexualidade foi relacionada a moralidade e a boa conduta ainda na Idade Média, em um momento em que o pensamento religioso cristão era dominante. A ascensão de uma visão de mundo racional a partir do século XVIII não significou o fim desta associação. Michel Foucault, no primeiro volume da sua *História da Sexualidade*, analisa o processo de racionalização da sexualidade a partir da ciência. Os saberes biológicos e, principalmente, a medicina, incorporaram estudos sobre o assunto delimitando o que deveria ser considerado normal nas interações. O processo de normatização da sexualidade, que ocorreu primeiramente nas classes da elite e burguesa que tinham acesso aos médicos, buscava tornar o sexo útil, tendo um papel a cumprir na ordenação do mundo racional: “cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo”³¹. A utilidade que a sexualidade

³¹ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da C. Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 30

passava a ter tina relação com a função da mulher nesta sociedade idealizada. O sexo que ocorria no âmbito privado das relações conjugais deveria servir para a reprodução e a mulher cabia o dever de garantir uma educação adequada para os filhos, com o objetivo de criar cidadãos aptos e saudáveis, enquanto o homem deveria garantir a subsistência da família. O saber científico, ao normatizar a sexualidade dentro destes padrões, considerou todas as outras expressões sexuais como doentes e não higienizadas.

A prostituição era uma destas expressões desviantes da sexualidade. Por não corresponder a norma, as mulheres que exerciam a atividade passaram a ser objeto de diversos estudos e pesquisas científicas. Para além, resquícios do pensamento religioso que associava a atividade com o desvio moral não foram suprimidos e eram incorporados a noção de sexualidade doente e não higiênica. No entanto, a atividade não foi proibida em muitos estados nacionais, porque apesar de representar um desvio a normalidade, a prostituição ainda possuía uma utilidade dentro da sociedade racional, burguesa e industrializada.

A sexualidade da mulher das classes alta e burguesa foi determinada pelo saber médico e precisava ser preservada, no entanto a pulsão sexual masculina era considerada intensa e deveria ser canalizada para outro lugar, os impulsos violentos e libertinos não deveriam se voltar para as jovens noivas ou para as mães de família. A prostituição tinha esta função, estas mulheres eram as responsáveis pelas outras formas de sexualidade. A permissividade controlada da atividade no meio social também está relacionada com o lucro financeiro que proporcionava³². Este aspecto é relevante para pensar a prostituição no contexto desta análise, apesar da atividade existir a muito tempo, suas características e formato mudavam de acordo com o período e local. Com o desenvolvimento dos grandes centros urbanos na Europa no século XVIII e, posteriormente, no continente americano, a atividade esteve relacionada fortemente ao meio urbano, sendo definida por ele e o definindo.

No início do século XX, grande parte das maiores cidades tem regiões que reúnem prostitutas, as chamadas zonas; cidades mais novas foram planejadas já prevendo um local para a sua instalação. As mulheres prostituídas eram classificadas em diferentes grupos, cujos critérios estavam relacionados com a posição dos seus clientes na sociedade, a posição social do seu cáften ou cafetina e a estrutura e condições de trabalho dos locais em que exerciam a atividade: eram divididas em alto meretrício e baixo meretrício, além de um grupo intermediário, que poderia ser denominado de acordo com o contexto local³³. Neste momento,

³² FOUCAULT, 1988, p. 10.

³³ No Rio de Janeiro, por exemplo, as *polacas* eram o grupo intermediário. Recebiam este nome porque grande parte das meretrizes provinham do Leste Europeu. Ver: BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício*

especialmente, em relação ao alto meretrício, a prostituição passa a ser vista como um negócio e a receber investimentos que vão desde a aparência e educação das mulheres até a estrutura dos ambientes dos bordéis. O investimento no embelezamento evidencia como o corpo das mulheres prostituídas passa a ser mais uma mercadoria, transfigurado em objeto no processo de preparação, exposição, negociação e prestação do serviço. O processo de aprimoramento do negócio da prostituição acompanhou lado a lado os processos de urbanização sofridos pelas cidades, enquanto estas se transformaram em metrópoles, as zonas ficaram complexas e dinâmicas o suficiente para atender a cidade moderna.

Um exemplo desta complexidade é a variedade de espaços dedicados a atividade nos espaços urbanos. As zonas de prostituição concentravam lugares denominados como cabarés, bordéis, casas de tolerância, pensões de mulheres, casas de cômodos entre outros. Lugares que se tornaram referências no espaço urbano. Terezinha Saldanha aponta como os cabarés estavam associados a frequência das classes sociais mais altas enquanto os bordéis com as classes populares, os tipos de ambientes seriam semelhantes por apresentarem um salão onde prostitutas e clientes socializavam. Já as pensões de mulheres e casas de cômodos seriam espaços destinados ao aluguel de quartos, nem sempre para a prostituição e também associadas as classes populares. As chamadas casas de tolerância têm relação com o registro policial na França, seriam aqueles espaços em que a Polícia permitiu o exercício da atividade³⁴, com o termo se popularizando e sendo utilizado em outros locais. Estas diferentes denominações para os espaços de prostituição serão utilizadas ao longo do trabalho, de acordo com o seu uso na documentação, o que significa que o seu emprego às vezes era generalizado, não respeitando estas especificidades verificadas em outros locais.

Partindo do pressuposto que a prostituição enquanto atividade também se modificou ao longo do tempo e de acordo com o seu contexto, é necessário pensar como era a atividade na cidade de Curitiba e, em especial, no centro populoso e, cada vez, mais modernizado. A análise de jornais e documentos policiais permite pensar a relação da cidade com o meretrício, mas invertendo esta lógica, chega-se há algumas conclusões sobre a configuração da atividade no contexto curitibano. Em centros urbanos maiores, no mesmo período, a hierarquia dentro da atividade parece ter sido mais fixa, possuindo inclusive separações no espaço urbano. Este não parecia ser o caso de Curitiba a princípio, afinal trata-se de uma cidade que ainda lutava

cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 198.

³⁴ SALDANHA, Terezinha. *O comércio do prazer: prostituição em Guarapuava (1945-1964)*. Guarapuava: Unicentro, 2013, p. 150-153.

com questões estruturais como a iluminação e o sistema de saneamento. No entanto, a preocupação da imprensa e da instituição policial apontavam para o caminho contrário.

Apesar de não se equiparar a estrutura de grandes centros, algumas evidências permitem pensar que o meretrício de Curitiba não era simples. Em alguns prontuários, poucas mulheres foram registradas como pertencentes ao alto meretrício, mas o silêncio da documentação também é significativo. O controle policial visava primordialmente os membros dos estratos sociais mais baixos, aqueles que estavam mais afastados do modo de viver e pensar da burguesia. A possibilidade de mudanças na hierarquia interna da prostituição também evidencia uma estrutura mais organizada. Este foi o caso de Antonieta Dino, que foi prontuáriada em 1929 como prostituta e cozinheira e, mais tarde, oito anos depois seria a proprietária de uma “pensão alegre”, na qual trabalhavam três mulheres. Sobre a história de Antonieta falarei mais adiante, por ora seu caso é interessante para ilustrar a possibilidade de mobilidade para as mulheres que não abandonavam a atividade.

A pensão de Antonieta se localizava na rua Desembargador Westphalen, principal zona de prostituição da cidade no período. O endereço, que é o que aparece com maior frequência em prontuários e matérias de jornais, é bastante próximo da principal rua da cidade, a Quinze de Novembro, e localiza-se na região central da cidade. Nas matérias da Gazeta do Povo e do Diário da Tarde, a presença do meretrício nos bairros centrais da cidade era intensa e, para os autores das peças jornalísticas, uma verdadeira epidemia:

Em Curityba as pensões alegres pullulam, como cogumellos em dias de chuva. Em todos os pontos da cidade, em todas as ruas ellas se ostentam em meio de residencias familiares, criando não raro situações difficeis pela maneira como quasi em geral se portam as doudivanas, transgredindo por actos e palavras as leis do decoro.³⁵

Para os jornais, tamanha intensidade na movimentação do meretrício tinha relação direta com a ineficiência da força policial, cobrada de forma recorrente para resolver o problema. Além da interação entre famílias e prostitutas nas ruas centrais da cidade em que se localizavam pensões e bordéis, outros espaços de lazer, típicos dos centros urbanos, eram frequentados pelas meretrizes como restaurantes e bares.

É o caso do *Cabaret Triângulo* que anunciou os seus serviços ao longo de vários dias do mês de agosto de 1931 na Gazeta do Povo. Na propaganda, o estabelecimento anunciava suas atrações:

³⁵ GAZETA DO POVO. *O complexo problema da localização do meretricio quando será resolvido em Curityba?* 18 de dezembro de 1928, p. 3.

Hoje e todas as noites Numeros de Variedades.
 DANSING TRIANGULO JAZZ-BAND.
 Restaurante á la carte.
 O ponto chic de Curitiba.
 Todas as noites mesmo que chova.
 Praça Senador Correa, 89.³⁶

Apesar da publicidade em um dos jornais de maior circulação na cidade e de pontuar que era o *ponto chic* de Curitiba, o estabelecimento não estava isento de aparecer também nas notas policiais, só que desta vez, no Diário da Tarde: “Apresentou queixa ao delegado de Investigações, a mulher Cacilda dos Santos, de que hontem, no bordel 'Triangulo', situado á Praça Senador Correa lhe furtaram um relógio pulseira”³⁷. O outro periódico não hesita em chamar o *cabaret* de bordel e publica o fato sob o título *Nem “ellas” escapam*, sugerindo que Cacilda era meretriz. A preocupação apresentada pelos periódicos em relação ao grande número de prostitutas e aos ambientes em que circulavam apontam para um meretrício mais estruturado, certamente longe da complexidade existente nas maiores metrópoles do país, no entanto, ainda significativo

A relação próxima entre o espaço urbano e a prostituição não garantiu nenhum tipo de legitimidade para a atividade, a necessidade da sua existência fez com que fosse apenas tolerada. Na *História da Sexualidade* e em outros trabalhos, Foucault analisa a relação entre saber e poder, levando em consideração como o conhecimento científico legitimou tomadas de decisão em um nível prático. Ora, a prostituição era encarada como sexualidade desviante pela medicina, no entanto, possuía uma função na sociedade. Cabia ao poder público responder as recomendações de médicos e intelectuais e atender as demandas sociais, realizando o trabalho de vigilância e controle do comportamento não normatizado das meretrizes.

1.2.2 - “Mulheres públicas”: o embaralhamento entre as esferas pública e privada

A relação intensa entre a prostituição e o espaço urbano era um aspecto de relevância para a interferência do poder público. Em primeiro lugar, havia o problema da sífilis nas grandes cidades. As prostitutas eram consideradas responsáveis pela disseminação da doença e a imprensa solicitava ações efetivas para criação de dispensários e maior vigilância com o fim de impedir que mulheres doentes trabalhassem e contaminassem os clientes. Outra

³⁶ GAZETA DO POVO. “*Cabaret Triangulo*”. 05 de agosto de 1931, p. 4.

³⁷ DIÁRIO DA TARDE. *Nem ellas escapam*...07 de janeiro de 1932, p. 8.

demanda da população em relação a prostituição tinha relação com a sua presença no espaço urbano. O trabalho das meretrizes exigia a exposição do corpo e muitas mulheres cumpriam esta etapa da atividade nas ruas das cidades, principalmente aquelas que atuavam no médio e baixo meretrício. A exposição de corpos e de comportamentos inapropriados (como chamar atenção de homens que transitavam pelas ruas através de provocações e palavreado obsceno) representavam um problema para a construção do mundo urbano ideal, afinal, a tal exposição contrariava o que se esperava da imagem do meio urbano, de um espaço útil e higiênico, já que as meretrizes eram constantemente associadas, no imaginário das classes altas principalmente, a doenças, ao esgoto e a sujeira. Temia-se, também, que a juventude se deixasse influenciar por tais comportamentos.

Vários debates foram travados nos meios acadêmicos e políticos a respeito da proibição da prostituição e da interferência do poder público na atividade. Em nível nacional, a repressão às prostitutas ocorreu através da legislação. O Código Penal, elaborado no ano de 1890, transformava em contravenção parte das práticas das meretrizes. Analisarei mais detalhadamente as diferentes contravenções que as enquadravam no segundo capítulo, por ora interessa saber que o poder público tomou medidas para que a exposição excessiva em lugares públicos fosse contida. Sobre a configuração da vigilância na prática é necessário pensar em nível local. Em Curitiba, as delegacias regionais em um primeiro momento, e posteriormente a Delegacia de Costumes, demonstraram grande preocupação com a localização do meretrício e sua exposição nas ruas da cidade; principalmente, porque a imprensa constantemente apontava o problema em suas reportagens. A prática adotada pelo delegado de Costumes com a finalidade de vigiar e controlar meretrizes foi o registro de identificação das prostitutas, que só poderiam exercer a atividade caso obtivessem a certidão de meretrício.

A exposição das mulheres nas ruas das cidades representava um problema considerado de ordem pública, justificando o controle policial. Mas, a vigilância da atividade por parte da polícia muitas vezes ultrapassava o limite entre os âmbitos público e privado. Antes de comentar o embaralhamento entre os espaços público e o privado na ação dos órgãos controladores, é necessário apontar como esta confusão caracterizava a própria atividade da prostituição. Esta característica já estava presente no processo de medicalização da sexualidade. Através da ascensão do pensamento burguês e da valorização da solidão e da intimidade, este aspecto da vida passa a fazer parte do rol de ações que deveriam ser executadas com a mais absoluta privacidade e mantidas sob sigilo. Ao mesmo tempo, e de forma contraditória, com o processo de medicalização abre-se espaço para os diálogos sobre o tema com a figura do representante do saber, o médico. Portanto, mesmo que a sexualidade

pertencesse ao âmbito do privado, uma exceção ao conhecimento científico era realizada. No caso das sexualidades desviantes, doentes segundo o discurso médico, a produção sobre este aspecto íntimo da vida dos indivíduos é intensa, nela corpos e condutas são analisados pela frieza do distante vocabulário acadêmico.

No caso da prostituição, a própria prática já ultrapassava os limites entre um e outro. Pensando a partir das quatro etapas que fazem parte da relação de troca pressuposta na atividade: preparação, exposição, negociação e prestação do serviço; a priori se configurariam da seguinte forma: a preparação e prestação de serviço ocorreriam no âmbito privado. Tanto a atividade de se arrumar, quanto o sexo ocorreriam geralmente, em quartos a portas fechadas e implicavam uma troca entre duas ou mais pessoas, realizada através do contato direto entre os corpos. Já a exposição e negociação pertenceriam ao universo do espaço público, próximas das práticas e interações do mundo comercial e do trabalho e poderiam envolver várias pessoas além da meretriz e do cliente, como cáftens e administradores de hotéis. Neste sentido, a prostituição já apresentaria certa confusão entre os aspectos público e privado. No entanto, este quadro ainda representa uma idealização, já que no cotidiano estas etapas poderiam não se configurar desta forma. Para exemplificar, em grandes metrópoles o baixo meretrício muitas vezes praticava o ato sexual com os clientes em ruas e becos por não poder arcar com o aluguel de quartos. Neste sentido, a configuração da prostituição exercida nos séculos XIX e XX, estava de acordo com o contexto do período, no qual esfera pública e privada passaram a se confundir.

Representando uma sexualidade doente para a medicina e um problema de ordem social para o poder público, os órgãos estatais tornaram-se os controladores da atividade da prostituição. Vigiar uma atividade cuja base era o sexo implicava a atuação do poder público na instância privada do cotidiano dos indivíduos. Várias ações foram propostas e algumas foram empreendidas para evitar a disseminação da sífilis. A comunidade médica foi responsável por uma parte significativa destas propostas e forneceu embasamento bibliográfico para aquelas realizadas por funcionários públicos e políticos. Propostas que iam da criação de dispensários para o internamento de indivíduos contaminados até a criminalização de quem contaminasse outrem sabendo possuir a doença implicavam no conhecimento sobre as relações sexuais dos indivíduos e na proibição da atividade sexual, não só de meretrizes como também dos seus clientes.

A mesma invasão do âmbito privado ocorria em ações policiais. Algumas contravenções nas quais as meretrizes eram enquadradas com frequência, como a embriaguez, diziam respeito a escolhas pessoais do indivíduo. No caso da desordem, outra contravenção

prevista pelo Código Penal, a polícia invadia o limite do privado ao deter pessoas que brigavam em ambientes fechados. Os registros de identificação das meretrizes realizados pelos órgãos policiais também se destacam neste sentido. No caso dos prontuários elaborados em Curitiba, inicialmente a intenção era fornecer certidões para as mulheres que exerciam a atividade permitindo a sua livre circulação nas ruas das cidades. Já a coleta de dados deveria permitir a sua localização através do registro de endereços. No entanto, o formulário de identificação é bem mais complexo, disponibilizando ampla gama de informações para a polícia. O formulário continha imagens fotográficas, impressões digitais e os funcionários responsáveis registravam dados referentes a certas características físicas, disponibilizando o corpo da mulher para análise e verificação de dados. Ficavam disponíveis também dados relativos à família e à situação conjugal da meretriz. O formato do formulário utilizado pela Polícia Civil do Paraná esclarece que dados eram relevantes no ato de vigiar comportamentos desviantes, especialmente aqueles cuja a base do desvio apoiava-se nas práticas da intimidade, refletindo a configuração do exercício do poder, que passa a se preocupar e agir em relação vida privada dos indivíduos.

A identificação das meretrizes em Curitiba se caracterizava como uma prática que articulava o exercício do poder disciplinar com o biopoder: “A sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população. Portanto, ela depende da disciplina, mas depende também da regulamentação”³⁸. O fato de objetivar o controle das sexualidades acentua a característica de um Estado que se articulava através de técnicas governamentais que confundem os parâmetros privado e público, transformando o corpo e a família por exemplo, em objetos de interesse estatal.

A constante interferência do poder público em aspectos da vida privada de seus cidadãos era justificada através da necessidade de garantir uma segurança social. Mas, o embaralhamento dos limites entre o público e o privado, permeava diversas instâncias e caracteriza o período analisado no qual o pensamento racional se torna dominante e os grandes centros urbanos são responsáveis pela formação de novas sensibilidades. Para Richard Sennett, o início deste processo se dá através da ascensão e predominância da esfera privada sobre a pública, efeito de mudanças ocasionadas por uma crise nas formas de expressão pessoal no ambiente público e que culminaram com a predominância da personalidade no estabelecimento de relações sociais. Os apontamentos feitos por Sennett na obra *O declínio do homem público* esclarecem, para um espaço mais amplo, questões verificáveis na vigilância

³⁸ FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: o curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 300.

ao meretrício no contexto curitibano. O clamor popular pela ação policial efetiva em relação a prostituição tem como argumento principal a preservação da instituição familiar.

A família ocupa espaço central nas mudanças relativas à valorização do espaço privado, constituindo um refúgio para as individualidades, especialmente no contexto de crescimento dos centros urbanos, que representava o contato com a multidão de rostos desconhecidos. No entanto, o autor relativiza que se a idealização da família era um refúgio da vida privada, o âmbito público poderia representar um refúgio em relação ao espaço privado, especialmente para os homens. Isto porque o domínio público representava coisas diferentes para homens e mulheres, se a vida pública constituía um espaço de imoralidade, para o gênero masculino esta representava a liberdade em relação a sua sexualidade e ao peso da responsabilidade de ser o governante de sua casa. Já para as mulheres, a imoralidade do espaço público relacionava-se a perda da inocência e a violação³⁹.

No início do século XX, esta concepção relacionada ao período anterior já sofre mudanças graças aos efeitos dos movimentos feministas que reivindicavam outros espaços de atuação para as mulheres, garantindo-lhes uma maior liberdade no espaço urbano⁴⁰. Ainda assim, esta mobilidade era delimitada pelas atividades realizadas na rua e pelo horário em que ocorriam, o uso diferente do espaço urbano do que aquele recomendado estava diretamente relacionado a sua moralidade⁴¹. A prostituta, portanto, é considerada “mulher pública” porque ocupa o espaço urbano, em momentos particulares, e de uma forma particular: enquanto as “mulheres honesta”, as mães de família ou mulheres trabalhadoras, devem circular pela cidade discretamente em direção ao trabalho, ao domicílio, à lojas e confeitarias, de preferência acompanhadas, as meretrizes tratavam as ruas como um palco, transformando sua passagem em espetáculo e escândalo. Já o cliente ao utilizar os serviços da “mulher pública” está exercendo sua liberdade, se refugiando do âmbito privado.

Esta oposição entre a “mulher honesta” e a “mulher pública” é significativa. Sueann Caulfield explica que a honestidade da mulher tinha um significado diferente da masculina:

³⁹ SENNETT, 1988, p. 39.

⁴⁰ A reivindicação feminina mais reconhecida historicamente, ao final do século XIX e começo do século XX, é o direito ao voto. No entanto, neste período, diferentes grupos de mulheres, desde a elite letrada até operárias ligadas aos partidos de trabalhadores, expuseram demandas das mais diversas em busca da igualdade de direitos. Parte da bibliografia da área de estudos de gênero denomina este período como “primeira onda feminista”. Ver: ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Abril Cultural/Editora Brasiliense, 1985.

⁴¹ Martha de Abreu Esteves relata como a presença das mulheres em praças, ruas e pensões era utilizada como argumento de advogados de defesa em processos judiciais de estupro e defloramento no Rio de Janeiro do começo do século XX. Ver: ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Um homem honesto era aquele considerado um bom trabalhador, respeitável e leal; ele não desonraria uma mulher ou voltaria atrás em sua palavra. Em contraste, a honestidade feminina referia-se à virtude moral no sentido sexual, e esse era um tópico de grande preocupação teórica e da jurisprudência.⁴²

Portanto, ser uma “mulher pública” tinha uma relação direta, inclusive nas instâncias legais, com a sexualidade. Desta forma, o ambiente público estava ligado as sexualidades desviantes. O exemplo mais óbvio são as prostitutas que usavam as ruas como local de trabalho, mas as reclamações também se estendiam às mulheres que se encontravam com namorados nas ruas:

Subimos a praça Tiradentes e alguns bancos 'camaradas' ouviam lindas historias de amor. Rumamos até os bairros mais chegados do centro e a mesma promiscuidade de costumes. Não raro casaes amorosos se separavam à nossa aproximação.⁴³

Mais adiante, o autor da matéria aponta como as árvores da praça Carlos Gomes eram “cúmplices” de cenas pouco edificantes. Árvores, bancos, o escuro da noite mal iluminada pela municipalidade, a própria cidade se tornava parte ativa das expressões imorais e públicas da sexualidade.

O comportamento de clientes e, principalmente, prostitutas era vigiado e controlado pelo Estado conforme demandava a sociedade. Michel Foucault, em curso ministrado no Collège de France no ano de 1978, analisa a configuração do poder público neste momento de confusão entre o público e o privado e o caracteriza pela governamentalidade, uma forma complexa de poder cujo o alvo é a população, sua principal forma de saber é a economia política e que utiliza como instrumentos dispositivos de vigilância e controle⁴⁴. A criação da Delegacia de Costumes, em 1928, e o início do registro das meretrizes, em 1929, corroboram o caráter de governamentalidade do poder público na cidade de Curitiba. Nos moldes estabelecidos por Foucault funcionariam como dispositivos de segurança, com o intento de controlar parte da população na sua intimidade. Este controle se direcionava diretamente à prostituta, mas também alcançava possíveis clientes, cáftens, colegas de atividade e as mulheres em geral, que não poderiam divergir de uma expectativa de comportamentos ou ocupar um espaço diferente na cidade com o risco de serem associadas a prostituição.

As práticas da governamentalidade também são perceptíveis nos processos de urbanização das cidades. Para Paulo César Garcez Marins, o Rio de Janeiro no contexto

⁴² CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Tradução: Elizabeth de Avelar Solano Martins. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000, p. 77.

⁴³ GAZETA DO POVO, *Coisas que não podem perdurar*. 01 de maio de 1930, p. 1

⁴⁴ FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 143-144.

republicano seria alvo de projetos de reforma que representavam “tentativas de controle das moradias, no sentido de harmonizar as vizinhanças e estender à dimensão coletiva, pública, os padrões de privacidade controlada e estável”⁴⁵. Magnus Roberto de Mello Pereira aponta como os chefes das famílias da burguesia ervateira, já na segunda metade do século XIX, buscavam instalar suas grandes residências na cidade de Curitiba em espaços afastados do centro comercial da cidade: “Nesta zona residencial, o burguês bem-sucedido apresentava a sua face tranquila. Longe do mundo dos negócios, ele e sua família poderiam ir ao Passeio Público”⁴⁶. Os ideais urbanos das elites locais e do poder público em relação ao espaço urbano são frustrados pelo próprio crescimento populacional urbano.

Marins atribui a falha do projeto urbanístico de inspiração parisiense na cidade do Rio de Janeiro ao fluxo de imigrantes que chegavam todos os dias à capital federal. A chegada de imigrantes a Curitiba também foi significativa, mas a falha na implantação de um projeto que racionalizaria o espaço urbano da cidade tem as suas especificidades. Na sua dissertação de mestrado, Alexandre Benvenuti demonstra como parte da população da cidade usava as páginas do periódico *Diário da Tarde* para reclamar de problemas de infraestrutura e segurança da cidade, reiterando o imaginário do poder público em relação à cidade moderna e as funções do espaço público⁴⁷.

Quando se tratava das queixas relativas à segurança pública, elas se voltavam com frequência para a existência de estabelecimentos que eram considerados antros das “classes perigosas”, espaços como botequins e bares que reuniam pessoas embriagadas, meretrizes e indivíduos suspeitos e onde se realizavam jogos de azar. Outra reclamação comum era sobre a presença de prostitutas nas ruas. Os protestos da população curitibana tinham relação com a presença de comportamentos e indivíduos que atrapalhavam os planos de um meio urbano higiênico, esteticamente agradável e prático. Neste sentido, o que ficava no caminho da organização ideal do espaço público eram as populações das classes populares.

A presença das classes populares, mas, principalmente, de comportamentos que afrontavam a noção de bons costumes, apesar dos esforços, não foram contidas. Se no Rio de Janeiro, as resistências a derrubada dos cortiços e os acontecimentos da Revolta da Vacina vem chamando atenção de historiadores sobre a posição ativa das classes populares na

⁴⁵ MARINS, Paulo César Garcez. *Habitações e vizinhanças: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 137.

⁴⁶ PEREIRA, 1996, p. 109.

⁴⁷ BENVENUTTI, Alexandre Fabiano. *As Reclamações do Povo na Belle Époque: a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909-1916)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, 2004, p. 143.

reordenação do espaço público, na cidade de Curitiba elas aparecem de forma mais sutil. Em relação a prostituição, as reclamações da população no Diário da Tarde têm como foco ruas como a Saldanha Marinho, a Racticliff e a Visconde de Guarapuava; os mesmos lugares que no início da década de 1930 residiram boa parte das meretrizes registradas pela Delegacia de Costumes indicando que a questão não foi resolvida pelas autoridades.

A presença dos grupos que degradavam o meio urbano provocou as mais diversas manifestações de interferência por parte do poder público, medidas que zelavam pelo fim da “promiscuidade” tantos em espaços públicos, como as ruas, mas também, em espaços privados, como as residências das populações mais pobres, justificada em nome da “profilaxia”. Especificamente no caso de Curitiba, a disputa entre as táticas governamentais no sentido de controlar a população e a resistência dos indivíduos, cada vez em maior número, parecem marcar o processo de modernização da cidade.

O controle da população tem relação direta com a economia política como forma de saber⁴⁸ e que no caso de Curitiba, tinha como projeto a transformação da cidade em um modelo ideal, uma cidade moderna e higiênica. Nestes termos, o discurso científico também pode ser considerado como um dispositivo de segurança; em seguida analisarei que produções do saber científico e jurídico foram relevantes para a classificação da prostituta enquanto empecilho a realização deste projeto.

1.3 - A produção discursiva sobre a prostituição

1.3.1 - A sexualidade como domínio da ciência

O método escolhido para compreender o lugar da prostituição na sociedade urbano-moderna foi analisar as formações discursivas que auxiliaram a significar a atividade da prostituição naquele contexto. Margareth Rago, na obra *Prazeres da Noite*, explica que os discursos científico e jurídico foram responsáveis por dar um significado para a atividade a partir do século XIX⁴⁹ e embasaram o senso comum e políticas públicas que classificavam a prostituição enquanto um “problema de ordem social”. A produção de médicos, antropólogos, cientistas sociais e juristas sobre o assunto foi de fato prolífica; como a pesquisa se volta para a situação curitibana, serão destacadas algumas produções e temas específicos que parecem relevantes para os debates que ocorreram no contexto da cidade.

⁴⁸ FOUCAULT, 2008, p. 144.

⁴⁹ RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

Já foi comentado sobre a interferência médica no âmbito privado a partir da sexualidade. Michel Foucault delimita temporalmente o final do século XVII para o desenvolvimento de uma ciência da sexualidade⁵⁰. Para o autor, a formulação de discursos sobre o tema, que reorganizariam os parâmetros para se falar sobre o assunto, não tinha uma função exclusivamente restritiva, mas sim, de reordenação da economia do sexo de forma que obtivesse uma utilidade: “cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo”⁵¹.

Cabe situar o sexo e a sexualidade diante do advento da modernidade. A reorganização dos parâmetros entre os séculos XVII e XVIII enunciada por Foucault teve consequências nas esferas pública e privada. O sexo passou por um processo, já completamente consolidado no século XIX, em que se tornou um ato da intimidade. Se antes o ambiente doméstico propiciava o compartilhamento de experiências físicas e gestuais entre os indivíduos, estes atos e comportamentos passam a ser encerrados em ambientes fechados mesmo dentro das casas e compartilhados apenas por duas pessoas: “Eram frouxos os códigos da grosseria, da obscenidade, da decência, se comparados com os do século XIX”⁵². Este compartilhamento relacionado ao sexo também se estenderia ao médico, mas o ato em si deveria estar restrito a privacidade e intimidade do quarto do casal. A restrição do espaço ao qual pertencia o ato sexual recrudescer o estabelecimento de regras de conduta, algo também já consolidado no século XIX. Estas regras eram herdeiras de um moralismo religioso que lhe antecedeu, mas assumiu novos contornos com o domínio do discurso científico em relação ao tema.

No entanto, o interesse em falar sobre sexo foi algo que aumentou substancialmente como aponta Foucault, fato que remete ao papel da medicina, mas também do estabelecimento de falas ilegais e marginais sobre o tema. A circulação de material pornográfico era algo que ocorria desde a difusão da imprensa escrita, mas, com a reestruturação do espaço urbano e a transformação das sensibilidades do habitante das metrópoles, o sexo proibido toma as proporções de espetáculo. Ao lado de lojas de departamento e automóveis, toda uma estrutura voltada para o sexo que não era praticado no contexto doméstico se organiza. A apresentação de filmes e de danças, a circulação de material impresso e a própria prostituição fomentavam várias áreas da economia. Estas experiências de formas de sexualidade caracterizavam-se por proporcionarem sensações

⁵⁰ FOUCAULT, 1988, p. 19.

⁵¹ Ibidem, p. 30.

⁵² Ibidem, p. 9.

fragmentadas e desconexas, próprias da modernidade urbana. O filme e a fotografia da nudez são intermediados pela tecnologia, não requerendo o contato entre dois indivíduos e tornando a experiência sexual ainda mais individualizada. Os shows eróticos caracterizavam-se pela decoração e luzes que desviavam a atenção do corpo e a prostituição, a expressão mais pessoal de todas, era intermediada pela troca comercial. Ao mesmo tempo, as expressões proibidas da sexualidade ocorriam a altos preços⁵³, gerando lucros e colaborando com a estrutura econômica.

Apesar de aparentar uma transgressão, estas expressões da sexualidade não negavam os parâmetros de organização do tema, já consolidados no século XIX. O sexo realizado para a reprodução só era considerado saudável se oposto a outros tipos de sexualidades; estas, por sua vez, preservavam suas características fetichistas e espetaculares através da manutenção desta oposição. Estas expressões economicamente rentáveis da sexualidade, assim como outras que não se envolviam com os meandros do capital, passam a ser consideradas heterogeneidades sexuais. Para Foucault, este processo ocorre no século XIX, quando houve uma “uma dispersão das sexualidades, um reforço de suas formas absurdas, uma implantação múltipla das 'perversões’”⁵⁴. O foco da ciência da sexualidade deixa de ser o ambiente doméstico-familiar para se concentrar no que escapa destes padrões, categorizando uma série de práticas dentro do domínio do desvio.

A prostituição se encaixava na categoria de heterogeneidade sexual, ao mesmo tempo que ocupava um espaço na economia do sexo, porque segundo o discurso científico a sexualidade masculina era mais acentuada em relação a da mulher, de forma que a dinâmica entre maridos e esposas seria desigual e não funcionaria. Portanto, colaborava com a manutenção do sexo para a reprodução dentro do casamento. No entanto, o ato de vender o corpo não era considerado normal, condição que a ciência se dedica a explicar através dos parâmetros da racionalidade e da comprovação através de métodos de experimentação. Esta anormalidade era relacionada a condição de doença pelo conhecimento médico, mas a constante interação entre as ciências naturais e as ciências sociais, conferem a atividade da prostituição, e de outras práticas sexuais consideradas desviantes, uma proximidade com a criminalidade e a loucura. Esta aproximação entre as mulheres que vendem seus corpos com criminosos e alienados ocorre no âmbito dos discursos científicos que classificaram as ações como desvio e tentaram explicá-las através da fisiologia e da sociologia. A antropologia criminal foi uma destas disciplinas que associaram a prostituição com a criminalidade e se

⁵³ FOUCAULT, 1988, p. 10.

⁵⁴ Ibidem, p. 44.

destaca pela importância que o pensamento de Cesare Lombroso, seus discípulos e os seus críticos da escola francesa obtiveram no mundo ocidental, especialmente no que tange a esfera do poder, sendo relevante para determinar novas práticas nos tribunais de justiça e em relação às políticas públicas.

1.3.2 - Antropologia criminal: criminalidade e prostituição

O marco inicial da antropologia social foi a publicação, no ano de 1876, do livro *O homem criminoso (L'Uomo Delinquente)*, de autoria de Cesare Lombroso. Para Pierre Darmon, a obra lombrosiana se destaca por inserir o tema da criminalidade sob o domínio das ciências médicas⁵⁵. Apesar de outros trabalhos chegarem a conclusões próximas a de Lombroso em períodos anteriores, a repercussão d'*O homem criminoso*, a formação de um campo do saber, denominado de antropologia criminal e a sua relevância para a escola positiva da área do direito penal⁵⁶, destacam a obra do autor italiano.

As principais ideias de Cesare Lombroso na obra associam a criminalidade e outros desvios, que podem ser de característica sexual, com a fisiologia do indivíduo. Para chegar as suas conclusões, realizou incontáveis experimentações, tanto em pessoas vivas quanto em cadáveres, medindo várias partes de corpos de responsáveis por crimes ou delitos. Através desta intensa investigação, chegou à conclusão de que a criminalidade era definida por condições fisiológicas, resultado da transmissão de caracteres primitivos entre as gerações e que provocavam tendências criminosas e antissociais⁵⁷. Esta característica de atraso fisiológico, também identificada em outros grupos étnicos, aproximava o criminoso de homens primitivos que não conseguiriam conter impulsos violentos e moralmente condenáveis. Tal condição era identificada através do corpo, que apresentava características específicas que remetiam a sua condição primitiva, como uma marca que denunciava o atraso.

O atavismo defendido por Cesare Lombroso estava associado ao conceito de “loucura moral”, criada pelo médico James Cowley Prichard em 1835, para definir aqueles que não possuem a capacidade de decidir entre o certo e errado⁵⁸. Estes conceitos associam a criminalidade as condições de doença e loucura. O impacto destas conclusões foi enorme já que tinham implicações diretas no sistema penal, afinal se esta era uma condição fisiológica,

⁵⁵ DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na “Belle Époque”*: a medicalização do crime. Tradução: Regina Grisse de Agostino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 55.

⁵⁶ FERLA, Luis Antonio Coelho. *Feios, sujos e malvados sob medida*: do crime ao trabalho, a utopia médica do bio-determinismo em São Paulo (1920-1945). Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo, janeiro de 2005, p. 16.

⁵⁷ DARMON, 1991, p. 52.

⁵⁸ Ibidem, p. 40.

deveria ser levada em consideração no momento de penalização de um crime, questão que era vocalizada com frequência nos congressos de antropologia criminal por cientistas e mais tarde por bacharéis tributários da escola positiva.

No ano de 1895, Lombroso publica em colaboração com o prof. William Ferrero, a obra *A mulher criminosa e a prostituta*⁵⁹. Apesar de ter realizado algumas avaliações relativas ao corpo feminino na sua principal obra, é neste trabalho que realmente se dedica ao tema. Nele, enfatizou a inferioridade natural da mulher em relação ao homem no que se refere a sua atividade intelectual e sensibilidade. Para os autores, a crueldade, a mentira e a vingança eram características naturais das mulheres. No entanto, se a condição feminina já era próxima da “loucura moral” esta poderia ser suprimida pelo instinto maternal, por uma piedade que seria naturalmente feminina e pelo senso de pudor:

[...] when piety and maternal sentiments are wanting, and intensely erotic tendencies, much muscular strength and a superior intelligence for the conception and execution of evil, it is clear that the innocuous semi-criminal present in the normal woman must be transformed into a born criminal more terrible than any man.⁶⁰

As reflexões de Foucault a respeito das mudanças de parâmetro em relação à sexualidade e da vontade de falar sobre o tema são observáveis na obra dos autores. Para Ferrero e Lombroso, a sexualidade era um fator preponderante para explicar o comportamento feminino, as mulheres normais eram caracterizadas por uma sexualidade branda, ao passo que criminosas natas teriam uma sexualidade exagerada, marcada por sentimentos intensos e pelo impulso: “If sexuality comes to complicate jealousy and vengeance these manifest themselves under a more terrible aspect than usual”⁶¹. Em *The female offender*, a sexualidade feminina de criminosas e prostitutas é explorada e classificada como desviante e apontada como um dos sinais da degenerescência destas mulheres.

Ao longo de sua investigação, Lombroso e Ferrero perceberam nas criminosas e nas prostitutas, justamente, a falta do instinto materno e do senso de pudor que as distanciariam da loucura moral. Constataram, também, nas prostitutas uma tendência ao tribadismo e uma sensibilidade aguçada em relação ao ato sexual, que associa a “sobrevivência arcaica de um passado longínquo, no decurso do qual a liberdade sexual era a norma”⁶². A prostituta era uma variação do louco moral por não saber distinguir entre o vício e a virtude, por ser atraída pelo proibido. Na obra dos italianos, questões como a sexualidade feminina e a maternidade são

⁵⁹ FERRERO, William; LOMBROSO, Cesare. *The female offender*. D. Appleton & Co.: Nova York, 1898.

⁶⁰ Ibidem, p. 151.

⁶¹ Ibidem, p. 157.

⁶² DARMON, 1991, p. 62.

tratados como pertencentes ao âmbito da natureza, reforçando com o seu discurso uma construção social que relaciona o gênero feminino com determinadas funções e embasando estas informações com a autoridade que a ciência lhe concedia. Esta análise que enfatiza a função da mulher como mãe e esposa na sociedade, é um exemplo da oposição que a prostituta representava à mulher idealizada.

Os trabalhos de medições e experimentações foram realizados com mulheres presas de diversas localidades e com resultados enviados por colaboradores para Lombroso. Uma das conclusões é que o número de mulheres que apresentavam anomalias degenerativas era significativamente menor do que de homens, significando que o número de criminosas ocasionais era maior do que de criminosas natas. Comparando as prostitutas com criminosas, o número de mulheres que apresentavam anomalias que remetiam a ancestralidade era maior⁶³. Apesar do elemento da degenerescência não ser tão influente, segundo os autores, para a criminalidade feminina, isso não significa que a “loucura moral” não as atinja de outra forma:

We saw, indeed, that the crania of male criminals exhibited 78 per cent of anomalies, as against 27 per cent in female delinquents and 51 per cent in prostitutes; but we also saw that the monstrosities in which women abound are forms of disease, consequent on disorder of the ovule.⁶⁴

Para os autores, a propensão ao crime no gênero feminino tem relação com a especificidade do seu corpo e, em especial, do sistema reprodutor. Como tais elementos influenciariam no comportamento não foi explicado. Sobre a prostituição, especificamente, os autores apontam que a mulher primitiva raramente era assassina, mas sempre foi uma prostituta até eras “semi-civilizadas”. O que explicaria porque identificou um maior número de anomalias nos crânios destas do que nos de criminosas⁶⁵. O corpo aparece como protagonista da obra. Segundo os autores, mesmo quando havia a influência de fatores ambientais, ainda é sobre os corpos que atuam e as consequências destas modificações apareceriam gerações depois.

Segundo as conclusões de Lombroso, a prostituição era uma condição pré-determinada, portanto de certa maneira inevitável. No entanto, nesta obra o médico previu a possibilidade de existirem mulheres prostituídas que não eram fruto da degenerescência, podendo ser levadas ao exercício da atividade por fatores externos como a sugestão de um homem, o mau exemplo ou a pobreza. A influência dos fatores de ordem social no desvio de comportamento era a razão dos debates que Lombroso e seus discípulos travavam com diversos membros da

⁶³ FERRERO; LOMBROSO, 1898, p. 104-106.

⁶⁴ Ibidem, p. 107.

⁶⁵ Ibidem, p. 111.

comunidade científica que passaram a criticar as suas conclusões. Dentre os principais críticos estava o médico e professor francês Alexandre Lacassagne, que deu início a estudos na área da antropologia criminal, mas com um enfoque nas causas ambientais e sociais da criminalidade.

As disputas entre as escolas italiana e francesa da antropologia criminal ocorreram no contexto do final do século XIX. As duas perspectivas representaram um impacto na área do saber que se dedicava ao crime. A associação de tendências criminais com o corpo do indivíduo motivou diversos trabalhos para o desenvolvimento de práticas de identificação que pudessem auxiliar o cotidiano policial, como a antropometria judicial e o sistema datiloscópico. Já as pesquisas que associavam a criminalidade com fatores sociais foram relevantes para a atuação da chamada “medicina política”, termo que designa a “intervenção normativa da medicina sobre objetos da vida social”⁶⁶. A antropologia criminal, desde o lançamento da obra *L'uomo delinquente*, transformou-se abandonando determinadas concepções simplistas e se aproximando da perspectiva psicologizante. No entanto, no início do século XX, apesar das mudanças, algumas permanências são perceptíveis no campo de saber. Segundo Ferla, “o que permite identificar uma linha de continuidade entre os dois períodos é a permanência da patologização do ato antissocial, ainda que orientada por conhecimentos médicos mais sutis e sofisticados”⁶⁷.

Logo os estudos relativos a criminalidade, desenvolvidos nas áreas da medicina e da sociologia, foram incorporados nas discussões das academias de Direito no que se referia a Penalogia. A fim de analisar a implantação de vários programas da escola positiva de Direito Penal, Ferla propõe investigar em sua tese de doutoramento, os indivíduos e instituições que constituíram uma rede de interesses articulados a partir das concepções da escola. Para tanto, prioriza na pesquisa a investigação dos “espaços em que tal programa e as ideias científicas relacionadas foram produzidos, reproduzidos e por onde circularam”⁶⁸. Esta proposta de análise parece interessante para compreender como as pesquisas da antropologia social eram assimiladas e interpretadas em um contexto diferente daquele da sua produção, processo que ocorreu em diversos locais nas nações ocidentais e que reforçou o estatuto de verdade do pensamento científico.

Seguindo um caminho diferente daquele traçado por Ferla, não recorrerei as instituições e a produção médica, mas sim, aos ecos desta produção em outras esferas, que

⁶⁶ ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*, p. 32.

⁶⁷ FERLA, 2005, p. 16-17.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 53.

reafirmam a condição do discurso científico enquanto um paradigma estabelecido e circulante. Após a criação, em 1905, do Gabinete Antropométrico pela Polícia Civil do Paraná, o *Diário da Tarde* faz uma visita a instalação a fim de observar os trabalhos ali executados, encontrando dois homens prestes a serem examinados. Tratavam-se de dois homicidas que tiveram seus exames antropométricos acompanhados de perto pela equipe do jornal. O escritor da matéria afirma que sua ignorância não permite sentenciar sobre o que observou o que não impede que expresse suas opiniões da mesma forma:

O exame craneológico não deveria assignalar, nem depressão frontal, nem prognatismo exagerado. A este respeito, no nosso modo de ver, o sentenciado deveria apresentar somente estas anomalias, que no dizer de Naecke, nada tendo de especificas, são comtudo flagrantes indicadoras de inferioridade orgânica.⁶⁹

Ao observar os exames, o jornalista também exprimiu suas opiniões, quase como se realizasse uma espécie de teste a partir das suas leituras na área da criminologia, buscando ele mesmo nos examinados os sinais da criminalidade em seus corpos.

Mas nem todas as manifestações da assimilação das ideais preconizadas pela antropologia criminal ocorreram em contextos tão relacionados com o campo como um exame antropométrico. Em nota assinada com a sigla C. T., a vinda de imigrantes ou “sangue novo” é celebrada no *Diário da Tarde* por vir combater os “esgares inexpressivos de fisionomias imbecilizadas pelo alcool de quatrocentos anos de orgias, por quatro séculos de degenerescência”⁷⁰ que seriam características do povo naquele momento, só não fica claro se o autor se refere ao contexto nacional ou paranaense. A solução do problema era a eugenia, tema que estava em voga nos circuitos acadêmicos no período. O uso de termos como “degenerescência”, “atávica” e “nevrose” indicam a familiaridade com a antropologia criminal e uma afinidade com a escola de vertente biologizante. Mas o “povo pobre, doente e triste” não é o único a ser referenciado na matéria, o autor critica a instituição policial por ser oportunista em relação às práticas contraventoras, mesma crítica presente de forma veemente nos trabalhos do bacharel Evaristo de Moraes, crítico enfático da regulamentação policial da prostituição e de repercussão nas faculdades de direito e nas delegacias de polícia, apesar das críticas.

A matéria em questão era engajada ainda com questões que relacionavam a ciência com práticas sociais, mas a abrangência do discurso científico do século XX já ultrapassava em muito as barreiras entre as colunas de opiniões balizadas dos periódicos e as matérias

⁶⁹ DIÁRIO DA TARDE. *O Gabinete Anthropometrico*. 17 de maio de 1905, p. 1.

⁷⁰ DIÁRIO DA TARDE. *A dolorosa alegria...* 13 de fevereiro de 1929, p. 6.

sobre o cotidiano urbano. Em 1929, o Barranco, casarão que alugava quartos para mulheres do baixo meretrício e era ponto de encontro da marginalidade curitibana, foi finalmente fechado pela Polícia. Sobre os seus frequentadores, o escritor da matéria sobre o tema no *Diário da Tarde* diz o seguinte: “Moral e physicamente atrophiados os habitantes de tais bibacos, não tem hesitações no saciamento das estranhas nevroses que os dominam, fornecendo ao noticiario sensacionalista dos jornaes os mais succulentos pratos...”⁷¹. Como o local era conhecido pelas frequentes cenas de violência e desordem, a explicação para tais fatos é feita com o uso de termos médicos. A assimilação dos conceitos da antropologia criminal e a sua instrumentalização por parte da comunidade em geral possui relação direta com a necessidade de explicar comportamentos desviantes e, em alguns casos, antissociais, em torná-los acessíveis e parte do paradigma racional. Para Clóvis Gruner, este tipo de explicação serviria como consolo para o desconforto que a vivência no conturbado meio urbano provocava no indivíduo: “É nas ciências que se buscarão alternativas para uma compreensão mais profunda e racional do mal-estar que aflige a sociedade, bem como os meios para remediá-lo”⁷².

A relação entre o ato considerado antissocial era associada com a animalidade ou com a condição primitiva do homem com frequência nos periódicos, popularizando cada vez mais estes conceitos. E, ao tratar destes atos antissociais, era inevitável que referências as ações do poder público fossem realizadas, evidenciando também como o Estado era visto pela população: como o responsável pela solução daqueles problemas que impediam a realização de um plano maior. O discurso científico chega a instituição policial ainda no século XIX e é responsável por mudanças nos procedimentos e no desenvolvimento de novas práticas. O cientista, que dependia das forças de segurança inclusive para fazer suas pesquisas com presos, se aproximava cada vez mais da instituição até que finalmente, através da instalação de gabinetes de identificação e institutos de medicina legal, torna-se parte do conjunto.

Em Curitiba, a criação da Delegacia de Costumes ocorreu no ano de 1928 e data do começo de 1929 o primeiro relatório da repartição enviado para o então chefe de Polícia, Dr. Arthur Ferreira dos Santos, e reenviado pelo mesmo em conjunto com o relatório geral da chefatura de Polícia para o seu superior, o Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública. Os relatórios das demais delegacias apresentavam os resultados das repartições através de dados numéricos e estatísticas, mas como a Delegacia de Costumes tinha poucos resultados

⁷¹ DIÁRIO DA TARDE. *Era uma vez o “Barranco”*... 06 de fevereiro de 1929, p. 1.

⁷² GRUNER, Clóvis. *Paixões torpes, ambições sórdidas: transgressão, controle social, cultura, e sensibilidade moderna em Curitiba, fins do século XIX e início do XX*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, 2012, p. 90.

efetivos em termos numéricos, o delegado da época, Francisco Raitani, prefere discorrer a respeito das atribuições da delegacia, apresentando um breve resumo das circunstâncias naquele momento e apresentando possíveis ações.

Apesar de constituir um documento pequeno, podemos verificar certas semelhanças entre a apresentação de Francisco Raitani e os conceitos desenvolvidos e divulgados pela antropologia criminal. Por exemplo, assim como nos discursos científicos, a questão da prostituição era constantemente associada com a criminalidade no relatório do delegado: “Acresce, ainda, que os prostíbulos constituem antro onde quasi sempre se reúnem vadios, turbulentos, bebedos, suspeitos contra quem cumpre a polícia estar sempre vigilante e attenta”⁷³. Verifica-se, nos itens que registra como proibidos às prostitutas, uma identificação com as explicações sociais para os desvios de comportamento, ao preconizar a proibição do exercício da atividade onde haja venda de bebidas alcoólicas e estar acompanhada por menores de idade⁷⁴.

Estas ações propostas por Raitani tem várias semelhanças com uma série de medidas desenvolvidas pelo antigo delegado de polícia de São Paulo, Cândido Motta. Os itens que eram proibidos às meretrizes, a maioria relacionados com a exposição e desordem em ambientes públicos, foram publicados por Motta e distribuído entre as mulheres das zonas da capital paulista. Para justificar suas ações, o antigo delegado utiliza como recurso a escrita de um artigo explicando as suas ações intervencionistas ao ser criticado no que tange a liberdade do indivíduo, opondo a sua atuação ao regulamentarismo que considerava uma forma de castigo oficial⁷⁵. A proposta de escrever artigos que justifiquem as ações policiais, empreendida tanto por Cândido Motta, já no final do século XIX, quanto por Raitani na Curitiba do final da década de 1920, demonstram a proximidade entre a academia e as instituições policiais. Nos dois textos o recurso de referenciar autores, de diversas nacionalidades inclusive, é utilizado demonstrando certa erudição dos delegados em relação aos temas, assim como, a importância que o campo científico assumira na esfera da prática social.

No caso do delegado de Costumes de Curitiba, a partir da sua trajetória, é possível perceber o seu envolvimento com espaços e grupos relacionados tanto com a circulação do pensamento científico, quanto com a afirmação do modo de viver burguês. Nascido no ano de

⁷³ Relatório apresentado ao Dr. José Pinto Rebello, Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, pelo chefe de Polícia, Dr. Arthur Ferreira dos Santos, 1928. p. 12-13.

⁷⁴ Ibidem, p. 12.

⁷⁵ MOTTA, Cândido. *Prostituição. Polícia de Costumes. Lenocínio*. Revista da Faculdade de Direito de São Paulo, v. 5, 1897. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo. ISSN 2318-8227. In: <http://www.revistas.usp.br/rfdsp/article/view/64953/67565>, p. 311.

1897, na cidade de Rio Grande (RS), muda-se para Curitiba ainda criança. Advogado de formação, foi professor da área nas Faculdades de Direito e Ciências Econômicas e, antes de ser nomeado delegado de Costumes, exerceu o cargo de auxiliar da Procuradoria Fiscal da Prefeitura, em 1924. Mais tarde, atuaria como jornalista e ocuparia uma cadeira na Academia Paranaense de Letras.

Apesar de apresentar este viés de ordem sociológica no relatório, o delegado decide empreender um sistema de identificação para as prostitutas que registra também dados do corpo, além de informações sobre o aspecto social. Tanto o relatório do delegado, quanto suas ações denotam que na instância prática talvez não fosse possível ou necessário se ater a apenas uma linha explicativa quando se tratava da criminalidade, como ocorria nos meios acadêmicos.

1.3.3 – Médicos e bacharéis discutem a prostituição

A antropologia criminal constituiu um marco para os estudos sobre a criminalidade por incorporar a medicina ao rol de saberes autorizados que versavam sobre os atos e indivíduos que rompiam com o ato social. Ao longo do século XIX, depois que o médico já tinha se tornado figura importante na normatização da vida íntima familiar, se tornou figura central para a normatização das cidades. O meio urbano era comparável a um corpo humano e deveria ser extirpada as doenças e impurezas com o fim de alcançar a harmonia, ou seja, a ordem social. Para Magali Engels, os médicos são os “primeiros disseminadores de um projeto de normatização do espaço social urbano inspirado nos padrões burgueses de modernização e progresso”⁷⁶.

A preocupação do saber médico com o espaço urbano se refletiu em estudos relativos ao urbanismo, as condições climáticas e condição social de seus habitantes. A metáfora da cidade doente e impura estava relacionada ao imaginário social que associa a pobreza e a imoralidade com a sujeira, neste sentido contaminavam o ambiente urbano aqueles grupos cujo comportamento desviante era exercido nas ruas da cidade: mendigos, prostitutas, menores abandonados, entre outros. Portanto, estes comportamentos desviantes, cujo problema era de ordem moral, passavam a ser do interesse da medicina política. Em relação a prostituição especificamente, a atividade já figurava no domínio da medicina por se tratar de uma expressão da sexualidade que fugia das normas e, portanto, considerada doente.

⁷⁶ ENGEL, Magali Gouveia. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, p. 39.

O principal tema, que motivava a inclusão da medicina nos debates a respeito da prostituição, é a disseminação da sífilis. As políticas públicas que visavam controlar a doença sempre contavam com a liderança de um membro da comunidade médica. Mas, a sífilis não era a única doença contagiosa pelas quais as prostitutas eram responsáveis, segundo os médicos. Afinal, consideravam a doença moral também contagiosa, transformando a exposição de *censo abjetas* nas ruas das cidades em mais uma questão que exigia tratamento⁷⁷. A exposição do meretrício na cidade de Curitiba era um dos aspectos que mais chamavam atenção, a polícia era frequentemente cobrada pela imprensa, que se preocupava com os efeitos que tais imagens poderiam ter sob os mais novos e fracos de espírito. Francisco Raitani, por sua vez, demonstrou no seu relatório se preocupar com a questão ao afirmar que sempre tinha em vista medidas que coíbam as exposições imorais⁷⁸. Apesar de não haver nenhuma referência a comunidade médica no relatório do delegado, as questões que faziam parte daquele campo de saber também figuravam em seu texto. A coerência entre as propostas da medicina política com as propostas de Raitani indicam a circularidade das ideias entre os âmbitos médico, jurídico e policial também no que se refere a regulamentação da prostituição.

Diante das aproximações feitas pelo discurso científico entre a criminalidade e a prostituição, o receio em relação a disseminação da sífilis e as reclamações relativas a presença da prostituta no espaço urbano surge o debate sobre a regulamentação da prostituição. De um lado estavam os regulamentaristas, que defendiam o controle da prostituição por parte do estado, e do outro estavam os proibicionistas, que defendiam a criminalização da atividade. Este debate tinha lugar tanto nas academias de medicina, quanto na produção jurídica e foi apresentado de forma sucinta pelo delegado Raitani para os seus superiores através do relatório de 1928.

Classificado como proibicionista pelo delegado Francisco Raitani, o advogado criminalista Evaristo de Moraes dissertou sobre a questão na obra *Ensaio de Patologia Social*. O bacharel considera a regulamentação por parte da polícia e da medicina arbitrária: “[...] arbitrário, inútil, ineficaz e, até certo ponto, prejudicial à solução do temeroso problema da defesa coletiva contra as consequências do meretrício”⁷⁹. Ainda em conclusão às análises e estudos que realiza sobre a questão aponta que: “[...] a adoção deste sistema desmoralizado, que só serviria, sem dúvida, para dar ocupação a algumas dezenas de jovens médicos e abrir novo e vasto campo às arbitrariedades, às extorsões e a outras infâmias policiais”. Outro

⁷⁷ ENGEL, 1988, p. 88-89.

⁷⁸ Relatório apresentado ao Dr. José Pinto Rebello, 1928, p. 12.

⁷⁹ MORAES, Evaristo. *Ensaio de patologia social*. Rio de Janeiro: Grande Livraria Editora, 1921. p. 193.

argumento do grupo de proibicionistas era que a regulamentação colocaria o estado em posição de apoio aos atos imorais cometidos tanto por prostitutas, quanto por seus clientes. Mas, as críticas realizadas por Evaristo de Moraes a própria instituição policial enquanto responsável pelo controle do meretrício, parecem suficientes para que o delegado Francisco Raitani se posicione contrariamente.

A regulamentação da prostituição, preconizada pela Academia Nacional de Medicina, por exemplo⁸⁰, tinha como argumento principal a disseminação da sífilis. O tratamento da doença justificava a interferência do saber médico, assim como várias ações que se baseavam no controle e vigilância de corpos e sexualidades. Ao se posicionar a favor da regulamentação da prostituição, Raitani afirma que “assim se impõe, sob certa medida, a regulamentação, pelo menos para salvaguarda da saúde e moralidade pública”⁸¹. Reproduz o discurso de um juiz que, baseado na opinião do autor de *La prostitution clandestine à Paris*, Oscar Commenge, comparou a questão com a interferência do Estado em questões como o trabalho de mulheres e crianças em fábricas, acidentes de trabalhos e a disseminação de epidemias⁸².

No Brasil, esta discussão não foi resolvida através da legislação, o Código Penal de 1890 criminalizava o lenocínio e outras formas de colaboração com o exercício da prostituição através dos artigos 277 e 278 e nos anos posteriores, através das leis que complementam a legislação penal, mas silencia quando se trata de proibir a atividade em si e incriminar as mulheres que a exercem⁸³. O que não implica que Francisco Raitani não tenha empreendido, na esfera local, uma forma de regulamentação, afinal, a partir de 1929 até 1937, as meretrizes deveriam apresentar a certidão de meretrício para exercer a atividade. Naquele contexto, os discursos científico e jurídico possibilitavam a ação na prática social, sua enunciação já empoderava e restringia indivíduos. Segundo Foucault, o domínio do poder sobre o sexo ocorre através da linguagem, um ato discursivo que a própria enunciação já garante como estado de direito⁸⁴. O posicionamento de Raitani, embasado por esse saber autorizado no relatório da nova delegacia permitiu o empreendimento de novas práticas por parte da Polícia Civil em relação ao meretrício.

⁸⁰ MAZZIEIRO, João Batista. *Sexualidade criminalizada: prostituição, lenocínio e outros delitos* – São Paulo 1870/1920. São Paulo: Revista Brasileira de História, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000100012&script=sci_arttext. Acesso em agosto de 2015.

⁸¹ Relatório apresentado ao Dr. José Pinto Rebello, 1928, p. 12.

⁸² Ibidem, p. 13.

⁸³ Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>> Acesso em junho de 2016.

⁸⁴ FOUCAULT, 1988, p. 93.

Capítulo 2 – Lutando contra o desvio: dispositivos e práticas de repressão à imoralidade

Este capítulo tem como objetivo analisar as dimensões práticas dos discursos normativos. As formações discursivas, cujos objetivos eram categorizar e classificar o outro, tinham seu espaço na Academia e nos espaços de debates exclusivos dos homens de saberes, mas também circularam a ponto de informar as práticas cotidianas nos mais diferentes lugares. Este processo de circulação do saber científico e jurídico, no entanto, não era unilateral. Teorias e debates de cunho científico e jurídico eram assimilados pelo poder público e pelos grupos sociais letrados e ressignificados de acordo com os diferentes contextos nos quais eram inseridos, provocando uma reformulação singular de categorias originais e práticas de controle que respondiam as demandas locais.

Através da análise de três diferentes tipologias documentais: a legislação representada pelo Código Penal de 1890, reportagens e crônicas publicadas na imprensa curitibana e os relatórios de atividades da Polícia Civil do Paraná; será possível perceber a presença do discurso de origem europeia, associada a questões pertinentes ao Brasil como, por exemplo, a imigração e a miscigenação racial. Da mesma forma, as ideias de pensadores brasileiros chegavam até intelectuais e autoridades curitibanas, inspirando os sonhos de uma Curitiba-metrópole. Esta interação foi responsável pelas especificidades relativas a idealização de um espaço urbano, mas também da enunciação das ameaças destes ideais. Dos grupos considerados perigosos e que circulavam pelo meio urbano, nos interessa particularmente os discursos e práticas que remetem aqueles que ameaçavam a ordem pública através do seu comportamento.

Para analisar como estas diferentes fontes compreendiam e significavam os grupos que ameaçavam a ordem pública, os nomearei aqui de *mala vida*. Este termo foi cunhado por um subgênero dos estudos criminológicos relacionada a Escola Antropológica Italiana que se dedicava a pensar, analisar e classificar um grande e diversificado número de indivíduos que viviam nos *fronterizos del delito*, segundo o criminologista argentino José Ingenieros⁸⁵. Se caracterizavam por um modo de viver que se opunha radicalmente ao ideal burguês, flertando frequentemente com o comportamento criminoso, se mantendo através de negócios escusos e imorais e fugindo do controle e da punição. O estudo da *mala vida* buscava as manifestações

⁸⁵ MARÍN, Ricardo Campos. Los fronterizos del delito. Las relaciones entre crimen y mala vida en España e Argentina a comienzos del siglo XX. In: MIRANDA, Marisa. SIERRA, Álvaro Girón. *Cuerpo, biopolítica y control social: América Latina y Europa en los Siglos XIX y XX*. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana, 2009, p. 115.

mais cotidianas da anormalidade e da degeneração, os desvios de conduta e sua aproximação com o delito⁸⁶. Esta definição se aproxima dos discursos que analisarei aqui, eles buscavam definir os comportamentos considerados imorais no cotidiano urbano e propor formas de vigilância e controle para estes grupos a partir das condições do contexto nacional. A princípio, pensarei estas questões a partir da análise de determinados artigos do Código Penal do ano de 1890; e, posteriormente, no âmbito urbano e cotidiano da cidade de Curitiba através da análise de reportagens de jornal e do relatório de atividades elaborado pelo delegado de Costumes da cidade, no ano de 1928. Dentre os inúmeros grupos pertencente a *mala vida* que aparecerão na documentação, nos interessa particularmente o grupo das prostitutas, cujo comportamento se destaca por não atender aos padrões comportamentais esperados das mulheres.

2.1 - Meretrizes como contraventoras: o Código Penal de 1890

A atividade da prostituição possui um caráter ambíguo em relação a sua permissividade no âmbito da legislação. Comumente, existem três sistemas legais referentes a prostituição: o abolicionismo, o regulamentarismo e o proibicionismo; a política adotada depende de cada estado. No Brasil, atualmente, se adota o sistema abolicionista no qual a profissional do sexo é considerada vítima de um agenciador, este atuando na ilegalidade⁸⁷. Apesar do caráter oficial deste sistema, garantido pelo Código Penal em vigor desde 1942⁸⁸, seus princípios já estavam enraizados no código anterior do ano de 1890, no qual o exercício do lenocínio já era considerado crime, mas o exercício da prostituição por maiores de idade não motivava nenhum tipo de sanção oficial.

No entanto, a prostituição era analisada e estudada por criminalistas e juristas que buscavam explicações, sejam biológicas ou sociológicas, para o seu exercício. Ao pesquisar o contexto, no final do século XIX, no qual o termo criminológico *mala vida* foi forjado, o pesquisador argentino Ricardo Campos Marín, enfatiza a preocupação de estudiosos da criminalidade com aqueles comportamentos que estavam no limite do delito e que, em comparação com o ato criminoso efetivo, eram mais frequentes. Estas manifestações

⁸⁶ MARÍN, 2009, p. 117.

⁸⁷ SILVA, Mario Bezerra da. *Profissionais do sexo e o Ministério do Trabalho*. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XI, n. 59, nov. 2008. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5233>. Acesso em agosto 2015.

⁸⁸ Trata-se do Capítulo V intitulado “Do lenocínio e do tráfico de mulheres”. In: BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em outubro de 2016.

desafiavam a ordem social e a moral burguesa ocorrendo em locais centrais das cidades e participando ativamente do cotidiano urbano.

Neste sentido, a legislação não era completamente alheia ao comportamento desviante do meretrício. O Código Penal de 1890 previa como contravenção aquela manifestação que atenta contra a ordem pública, abrindo precedentes para que a liberdade do indivíduo encontre certa limitação comportamental e possa ser vigiada e controlada. Portanto, se a troca do ato sexual por um valor monetário não era passível de intervenção, outros comportamentos relacionados com a atividade eram. Nos prontuários de identificação das meretrizes, elaborados pela Polícia Civil no Paraná, o espaço dedicado a registrar as detenções por contravenções era utilizado com uma frequência muito maior do que o espaço dedicado a crimes cometidos contra a pessoa ou a propriedade. Haviam aquelas faltas registradas como atentado à moral e desordem que decorriam diretamente do exercício da atividade, como a exposição de corpos em lugares públicos e as constantes brigas entre prostitutas, clientes e cafetões. E aquelas que não eram diretamente relacionadas com a prostituição, mas constituíam comportamentos que orbitavam no seu entorno como a embriaguez e a desobediência.

A relevância das questões de ordem moral, próprias do meio privado, e a sua relação com o âmbito público eram uma das características do Código Penal de 1890⁸⁹. Esta característica chama atenção da historiadora Martha de Abreu Esteves, que aponta como um modelo específico de família passa a ser considerada a base para a organização social almejada⁹⁰. Este modelo, apesar de patriarcal, colocava a mulher no centro das atenções ao responsabilizá-la por manter os membros da família focados no trabalho e longe de distrações e lazeres que atrapalhassem este processo, como as festas populares e botequins. O foco na mulher responsável pela ordem doméstica também motivou estudos no âmbito da medicina.

Como foi citado na primeira parte do trabalho, médicos e cientistas, já no século XIX, passaram a dar atenção a sexualidade feminina, tornando-a primeiramente objeto do saber médico e, posteriormente, estabelecendo um modelo de comportamento que prezava pela castidade antes do casamento e pela fidelidade posteriormente. O Código Penal criminalizava comportamentos que ameaçassem este ideal. Por exemplo, no Título VIII, denominado “*Dos Crimes Contra a Segurança da Honra e Honestidade das Famílias e do Ultraje Público ao Pudor*” exemplifica como o aspecto privado das famílias e o ambiente público das ruas,

⁸⁹ BRASIL. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acesso em agosto de 2016.

⁹⁰ ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 76.

acabaram fazendo parte da mesma categoria perante o poder público. O artigo 38, do Título IV, que determina quais circunstâncias agravantes prevalecem sobre as atenuantes, também chama atenção neste sentido: a letra B parágrafo 1, considera agravante se o criminoso for “*avesado a praticar más acções, ou desregrado de costumes*”. Portanto, a inadequação a um padrão de comportamento seria levada em consideração no julgamento de ato criminoso, como se este estivesse diretamente relacionado ao desregramento dos costumes. O modo de viver da *mala vida* era potencial de um ato criminoso, o que justificava sua vigilância.

As contravenções já relacionadas que geravam a detenção de meretrizes em Curitiba enfatizavam a disseminação de determinados valores que caracterizaram a legislação penal. A começar pelo artigo 282, *Do ultraje público ao pudor*, contravenção que mais facilmente atingia as prostitutas. Este artigo se encaixa na categoria de mecanismo de controle do meretrício especificamente, já que o corpo da prostituta é uma parte relevante da atividade e sua exposição era essencial para atrair clientes. Esta exposição é que era proibida pelo artigo 282, cujo texto descreve exposições impudicas, atos e gestos obscenos, atentatórios ao pudor como passíveis de punição de um a seis meses de prisão. No caso dos prontuários, os registros das contravenções contam com a informação da data de entrada e saída da prisão e era padrão nestes casos, geralmente registrados como atentado à moral, que a detenção durasse apenas um dia ou, mais provavelmente, uma noite. Outro elemento que chama a atenção no texto do artigo é a ênfase ao caráter público da violação: para que ocorresse era necessário que se realizasse em lugar público ou frequentado pelo público e que fossem ações que “ultrajam e escandalizam a sociedade”. A ocorrência de atos considerados imorais em espaços públicos tinha relação com as tentativas do poder público de controlar estes espaços e estabelecer sua utilidade e funcionalidade, ao mesmo tempo, que tentava determinar em que espaços os atos impudicos e a exposição do corpo poderiam ocorrer, ou seja, encerrá-los em espaços fechados e autorizados para determinadas práticas, como os quartos das casas das famílias e das casas de tolerância.

Outro motivo para a detenção de meretrizes registrado nos prontuários era a desobediência. Previsto pelo Código Penal, estaria sujeito a prisão aquele que “Desobedecer á autoridade publica em acto ou exercicio de suas funcções, deixar de cumprir suas ordens leaes, transgredir uma ordem ou provimento legal emanado de autoridade competente”⁹¹. Novamente o cotidiano do meretrício nas cidades é alcançado pela legislação, já que este item atingia diretamente a relação delicada entre a força policial e as mulheres prostituídas. É

⁹¹ BRASIL, 1890, artigo n. 135.

possível pensar que o texto vago do artigo 135 não regulava de forma efetiva relações tão específicas entre autoridades e população e que o interesse em evitar arbitrariedades em relação aos grupos marginalizados não fosse prioridade dos legisladores. Nos prontuários, as detenções decorrentes de interações conflituosas entre meretrizes e policiais receberam diferentes registros como desobediência e desrespeito, resultando em várias prisões para uma mesma prontuária e, em algumas ocasiões, acompanhado do registro de embriaguez. Nos jornais do período que circulavam na cidade, não é difícil encontrar reportagens à respeito do despreparo e abuso de violência por parte da guarda responsável pelo policiamento da cidade, considerada despreparada por alguns membros da imprensa curitibana⁹². Uma legislação que não limitava a ação policial associada com o despreparo e a falta de estrutura da Polícia Civil tornava as condições propícias para as mais diversas cenas de confronto entre população e as forças policiais.

Como dito anteriormente, em algumas ocasiões nos prontuários, o conflito entre meretrizes e policiais estava associado ao estado de embriaguez das mulheres. A condição de embriaguez também era prevista pelo Código Penal como passível de punição através do artigo 396: “Embriagar-se por habito, ou apresentar-se em publico em estado de embriaguez manifesta”⁹³. A relação entre o meretrício e o alcoolismo era um assunto comumente tratado pelos médicos e juristas que pensavam a prostituição, apontando para a inclinação habitual das prostitutas para o alcoolismo, como resultado tanto de inclinações biológicas ou devido aos fatores sociológicos. Uma característica da *mala vida*, segundo os criminologistas que a estudavam, eram os estigmas que marcavam os indivíduos, estas marcas não eram físicas, mas sim, morais e o alcoolismo era um destes estigmas⁹⁴, ao repreender este comportamento específico, a legislação se voltava a grupos específicos de indivíduos que não se adaptavam. O texto do código demonstra preocupação com os distúrbios que uma pessoa alcoolizada poderia causar nos espaços públicos e que resultariam em acontecimentos pontuais problemáticos, mas também, representavam uma preocupação a longo prazo, permitindo a detenção daqueles que se embriagavam habitualmente e, não necessariamente em público, interferindo novamente na vida privada de seus cidadãos a fim de regular hábitos e comportamentos.

⁹² Dentre outros casos registrados pelo jornal Gazeta do Povo, no ano de 1928, destaca-se o caso de Anália Gonçalves dos Santos que, embriagada, causava distúrbios na Praça Zacarias o que motivou a sua prisão por três guardas civis. Segundo testemunhas que estavam no local, ao resistir a prisão, a mulher foi espancada pelos guardas. O autor da nota aponta ainda que a surra deve ter continuado na delegacia, já que viu manchas de sangue em um corredor ao visitar o prédio para averiguar a informação. Ver: GAZETA DO POVO. *Guardas civis espancam barbaramente uma mulher*. 29 de julho de 1928, p. 2.

⁹³ BRASIL, 1890, artigo n. 396.

⁹⁴ MARÍN, 2009, p. 135.

A desordem também foi registrada nos prontuários acompanhando, em determinadas situações, a condição de embriaguez. A detenção por desordem não estava prevista diretamente no Código Penal, podendo ser relacionada ao ultraje ao pudor ou a desobediência. Provavelmente, esta categoria agregasse todos os elementos considerados desviantes pela ordem. A categoria “desordem” poderia referir-se à participação das meretrizes em reuniões e festividades em locais como botequins e bailes, ou em suas residências e casas de tolerância. Estas confraternizações eram uma parte relevante da vida noctívaga das cidades gerando reações da imprensa e por parte da polícia como será visto mais adiante. Outros registros que aparecem mais raramente na folha de contravenções dos prontuários são as ocorrências mais graves de furto e agressão, apesar de constituírem crime. É provável que o registro destas ocorrências fosse feito como contravenção nos prontuários por serem fruto de denúncias e acusações e constituírem apenas suspeitas. Em conjunto com as outras condutas puníveis já enumeradas, estas acusações resultariam em um quadro comportamental que casa com o padrão de *mala vida* estabelecido pelo saber médico e científico. Portanto, se a manutenção de valores familiares e de uma ética do “trabalho formal e honesto”, ou seja, de um ideal burguês, era parte relevante da constituição do Código Penal de 1890, o meretrício, enquanto grupo que desafiava tais valores, era enquadrável não pela natureza da atividade, mas sim, e justamente por comportamentos que desafiavam tais valores.

Mas a prostituta não figura no Código Penal apenas como culpada de irregularidades, também era considerada vítima em determinadas circunstâncias. O artigo número 268 define como crime forçar uma mulher, virgem ou não, ao ato sexual. Mas, o primeiro parágrafo do artigo faz a ressalva de que caso a mulher estuprada seja mulher pública ou prostituta a pena que antes era de um a seis anos de prisão celular diminui para seis meses a dois anos. Ao analisar os processos criminais que denunciavam os crimes de estupro e defloramento, Martha Esteves identifica a culpabilização da mulher como uma das estratégias dos advogados de defesa. Em uma sociedade marcada pela desigualdade entre gêneros, as mulheres muitas vezes tinham que provar ter um comportamento que não justificasse o abuso por parte dos homens; no caso das prostitutas, as condutas já eram desviantes e, portanto, perante a lei justificavam o ato violento por parte dos homens. A violência sexual masculina contra a prostituta era digna de repressão mais branda já que aquelas mulheres se submetiam a um estilo de vida que permitia certa liberdade, considerada anormal, da sexualidade. A questão da honra também era determinante, a reputação da mulher perante a sociedade após sofrer um ato de violência sexual era uma questão central na criminalização do estupro, a tolerância maior

com os crimes cometidos contra prostitutas relacionava-se também ao menor prejuízo que causaria para estas mulheres, que já eram mal faladas perante a sociedade.

Outra ocasião em que a prostituta aparecia como vítima de um crime no Código Penal de 1890 é nos artigos 277 e 278. O texto do artigo 277 criminalizava os atos de excitar, favorecer ou facilitar a prostituição e o artigo 278 criminalizava a indução de mulheres à prostituição através de força ou da exploração de sua miséria, assim como, prestar assistência, habitação e auxílios para o exercício da atividade. Muitas dúvidas surgiram em relação a redação do artigo 278. O advogado criminalista Evaristo de Moraes trata da questão na obra de 1921, *Ensaio de Pathologia Social*, reproduzindo inclusive um processo judicial no qual o dono de uma hospedaria no Rio de Janeiro e seu funcionário eram acusados de lenocínio através do artigo em questão, por permitirem a prática do ato sexual no seu estabelecimento, causando uma longa deliberação dos advogados de defesa a respeito da redação do texto legal. Os questionamentos envolvendo o texto resultaram em uma nova redação, através da lei n.º 2992 de 25 de setembro de 1915 que incluíam como puníveis a manutenção e exploração de casas de tolerância e admitir, em sua residência, a prática de atos “libidinosos”⁹⁵.

A lei busca também detalhar as formas de exploração das mulheres pelos cáptens informando que “alliciar, attrahir, ou desencaminhar” tanto maiores de idade, quanto menores, virgens ou não, constituíam crime de lenocínio. A “ameaça, violência, fraude, engano, abuso de poder, ou qualquer meio de coacção” agora estavam previstos pela lei, assim como o sequestro de pessoa com a finalidade da prostituição, este último ponto atentando para a questão do tráfico de mulheres europeias para cidades como São Paulo e Buenos Aires. A preocupação com o tráfico internacional ainda é reforçada pela observação que declara que as ações previstas pela lei serão punidas mesmo que realizadas em outros países. Outros adendos foram incluídos com a intenção de reprimir o lenocínio: em 1921, se institui a impossibilidade de fiança para o crime e a expulsão de estrangeiros que tenham sido julgados culpados e punidos. Moraes ainda chama atenção para o parágrafo da lei 2992 que permite a *ação de qualquer do povo* em relação aos termos da legislação, reforçando a importância dada a repressão do lenocínio. A possibilidade da denúncia por qualquer cidadão, reforçava algumas características já presentes no Código de 1890: a disseminação de um padrão comportamental que, desta forma, poderia ser observado e denunciado pela população em geral caso fosse desviado.

⁹⁵ MORAES, Evaristo de. *Ensaio de pathologia social*. Rio de Janeiro: Grande Livraria Editora, 1921, p. 337.

As transgressões contempladas pela legislação oficial demonstram a atenção por parte do poder público aos grupos da *mala vida*. Cabe questionar qual era o lugar ocupado pelas transgressões e seus autores no cotidiano das cidades. Este trabalho será realizado através de duas tipologias de fontes cuja finalidade original eram diferentes uma da outra. Primeiramente, recorrerei as fontes jornalísticas para pensar as diferentes formas de manifestação da *mala vida* em Curitiba. Em seguida, será analisada a reação da instituição policial ao incômodo representado pelo desvio no ambiente urbano.

2.2 - A *mala vida* habita Curitiba: comportamento desviante e controle na imprensa curitibana

As matérias que utilizarei neste capítulo são do ano de 1928, escolhido por ser o ano da criação da Delegacia de Costumes pelo então chefe da Polícia Civil do Paraná, Arthur Ferreira dos Santos. Para este período, o único jornal que está disponível atualmente é a Gazeta do Povo, exemplares dos outros dois periódicos que circulavam em Curitiba no período, o Diário da Tarde e A República, só estão disponíveis a partir de 1929. Serão analisadas também duas crônicas, publicadas na revista O Paraná, e que versam sobre a relação entre o cotidiano de uma cidade que se pretende moderna e metropolitana e a população que não corresponde aos padrões preconizados pela elite.

É importante esclarecer que nos jornais do período não havia identificação do autor nas matérias, portanto, ao longo da pesquisa percebe-se opiniões diferentes e, muitas vezes, contraditórias em relação a presença dos grupos de comportamentos desviantes no período pesquisado. No entanto, um elemento que parece unânime na opinião dos jornalistas é o crescimento da cidade de Curitiba, e esta também era a razão das frequentes reportagens criticando a falta de policiamento na cidade. A posição da Gazeta do Povo em relação à Polícia Civil do Paraná era bastante crítica no período. Apesar de, segundo uma matéria do próprio jornal, esta não ser uma razão para impedir possíveis elogios a instituição e, em especial, ao chefe de Polícia que também aparecem em matérias sobre melhorias de infraestrutura. Constante fonte de assunto no periódico, o tratamento do tema da falta de policiamento apresenta em determinados escritos uma interessante perspectiva sobre a vida criminal no cotidiano da cidade, como fica mais claro no título da matéria de 22 de agosto de 1928: “*Em meio da deficiência policial, a camaradagem dos malandros*”⁹⁶.

⁹⁶ GAZETA DO POVO. *Em meio a deficiência policial, a camaradagem dos malandros*. 22 de agosto de 1928, p. 1.

Como em várias peças sobre o tema, os repórteres saem para uma caminhada pela cidade a fim de escrever as suas impressões. Neste caso escolhem o domingo, dia de lazer dos cidadãos curitibanos, que consistia basicamente segundo os jornalistas de aproveitar sessões de cinema: matinês para os jovens acompanhados dos pais e, mais tarde, ocorriam as sessões dedicadas aos adultos. O percurso que escolhem para tal caminhada percorre ruas que hoje são conhecidas como parte do centro da cidade, mas que para o autor de outra matéria eram um “pouco afastadas”⁹⁷. Para os repórteres apenas a rua XV de Novembro, conhecida como a “artéria principal da cidade”⁹⁸, possuía policiamento e nem sempre o suficiente para o movimento intenso da via. Em sua caminhada, observaram que as residências passavam boa parte do tempo vazias aos domingos à noite, os galinheiros ficavam destrancados e mesmo assim nenhuma ocorrência de roubo era registrada. Com comicidade, apontaram que nos vários botequins da cidade se registram “bebedeiras grossas”, mesmo assim, são raros os distúrbios nestes locais e que era recorrente que pessoas embriagadas adormecessem na rua sem serem incomodadas por ladrões. Mesmo a passagem pela repartição de polícia naquela noite de domingo não apresentou nenhum fato interessante para constar nas notas policiais, o único detido era um “pau d’água” que estava “curtindo uma daquelas” segundo o guarda de plantão. Apesar de não ser o foco principal da matéria, destaca-se o fato de que a embriaguez era digna de nota nas observações dos repórteres. O alcoolismo, mais uma vez, se destaca por ser um fator de relevância para as teorias sobre a degeneração social e constituíam um elemento formativo dos comportamentos da *mala vida*. Apesar de soarem inofensivos em suas confusões no botequins e cochilos na via pública, algum guarda achou pertinente deter um embriagado, cujo comportamento ameaçava a ordem pública naquela noite do dia 22 de agosto. Da mesma forma, as sempre breves notas policiais sobre as detenções diárias são elucidativas em relação ao incômodo que homens e mulheres embriagadas causavam.

Destaca-se na matéria, o autor apontar como a falta de policiamento em Curitiba não era exatamente um problema imediato para o curitibano. Reforçando a ideia de uma cidade pacata e ordeira, com uma criminalidade relativamente inativa, o autor apoia a prevenção de possíveis males e violências através do aumento do policiamento e do melhor preparo por parte dos guardas, porque aqueles ativos no momento “mal 'digerem' o trânsito!”⁹⁹. A matéria do dia 19 de julho do mesmo ano, apesar de não afirmar com tanta clareza a inatividade de criminosos em Curitiba, reforça esta imagem. Muito semelhante a matéria do dia 22 de agosto,

⁹⁷ GAZETA DO POVO. *Curitiba, cidade despolicada*. 19 de julho de 1928, p. 1.

⁹⁸ GAZETA DO POVO, 22/08/1928, p. 1.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 1.

também foi escrita como relato do passeio feito pelo escritor e alguns companheiros por ruas da cidade que circundam a rua XV de Novembro em um domingo à noite, novamente com o objetivo de verificar as condições do policiamento na cidade. As críticas a falta de guardas em ruas consideradas periféricas no centro da cidade são bem semelhantes a outra matéria, no entanto aqui o autor enfatiza elementos que tornaram o passeio menos tranquilo, passando a imagem de uma cidade atravessada por ruas mais perigosas. Como elemento que contribui para o perigo, destaca a iluminação precária das ruas. Ao chegarem a praça Tiradentes, escura e escura, a impressão é de “um lugar far-westiano”¹⁰⁰, acabam se assustando com o vulto de uma estátua ao confundi-la com um malfeitor. A reação do jornalista e do grupo de amigos, curiosamente, é de decepção: “Sentimos deveras, porque fazíamos grande empenho do vulto ser um salteador e de nos atacar”¹⁰¹. Tal desapontamento pode ser explicado pela ânsia de ter material para reforçar a tese de que a cidade realmente precisava de mais policiais ou pelo ímpeto corajoso de reagir à ação do malfeitor, já que o grupo portava uma arma que foi sacada no momento do susto. De qualquer forma, a criminalidade em Curitiba parece não ser muito ativa aos domingos, já que, fora a estátua, não houve nenhum incidente envolvendo perigos concretos também neste passeio.

Apesar de não registrarem nenhum incidente realmente grave e da decepção por não encontrarem nenhum “salteador”, andar por ruas mal iluminadas e sem segurança gerou inúmeros sustos e uma reação defensiva por parte do grupo, afinal estavam armados. Fica evidente que não consideravam andar pelas ruas de Curitiba uma experiência segura. O receio do grupo de amigos do jornalista é um bom exemplo dos medos despertados pelo meio urbano em seus cidadãos, medo que se manifesta quando o ambiente urbano está envolto pela escuridão da noite, quando não é possível ver a ameaça que transita tão bem entre ruas e becos e que conhece a outra cidade, envolta pelas sombras e repleta de esconderijos. A relação entre medo, modernidade e cidade não para por aí na escrita da matéria, afinal o grupo tinha acabado de sair da tradicional sessão cinematográfica dos domingos e quando passa pela praça Tiradentes envolta pelo isolamento da escuridão à compara com os cenários dos filmes de faroeste. Se ir ao cinema aos domingos era um lazer recorrente de parte da população curitibana, a imagem cinematográfica era perfeitamente compreensível para o leitor do jornal para exemplificar o vazio da praça Tiradente domingo à noite. A experiência cinematográfica fazia parte do cotidiano de parte da população curitibana e era utilizada como instrumento de linguagem para expressar sensações referentes as experiências urbanas.

¹⁰⁰ GAZETA DO POVO, 19/07/1928, p. 1

¹⁰¹ Ibidem, p. 1.

Se, ao final do passeio, não encontraram nenhum ladrão ou possível agressor que justificasse a necessidade de policiamento na cidade, o grupo de amigos andarilhos encontrou os resultados de comportamentos que comprometiam a ordem pública: se na reportagem do dia 22 de agosto o alcoolismo se destaca como um hábito problemático, o repórter da matéria do dia 19 de julho (pode ser a mesma pessoa que escreveu as duas matérias, não é possível saber) encontra vários sinais de vandalismo como lâmpadas quebradas, árvores depredadas e bueiros sem tampa. A falta de iluminação em ruas e praças foi atribuída, em parte, a esses atos de vandalismo. Segundo o repórter, andar pelas ruas da cidade se transformava em uma experiência perigosa devido a escuridão dos ambientes públicos e inúmeras valetas e bueiros abertos pelas ruas; a matéria aponta que atos de vandalismo como estes não ocorreriam se o policiamento fosse mais efetivo, ou seja, cabia a Polícia prevenir e reprimir comportamentos que comprometessem a ordem pública. As duas matérias sobre a falta de policiamento são bastante elucidativas em relação a algumas dinâmicas do cotidiano da cidade como a rotina de parte da população em seu horário de lazer e as condições físicas do meio urbano, especialmente o entorno da principal rua da cidade, a XV de Novembro. Também já se delineia, através delas, alguns comportamentos problemáticos para o meio urbano, como a embriaguez e o vandalismo; assim como, a sensação de medo gerada pela experiência urbana e que nem sempre era justificada na prática.

Outra faceta do urbano curitibano aparece na matéria intitulada *Quando há estrelas no céu e calor sobre a terra...*¹⁰², publicada em 19 de outubro de 1928, trata-se da sua boemia. À semelhança das matérias anteriores, também foi composta depois de um passeio noturno pelas ruas de Curitiba, desta vez com a intenção de relatar como era a boemia curitibana. Os responsáveis pelas matérias anteriores, andaram pela cidade nos meses de julho e agosto, período de inverno rigoroso, o que gerava uma movimentação menos intensa nas ruas durante as noites. Para o repórter da publicação de outubro, o clima mais quente tornou a boemia curitibana mais ativa. Novamente, se critica a falta de policiamento relacionando em tom irônico esta falta com o clima de frio intenso: “Quando encontrávamos algum guarda civil em nossas peregrinações, ficávamos embasbacados diante do fenômeno...”¹⁰³. Apesar do movimento de guardas com a mudança do clima não ter mudado muito, segundo o autor, em compensação as ruas e botequins se transformaram em palcos para um desfile de personagens boêmios e cenas pitorescas.

¹⁰² GAZETA DO POVO. *Quando ha estrellas no céu e calor sobre a terra...* 19 de outubro de 1928, p. 1, 3.

¹⁰³ Ibidem, p. 1.

Pelo caminho cruzaram com automóveis, alguns em alta velocidade, e com orquestras tocando tangos de sucesso nos salões de baile e “valsas deslambidas”. O autor, que também estava acompanhado por um grupo de amigos, através de suas observações em tom sarcástico, revela uma atitude classificatória em relação aos boêmios da cidade. Às músicas feitas pelas orquestras, referia-se com termos como som indecifrável, canção hedionda, deslambida valsa sentimental. Já em relação aos músicos, descreve um dos serenatistas que encontrou pelo caminho da seguinte forma: “um preto com ares de capoeira e malandragem”; em outro ponto encontra os responsáveis pela valsa deslambida, que chama de um “grupo de almofadinhas”¹⁰⁴.

O seu percurso passa pela rua Racticliff, em frente ao “Barranco”, espaço que reúne “gatunos e malandros” e área de atuação do baixo meretrício. Segundo o autor, o local é célebre pelos incômodos que causa à polícia. Lá o grupo presencia uma briga logo interrompida por um guarda civil, o relato do diálogo que o repórter e o seu grupo acompanha também apresenta pontos interessantes: tudo começa com o desafio de um homem a outro, no qual um oponente foi desafiado ao ter sua masculinidade posta à prova. Ao longo da discussão, diz ao desafeto em certo ponto que aquele tinha “cara de negro”, o que quase dá início a um ataque físico. Uma voz feminina, em falsete, interfere; a mulher em questão foi reprimida por um dos homens. Como o “Barranco” é uma conhecida zona de meretrício, a mulher em questão se não era prostituta, circulava por ambientes que garantiam para aquela sociedade que ela era. Depois da interrupção do guarda civil, o grupo do jornalista vai embora “duvidando da valentia” dos envolvidos que se amedrontaram diante das reprimendas do oficial. Além do “Barranco”, descreve outros espaços frequentados pela diversa boemia curitibana, como bares e botequins pelos quais passam. Em um deles descreve uma imensa gritaria ocasionada pelo jogo, em outro entram para comprar fósforos e saem embriagados pela fumaça; por fim, chegam a uma confeitaria frequentada pelos “boêmios finos”, descritos como pessoas que não possuem o estigma do alcoolismo, mas que bebem porque tiveram algum desgosto na vida. Por fim o autor declara: “Curitiba tem de tudo, de tudo e nada nos falta”¹⁰⁵, apontando a diversidade de tipos e cenas que identificou na agitada noite quente da cidade.

Tal diversidade no cenário noturno provocou no autor a sensação de estranhamento diante do excêntrico e do anormal. A noite, mais uma vez, apareceu como cenário de comportamentos que fogem às normas e o clima era um fator de relevância para aumentar a quantidade e variedade de manifestações. Nota-se que a dita boêmia, curiosa e excêntrica para

¹⁰⁴ GAZETA DO POVO, 19/10/1928, p. 1.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 3.

o autor, tem algumas especificidades que, a exemplo de alguns discursos do saber, o jornalista associa com determinados grupos. A questão racial, por exemplo, aparece duas vezes no texto: na primeira delas, o autor associa a cor da pele do músico com a malandragem, na outra aparece como uma ofensa, que ao ser pronunciada, resulta em uma resposta violenta. Outro grupo que figura na descrição do jornalista, era a representação feminina mais reconhecida da *mala vida*, a prostituta; assim como, a falta de trabalho, tema que aparece frequentemente como preocupação nos discursos das esferas de poder. Ao utilizar termos como malandros e almofadinhas para alguns serenateiros que encontrou, nota-se que o autor da matéria relaciona estas questões de ordem social a boêmia e a vida noturna urbana. O autor adota uma postura de superioridade na descrição, de observador racional diante da irracionalidade e variedade da “fauna urbana”¹⁰⁶.

Em crônica publicada para a revista O Paraná¹⁰⁷ um acontecimento específico relacionado a boêmia curitibana ganhou destaque. Na crônica *As espeluncas*¹⁰⁸ escrita pelo pseudônimo Almocreve e publicada na edição de 10 de julho de 1910, o autor descreveu a movimentação em torno de uma “espelunca” curitibana. É relevante destacar que a escrita de uma crônica como esta apresenta uma diferença significativa em relação as matérias jornalísticas que foram analisadas até agora, apesar da semelhança do tema; um maior rebuscamento literário se contrapõe a objetividade das matérias jornalísticas cujo espaço nas edições diárias dos periódicos é um importante fator para definir seu formato. A recepção de tais textos também é relevante para pensar sua diferença, porque o público leitor do jornal e da revista poderia até ser composto pelo mesmo grupo social, mas a forma como lia estas duas publicações era diferente: o jornal, como publicação diária, era lido com mais frequência e em meio a tarefas cotidianas, já a revista, uma publicação trimestral, deveria ser lida com mais calma e instigar a análise do leitor sobre determinados temas e a apreciação estética no caso de peças literárias.

Mais uma vez, a noite era o cenário para o relato sobre a boêmia. Enquanto o período do dia é relacionado com o trabalho e com a intensa atividade nas ruas da cidade, a noite era associada com a ociosidade e com o vazio das ruas, já que os cidadãos de bem estariam em suas casas descansando do dia intenso de trabalho. Na crônica, está descrita da seguinte forma a relação do período da noite com o medo nas grandes cidades:

¹⁰⁶ PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p. 172.

¹⁰⁷ A revista O Paraná foi uma iniciativa de diversos intelectuais curitibanos que publicavam peças de literatura, comentários e críticas a respeito de diferentes temas. Circulou entre os anos de 1907 e 1911.

¹⁰⁸ ALMOCREVE. *As espeluncas*. In: O Paraná, 10 de julho de 1910. p. 3-4.

Quem dotado de uma vista penetrante lançasse os olhos para o conjunto de casas dessas vielas, viria ao longo delas deslizarem raramente uns vultos esqualidos, de vestes andrajosas.¹⁰⁹

Outras imagens utilizadas para descrever o cenário que inspira medo nos cidadãos são a “triste e deserta noite”, “manto de trevas” e “claridade medrosa”, e era nestas noites perigosas que funcionavam as pocilgas e espeluncas, espaços relacionados com o segredo e com a ilegalidade. O narrador observa um destes espaços em que a atividade do meretrício era exercida, descrevendo seus frequentadores, personagens habituais da boemia: prostitutas e seus clientes, serenateiros e grupos compostos por homens descritos como “dom juanescos”. Estes grupos que se reúnem em frente as zonas, também foram citados pelo jornalista da matéria publicada em outubro de 1928, e são relevantes para pensar a prostituição em si; apesar de não citarem literalmente, os autores se referem aos cafetões do baixo meretrício. Para a legislação e a polícia, os elementos criminosos desta dinâmica. Os cafetões, instalados em frente aos espaços em que as meretrizes atuavam para melhor controlá-las e aos seus clientes, são relacionados com outros tipos de atividades ilícitas transformando estes locais em ambientes típicos da *mala vida*, nos quais a fronteira entre a legalidade e ilegalidade era constantemente ultrapassada.

O narrador observador conta como um “entrevero” começa quando um serenateiro, pertencente a um grupo que passava e “estropiava uma valsa”¹¹⁰, dá um beijo em uma das meretrizes gerando uma reação do grupo que se encontrava em frente a tal espelunca. A descrição da briga inclui choros, tiros e gritos, resultando em uma grande confusão segundo o autor. Novamente, uma briga foi descrita quando o tema eram os acontecimentos noturnos na cidade de Curitiba. A violência era uma dinâmica de resolução dos problemas e conflitos nas relações interpessoais dos grupos que frequentavam a cidade ilegal, mas obviamente este comportamento fugia às normas e interferia na ordem pública, portanto, deveria ser repreendido. O cronista e os jornalistas consideravam estes comportamentos, que relacionavam a grupos e a locais específicos, dignos de nota quando se tratava de expor os perigos e problemas da cidade, e com estes exemplos acabavam por produzir e reforçar discursos de poder.

Assistindo a briga entre os grupos, o narrador vê justamente um “vulto esqualido” saindo do meio da confusão e correndo em sua direção às gargalhadas. Despertando o medo

¹⁰⁹ ALMOCREVE, 1910, p. 3.

¹¹⁰ Ibidem, p. 3.

preludiado no início do texto, o narrador sai correndo assustado, afinal poderia ser um dos personagens perigosos que participavam da cena. Mas, quando o vulto o chama, reconhece um dos capelães da Novena de São João. Talvez seja aqui que a percepção do autor da crônica se diferencia dos jornalistas, porque ao colocar um capelão conhecido na comunidade como provável cliente das prostitutas, Almocreve acaba aproximando elementos de oposição tão reforçados pelas matérias de jornais e pelo discurso científico. O autor realiza esta aproximação entre o dia e a noite, entre o cotidiano e a boêmia, entre religiosos e a *mala vida* demonstrando que tal “vulto esquelético” que se tem medo na noite pode ser qualquer um, inclusive os mais improváveis “cidadãos de bem”. Finaliza sua crônica com a afirmação de que as “heroínas das nossas espeluncas” são espertas, sobre a qual só pode-se especular se referir ao fato de que as prostitutas possuíam clientes influentes na cidade. Nos interessa, no entanto, destacar o quanto a peça literária informa sobre as relações do meretrício da cidade; presume-se que um grupo específico de prostitutas, chamado de alto meretrício, atuasse com grupos influentes como o clero. Mas, as “heroínas” da crônica não faziam parte deste grupo porque trabalhavam nos espaços denominados como pocilgas ou espeluncas e foram descritas como usando mantas esfarrapadas; pode-se pensar que, em Curitiba, a hierarquia entre alto e baixo meretrício não correspondia de forma rígida ao status social dos clientes e que, ao menos aqueles de grupos sociais mais privilegiados também buscavam o baixo meretrício. A crônica, ao contrário da reportagem que pretende traçar um perfil com as características da boêmia, explorou outra faceta da dinâmica entre os moradores da cidade; enfatizando um único fato, aproximou a cidade dos “cidadãos de bem” daquela habitada pela ilegalidade, apontando não a dualidade que as opõe, mas sim, o ponto em que elas se sobrepõem.

A estrutura da cidade, a presença de grupos de comportamento desviante e a segurança são temas que se relacionavam nos textos de intelectuais e jornalistas que escreviam sobre a cidade de Curitiba. Como os temas figuravam constantemente nas edições da Gazeta do Povo, o jornal também dedicou espaço para a estrutura da Polícia Civil do estado. No começo do século XX, acompanhando o crescimento urbano de Curitiba e de outras cidades, o policiamento do estado foi aprimorado tecnicamente em especial no que concerne a técnicas de controle como a identificação; um dos seus marcos é a criação em 1905, do Gabinete de Identificação e Estatísticas. No ano de 1928 também houveram mudanças estruturais relevantes empreendidas pelo chefe de Polícia, Arthur Ferreira dos Santos; neste ano é criada a Delegacia de Costumes, sobre a qual falaremos mais a adiante, e empreende a expansão e melhoramento das estruturas físicas das repartições policiais localizadas na capital paranaense. A Gazeta do Povo tratou das mudanças relativas a estrutura física da polícia em duas matérias,

a primeira publicada em 31 de julho de 1928¹¹¹ e a segunda, intitulada *Remodelando a nossa Polícia Civil*, datada de 30 de agosto do mesmo ano¹¹², as duas relatando a mudança de algumas repartições policiais para outros prédios no centro da cidade e foram escritas depois de visitas que os jornalistas fizeram às novas instalações. Reconhecendo a posição crítica do jornal em relação à instituição policial, iniciaram os textos elogiando a atuação de Arthur Ferreira dos Santos durante os seis meses de sua gestão.

Anteriormente, todas as repartições policiais ficavam no mesmo prédio situado na praça Carlos Gomes, mas com o crescimento da população e o aprimoramento de técnicas e serviços, as instalações estavam saturadas. Para o jornalista da Gazeta, a situação anterior não estava de acordo com o progresso que o estado do Paraná buscava:

As instalações da nossa Polícia Civil não correspondiam ao nosso foro de capital e ao nosso renome de estado que se enfileira ao lado dos que caminham a passos largos para os seus grandes destinos [...]¹¹³

O controle policial, para o repórter, era um componente essencial para empreender os ideais de progresso e auxiliar o estado do Paraná a se destacar frente a outros estados da nação. A má organização do local prejudicava, segundo a reportagem, o próprio funcionamento da Polícia. Inaugurando dois novos prédios, a Polícia Civil transfere diversas delegacias e seções da praça Carlos Gomes, além de reformar o interior deste prédio que mantém, entre outras instalações, a chefatura de polícia e as celas: “[...] desaparecendo certas coisas que em nada abonavam os créditos da nossa polícia”¹¹⁴.

As repartições que nos interessam mais e que seriam aquelas para onde eram encaminhados os grupos de comportamento desviante, e em especial as prostitutas, mudaram para o prédio onde ficava a Escola de Reforma, na rua Aquidaban¹¹⁵. Esta mudança, apesar de positiva em termos de infraestrutura, também resultava na descentralização das repartições, o que poderia trazer alguns transtornos de caráter burocrático, assim como, enfraquecer a chefatura da polícia como comando da hierarquia policial; para amenizar estes inconvenientes, os novos prédios ficavam bastante próximos da chefatura, tanto o da rua Aquidaban, quanto o da rua Marechal Floriano¹¹⁶. Na Rua Aquidaban ficaram instaladas a Inspetoria da Guarda

¹¹¹ GAZETA DO POVO. *O que a Gazeta viu na tarde chuvosa de ontem*. 31 de julho de 1928, p. 3.

¹¹² GAZETA DO POVO. *Remodelando a nossa Polícia Civil*. 30 de agosto de 1928, p. 2.

¹¹³ GAZETA DO POVO, 30/08/1928, p. 2.

¹¹⁴ Ibidem.

¹¹⁵ Atualmente, denomina-se rua Emiliano Perneta.

¹¹⁶ Neste prédio foram instaladas a Delegacia de Segurança Pública, o 1.º Distrito Policial de Curitiba e a Inspetoria de Veículos. Ver: GAZETA DO POVO, 30/08/1928, p. 2.

Cívica, a Delegacia do 2.º Distrito Policial de Curitiba, o Gabinete Médico Legal e a Delegacia de Costumes. As instalações do Gabinete Médico Legal impressionaram o repórter, que destacou as salas dos médicos, os gabinetes para exames e curativos e os ateliês fotográficos. Destacou também as instalações para o serviço de identificação, principalmente, a separação entre a identificação civil e a criminal, que não sujeitaria “os pretendentes de passaportes e de carteiras” ao contato com os criminosos que fossem até lá para o preenchimento de sua ficha de identificação. O Gabinete Médico Legal e o serviço de identificação estatística foram dois importantes instrumentos no desenvolvimento da vigilância e controle por parte do Estado e que, no começo do século XX, teve como alvo principal os grupos de comportamento desviante. O aprimoramento destas repartições, aumentando sua capacidade técnica, representou o aperfeiçoamento do controle do poder público sobre os corpos dos cidadãos e o aumento da abrangência da vigilância que culminaria com a obrigatoriedade da identificação para todos os cidadãos.

O Gabinete e o serviço de identificação foram instalados no mesmo prédio que a recém-criada Delegacia de Costumes¹¹⁷. Se o controle do cidadão ocorreu através da identificação, esta tecnologia do poder seria aplicada primeiramente e, de forma mais intensa, naqueles que representavam o desvio em relação às normas. A Delegacia de Costumes faria amplo uso da proximidade e das possibilidades que o Gabinete lhe ofereceria, a começar pela manutenção do registro denominado de prontuários de identificação de meretrizes, iniciado em abril de 1929 e mantido até o ano de 1937. Portanto, quando o repórter da Gazeta do Povo elogiou a separação da identificação entre “civis” e “criminosos” não levou em consideração a *mala vida*, que vivia na fronteira entre estas duas classificações. Onde elas/eles seriam fichados? Por exemplo, em 19 de julho de 1928, uma nota policial na Gazeta, informou a respeito da prisão de quatro “borboletas”, por promoverem um “grosso charivari” em um bordel, entre as detidas estava Ivete Leal¹¹⁸. Ela aparecerá novamente nas páginas da Gazeta menos de um mês depois, só que desta vez dando queixa à polícia de um cliente que afirmou não ter dinheiro para pagar as bebidas que havia consumido¹¹⁹. Sabemos que se trata da mesma pessoa porque nas duas notas consta o endereço do bordel em que Ivete trabalhava, na rua Augusto Stelfeld, n.º 11. Estas pessoas, que viviam nas fronteiras da legalidade com a ilegalidade, se colocavam ocasionalmente ora em um grupo ora em outro, neste sentido a

¹¹⁷ A Delegacia de Costumes foi criada a partir da lei nº 2.531, do dia 27 de março de 1928, como consta no relatório enviado pelo Delegado de Costumes, Francisco Raitani, e reproduzido em: Relatório apresentado ao Dr. José Pinto Rebello, Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, pelo Chefe de Polícia, Dr. Arthur Ferreira dos Santos, 1928, p. 1.

¹¹⁸ GAZETA DO POVO. *Comadres briguentas*. 19 de julho de 1928, p. 8.

¹¹⁹ GAZETA DO POVO. *Não quis pagar a despeza*. 04 de agosto de 1928, p. 6.

Delegacia de Costumes era uma forma de estabelecer certo controle diante da instabilidade dos comportamentos que comprometiam a ordem pública preconizada.

A criação da Delegacia de Costumes era mais uma etapa na adaptação da Polícia Civil a transformação de Curitiba em metrópole, como enunciavam com frequência os jornalistas da Gazeta do Povo. Reconhecendo que havia comportamentos que não eram criminosos, mas afetavam a ordem pública, a criação de uma delegacia transformava estas questões em problemas passíveis de controle policial. O primeiro delegado de Costumes, Francisco Raitani, nomeado em 1928 pelo chefe de polícia Arthur dos Santos concedeu uma entrevista à Gazeta do Povo logo que assumiu o cargo. A intenção da entrevista era apresentar ao leitor o novo delegado e como ele pretendia lidar com os “cancros sociais”¹²⁰ resultantes da modernização de Curitiba. Novamente, o jornalista associou o crescimento e o desenvolvimento de cidade com o aumento da criminalidade e de “costumes maos”, característicos das grandes cidades. Também se repetiu o tom de elogio de outras matérias às ações da Polícia Civil; aqui em especial, elogiou-se a criação da Delegacia e a nomeação de Francisco Raitani, que possuía as características de uma “autoridade serena e criteriosa”.

A entrevista do delegado, principalmente no que se refere a prostituição, foi bastante semelhante ao texto que entrega ao chefe de polícia como relatório das atividades realizadas em 1928. Analisarei com maior ênfase este texto mais a frente, portanto a respeito desta entrevista destacarei pontos que não constam no relatório, priorizando a apresentação feita pela imprensa ao seu público dos temas discorridos. Sobre as futuras ações do Delegado, o repórter citou o que Raitani disse em outra entrevista, concedida ao jornal Diário da Tarde, em que diz que sua conduta a frente da nova repartição buscava adotar medidas de prevenção, reprimindo somente quando fosse necessário.

Destacando a variedade dos espaços de atuação de uma Delegacia de Costumes, a matéria foi dividida por temas ou áreas de atuação. A primeira a ser abordada foi a vadiagem e a mendicância, que para o delegado era o resultado direto da falta de trabalho. Segundo Raitani, a vigilância daqueles que viviam como parasitas da sociedade tem caráter preventivo, pois vê como caminho natural para vadios e mendigos a criminalidade, mesmo que eventualmente. Propõe como medidas a realização de exames médicos para verificar se existe algum impedimento físico para o trabalho, “assistência material e moral” para aqueles com dificuldade de encontrar ocupação, internamento dos impossibilitados de trabalhar e repressão enérgica para aqueles que não desejavam trabalhar.

¹²⁰ GAZETA DO POVO. *Uma grande obra de saneamento moral e social*. 10 de abril de 1928, p. 2.

A mendicidade também era classificada como pertencente a *mala vida* se considerarmos as palavras do delegado, que vê nos mendigos e vadios um potencial para a delinquência. Portanto, a ociosidade era um comportamento perigoso e deveria ser combatido buscando alterar a conduta daqueles que se sustentavam como pedintes ou viviam nas ruas, sobrevivendo das mais diversas formas, legais ou ilegais, para que se encaixassem em um perfil comportamental normatizado. As propostas de Raitani também apontam para uma preocupação com o meio urbano, e em especial para sua aparência. Naqueles casos em que a pessoa não poderia trabalhar por alguma dificuldade física ela deveria ser internada em instituições asilares, onde ficaria sob vigilância. Nos casos em que a pessoa não conseguisse encontrar uma ocupação deveria ser auxiliada pelo Estado, meio que também permitiria a vigilância do poder público. Desta forma, as ruas estariam livres do espetáculo do ócio, que impedia o fluxo constante de pessoas nas calçadas das cidades, poluía o aspecto visual e representava um perigo latente.

O segundo tópico da entrevista foi o tema da prostituição e sua exploração através do lenocínio. A fala acrescenta em relação ao relatório sobre o qual discorrerei mais à frente apenas a afirmação de que a imprensa poderia auxiliar no programa preventivo idealizado por Francisco Raitani ou, a “grande obra de saneamento” como chamou. Para o delegado, os jornais poderiam auxiliar na divulgação de algumas causas como a melhor remuneração para os trabalhadores e as atividades das instituições de assistência. Novamente, o “trabalho honesto” e as instituições de caridade aparecem como alternativas para a *mala vida*. Acrescentou também, como função da imprensa no combate aos malefícios urbanos, a solicitação de que a venda do álcool seja proibida nos bordéis e nas proximidades de escolas e fábricas e a divulgação dos efeitos das doenças venéreas. Aparentemente para o delegado, a questão do trabalho era determinante para que o indivíduo escolhesse viver fora dos padrões normativos, independente do papel que desempenhasse na marginalidade urbana. Tanto mendigos, quanto prostitutas deviam a sua condição a não exercer um trabalho formal; se referiu ao mesmo problema ao falar sobre o jogo, terceiro tema sobre o qual discorre na entrevista.

Outra questão que parecia cara ao novo delegado era a possível influência que estes comportamentos problemáticos poderiam ter sob a juventude. Especialmente, o jogo e a prostituição constituíam má influência para os mais novos por representarem formas mais fáceis de ganhar a vida, desviando a juventude do caminho recomendável. Coerente com a proposta de investir em ações preventivas, Raitani busca o afastamento dos comportamentos desviantes dos locais frequentados pela juventude.

E, finalmente, trata da questão do alcoolismo. O consumo exagerado do álcool era relacionado a todos os outros comportamentos e constituía, além de um problema que afetava a ordem pública, um risco biológico para a população, já que estudos relacionavam a degenerescência com o consumo excessivo de álcool pelas gerações anteriores. Para o delegado, a solução estava na limitação da venda da bebida alcoólica, especialmente, em bordéis, escolas e fábricas. As propostas de Raitani tinham como base as medidas preconizadas pela Conferência Judiciária-Policial e chamam atenção por contemplarem grupos específicos como as classes populares e a juventude. Considerava-se estes grupos mais suscetíveis aos efeitos do álcool e às mudanças de comportamento acarretadas pelo vício.

A entrevista do delegado Francisco Raitani, fez coro as demais reportagens analisadas aqui, assim como ao próprio ato de criação de uma delegacia especializada nos “costumes”: que determinados comportamentos, presentes nas ruas de Curitiba, eram opostos ao que se esperava da conduta de um bom cidadão. O que a conversa com Raitani acrescenta a esta discussão foi a abordagem prática relativa ao controle destes comportamentos; primeiramente, apesar de não constituírem atividade criminal a proximidade destas condutas com a criminalidade justificava que a sua vigilância fosse empreendida pela polícia. Este controle policial se direcionaria a grupos específicos, considerados mais propensos a execução destes atos: mulheres, menores, as classes populares. Através do discurso de Raitani, é possível perceber que o ideal de conduta para estes grupos era a inserção no mercado de trabalho formal e relações sociais normatizadas pelas ciências biológicas, as medidas preventivas anunciadas apontavam para este caminho; no entanto, a realidade de Curitiba no final da década de 1920 exigia que medidas de repressão e controle fossem adotadas.

E, aproximadamente, quatro meses depois da publicação da entrevista com o Delegado de Costumes, a Gazeta do Povo já criticava a nova delegacia justamente por não cumprir o duplo papel de órgão preventivo e repressor. Na reportagem intitulada *Em prol do saneamento social*, o jornalista foi enfático ao declarar que a chefatura de polícia tem boas intenções, mas que somente isto não bastava¹²¹. Esta nova crítica somava-se a outras feitas pelo jornal, que mantinha sua dupla postura em relação a instituição policial do Paraná, já que, como citamos anteriormente, também foram produzidas peças elogiosas. A falta de informação a respeito dos autores das matérias impede verificar se esta posição era própria da linha editorial ou se havia certa independência dos autores. Apesar da entrevista de Francisco

¹²¹ GAZETA DO POVO. *Em prol do saneamento social*. 04 de agosto de 1928, p. 1, 3.

Raitani anteriormente concedida, para o autor da matéria a Delegacia de Costumes não conhecia direito sua própria finalidade, que seria de “contrôleur”¹²².

Para exemplificar a falta de realizações por parte da recém-criada Delegacia, o jornalista apresentou algumas notas de reportagens sobre a atividade do meretrício e o lenocínio na cidade. Como em todas as outras matérias, o tema do desvio foi introduzido em relação causal com o crescimento da cidade. Segundo o autor, vários estabelecimentos da cidade como hotéis, restaurantes e bares, que demarcam uma geografia de lazer cosmopolita para Curitiba, tinham como principal atividade a prostituição, apesar de possuírem a fachada de comércios legais. Para o jornalista, a falta de ação da “polícia de costumes” nestes estabelecimentos aliada a permissividade em relação a “uma infinidade de práticas, de licenciosidades” eram sinais da ineficiência da Delegacia. A matéria finaliza com um apelo para que o chefe de polícia tome medidas para aprimorar o trabalho da polícia de costumes.

A crítica escrita pelo jornalista da Gazeta do Povo se destaca pela ênfase que deu ao tema dos “costumes”, destacando o incômodo que comportamentos licenciosos e vulgares causavam para determinados grupos sociais, reiterando o discurso moralista que busca normatizar comportamentos. As atividades nos estabelecimentos ou antros suspeitos eram consideradas crime pelo Código Penal, já que estes ambientes exploravam o comércio do sexo; mas para o jornalista, a ineficiência da Delegacia de Costumes não tem como único efeito a impunidade de um crime, também permitia que práticas imorais continuassem acontecendo. A finalidade da Delegacia, para o jornalista e para outros contemporâneos, tinha um sentido mais profundo, o de limpar a cidade da sujeira com que relacionavam determinados comportamentos. Daí o título da matéria, a delegacia deveria ser responsável pelo tratamento das impurezas da cidade, deveria realizar um saneamento social. Cabe salientar que as mulheres prostituídas eram frequentemente associadas com um vocabulário que remetia a sujeira e a contaminação na literatura da época, especialmente a científica.

É necessário acrescentar uma reflexão a respeito da efetiva atuação da Delegacia de Costumes. Aparentemente, as ações relativas aqueles comportamentos desviantes, sejam elas de prevenção ou repressão, não aconteceram de forma imediata, lembrando que a criação da Delegacia data de março de 1928 e que no mês de julho, a Polícia Civil realizou várias mudanças relativas à sua infraestrutura, incluindo a mudança da localização da Delegacia de Costumes e do Gabinete de Identificação e Estatística, repartição de extrema relevância para as ações de controle e vigilância. O relatório do começo de 1929, sobre o exercício do ano

¹²² GAZETA DO POVO, 04/08/1928, p. 1.

anterior, relatou poucas ações efetivas da nova delegacia, como será visto adiante. O registro das meretrizes, por exemplo, começou somente a partir de abril de 1929 para desespero de jornalistas que esperavam uma solução mais rápida para os “problemas sociais” que circulavam pela cidade livremente.

Podemos perceber que, para a imprensa paranaense, a presença dos indivíduos que viveram a *mala vida* na cidade de Curitiba constituía um incômodo. Dentre estes grupos, que motivaram a criação de uma Delegacia de Costumes, encontra-se o meretrício. Com a sua atividade, condenável moralmente, a prostituição ao longo do século XIX e início do século XX passa a ser questão também de saúde pública. Uma das maiores preocupações de cientistas e juristas, inclusive na Europa, neste momento era a disseminação da sífilis nas grandes cidades. Para estes especialistas o canal de distribuição da doença eram as prostitutas das cidades. No entanto, diferente das outras matérias, o texto intitulado *Combater a syphilis é um dever de patriotismo*¹²³, não abordou o tema a partir do cotidiano curitibano, mas sim, como um problema de interesse nacional.

Relacionando a sífilis com a degenerescência, o autor da matéria a colocou junto com outros três males que seguem “inutilizando os contemporaneos e preparando o fracasso das gerações por vir”: a tuberculose, a lepra e o alcoolismo. Das escolhas feitas pelo jornalista como males maiores para o futuro da nação brasileira apenas a lepra não era relacionada diretamente a comportamentos desviantes pela medicina. Nota-se, através da leitura de fontes policiais e jornalísticas, que o discurso científico que relacionou determinadas doenças com comportamentos circulou pela sociedade a ponto de se tornarem conhecimento de domínio geral, tornando-se tema para os periódicos e discutidos a partir do vocabulário médico. A forma como o jornalista da Gazeta do Povo abordou a questão demonstra este efeito de popularização e consagração do discurso médico acerca da relação entre o biológico e o moral.

Para o autor, a tuberculose e a lepra eram combatidas efetivamente pelo poder público, ao contrário do alcoolismo e da sífilis. A matéria é um elogio a proposta de lei do deputado carioca Oscar Fontenelle que buscava combater a sífilis através de medidas preventivas. A legislação era dividida em três artigos, o primeiro previa pena de prisão e multa para aquele que expusesse conscientemente outrem a doença. Tal medida era direcionada ao exercício da prostituição, mas não somente, já que em seu texto destacou que trabalhar em casa de família ou cuidando de crianças sabendo estar contaminado também se enquadrava na proibição. O segundo artigo previa a metade da pena do primeiro para quem colaborasse com o que havia

¹²³ GAZETA DO POVO. *Combater a syphilis é um dever de patriotismo*. 29 de agosto de 1928, p. 2.

sido enunciado naquele artigo. O texto do terceiro artigo determinava que se a vítima, exposta a doença, fosse cônjuge do culpado a ação da justiça só seria levada a cabo se houvesse denúncia.

Como ocorria com vários artigos do Código Penal, esta proposta de lei era mais um dispositivo que criminalizava ações daqueles que viviam às margens da legalidade, incluindo os trabalhadores domésticos, constantemente alvos da desconfiança pública por transitarem muito entre um trabalho e outro. Mas, o alvo principal da lei, são as prostitutas; a partir da determinação, se a mulher trabalhasse sabendo estar doente e contaminasse algum cliente seria penalizada. Não trabalhar durante o tratamento de uma doença implicaria em não ter nenhum sustento durante aquele período, portanto, a possibilidade de incorrer no delito enunciado pela lei era grande. Enquanto alguns grupos eram o alvo claro da legislação proposta pelo Deputado Fontenelle, outros, no entanto, não o eram necessariamente. No terceiro artigo da legislação, é possível enquadrar o cliente da prostituta. A relação entre a disseminação da sífilis com a prostituição também era preocupante por atingir o que os diversos discursos de poder consideravam como seu polo oposto, a família. Muitas mulheres, mães de família, eram contaminadas pelos maridos, clientes de meretrizes; desta forma, a degenerescência chegava a instituição familiar também. Apesar da seriedade de tal questão para o período, não foi suficiente para superar a barreira das diferenças entre gêneros, mulheres prostituídas que disseminassem a doença seriam culpadas, os homens o seriam apenas se as esposas fizessem a denúncia, situação facilmente controlável pelo lado masculino em uma relação marital naquele momento. Apesar da lei não deixar clara esta distinção de gênero em seu texto, a configuração das relações no período seja entre prostituta e cliente ou marido e esposa tornavam a aplicação da lei desigual.

A matéria ainda discorreu sobre o discurso realizado pelo deputado Fontenelle ao propor o projeto. Segundo o autor da matéria, o deputado comentou a respeito das origens remotas da doença, da sua condição de enfermidade social e do tratamento falho da sífilis. A ineficiência no tratamento da doença foi apontada como razão para a proposta que visava a prevenção deste mal. A regulamentação do meretrício também foi abordada pelo deputado e considerada ineficiente como única medida contra a disseminação da sífilis, assim como algumas medidas relativas a contratos pré-matrimoniais, recorrentes nos Estados Unidos. Para Fontenelle, a sífilis tinha relação direta com a vontade do indivíduo, portanto, afirmou que era sobre este elemento que o poder público deveria atuar, buscando criar uma “responsabilidade efetiva pela transmissão”. Aparentemente, a forma de responsabilizar para o deputado era através da imposição de castigos relativos ao cerceamento da liberdade e perda financeira. O

autor da matéria elogiou a iniciativa do deputado, da mesma forma que, criticou a falta de ação do poder público antes desta proposta. Apesar de não ser uma matéria a respeito da cidade de Curitiba, esta peça jornalística demonstra como as questões que remetiam ao tema da prostituição circulavam através da imprensa aparecendo como questão de segurança e saúde pública.

Outra representação encontrada na imprensa curitibana a respeito da questão da prostituição está na revista literária *O Paraná*. Retrocedendo um pouco no tempo, na edição de 20 de fevereiro de 1911, foi publicada a crônica escrita por J. Cayobá, intitulada *O Hotel*. A publicação desta crônica ocorreu em uma seção denominada *A urbs viciosa*¹²⁴ que aparecia esporadicamente nas edições da revista e trazia textos sobre a cidade, especialmente sob uma perspectiva crítica. Esta chama a atenção por apresentar novamente os temas da prostituição e da cidade associados. Para tanto, escreve sobre o Hotel Paris, conhecida zona de meretrício da cidade, segundo o autor.

O narrador inicia a crônica com uma conversa com seu amigo, Moraes. Este, ao passar pela porta do Hotel Paris, comenta sobre o progresso da pacata Curitiba, que segundo ele, dez anos antes não possuía nem cinema, nem hotéis livres, mas naquele momento chegava aquela perfeição. O narrador não entende o uso do termo para explicar o cenário de uma zona de meretrício, então seu amigo explica que as prostitutas que habitam o hotel “são as pombas mensageiras da civilização...e do vício”. Moraes enumera, de forma bastante literária, alguns nomes de origem europeia e tenta adivinhar de que parte do continente aquelas mulheres expostas nas janelas teriam vindo, trazendo na memória as imagens de seus países de origem. Se sobressai a influência cultural europeia, que estabelecia as balizas de civilização que deveriam ser almejadas no mundo ocidental, mas o autor se mostra consciente da consequência do progresso ao modo europeu. A prostituição novamente era representada como condição natural do crescimento urbano.

Resolvem entrar no hotel e questionar o garçom do restaurante sobre a vida das mulheres que circulavam pelo salão. Descreve a circulação das mulheres pelo ambiente, aparecendo e desaparecendo por entre os cômodos, vestidas com *robes* e torturadas por espartilhos, a descrição que realiza de seus aspectos físicos e disposição de humor são narradas com o fim de criar uma imagem específica do ambiente que remete ao misterioso e tentador. Perguntam para o garçom como funciona a transação financeira entre o hotel e as prostitutas, ele explica que as mulheres devem pagar o valor das diárias todo sábado.

¹²⁴ CAYOBÁ, J. *O Hotel*. In: *O Paraná*, 20 de fevereiro de 1911, p. 3-4.

Perguntado se relutam em pagar aquele valor, o garçom explica que não tem como, se não pagarem são expulsas e seus pertences confiscados. Este trecho é útil por demonstrar como se dava a relação de exploração da prostituição através de negócios de fachada, prática que segundo a reportagem da Gazeta do Povo analisada anteriormente, *Em prol do saneamento social*, era recorrente na cidade. Cabe lembrar que no momento da escrita da crônica, em 1911, o Código Penal vigente punia a exploração da prostituição, mas o texto do tal artigo era impreciso no que se referia a estes locais que permitiam que as trocas entre prostitutas e clientes ocorressem nas suas instalações e que poderiam se defender da acusação de que faziam parte da transação.

O narrador, enquanto o garçom contava a respeito do cotidiano do hotel, recompunha mentalmente o padrão de narrativas literárias comuns sobre prostitutas. Nelas, a alegria e os sorrisos são forçados porque são mercadorias:

O riso não raro embargado pela lágrima prestes enxugada para não annuiar o semblante que deve aparecer risonho para valorisar o beijo e outras carícias correlatas.¹²⁵

Na narrativa imaginada pelo narrador e informada pelo senso comum sobre a vida da mulher prostituída, as *mercadoras do amor* viviam entre clientes velhos e amantes jovens, entre os aplausos e presentes e os bastidores de necessidades. Todo aquele universo imaginativo que para o narrador representava a vida das meretrizes era permeado pela melancolia e tristeza por exercer tal atividade, tornando aquelas mulheres personagens vitimizadas.

As reflexões dramatizadas sobre a vida das meretrizes foram interrompidas por uma briga em outro cômodo. O narrador e seu amigo vão assistir a confusão, lá encontram uma das meretrizes discutindo com um amante por ciúmes, a mulher gritava muito e usava o mais baixo vocabulário enquanto acusava o homem, que se defendia quase que timidamente. Aqui é pertinente comparar esta crônica com *A Espelunca*, também publicada em 1910, e que descreve outro ambiente frequentado por meretrizes. Na *espelunca* se têm a descrição do que era considerado o baixo meretrício, no Hotel Paris as mulheres pertencem ao alto meretrício. A diferença entre o baixo e o alto meretrício tem relação com diversos fatores: o local em que se oferta o programa, o valor que se cobra e o público a que prostituta atende; como explicado anteriormente, esta categorização não se aplica em muitos casos no contexto curitibano, mas serve para pensar a diferença entre o ambiente do hotel e do bordel descrito n'*A Espelunca*. Enquanto as prostitutas do Hotel Paris, são descritas usando robes, apertados espartilhos e

¹²⁵ CAYOBÁ, 1911, p. 3.

maquiagens e cremes; aquelas que trabalhavam na *pocilga* observada pelo narrador na crônica de 1910, “estavam embrulhadas em mantas já esfarrapadas”. A descrição que os cronistas fizeram dos locais de trabalho também enfatizaram a diferença entre as duas situações, enquanto algumas meretrizes trabalhavam em pocilgas que eram focos mal iluminados nas trevas da noite, outras trabalhavam em majestosos prédios caiados de branco, que se destacavam na noite pelas janelas que deixavam passar as luzes dos focos elétricos.

Portanto, pelas narrativas dos cronistas, fica evidente a diferença entre a espelunca e o hotel, mas o que chama atenção não são as diferenças, e sim, as semelhanças. Assim como o narrador da espelunca em 1910, os dois amigos que estavam no hotel no ano seguinte, estavam observando o cotidiano da zona de meretrício quando uma briga se inicia. As duas situações de conflito presenciadas tiveram a mesma motivação: o ciúme. De um lado está o cafetão enciumado por um beijo dado por um seresteiro em uma de suas meninas, do outro a prostituta é que fica enciumada com as relações de seu amante com outra mulher. As narrativas buscam apresentar aqueles conflitos como corriqueiros naqueles ambientes e, por isso, sem legitimidade; estas interações, porque tem como motivadores fatores emocionais e por terem como protagonistas indivíduos que habitam o espaço marginal da cidade são considerados *grossos charivaris* ou *bulha*. A ocorrência destas “desordens” se opõe ao que se espera de uma cidade enquanto espaço civilizado.

Ainda sobre a briga que ocorreu no Hotel Paris, o narrador fica impressionado com vocabulário utilizado pela meretriz, segundo ele “sodicias próprias de um cano de esgoto”. O que espanta os dois rapazes é o contraste entre os impropérios pronunciados pela mulher e sua beleza, a qual se dedicam a enaltecer: “repara na plástica estonteadora, no ouro quasi fluido dos cabellos, nos dentes que são pérolas, repara! Vê que semelhança com um dos cherubins de Rafael [...]”¹²⁶. Depois da exaltação da beleza e da expressão de espanto em relação ao fato de que uma beleza angelical pudesse pronunciar tantas palavras de baixo calão, Moraes conclui que os corpos angelicais daquelas mulheres não passavam de objeto de comércio, que vagaram por diversos lugares como mercadorias, espalhando a volúpia.

Moraes completa sua análise relacionando o hotel com a cidade moderna. Curitiba almejava se modernizar e a existência do Hotel Paris permitia esta transformação. Compara-o a um templo no qual as sacerdotisas eram as meretrizes e o culto era ao pecado, também o compara com um teatro “por cujo tablado desfilam as alegrias, as misérias, as devassidões de todas as raças”. Ao sair do hotel, o narrador o contempla na noite e sua imagem remete a um

¹²⁶ CAYOBÁ, 1911, p. 4.

monstro fabulístico, o som de uma serenata se projeta na noite a partir da construção, e para o autor talvez abafe os soluços das meretrizes, partícipes no que chama de “grande odisséia da Miséria humana”. A crônica traz o tom da inevitabilidade. Se através da análise dos textos jornalísticos foi possível perceber o quanto a imagem da cidade moderna estava relacionada no imaginário dos indivíduos letrados do período a outra cidade, das margens e do desvio, a crônica *O Hotel* evidencia ainda mais esta relação. No entanto, enquanto os jornalistas estavam preocupados em cobrar resoluções do poder público, geralmente relacionadas a força policial, J. Cayobá se detém na prostituição enquanto característica intrínseca da modernidade, como parte integrante do cenário das metrópoles.

A análise de determinadas reportagens de jornal busca demonstrar de que forma os grupos com comportamento não normatizado, incluindo entre estes grupos o meretrício, eram representados pelos meios de comunicação e estas imagens disponibilizadas para o público. Fica evidente por algumas reportagens que esta questão era relacionada a instituição policial, jornalistas cobravam uma posição mais ativa por parte da polícia em relação as práticas que fugiam do ideal normatizado de moral. A Polícia Civil buscava responder a demanda, já que a moralidade pública fazia parte das funções da instituição naquele momento. Ações de controle e repressão ao jogo, a mendicância, ao alcoolismo e a prostituição figuravam com frequência nos relatórios de delegados para o chefe de Polícia e, por sua vez, deste para o seu superior.

2.3 - A polícia e a *mala vida*: práticas de controle

A preocupação com a presença da prostituta na cidade motivou a ação da Polícia Civil antes mesmo da criação da Delegacia de Costumes. O relatório que se refere ao ano de 1916 é um exemplo interessante por apresentar uma medida mais vigorosa em relação a prostituição na cidade de Curitiba. Naquele ano, o Chefe de Polícia, Lindolpho Pessoa da Cruz Marques, apresenta o resumo das atividades da Polícia ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, incluindo como medida adotada a determinação de uma portaria no dia 16 de março cujo tema era a mudança do meretrício de ruas mais movimentadas para locais menos centrais, “por onde não fosse forçado o trânsito da maioria da população”. Segundo o Chefe de Polícia, esta era uma medida de caráter preventivo e de moralidade pública, assim como outras ações cujo alvo eram a mendicância, a vagabundagem e o jogo.

Sobre a medida adotada pela Polícia Civil em 1916, destaca-se mais uma vez a relação intensa que a questão da prostituição tem com o espaço urbano. Se a sua proibição não era uma opção viável, a sua localização na cidade pode significar ao menos o seu controle. O espaço ocupado pelo meretrício na cidade de Curitiba, segundo o relatório, era central, em

vias cujo tráfego de pessoas era intenso. Para a atividade da prostituição a exposição do corpo era um elemento importante para angariar clientes, quando localizada em ruas com maior movimento, a possibilidade de encontrar trabalho é maior. No entanto, em uma sociedade que buscava enquadrar os comportamentos dentro de limites de atuação, a presença da prostituição em locais de intensa movimentação constituía um problema. Em primeiro lugar, cabe salientar que o “mal necessário” tinha uma função neste grupo social, a prostituição canalizava os impulsos sexuais masculinos que não fossem direcionados ao sexo higienizado da vida conjugal. Mas, este lugar da prostituição deveria ser devidamente demarcado, especialmente nas cidades, onde o grande fluxo de pessoas tornava a identificação e o reconhecimento uma atividade complexa, por isso tantas cidades, no período e posteriormente, estabeleceram regiões específicas para a atuação do meretrício. Este não era o caso de Curitiba. Antes da portaria determinada pelo Chefe de Polícia, as meretrizes estavam em ruas lotadas dificultando o controle das suas ações e facilitando a sua fuga em meio à multidão. Além disso, a presença de prostitutas em vias de muita circulação era considerada um mal exemplo para a população em geral, especialmente, a juventude que, por parte dos meninos, poderia se encantar pelas representantes do sexo não normatizado e, por parte das meninas, que poderiam se deixar seduzir pela aparente facilidade da atividade em comparação com a difícil vida do trabalho formal.

Portanto, transportar as meretrizes para outras localidades, facilitaria a vigilância do grupo pela polícia, estabeleceria o lugar da prostituição na cidade e no grupo social e evitaria a tentação de uma vida fora dos padrões de comportamento para outros membros da sociedade. O chefe de Polícia escolheu apontar no mesmo parágrafo que relatou a determinação da portaria sobre as meretrizes que outras medidas preventivas foram adotadas em relação aos mendigos, vadios e jogadores. Apesar de não esmiuçar quais foram as determinações em relação aos outros grupos, a associação feita com o meretrício tinha relação com a natureza das atividades, nenhuma delas constitui crime pelo Código Penal, mas estes grupos cometiam contravenções com frequência, justificando a permanente vigilância da polícia e a associação entre as atividades.

A aproximação, por parte do poder policial, dos diferentes comportamentos que transitam entre a legalidade e a ilegalidade possuía uma implicação prática. Por um lado, os discursos médico e jurídico classificavam estes comportamentos como problemáticos para as gerações futuras, por outro a imprensa e a intelectualidade curitibana acreditavam que a transformação de Curitiba em metrópole resultava também no aumento de males sociais que prejudicariam o próprio progresso da cidade. No final da década de 1920, a instituição policial

em conjunto com a cidade de Curitiba, também cresceu e se modernizou. Um novo chefe de polícia foi nomeado, novas instalações foram inauguradas e, nesta onda de modernização que acompanha a da cidade, é que a Delegacia de Costumes é criada.

Segundo informações do primeiro relatório de atividades da Delegacia de Polícia de Costumes, escrito pelo delegado Francisco Raitani, sua criação foi determinada pela lei número 2.531, de 27 de março de 1928¹²⁷. Sobre a função da Polícia de Costumes, o delegado escreve o seguinte:

[...] estão affectos complexos problemas de alta significação social: prostituição, vadiagem, vagabundagem, jogos e apostas, ultrage público ao pudor, defloramento, estupro, inspecção às casas de diversões publicas, alcoolismo, exposição e ministração de substancias venenosas e entorpecentes, processos referentes a occultação, abandono e deliquencia de menores.¹²⁸

Se anteriormente, as delegacias regionais, que também eram responsáveis pelas demandas criminais, tinham que se responsabilizar pela vigilância das atividades contraventoras nas suas respectivas áreas de atuação, a partir de 1928, o chefe de Polícia Arthur Ferreira dos Santos, centraliza o atendimento das demandas relativas a *mala vida* em apenas uma delegacia cuja atenção total estaria voltada para os grupos que se desviavam das normas de conduta.

Através do relatório apresentado pelo chefe de Polícia, Arthur Ferreira dos Santos, ao então secretário de estado dos negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, José Pinto Rebello, se têm acesso ao documento apresentado pelo delegado de Costumes. Ao contrário do relatório de atividades de outras delegacias, poucos foram os dados estatísticos relativos aos inquéritos instaurados na Delegacia de Costumes. Por outro lado, Francisco Raitani se dedica a explicar quais eram as funções da repartição e descrever as ações que pretendia empreender a sua frente. Como explicado na segunda parte do capítulo, ao analisar a entrevista concedida por Raitani a imprensa em de abril de 1928, vários pontos abordados então foram elaborados mais detalhadamente no relatório de atividades. Interessa aqui, particularmente, o que Raitani apontou a respeito do meretrício em Curitiba.

As propostas de ação do delegado de Costumes em relação ao meretrício e sua atuação no cargo devem ser pensadas a partir do lugar social que o oficial ocupava. Como comentado no capítulo anterior, Raitani trilhou um caminho profissional próximo do ambiente acadêmico e, mais tarde, pertenceria a Academia Paranaense de Letras, simbolicamente se tornando membro da elite intelectual do estado. A trajetória erudita do delegado, especialmente seu

¹²⁷ Relatório apresentado ao Dr. José Pinto Rebello, 1928, p. 1.

¹²⁸ Ibidem.

conhecimento na área jurídica, torna-se relevante ao pensar nas mudanças ocorridas na Polícia Civil naquele período. Além da modernização da estrutura física, a criação de uma Delegacia de Costumes e a nomeação de um delegado que conhecia as discussões no âmbito da ciência criminalista, indicavam a transformação da Polícia Civil em um instrumento mais eficiente em relação as demandas para o território curitibano. Nos relatórios do chefe de Polícia ao seu superior eram frequentes a solicitação por recursos humanos que atenderiam a uma falta que era numérica, mas também, especializada.

O domínio que Raitani apresentava das discussões criminalistas está presente no primeiro relatório da Delegacia de Costumes, no qual utiliza autores conhecidos da área para embasar as suas opiniões. Portanto, a análise que realizou da situação da prostituição em Curitiba naquele período e as propostas de ações foram formuladas a partir da leitura que o autor faz enquanto homem do saber, apesar de não ser possível excluir a importância do contexto local, meio em que a modernização era almejada com veemência pelos letrados, mas que convivía com o atraso de uma região periférica.

Em duas páginas, Raitani dissertou sobre a presença das mulheres prostituídas e da rede de relações advindas do exercício da atividade. Inicia comentando as ações de repressão em relação ao crime do lenocínio e as infrações cometidas por prostitutas em relação a ordem e moral pública¹²⁹. Mas, especificamente, sobre o lenocínio, Raitani não descreveu nenhuma medida de repressão, somente enfatizou a necessidade de combater aqueles que eram considerados os “parasitas da prostituição”. Comparando com as medidas apresentadas em relação às meretrizes, ações efetivas descritas em itens, a generalização da afirmação de que era necessária a repressão veemente do lenocínio se torna mais evidente. É inevitável pensar na reportagem de agosto de 1928, *Em prol do saneamento social*, que apontava a falta de ação por parte da Delegacia de Costumes em relação a estabelecimentos apontados como locais de exploração da prostituição.

A repressão à exposição pública e sociabilidades desenvolvidas pelas próprias meretrizes pareciam mais relevantes para a polícia, pois foram mais detalhadas no relatório de Raitani. Talvez, ações mais efetivas de repressão eram enunciadas em relação ao meretrício porque eram as mulheres que se expunham no ambiente público, enquanto os cáftens atuavam de forma mais discreta, nos bastidores, com maior possibilidade de fuga e dissimulação. Segundo o delegado, as medidas que apontou estavam de acordo com a Conferência Judiciária-Policial, que ocorreu no ano de 1917, e eram de característica repressiva. Os três

¹²⁹ Relatório apresentado ao Dr. José Pinto Rebello, 1928, p. 12.

primeiros itens são os seguintes respectivamente: a) “estacionar para fins de meretrício na via pública, só ou em grupo”; b) “dirigir convites aos transeuntes”; c) “conservar-se para tal fim à porta ou à janela da sua residência”. Estas três medidas demonstram a preocupação com o espaço ocupado pela meretriz na cidade, afinal as prostitutas atuavam em ambientes públicos, compartilhando-o com outros grupos e atividades. Neste sentido, as propostas de Raitani buscavam limitar a atuação do meretrício ao espaço privado e mesmo portas e janelas, áreas limítrofes entre a rua e a casa, não poderiam ser utilizadas com a finalidade de exposição. Buscava excluir o exercício da atividade como parte integrante do cotidiano e da rotina do meio urbano, evitando que as meretrizes fossem vistas na paisagem urbana e interagissem com outros grupos sociais.

Outra medida de repressão enunciada pelo delegado, “*fazer-se acompanhar de menores*”, restringia estas interações sociais ao proibir que, no exercício da sua atividade, a meretriz tivesse contato com menores de idade, outro grupo de interesse para a Delegacia de Costumes. Era necessário evitar que a juventude tivesse contato com os comportamentos moralmente condenáveis, se deixasse seduzir e os reproduzisse no futuro. Remetendo a terminologia médica, ficava implícito que o contato com o meretrício poderia contaminar, como uma doença. Por fim, Raitani preconiza a proibição de “reunir-se habitualmente em casas onde haja commercio de bebidas alcoolicas”.

O alcoolismo era mais um “problema social” da alçada da Delegacia de Costumes. Considerado um grande mal, junto com a sífilis e a tuberculose como visto anteriormente, o alcoolismo era associado com a degenerescência pela medicina social da mesma forma que o exercício da prostituição. O discurso social também associava a atividade da prostituição com o consumo excessivo do álcool, seja por fraqueza moral das mulheres ou usando o vício para aguentar as privações da atividade. A venda de bebidas alcoólicas nos locais em que trabalhavam facilitava o consumo por parte das meretrizes, fato que ia contra a política de Raitani. Na entrevista concedida à imprensa em abril de 1928, o delegado comentou sobre como o álcool estava associado a todos os outros comportamentos desviantes e defendeu a proibição para determinados grupos de consumidores. Finalizando o item sobre a repressão ao lenocínio e prostituição, o delegado enfatizou a importância da vigilância aos prostíbulos por serem locais que reúnem: “vadios, turbulentos, bebedos, suspeitos”. Novamente, nota-se a preocupação da polícia com os espaços ocupados pela prostituição e pela *mala vida* em geral. No caso de prostíbulos, tratavam-se de espaços de sociabilidade para os indivíduos das “classes perigosas”.

Em seguida, no próximo item do relatório, Francisco Raitani apresenta rapidamente o debate sobre a regulamentação da prostituição¹³⁰. Cita o criminalista Evaristo de Moraes como opositor da regulamentação, informando os argumentos do advogado a respeito da ineficiência do sistema para a manutenção da ordem pública e no controle da disseminação de doenças venéreas. Para exemplificar a posição contrária, reproduz a fala de um juiz, que compara a regulamentação da atividade com a regulamentação do trabalho de mulheres e crianças em fábricas explicando que esta era a única forma do poder público interferir e tomar precauções contra condições insalubres de trabalho e estabelecer uma legislação que protegesse os trabalhadores. Comparou esta situação a disseminação de doenças venéreas, em especial a sífilis, pelas prostitutas. Depois de rapidamente apresentar os dois argumentos, Raitani opina sobre a questão concordando com a regulamentação, mas com certa hesitação, “para a salvaguarda da saúde e moralidade pública”. Novamente, o delegado demonstra seu conhecimento a respeito dos debates que ocorriam no meio científico a respeito dos objetos da sua delegacia. Nos interessa particularmente o fato de que Raitani se posicionava a favor da regulamentação da prostituição como forma de estabelecer o controle por parte do poder público sobre a profissão, este posicionamento estava de acordo com a iniciativa empreendida no ano seguinte, a partir do mês de abril, de criar um arquivo de registros das meretrizes que atuavam na cidade de Curitiba.

O terceiro e último tema abordado por Raitani sobre a prostituição em seu relatório refere-se à localização do meretrício¹³¹. Inicia o texto comentando que havia certo jornal em Curitiba cobrando e criticando a Delegacia em relação ao assunto. Apesar de não citar qual jornal, podemos presumir que se tratava da Gazeta do Povo ou do Diário da Tarde, que tinham uma posição mais crítica em relação às ações da polícia do que o periódico A República. A citação do delegado a respeito da imprensa denota a preocupação com a opinião pública representada pelos leitores destes periódicos, assim como, certo diálogo entre poder público e imprensa, o que coloca em perspectiva a importância que os jornais e diários possuíam para aquela sociedade.

Pela resposta dada pelo delegado, o jornal em questão pressionava a Delegacia de Costumes para que estabelecesse uma região específica para o exercício da prostituição. Francisco Raitani se opôs a tal proposta. Primeiramente, argumentou que não há na cidade, um espaço que comporte tal mudança. Em segundo lugar, o delegado não era a favor do estabelecimento de uma zona de prostituição porque não acreditava ser possível manter a

¹³⁰ Relatório apresentado ao Dr. José Pinto Rebello, 1928, p. 12-13.

¹³¹ Relatório apresentado ao Dr. José Pinto Rebello, 1928, p. 13.

ordem neste espaço, para ele: “seria um triste espetáculo ver em ruas intermináveis, um rosário de prostitutas”. Para Raitani, o espaço em que ficaria a zona seria incontrolável, já que estaria passível a inúmeros conflitos, confusões, atentados a ordem pública; esta conjectura que apresenta demonstra a sua representação pessoal a respeito da mulher que se prostituía, o representante policial não conseguia compreender as dinâmicas e a organização nas ações e relações interpessoais dentro do grupo do meretrício. Uma zona de prostituição exigiria da Delegacia de Costumes, uma enorme diligência para enquadrar comportamentos e relações dentro das normas consideradas civilizadas; como a Polícia Civil dispunha de um número limitado de recursos, o grande número de mulheres inclinadas a desordem levaria aquele espaço ao que considerava um caos.

Usando a vantagem que é dada de conhecer o futuro, deve-se levar em consideração o método de controle do meretrício escolhido pelo delegado mais tardiamente, em abril do ano de 1929. Como vimos anteriormente, para Raitani a regulamentação da prostituição seria a melhor forma de vigiar e controlar o “mal necessário” e seus possíveis efeitos sob a saúde e a ordem pública. Pressionado pela imprensa, a ação escolhida pelo delegado tinha forte relação com a regulamentação, afinal ao registrar as meretrizes e fornecer uma certidão, a polícia autorizava o exercício da atividade. Só que o registro poderia ocorrer da mesma forma caso uma zona de prostituição fosse estabelecida, inclusive seria mais operacional já que todas as mulheres estariam reunidas em apenas um local, tornando a negativa do delegado as solicitações da imprensa, um argumento intrigante. Para além das razões que o próprio Raitani explicita, como a impossibilidade estrutural do controle policial, é possível imaginar que a reunião de um número grande de mulheres e o “caos” que estabeleceriam naquele espaço fosse o motivador de certo medo para o delegado, especialmente se era inviável controlar este perigo. Como expõe antes no relatório, Raitani acreditava que os locais frequentados pelas meretrizes atraíam outros grupos de comportamentos desviantes e perigosos, talvez acreditasse que o mesmo se daria se as meretrizes se reunissem em ruas específicas. Se uma zona de prostituição fosse estabelecida na cidade sem a devida força de contenção, o pior resultado possível seria a dominação de uma parte específica da cidade pela criminalidade. Obviamente, esta é uma suposição, um exercício de imaginação sobre as consequências mais extremas desta situação.

Por fim, Francisco Raitani aponta que algumas medidas para conter a atuação do meretrício em ruas de grande movimento já eram tomadas pelas Delegacia de Costumes: “afastá-las das casas de educação e instrução, centros de grande movimento e agitação, impedir o seu estabelecimento em ruas não contaminadas”, reforçando algumas posições que

já foram apontadas anteriormente, de que a Delegacia de Costumes se preocupava com a disseminação dos comportamentos que não eram normatizados. Se, ao descrever as ações de repressão ao meretrício, a questão do espaço ocupado pelas prostitutas nas cidades já ganhou destaque, neste item do relatório este tema era questão central, começando pela manifestação da imprensa a respeito do tema, que exigia da polícia ações no sentido de limitar o espaço de atuação das prostitutas dentro da cidade. A exemplo de outros centros urbanos no período, Curitiba deveria separar as prostitutas, seus clientes e contatos do restante da cidade, as mulheres de comportamento imoral não deveriam se misturar com outros cidadãos, tampouco influenciar a suscetível juventude. Ainda que não concorde com o estabelecimento de uma zona de meretrício, o delegado Francisco Raitani compartilha da visão de que o espaço utilizado pelo meretrício deveria ser limitado, a fim de permitir maior controle e menor contato com outros grupos.

Capítulo 3 – A identificação das “borboletas”: controle policial e táticas de resistência

Ao longo do século XIX, a prostituição se tornou uma preocupação de autoridades, especialmente pela sua presença incômoda nos grandes centros urbanos. Curitiba, como visto anteriormente, buscava se alinhar as tendências de um discurso de modernidade urbana, identificando em suas ruas problemas e dificuldades que eram próprias das denominadas metrópoles. As mulheres que exerciam a atividade, assim como os seus companheiros de boêmia, representavam para a população em geral um típico perigo das grandes cidades, eram os elementos que prejudicavam a pretensa ordem nos espaços públicos, confrontando diretamente as normas previstas e idealizadas para as ruas da *urbs* moderna. Consequências da modernidade, segundo os jornais. A percepção de que certas práticas afetavam a ordem pública resultou em iniciativas de vigilância e controle por parte do Estado, a criação da Delegacia de Costumes no ano de 1928 se destaca como a iniciativa mais evidente neste sentido.

O relatório do delegado Francisco Raitani foi enfático ao afirmar que não era possível criar na cidade uma zona de meretrício, mas a vigilância das *mulheres de vida airada* ainda era uma função primordial da sua delegacia. Para realizar este intento, Raitani empreende o sistema de identificação para as meretrizes que atuavam no centro da cidade. Este capítulo se voltará para a análise desta documentação. A adoção deste dispositivo, por parte da Delegacia de Costumes, se relaciona com a predominância do pensamento cientificista que busca explicar os comportamentos considerados anormais a partir do paradigma racionalista e que gera novas formas de interpretar o mundo e de agir nos espaços de sociabilidade, inclusive por parte do poder público. Por isso, é relevante compreender o formato de tal dispositivo que, ao mesmo tempo que recebe a influência de práticas formuladas primeiramente em outros países e posteriormente em cidades do Brasil, a adapta as necessidades e circunstâncias da cidade de Curitiba, ressignificando tanto o formato da identificação quanto o controle do meretrício.

Prontuários, assim como outros documentos pertencentes aos arquivos policiais, tinham a função de dispor as informações individuais de acordo com uma organização própria da instituição responsável pelo seu preenchimento. Esta organização era concebida a partir da assimilação e ressignificação de discursos provenientes das mais diversas origens e da vivência relacionada ao cotidiano da instituição e de seus funcionários. Para a análise que se segue, esta organização foi reestruturada a partir de três temáticas que agrupam diversos itens dos prontuários de identificação das meretrizes: primeiramente, serão analisados os registros

relativos ao aspecto físico e biológico da identificada, que apesar das limitações técnicas da polícia paranaense, caracterizava-se pelo privilégio ao detalhamento de dados que poderiam se tornar instrumentais para o trabalho policial em caso de necessidade. Em um segundo momento, a análise se voltará ao interesse, demarcado nos prontuários, em relação a vida social das meretrizes. O registro de dados referentes a família, ao estado civil e educacional seriam relevantes na formulação de possíveis estatísticas, além de tornar conhecidos para a instituição policial o cotidiano, os contatos e relações das identificadas. O terceiro item que será explorado neste capítulo, são as notações referentes aos lugares em que as mulheres viveram. Em conjunto ao registro do tempo em que se estabeleceram em Curitiba, estas informações registravam parcialmente as trajetórias e caminhos percorridos pelas prostitutas.

A escolha desta divisão específica foi feita a partir da constatação de que os modelos dos prontuários das meretrizes são o resultado da circulação de ideias e discursos sobre a criminalidade e os grupos da *mala vida* e sua reapropriação para os fins de um contexto curitibano. Portanto, a inspiração para os dois primeiros itens vem das duas escolas da Antropologia Criminal, a italiana que se voltava para a explicação biologizante dos comportamentos desviantes e a escola francesa, adepta da explicação sociológica. No entanto, esta divisão não está presente na estrutura dos prontuários, nos quais as informações relativas ao indivíduo biológico e o social estão distribuídas no mesmo espaço, evidenciando uma lógica diferenciada e adaptada daquela prevista pelos cânones nacionais e internacionais das ciências criminais. Quanto ao terceiro ponto desta divisão que, da mesma forma, são informações que se encontram entremeadas com outras no prontuário, foram reunidas para evidenciar a tentativa de controle do tempo e do percurso das mulheres identificadas.

Finalmente, a análise das informações dos prontuários tem como objetivo compreender a característica da governamentalidade, os recursos utilizados para a vigilância e controle dos grupos perigosos e as nuances relativas ao contexto da polícia paranaense, mas também, explorar o fato de que esta documentação representa um ponto de contato, ainda que intermediado, entre o presente e o grupo de meretrizes que circulavam pelo centro de Curitiba no período. Portanto, buscarei na medida em que a documentação permitir, pensar algumas informações e trajetórias das mulheres identificadas a partir do pressuposto de que apesar de configurar uma relação desigual, a elaboração do prontuário contava com a presença da prostituta e que determinadas estratégias demonstravam que a sua presença no processo não era passiva. Pensando na participação ativa da prostituta e em outros elementos diversos que constituem o prontuário, as reflexões presentes neste capítulo têm como base o questionamento sobre a escolha deste método específico de vigilância e controle por parte da

instituição policial para um grupo como o das mulheres identificadas que, em decorrência da atividade que exerciam, viviam nos limites entre a legalidade e a ilegalidade.

A Antropologia Criminal se difundiu pelo mundo ocidental no final do século XIX. A teoria lombrosiana que relacionava o corpo do indivíduo com a sua inadaptabilidade social possuiu ressonâncias em diversas áreas como, por exemplo, a literatura. O poder público não se alienou em relação as conclusões dos saberes científicos apesar de aceitar a sua colaboração com certa cautela. Aquelas instituições cujas ações estavam relacionadas com os mais diversos aspectos da segurança social foram as que mais se beneficiaram da relação com o pensamento científico, sendo por vezes geridas por estudiosos e pesquisadores. Dentre estas instituições, a policial sofreu ao longo do século XIX diversas mudanças nos seus procedimentos graças a fenômenos como a medicalização das famílias e da população e o desenvolvimento de diversos suportes técnicos. Entre os procedimentos policiais aprimorados, estava a identificação.

O desenvolvimento, ao longo do século XIX, da fotografia e sua consequente popularização, permitiu que a instituição policial tornasse útil o novo artefato técnico. No ano de 1841, daguerreótipos já eram utilizados para o registro de presos na França. No ano de 1854, a polícia de Laussane, criou a primeira *Rogue Gallery*, a exposição de imagens de criminosos e suspeitos procurados pela polícia e que ficaria disponível para qualquer cidadão que desejasse consultá-la. A prática da “galeria dos vagabundos” se espalharia pelo mundo ocidental rapidamente ao final do século XIX. Mas apenas a fotografia do indivíduo não constituía uma forma eficiente de identificação, as aparências poderiam facilmente ser dissimuladas e a própria ação do tempo ao longo dos anos poderia resultar em condenações ou libertações enganosas.

Com o fim de garantir uma identificação mais aprimorada, o francês Alphonse Bertillon desenvolve um sistema que combinava diferentes informações no intuito de reduzir a probabilidade de erros e enganos. Conhecido como bertillonage, o sistema consistia na combinação de medidas antropométricas, no registro de sinais singulares e particulares do corpo e no registro fotográfico frontal e do perfil do rosto. O método foi adotado primeiramente pela polícia de Paris no ano de 1882, mas difundiu-se rapidamente para outros lugares, inclusive para o Brasil. Tal procedimento criado pelo oficial da polícia francesa tem como inspiração os estudos lombrosianos, se o registro do elemento primitivo e selvagem se encontrava no corpo, este também poderia servir para denunciar culpados. No entanto, a bertillonage apresentava um problema de ordem estrutural para as instituições policiais, a

combinação de tantos dados produziria arquivos enormes e demandaria certo tempo para a localização das fichas.

Um oficial da polícia argentina foi responsável por criar um sistema de identificação cuja eficiência aproximava-se da bertillonage com o diferencial de ser mais prático. Juan Vucetich Kovacevich, ao estudar as pesquisas de Francis Galton sobre as impressões digitais e sua característica de marca singular, propõe o registro e o arquivamento deste indício corporal. A polícia de La Plata adota o sistema a partir de 1891, que rapidamente difunde-se para outras localidades, ficando conhecida como dactiloscopia. O método, assim como a bertillonage, também registrava o corpo, que agora era reduzido as marcas nos dedos do indivíduo.

Nota-se a relevância destes dois sistemas através de sua ampla disseminação nos países ocidentais, entre eles o Brasil. As cidades de São Paulo e Rio de Janeiro se adaptaram aos novos procedimentos na última década do século XIX, já o Paraná instalaria o seu Gabinete Antropométrico no ano de 1905 na capital do estado, renomeado de Gabinete de Identificação e Estatística no ano de 1907. A instalação de uma estrutura própria para a realização de identificações era parte de um processo de modernização técnica e estrutural pela qual passava a Polícia Civil do Paraná nos anos iniciais do século XX. Tal processo buscava acompanhar o crescimento da cidade de Curitiba e era anunciado, ao mesmo tempo, como necessidade e consequência da transformação da cidade em metrópole.

Logo após a mudança de nomenclatura, o Gabinete ganhou um regulamento para as suas atividades. Os artigos 4 e 5 do capítulo intitulado *Da Identificação* estabeleciam os critérios para os prontuários de identificação, buscando alinhá-los com a tendência internacional de privilegiar o método da datiloscopia, mas sem abandonar algumas etapas da bertillonage. Desta forma, estava disposto que para a identificação o gabinete faria uso:

- a-) Da filiação morphologica e exame descriptivo, notas chromaticas, traços característicos, marcas e signaes particulares, cicatrizes, tatuagens, anomalias congenitas, accidentaes ou adquiridas, etc;
- b-) Photographia de frente e de perfil, na escala de redução que mais convier;
- c-) Impressões das linhas papilares das extremidades digitaes, podendo tambem ser tomadas as impressões palmares, e, quando precisar, para qualquer pesquisa, as das plantas dos pés, que participam da mesma invariabilidade e diversibilidade comprovadas d'aquellas.¹³²

¹³² ESTADO DO PARANÁ. Decreto n. 378, de 20 de junho de 1908. Regulamento do Gabinete de Identificação e Estatística.

Vinte e um anos depois da imposição do Regulamento do Gabinete de Identificação e Estatísticas, o prontuário designado para registrar as meretrizes da cidade seguia o padrão que o documento estabeleceu. Este padrão buscava adaptar os sistemas de Bertillon e de Vucetich gerando um formato mais apropriado para as possibilidades tecnológicas e as necessidades do contexto curitibano. Primeiramente, as fichas de identificação das meretrizes não se restringiam a registros relativos ao corpo, apresentando informações sobre a vida social da identificada. Em segundo lugar, o sistema de Bertillon não é seguido à risca pela Polícia Civil do Paraná, a única medida corporal registrada era a altura e as fotografias seguem padrões diferenciados para situações específicas. A praticidade preconizada por Vucetich também foi ignorada pela polícia paranaense, que escolhe arquivar pastas com aproximadamente nove folhas sobre as meretrizes de Curitiba.

Ao tratar do tema da identificação, é relevante destacar a importância do arquivo. A guarda das informações relativas ao sujeito foi analisada por vários autores que pensaram a questão da identificação policial como uma estratégia que possibilita visualizar o indivíduo e o todo de uma só vez, contribuindo para o controle do sujeito no cotidiano da polícia, mas também, cumprindo o papel de fornecer dados e estatísticas generalizadas, dispositivo próprio da governamentalidade enunciada por Michel Foucault, permitindo a gestão da população por parte do Estado.

3.1 – Controle do corpo biológico

O próprio formato do prontuário, em que parte das informações era registrada de forma pontual, sem descrições mais detalhadas, já permite pensar no seu potencial estatístico. Parte destas informações tem relação com os corpos identificados. Seguindo parcialmente o modelo da bertillonage, os prontuários apresentam na página que se segue a capa (foto 1), uma a cinco fotografias dos rostos das identificadas, dispostas logo abaixo do nome e do apelido (foto 2). Também na primeira página, abaixo das fotos e ao lado da “Qualificação”, localizava-se a parte destinada ao registro dos “Caracteres cromáticos etc.” (foto 3). Ali registrava-se informações como a cor da pele, dos cabelos e olhos e sinais particulares do rosto e das mãos. Outra parte do corpo da meretriz presente em sua identificação eram as impressões digitais, registradas em uma ficha separada em relação ao restante do prontuário (foto 4).

Cabe deter-se mais detalhadamente em cada elemento dos registros, mas primeiramente aponto a relevância da complementaridade entre as informações registradas, esta uma característica do método de Bertillon. O sistema de combinação de informações

potencializava a eficiência e a utilidade do documento. Se as imagens fotográficas são em tom sépia ou em preto e branco, os “caracteres cromáticos” inscritos permitem o maior detalhamento do aspecto físico da identificada. Já os pequenos sinais presentes nos rostos e descritos pelos funcionários (geralmente marcas e manchas na pele), pela sua dimensão e pela tecnologia disponível no período, não ficavam visíveis nas imagens.

Dentre as informações classificadas como caracteres cromáticos estavam a cor dos olhos e dos cabelos, assim como a cor da pele. Sobre os dados referentes a cor da pele, a historiadora e antropóloga Olívia Maria Gomes da Cunha, explica que os discursos sobre as raças se relacionam com a identificação criminal porque

produzem conexões entre indexações – localizadas e sinalizadas no corpo – e representações sociais – cujo domínio e compreensão do seu significado semântico é extensivo a um número maior de pessoas. A 'cor' aparece como metonímia da 'raça', impregnando singularmente cada corpo com marcas que as ideias racialistas atribuíram aos grupos.¹³³

No entanto, tais ideias racialistas podem ser assimiladas e interpretadas de acordo com as experiências individuais e as práticas no cotidiano policial devem ser analisadas também a partir desta perspectiva. O preenchimento do item 'cor' nos prontuários permitia aos funcionários do Gabinete certa liberdade, gerando seis categorias diferentes nas quais as meretrizes poderiam ser enquadradas. São elas: morena, morena clara, morena escura, branca, preta e parda (Tabela 1). Reforçando o caráter subjetivo de tais classificações em alguns casos de reincidência, houveram registros duplos nos prontuários. Diferentes funcionários, em momentos diversos, classificaram a mesma mulher distintamente: a meretriz primeiro foi classificada como branca e depois como morena; em outros verifica-se primeiro a classificação como parda e depois como morena escura.

A organização das informações nas fichas de identificação pode trazer elementos interessantes para essa discussão. Em relação ao campo 'cor da pele', sua posição no prontuário de meretrizes localiza-se logo abaixo das fotografias da identificada, com as imagens atraindo primeiramente o olhar daquele que consulta o documento. Os caracteres cromáticos da mulher ficariam logo abaixo, confirmando e complementando a informação visual. Os itens classificados de acordo com a coloração - pele, cabelos e olhos - situam-se nesta ordem um embaixo do outro. Agrupadas, estas três informações permitiriam a criação de um perfil, associável com os fenótipos divulgados por apropriações dos estudos racialistas,

¹³³ CUNHA, Olívia M. Gomes da. *Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002, p. 53.

transformadas em senso comum e reproduzidas no cotidiano (foto 5). Sem informações mais detalhadas sobre os funcionários do Gabinete responsáveis pelo preenchimento dos prontuários, não é possível aprofundar melhor esta possibilidade. A falta de um padrão na classificação da cor de pele pode ser associada às discussões do período sobre a aplicação da criminologia de origem europeia no Brasil. Afinal, um tema para debate era a aplicabilidade de métodos e classificações criados na Europa no contexto local. No caso da problematização das raças, a miscigenação do povo brasileiro e uma classificação que a englobasse foi tema de diversos estudos de criminologistas no começo do século e, principalmente, de antropólogos a partir da década de 1930.

No contexto paranaense, a questão da miscigenação relacionava-se à presença de grupos de origem europeia. É no começo do século XX que a experiência da imigração passa a receber críticas devido à associação de estrangeiros com representações sociais que remetem à embriaguez e à desordem. No caso da prostituição, o tema é constantemente evocado. As nacionalidades francesa, polonesa e russa são constantemente associadas com a atividade. No entanto, os prontuários apresentam um quadro diferente, já que aproximadamente apenas 8% das identificadas não eram brasileiras (Tabela 3).

Ainda na parte dedicada aos caracteres cromáticos, os funcionários responsáveis pelo Gabinete descreviam os pequenos sinais encontrados na face e nas mãos das mulheres. A inscrição destes detalhes, marcados no corpo, tinha como objetivo registrar o que era singular no indivíduo a fim de evitar erros e confusões. Uso como exemplo o prontuário de Marieta ou Maria L. por possuir registros nos três itens (foto 5), ao contrário da maioria dos prontuários que geralmente tinham um ou dois itens preenchidos. Sobre seu rosto, consta as seguintes informações: “sulco no mento, com sinais de varicela”. Na mão direita o funcionário anotou que havia “sinal de queimadura no dorso da mão”; na esquerda descreve uma “cicatriz vertical de 0,5 cm na 3ª articulação do mínimo” e “com sinais de varicela”¹³⁴. A descrição de sinais particulares de Maria segue um padrão verificável na descrição de praticamente todas as fichas.

No rosto, as marcas distintivas mais comuns eram as marcas de sardas, manchas na pele que os funcionários denominavam de *nevus* descritos pela cor (pardo ou branco), marcas de varicela e sarampo, cicatrizes descritas pelo tamanho, sinais de espinhas, sinais de bexiga e sulcos ou rugas. Os funcionários se preocupavam em descrever em que lugar do rosto estes sinais se localizavam, utilizando para tanto termos provenientes do ramo médico da anatomia

¹³⁴ Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 15966 de Maria L./ Marieta L.

como região molar, mento¹³⁵ e região mentoniana¹³⁶. Alguns termos utilizados para descrever os sinais como nevos ou sulcos também se associam com a linguagem médica. Em alguns casos excepcionais, o funcionário colocou o formato do rosto (redondo ou oval).

A descrição do formato do rosto remete a outro tipo de formulário utilizado pelo Gabinete de Identificação e Estatísticas utilizado nas décadas de 1920 e 1930, lembrando que o modelo ao qual estou me referindo se voltava exclusivamente para a identificação de meretrizes. Este outro formulário tinha como finalidade a identificação de contraventores. Nele, além dos “Caracteres cromáticos”, havia o “Retrato falado” cujo o objetivo era descrever minuciosamente os detalhes, principalmente, do rosto do indivíduo através dos seguintes campos: fronte, sobrancelhas, pálpebras, nariz, boca, lábios, queixo, orelhas, constituição (corporal), dentes, voz e altura. Algumas meretrizes tiveram sua identificação realizada nestes formulários, como é o caso de Ida F.¹³⁷, segue o “Retrato falado” de seu prontuário (foto 6 e 7):

Fronte: convexa reta
Sobrancelhas: oblíquas interna
Pálpebras: descobertas
Nariz: reto
Boca: normal
Lábios: grossos
Queixo: saliente
Orelhas: normaes
Constituição: franzina
Dentes: bons
Vós (sic): normal
Altura: 1 m., 56 cm.

O maior detalhamento das características físicas deste modelo pode ser relacionado a sua finalidade. Os acusados de contravenção eram associados com várias atividades ilegais ou moralmente dúbias, provocando diversos contatos com a instituição policial ao longo dos anos, sempre registradas em suas fichas de identificação. Este não era o caso de Ida F., que foi detida em apenas uma ocasião, entre os dias 04 e 05 de janeiro de 1935, pelo motivo de desobediência.

Voltando ao modelo de prontuário utilizado para identificar as meretrizes, além do registro de sinais no rosto, havia o registro de pequenos sinais nas mãos: cicatrizes, anciloses¹³⁸, deformações nas unhas, queimaduras; além de outras demonstrações de certo

¹³⁵ Região do queixo, logo abaixo do lábio inferior.

¹³⁶ Região da mandíbula.

¹³⁷ Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 16220 de Ida F.

¹³⁸ Perda do movimento em uma articulação.

conhecimento da área médica por parte dos funcionários através de um vocabulário especializado: região tenar, face hipotenar¹³⁹ etc. Estes pequenos sinais nas mãos são descritos com minúcias como o formato, tamanho em centímetros e a região em que se localizam: “cicatriz irregular na face interna da 3ª falange do indicador”¹⁴⁰, “cicatriz oblíqua de 1 cm no dorso da 2ª falange do indicador”¹⁴¹, “cicatriz na forma de 'v' entre a 1ª e a 2ª falange do polegar”¹⁴².

O registro destas particularidades relacionava-se com a especificidade do olhar policial sobre o corpo identificado. Informado pela ciência e pelos métodos, este olhar direcionava-se, com apoio de suportes técnicos, aos pequenos detalhes que poderiam singularizar aquele corpo, e os destacava através do registro. A potência útil desta forma de 'olhar' ainda permitia o controle do tempo e de experiências cotidianas do objeto de identificação. Ao atualizar os registros nos vários contatos que a reincidência poderia causar, através das marcas no corpo seria possível identificar a passagem do tempo para aquelas mulheres. Da mesma forma que a identificação de queimaduras e cicatrizes poderiam registrar experiências tais como o exercício de atividades profissionais que exigiam esforço físico e representavam certo perigo.

A classificação das meretrizes através da cor da pele atribuía-lhes a associação com a raça, esta uma forma de representação social. A notação de sinais e marcas reduz esta aproximação da identificação com o aspecto social para se deter na identificação resumida a biologia, no entanto estes pequenos sinais ainda permitiam a conotação entre o indivíduo e seu lugar na sociedade. O método mais eficiente para reduzir a identidade a índices de ordem biológica era a datiloscopia. O desenvolvimento deste sistema potencializou a singularidade do corpo, reduzindo a identidade a apenas uma marca. Novamente, me atenho a organização do prontuário. Elaborado em folhas de um tamanho aproximado ao que se convencionou atualmente chamar de folha A4, o cartão que continha as marcas das impressões digitais era diferenciado, com um tamanho menor que as outras folhas, permitindo mesmo assim o registro das impressões dos dez dedos da mão na parte da frente. No verso do cartão era registrado o nome da identificada, o número do prontuário e a sua assinatura. Outro fato de destaque é que o cartão datiloscópico na maioria das vezes estava solto dentro da pasta do prontuário, o que permitiria a formação de um arquivo menor se possível, somente com os dados do sistema de Vucetich se necessário (foto 4).

¹³⁹ Termos que definem duas regiões da palma das mãos.

¹⁴⁰ Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario sem numeração de Nelza L..

¹⁴¹ Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 16766 de Rosa C./ Rosa O.

¹⁴² Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 16387 de Thereza C.

No entanto, toda a potencial praticidade evocada por um arquivo que guardasse apenas cartões com as marcas digitais não foi suficiente para modificar o formato da identificação preconizada pela Polícia Civil através do seu Gabinete de Identificação e Estatísticas. O formato dos prontuários colocou em evidência partes específicas dos corpos das meretrizes, destacou as marcas que as singularizavam enquanto indivíduos e que estavam disponíveis nos seus corpos, mas não desvinculou estes corpos dos lugares sociais que ocupavam e nem da sua aparência. Os próximos itens destacarão as informações que a polícia considerou útil na sua missão de vigiar o meretrício que circulava pelas ruas do bairro central.

3.2 – Controle do corpo social

A recém-criada Delegacia de Costumes, com o auxílio do aparelhamento técnico do Gabinete de Identificação e Estatísticas, tinha a sua disponibilidade os corpos das meretrizes nos seus arquivos. Esta disponibilidade só foi possível através do contato dos policiais com as meretrizes. Através do corpo documental dos prontuários é possível compreender minimamente a sequência de eventos que formavam o processo de identificação. Os prontuários elaborados a partir de 1931 se diferenciam dos anteriores por conter uma folha a mais, uma guia assinada pelo delegado de Costume solicitando a identificação da meretriz em questão. Assim como o cartão com o registro das impressões digitais, esta guia era uma folha solta em meio a pasta. Nele, ficaria registrada as situações diferenciadas que surgiriam, como a solicitação da segunda via da certidão de meretrício ou, como no caso de Izaura B. C., em que um documento emitido pelo delegado Francisco Raitani, informa que ela havia deixado o meretrício¹⁴³.

A guia, que deveria ser encaminhada ao Gabinete de Identificação e Estatísticas, traz o seguinte texto: “Snr. Dr. Diretor do Gabinete de Identificação. Peço-vos seja identificada [nome da mulher escrita a mão pelo delegado ou outro funcionário] por motivo de [motivo da identificação também escrito à mão]. Data e assinatura do delegado”. Os motivos concedidos pelos funcionários policiais não eram muito variados: o exercício do meretrício, a emissão da segunda via da certidão de meretriz e por frequentar rendez-vous. É possível imaginar que a mulher era abordada nas ruas ou em espaços da cidade associados a ilegalidade e a imoralidade pelos guardas e estes a levavam até o prédio da polícia na rua Aquidaban, onde estava localizada a Delegacia de Costumes. Na delegacia era produzida a guia para a identificação ou para o registro no prontuário no caso das reincidências. A detida e a guia de

¹⁴³ Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 43 de Izaura B. C.

encaminhamento deveriam ser levadas até o Gabinete, que funcionava no mesmo prédio. Lá eram produzidos os registros de identificação e a certidão de meretrício.

O motivo registrado pelo delegado, descrito de forma sucinta, provoca o questionamento sobre que ato ou comportamento provocava uma detenção - mesmo que por algumas horas - e o posterior registro como meretriz perante a Polícia Civil. Frequentar os chamados *rendez-vous* era critério para a detenção, outra razão poderia ser a moradia em pensões ou residências com outras mulheres. Estella B. M. e Munira F. de O., por exemplo, foram identificadas seguidamente, o delegado produziu apenas uma guia para a identificação das duas, no dia 01/03/1933. Segundo seus prontuários¹⁴⁴, elas residiam no mesmo local neste período, na rua Visconde de Guarapuava n.º 950. Várias hipóteses podem ser formuladas em relação as razões que levaram as duas mulheres a serem identificadas como meretrizes. Sua residência poderia ser uma casa de prostituição conhecida ou a entrada de estranhos pode ter levado a polícia a desconfiar das atividades ali executadas. Infelizmente, nenhuma informação dos prontuários poderia confirmar se elas de fato exerciam a atividade da prostituição ou se a desconfiança advinha de uma condição ou de comportamentos que não obedeciam a normatividade social e sexual. Afinal, Estella e Munira não eram da cidade e estavam ali há pouco tempo: a primeira chegara há um ano, a segunda estava na cidade há apenas 10 dias; uma foi considerada parda e a outra morena, eram solteiras e não tinham instrução. Através destes dados é possível compreender, no presente, parte da trajetória destas mulheres. Aliás, esta poderia ser a intenção da própria delegacia, compreender os lugares sociais ocupados pelas mulheres que exerciam a atividade da prostituição. Para tanto, alguns temas parecem se destacar para a instituição policial.

Novamente, pensando o formato dos prontuários, na primeira folha além das imagens fotográficas e da descrição do corpo das meretrizes, consta a Qualificação (foto 3). Este item é bastante comum em prontuários de identificação, o objetivo é localizar brevemente o sujeito em seu contexto social. Nas fichas das meretrizes da cidade as informações são dispostas da seguinte forma: nome dos pais, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, estado civil e instrução, além da data em que o prontuário foi. O pequeno quadro que qualifica a mulher identificada já expõe resumidamente os temas que se relacionam com a prostituição e que serão trazidos novamente ao longo do prontuário com maior riqueza de detalhes. O nome dos pais e o estado civil indicam a preocupação com o lugar ocupado pela prostituta na instituição familiar, esta questão associada com os temas da instrução e da idade busca compreender qual

¹⁴⁴ Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 12915 de Estella B. M. Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 12916 de Munira F. de O.

era a posição da prostituta na distribuição socioeconômica. A nacionalidade e a naturalidade relacionam-se com uma trajetória que culmina com a presença da mulher na cidade de Curitiba e o controle de sua movimentação.

Início a análise destes temas através dos nomes das prostitutas. Aparentemente o menos arbitrário dos dados descritos pela Polícia, este era um dado constantemente alterado conforme novos contatos eram realizados com as identificadas. Das incoerência e correções realizadas através do tempo, pressupõe-se certa frequência na manipulação desta informação por parte das meretrizes. Quantitativamente, esta prática não parecia tão frequente já que não são muitos prontuários que apresentam dois ou três nomes para a mesma pessoa. No entanto, cabe pensar que muitas mulheres podem ter omitido seus nomes verdadeiros sem que tenha sido revelado com o tempo.

Este não foi o caso de Mathilde das N., ou Marina V. de acordo com a sua certidão de nascimento¹⁴⁵. A qualificação do prontuário é bastante confusa, o registro foi criado no dia 02/06/1932 e as informações foram escritas a caneta como era o padrão. Posteriormente, correções foram feitas com máquina de escrever logo abaixo do nome dos pais, da naturalidade e da data de nascimento. No campo Observações estão registrados outros quatro contatos de Marina com o serviço de identificação¹⁴⁶, as correções foram feitas quando retornou no ano de 1957. Naquela ocasião, Marina apresentou sua certidão de nascimento registrada em cartório, com a qual foi possível corrigir os dados anotados inicialmente. Ao invés de ter nascido em 15/12/1911 como havia declarado inicialmente, o novo registro marca a data de 28/12/1915, tendo apenas 17 anos no momento da elaboração de seu registro e não 20, como havia informado. Esta é a provável razão para as falsas informações registradas¹⁴⁷, Marina não poderia exercer a atividade da prostituição com a idade de 17 anos e falseou os seus dados, incluindo sua naturalidade, para dificultar uma provável verificação. Tais correções só foram realizadas porque anos depois ela precisou de um atestado de boa conduta para “fins particulares” e, para tanto, teve que apresentar seu nome verdadeiro. Curiosamente, as informações só foram corrigidas no terceiro contato de Marina, o segundo havia sido em 1935 para a emissão da segunda via da certidão de meretrício, levantando a possibilidade de que Marina permaneceu utilizando o pseudônimo Mathilde das N. enquanto exercia a atividade do meretrício. Uma cópia do atestado de conduta, fornecido em 1957, consta no

¹⁴⁵ Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 11827 de Mathilde das N./Marina V.

¹⁴⁶ O prontuário foi atualizado nos anos de 1935, 1957, 1959, 1964 e, finalmente, em 1967 já com 51 anos. Na primeira reincidência, obteve a segunda via da certidão de meretrício, nos outros quatro momentos solicitou atestados de boa conduta.

¹⁴⁷ As outras informações corrigidas foram o nome do pai e a naturalidade, de Colombo para Curitiba.

prontuário e a profissão anotada neste documento foi a de doméstica, indicando a princípio o afastamento de Marina da prostituição.

O vulgo, possíveis apelidos utilizados, também deveriam ser anotados na primeira folha, logo abaixo do nome da identificada. Possuir um vulgo ou um apelido era considerada uma prática comum nas redes de sociabilidade formadas pelos grupos da *mala vida*, a alteração da nomenclatura era um recurso para enganar e confundir a vigilância que circulava pelas ruas. No caso específico do meretrício, criar outro nome poderia ser uma forma de criar outra *persona*, uma personagem que faria parte do fetiche associado com a prostituição. Observa-se que alguns destes apelidos são os diminutivos ou modificações dos nomes fornecidos à polícia: Julinha, Zoraide, Carmelita, Fina, Chiquinha, Marga, Nina¹⁴⁸. Outras mulheres têm vulgos que são bastante diferentes dos seus nomes: Leocádia S. era chamada de Maria, o vulgo de Maria S. era Neiva, o de Anita R. N. era Lola, Inah O. era Vera, Alice P. era Luiza¹⁴⁹. A utilização de um nome diferente para exercer a atividade do meretrício poderia significar também uma tentativa de distanciar a mulher da prostituta.

Se características físicas representavam marcas da singularidade do indivíduo para determinados ramos da ciência e na aplicação de políticas públicas, como a da identificação, esta percepção também era utilizada nas ruas, em alguns casos é o corpo que ajuda a definir o apelido: Maria Pequena, Negrinha¹⁵⁰; exemplos que se referem tanto as medidas corporais quanto a cor da pele, temas de destaque na própria identificação policial. Outros vulgos foram definidos a partir da naturalidade da meretriz como Lapeana ou Castelhana¹⁵¹. O uso do termo “vulgo” nos prontuários de identificação chama atenção. O termo se refere ao sinônimo popular, frequente, usual de uma palavra; ou seja, estes apelidos definiam as denominações mais frequentes daquelas mulheres, provavelmente utilizadas nos ambientes que frequentavam exercendo o meretrício, eram nomes feitos para circularem “na boca do povo”. Também consistiam em uma forma de identificação, mas aquela vinda das ruas e que, curiosamente, não se distanciava muito das características da identificação policial, afinal recorriam a elementos semelhantes para definir o indivíduo. No entanto, as duas formas de

¹⁴⁸ Respectivamente Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 4 de Julieta C.; __. Promptuario n. 41 de Horaide N.; __. Promptuario n. 263 de Maria do C. C.; __. Promptuario n. 10759 de Josephina A.; __. Promptuario n. 10888 de Francisca de O. C.; __. Promptuario n. 14752 de Maria dos S./Iracema F./Margarida B.; __. Promptuario n. 16013 de Joaquina de A..

¹⁴⁹ Respectivamente Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 10793 de Leocádia S.; __. Promptuario n. 11041 de Maria S.; __. Promptuario n. 12002 de Francisca R./Ana R. N./Anita N. R.; __. Promptuario n. 12103 de Inah O./Iracema de O.; __. Promptuario n. 16809 de Alice P. D.

¹⁵⁰ Respectivamente Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 13 de Maria dos S. L.; __. Promptuario n. 12888 de Maria F. O.

¹⁵¹ Respectivamente Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 13 de Maria dos S. L.; __. Promptuario n. 12888 de Maria F. O.

identificação se diferenciam pela linguagem, que na policial pretende se revestir de uma seriedade inspirada na ciência, limitação que de forma alguma era imposta à informalidade da linguagem das ruas. O resultado é a utilização frequente do humor, do sarcasmo e da ironia, presentes nos nomes no diminutivo, na ênfase as origens e as características físicas ou como no apelido de Maria N. F.¹⁵², conhecida como Maria Santa.

As informações relativas ao vulgo estavam relacionadas aos contatos e as relações estabelecidas entre as meretrizes e outros grupos sociais. Dentre as sociabilidades estabelecidas pelas mulheres, aquela relacionada aos familiares receberam especial atenção do registro policial. A maior parte da segunda página do prontuário estava disponível para o registro do nome, grau de parentesco e endereço completo de familiares. No entanto, poucos prontuários apresentam as informações completas, geralmente apresentando apenas a cidade em que os familiares residiam (foto 8).

Já a situação conjugal aparentemente era um tema de grande interesse, aparecendo em quatro campos diferentes. A primeira informação solicitada era já na parte da Qualificação em que se questiona o estado civil da mulher registrada: solteira, casada ou viúva (foto 3). Na segunda parte do prontuário (foto 9) questiona-se o nome do marido, caso fosse casada ou viúva; se era desquitada ou separada, ou seja, a polícia buscava saber se a separação havia ocorrido em condições oficiais ou não e a ambígua pergunta “há quanto tempo abandonou o lar?”. Segundo as informações que foram registradas no prontuário, a maioria das mulheres eram solteiras, aproximadamente 58%; 312 mulheres foram ou eram casadas, aproximadamente 33% (tabela 4). Nota-se que independente do casamento ter sido finalizado através do desquite ou da separação, as identificadas ainda possuíam o estado civil de casadas perante o seu documento de identificação, condição que era modificada apenas no caso da viuvez.

Daquelas mulheres que haviam sido casadas, o número de separações que não foram realizadas pelos meandros oficiais era bastante expressivo: aproximadamente 250 mulheres, 80% do total, não acabaram oficialmente seus casamentos. No geral, os prontuários fornecem informações bastante pontuais sobre estes dados, não alongando os temas aos quais se propõe registrar, enfatizando o caráter estatísticos dos registros. No entanto, o padrão não se mantém inalterado ao longo de oito anos ocorrendo desvios, mesmo que excepcionais. É o caso da pasta de Rosa M.¹⁵³, identificada em 14/02/1932. Ao anotar que ela era casada com José Mendes, ao invés de informar se era desquitada ou separada, o funcionário registra que Rosa

¹⁵² Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 13039 de Maria N. F.

¹⁵³ Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 11981 de Rosa M.

era adúltera. Não há informação alguma, além de um risco, sobre a quanto tempo havia abandonado o lar; já a guia do delegado de Costumes informa que o motivo para a identificação de Rosa não era o exercício do meretrício, mas sim, ela frequentar *rendez-vous*. Outro detalhe que se destaca neste caso é a ausência de informação, o prontuário não apresenta nenhuma reincidência. Nenhum dado indica que Rosa exercia a prostituição, as informações disponíveis pendem mais para a possibilidade de ela não ter sido fiel ao marido. Mais uma vez, é possível questionar qual era o real alvo desta tarefa de identificação, era identificar mulheres que eram prostitutas ou mulheres que não se adequavam ao padrão idealizado? Ou talvez esta seja a pergunta errada: será que a Polícia Civil considerava como meretrizes o conjunto de mulheres que se desviavam da norma, e não necessariamente aquelas que cobravam pela atividade sexual?

A pergunta “A quanto tempo abandonou o lar?” reforça estes questionamentos e a perspectiva de que o poder operava de acordo com uma norma, representada aqui pela palavra lar. Com a possibilidade de significar residência, moradia, a inserção da palavra lar na frase como um todo remete também a casa da família. Um detalhe relevante é que um número restrito de formulários não possui esta informação, geralmente aqueles em que vários campos não foram preenchidos; mesmo as mulheres solteiras “abandonaram o lar” em algum momento. Prontuários que permitem uma análise de trajetórias como o de Rosa M. enfatizam esta significação, lá a ausência da informação, simbolizada pelo risco no campo, sugerem que ela não havia abandonado o seu lar, a residência da sua família que, no caso de uma mulher casada, era a casa do marido. O prontuário de Angela O. informa que a identificada ignora a informação solicitada, mas em parêntesis informa que ela está na vida há 6 meses¹⁵⁴. Neste sentido, o lar significaria a residência e a vivência com a família, no caso das mulheres casadas se tratava da residência do marido, para as solteiras referia-se residência dos pais ou de familiares responsáveis.

A presença do tema familiar no prontuário, especialmente no que se refere ao estado civil da mulher identificada, prevê a preocupação com o espaço que estas mulheres ocupavam nas dinâmicas familiares. Se a prostituta representava o oposto do modelo normativo da esposa e da mãe do ideal familiar burguês, era relevante compreender sua posição em relação a instituição familiar. O caráter pragmático da informação estatística informou as autoridades policiais que o problema maior eram as mulheres ainda solteira e jovens (Tabela 2),

¹⁵⁴ Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 13218 de Angela O.

corroborando as preocupações apresentadas por Francisco Raitani em seu relatório de 1928 e pela imprensa em geral, sobre as tentações da vida nas ruas para a suscetível juventude.

No entanto, o número expressivo de “famílias” desfeitas informalmente deveria constituir outra fonte de preocupações para o poder público que, se não fosse pela identificação de meretrizes, não teria passado por nenhum tipo de registro. Cabe refletir se este número expressivo representando certa “informalidade” nas relações conjugais não tem relação com formas de sociabilidades que não se encaixavam no padrão de relacionamentos previsto pelo formulário. Ao contrário de outros campos, o vocabulário para definir o estado civil parecia efetivamente estabelecido e claro para os funcionários, sendo reduzido a apenas três possibilidades: a mulher era solteira, casada ou viúva. No entanto, é possível que apenas estas três categorias não atendessem a diversidade dos formatos de relacionamentos e sociabilidades amorosas e sexuais desenvolvidas no cotidiano, daí a explicação para tantos processos de separação ocorridos em um nível não oficial. Não é possível afirmar nem que os casamentos correspondessem a um estatuto de união oficial. Desta forma, o prontuário e seu formato prático acabam reduzindo as mulheres identificadas e suas vivências a experiências que correspondem a padrões burgueses que pouca relação tem com seu cotidiano, mas que servem para transformá-las em representantes do que é indevido no campo das relações sociais e, portanto, imoral.

A família era uma das bases da organização social, assim como o trabalho. Entre as atribuições da Delegacia de Costumes estava a vigilância sob a vadiagem e a mendicidade, grupos considerados perigosos por não se adaptarem a condição de força produtiva. Homens e mulheres teriam funções diferentes nesta ordenação de mundo, enquanto a força produtiva masculina se direcionaria ao trabalho e ao sustento do lar, a mulher seria a responsável pela criação das futuras gerações e pela organização do ambiente doméstico. Novamente, a documentação apresenta situações mais dinâmicas e complexas do que aquelas consideradas ideais. Nas fábricas, casas de família e lavouras verificou-se a presença do trabalho feminino, mesmo que desvalorizado. Como está disponibilizado na Tabela 2, uma quantidade expressiva de 583 mulheres, aproximadamente 61% do total, tinham entre 21 e 25 anos quando identificadas¹⁵⁵. Grupo etário considerado apto tanto para o casamento e a gravidez, quanto para o trabalho.

Em função da interpretação própria de um funcionário do Gabinete a respeito de um dos campos do prontuário foi possível ter alguns dados a respeito da possibilidade de

¹⁵⁵ Os dados relativos as idades das mulheres foram feitos com base na data da criação do prontuário.

meretrizes exercerem outras atividades para se sustentarem. Trata-se do item “Aspecto social na vida ordinária”. Nos primeiros anos do registro, o funcionário responsável marcou neste campo outras atividades profissionais exercidas pelas identificadas. Dos prontuários elaborados em 1929, apenas oito mulheres trabalhavam: três como domésticas, duas como operárias, duas como cozinheiras e uma como roceira. Atividades caracterizadas pela informalidade, pelos pagamentos reduzidos e que, associadas à prostituição, deveriam servir como complemento da renda de mulheres das classes trabalhadoras. Outra possibilidade é que a indicação do exercício de alguma atividade profissional tenha sido uma tática utilizada pelas meretrizes para desviar possíveis acusações de vadiagem, criminalizada pelo Código Penal de 1890 através do artigo 399¹⁵⁶. O fato de tais atividades possuírem uma característica informal, dificilmente verificável, corrobora esta hipótese. Se este for o caso, novamente a expressão ativa do sujeito identificado se apresenta no dispositivo de controle. Com a finalidade de escapar de uma possível detenção, a meretriz faria uso dos próprios instrumentos policiais e do estatuto do trabalho a seu favor, demonstrando certo conhecimento a respeito dos mecanismos e do funcionamento das estruturas de poder e que escapar delas fazia parte do seu cotidiano.

O grau de instrução das identificadas também era revelador das origens sociais das mulheres que exerciam o meretrício. Nos prontuários, aproximadamente 53% teve o campo “Instrução” preenchido com os termos *analfabeta*, *não tem* ou *sem*. Um reflexo é que algumas delas ignoravam sua data de nascimento e idade. Os dados quantitativos relativos a instrução, no entanto, não revelam claramente a posição que estas mulheres ocupavam na hierarquia da atividade. Se antes o funcionário do Gabinete de Identificação e Estatísticas considerou que o campo “Aspecto social na vida ordinária” se referia a possíveis atividades profissionais, a partir daquele ano ele passa a servir para definir se a identificada pertencia ao baixo, médio ou alto meretrício. Confiando nos dados disponibilizados pela documentação, aproximadamente 88% das meretrizes que circulavam no centro da cidade, pertenciam ao médio meretrício. Mas, a partir destes dados, não é possível saber se esta avaliação se referia aos clientes atendidos ou ao estatuto social da própria identificada.

É preciso considerar que a interpretação e subjetividade do indivíduo responsável pelo preenchimento destas informações pode ter tido um papel relevante nesta classificação. Possivelmente, o processo tenha ocorrido a partir de impressões visuais, do conhecimento prévio de informações que levassem a estas conclusões e, inclusive, através de

¹⁵⁶ BRASIL. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acesso em agosto de 2016.

questionamento dirigido a própria identificada. A partir das informações disponíveis nos periódicos e nos prontuários, a conclusão a que se chega sobre a hierarquia da atividade no centro da cidade neste período é do predomínio de um baixo e médio meretrício. O que significa que, ou não havia uma prostituição considerada de alto padrão na cidade ou esta era deliberadamente deixada de fora das ações policiais de controle. As imagens das meretrizes disponíveis nos prontuários, em conjunto com a parte escrita da documentação, permitem algumas inferências sobre o tema. Comparando vestimentas e acessórios percebe-se certa diferença na forma como as mulheres se produziam, indicando alguma separação socioeconômica. A partir da página 180, no Caderno de Imagens, as fotografias que serão analisadas no próximo capítulo estão disponíveis e servem como parâmetro para esta comparação. Portanto, as informações disponíveis no prontuário devem ser consideradas a partir da subjetividade dos funcionários do Gabinete e da especificidade pouco clara do contexto local, indicando que tal classificação e a conhecida divisão entre alto, médio e baixo meretrício, utilizada com certa frequência na bibliografia sobre a prostituição, não constitui conceitos muito exato, especialmente considerando os contextos locais.

Os dados que deveriam ser coletados pelos formulários destacavam, no âmbito do contexto socioeconômico, determinadas classificações que deveriam, com toda a sua objetividade estatística, adaptar as meretrizes a categorias. Contudo, a redução de dados para um padrão não dissipa a complexidade dos eventos, perceptíveis a partir da combinação das informações disponíveis, como em algumas situações que já foram apontadas. Neste sentido, algumas trajetórias acabam reiterando os padrões de normatividade. Em 30/09/1932, é criado no Gabinete o documento da espanhola cujo nome aparece em três versões diferentes ao longo do prontuário, inicialmente como Francisca R., depois como Ana R. N. e, finalmente, como Anita N. R.¹⁵⁷. Dois anos depois de seu primeiro contato com a instituição policial, retorna ao Gabinete no ano de 1934 para solicitar um atestado de boa conduta com o objetivo de realizar sua matrícula no curso de enfermagem. No requerimento da solicitação consta a seguinte informação, disponibilizada pelo Chefe de Seção Interino:

Informo a V.S. que a requerente foi prontuariada neste Gabinete em 30 de setembro de 1932, como meretriz. No serviço criminal nada consta que desabone a sua conduta e em vista de tratar-se de um atestado de boa conduta para matrícula no curso de enfermeira, me parece não haver inconveniente em ser atendido. Seção de Estatísticas e Prontuários. Gabinete de Identificação e Estatísticas. Em 26 de fevereiro de 1934.

¹⁵⁷ Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 12002 de Francisca R./Ana R. N./Anita N. R.

Seu prontuário seria atualizado em mais duas ocasiões. A primeira, no ano de 1939, também solicita o atestado de boa conduta, desta vez para obter a identificação para estrangeiros, cita como atividade profissional ser parteira. A segunda, no ano de 1949, para poder viajar ao exterior. Pelas informações disponíveis no registro, a trajetória de Ana segue o caminho do afastamento de atividades consideradas imorais nas ruas, para o exercício de um trabalho considerado honesto e o trânsito por meios legais, comprovados através dos atestados de boa conduta.

O foco nas relações familiares e sociais também buscava mapear os comportamentos das mulheres e colocá-los em evidência nos documentos de identificação. Se os comportamentos imorais afastavam as meretrizes dos ideais familiares e do trabalho, as colocava na mira da vigilância policial. Circular pelas ruas desacompanhada, frequentar determinados espaços e conviver com determinados grupos poderia resultar em delitos previstos pela legislação penal como nocivos a ordem pública. Os dados relativos às possíveis infrações cometidas eram anotados em folhas próprias disponíveis nos prontuários e ficavam à disposição do Gabinete de Identificação e Estatísticas, que com estas informações emitiria atestados de boa conduta. Três páginas dos prontuários estavam disponíveis para esta finalidade. Uma página era para o registro de possíveis contravenções (foto 10), especificava-se as datas da prisão, da identificação e da saída, o nome com que foi identificada, a disposição de qual autoridade policial e o motivo da detenção. Apesar das contravenções estarem descritas no Código Penal de 1890, as notações não seguiam uma precisão terminológica: termos como agressão, ferimentos e ferimentos leves ou desobediência e desrespeito enquadram-se nos mesmos artigos da legislação. Ainda há o registro de categorias consideradas crimes, como furtos e agressões, que foram realizadas na folha de contravenções, provavelmente porque geraram uma detenção de poucos dias.

O número de mulheres que tiveram algum tipo de registro de contravenções e crimes em seus prontuários é menor do que aquelas sem registros: 77,7% contra 22,3% que cometeram alguma infração. Cada contravenção cometida e flagrada pelos guardas era motivo para uma viagem a delegacia e para atualização de documentos. Um exemplo é Maria P.¹⁵⁸, prontuário criado em 15/02/1935: entre os meses de fevereiro de 1935 e março de 1939, Maria foi detida nove vezes pelos motivos de desobediência, embriaguez e desordem,

¹⁵⁸ Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 16708 de Maria P.

combinados e alternados diversas vezes. Ela também é uma das poucas mulheres registradas a possuir o registro de um crime cometido.

Duas folhas estavam disponíveis para o registro mais detalhado que a situação exigia: data da prisão e da identificação, nome com que foi identificada, a disposição de que autoridade, motivo da identificação, data do julgamento, pequena descrição chamada de “notas a respeito do delito e dados cronológicos da prisão e do processo”, data da saída da prisão e o motivo. O ato que motivou a prisão de Maria está definido como *Artigo 303* referente, na legislação penal, ao crime de lesão corporal. No documento, o processo foi descrito da seguinte forma:

Grau médio do artigo 303 da consolidação das leis penais da República. Em 26/03/1936 foi condenada pelo Dr. Juiz da 1ª Vara Criminal a 7 meses e 15 dias de prisão celular, foi arbitrado em 150\$000 a fiança, e o pagamento de 20\$000 da taxa penitenciária.

Como ficou presa apenas entre os dias 31/03/1936 e 04/04/1936, solta com alvará de soltura expedido pelo mesmo juiz, é provável que tenha pago a fiança estipulada.

Outro exemplo do registro de comportamentos legalmente condenáveis, encontra-se no prontuário de Julia M.¹⁵⁹, criado em 02/12/1931. Da mesma forma que Maria P., Julia havia sido detida duas vezes por desobediência. Em setembro de 1935 é presa, processo que foi descrito pelo funcionário da seguinte forma: “*Desobedece a autoridade de Costumes por ter praticado ferimentos em si mesma simulando uma agressão de outrem*”¹⁶⁰. Não é possível saber se a história contada por Julia a levou a julgamento ou se a desobediência ao delegado de Costumes foi considerada uma contravenção, não há maiores detalhes registrados. Novamente, aparece uma manifestação inventiva por parte das meretrizes; só que desta vez, ao invés de criar um nome ou uma história para despistar as autoridades policiais, Julia tenta utilizar os dispositivos do poder para atender seus interesses pessoais. Infelizmente, não há informação de como a instituição policial descobriu a trama, mas é curioso pensar que a interação se deu com o delegado de Costumes e não com as outras delegacias, responsáveis por casos de lesão corporal, e que foi considerado um caso de desobediência. Talvez o delegado já houvesse reprimido Julia por suas interações conflituosa com terceiros, apesar de não haver registros.

¹⁵⁹ Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 12694 de Julia M.

¹⁶⁰ No documento, o funcionário inicia a descrição dos fatos com a abreviação “desob.”, tomo a liberdade de completar a informação com o termo “desobedece”.

A análise do conjunto completo das fichas disponíveis permite perceber algumas interações entre o grupo de meretrizes. Em vários casos de prontuários criados sequencialmente, as mulheres apresentavam o mesmo endereço de domicílio, fato que tem relação com a abordagem policial, tema que abordei anteriormente. Este era o caso de Emília da S. e Francisca Z.¹⁶¹, residentes em uma pensão localizada na rua Visconde de Guarapuava, no nº 182. Os dois prontuários foram criados logo no segundo dia do início da atividade de identificação das meretrizes, em 02/04/1929; seis dias depois, as duas foram parar no Comissariado de Investigações e Segurança Pública. Em carta datilografada e encaminhada ao chefe de polícia, o comissário Manoel de Abreu informa que atendendo a queixa da “decahida” Francisca Z. apreendeu valores financeiros que pertenciam a Francisca com dois homens, Eric Zwercker e Gentil Godinho. Os dois homens teriam furtado Francisca na madrugada do dia 7, retirando o dinheiro direto da casa em que ela residia. Segundo a carta, o crime foi cometido em parceria com Emília da S., que residia na mesma casa que Francisca e era amante de Eric Zwercker. Os envolvidos foram presos. Aparentemente, Emília não foi a julgamento pelo crime, já que no seu registro de contravenções consta a detenção por apenas um dia.

Os registros relativos à família, às sociabilidades, a fatores econômicos e à ilegalidade constituem informações cujo valor estatístico era relevante no sentido de vigiar e controlar o meretrício curitibano. O ato de tomar nota dos dados referentes ao lugar social ocupado pelas meretrizes remete as pesquisas da escola francesa da Antropologia Criminal, que considerava o elemento social como determinante na formação do indivíduo perigoso. Mas os prontuários precisavam ser práticos, afinal faziam parte do cotidiano do Gabinete de Identificação e Estatísticas, que atendia as demandas de toda a instituição policial paranaense. Por isso, o arquivo não poderia ocupar um espaço muito grande e o preenchimento das fichas deveria ser realizado de forma eficiente para o bom funcionamento da repartição de identificação. Para tanto, o vocabulário que aparece nos registros é restrito, sucinto e informado por temas e visões de mundo compartilhada pelos funcionários e pela instituição policial. Este vocabulário nem sempre era o suficiente para dar conta das formas complexas assumidas pelas práticas sociais previstas no cotidiano. A consequência destes limites do dispositivo do poder, impostos pela estrutura disponível e pela própria linguagem, é o trânsito dos grupos desviantes por aqueles espaços que o poder alcança. O registro das sociabilidades e comportamentos possibilita uma troca entre as duas partes envolvidas no processo que a

¹⁶¹ Respectivamente Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 14 de Emília da S.; ___. Promptuario n. 15 de Francisca Z.

identificação do corpo do indivíduo não permite, o maior espaço para diálogo resulta em interações que incluem possibilidades, mesmo que diminutas, de resistência através da criatividade, da esperteza e do humor. Recursos daqueles que sobrevivem nas ruas das cidades.

3.3 – Perseguindo trajetórias

A vigilância e o controle impostos pelo processo de identificação de meretrizes tiveram como foco os corpos, o lugar social e os comportamentos ilegais e imorais. No entanto, constituíram também dispositivos de controle do tempo da identificada e do espaço pelos quais circulou. É através destes registros que é possível reconstituir algumas trajetórias deste grupo que, como vidas infames, não fosse seu contato com o poder não estariam disponíveis atualmente.

Como exemplo, utilizarei a discreta passagem de Victoria S.¹⁶² pela Delegacia de Costumes e pelo Gabinete de Identificação. Através dos dados anotados em seu registro, sabe-se que Victória nasceu em São José dos Pinhais, no ano de 1909. Consta que a última localidade em que esteve antes de ir para Curitiba, foi a sua cidade natal e que chegou na capital em 1927, portanto com 18 anos. Quinze dias depois de ter abandonado seu lar, no dia 14/10/1932, o delegado de Costumes solicita sua identificação por exercer o meretrício, processo que ocorre no mesmo dia, quando já tinha 22 anos. Naquele momento, Victória residia na rua Conselheiro Barradas¹⁶³, próxima ao Passeio Público da cidade. Ela não foi reincidente, portanto não é possível saber de seu percurso a partir dos 22 anos de idade.

Esta pequena história foi feita a partir da redistribuição de dados constantes no prontuário. Na primeira página, na “Qualificação”, estão os campos para o preenchimento da cidade natal, data de nascimento e criação do prontuário. Na segunda página, os questionamento “Há quanto tempo abandonou o lar?”, “Quando aqui chegou?” e “Quais as últimas localidades que residiu?”. Na última folha, há a página para anotar os endereços de domicílios (foto 11) e o campo de “Observações”. Dentro de algumas pastas, há ainda a guia do delegado de Costumes solicitando a identificação ao Gabinete de Identificação. A utilização das imagens fotográficas também constitui uma ferramenta para o controle do tempo, registrando as mudanças ocorridas nos rostos através do tempo.

São as reincidências que permitem que a vigilância permaneça por mais tempo. O desenvolvimento e criação dos arquivos de contraventores e criminosos nas instituições policiais tem uma íntima relação com a figura do reincidente. Eram estes elementos que

¹⁶² Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 12021 de Victória S.

¹⁶³ Atual rua Presidente Carlos Cavalcanti.

deveriam ser vigiados de forma mais próxima pois não haviam se intimidado com os contatos anteriores e evidenciavam uma “tendência criminosa” através da repetição de delitos¹⁶⁴. No Brasil, a repercussão do caso de Febrônio Índio do Brasil no ano de 1927 reafirmou a relevância da vigilância em relação aos contraventores em especial: detido e internado pela autoria de vários assassinatos, Febrônio já havia sido preso antes por contravenções menores como vadiagem¹⁶⁵. As prisões anteriores tornaram-se sinônimo de indícios do que estava por vir.

Ao contrário de Victória S., Maria H. M.¹⁶⁶ retornou mais duas vezes ao Gabinete de Identificação. Nascida em 1914, no Rio Grande Sul, abandona o lar com 18 anos aproximadamente. Tinha 20 quando chegou em Curitiba, em 1934; cinco meses antes da identificação, vinda da cidade de Rio Negro, no Paraná. Seu registro é realizado em 20/02/1935, por exercer a atividade de meretrício, residindo neste período na rua Desembargador Westphalen. Em maio do ano seguinte, Maria obteve a segunda via da sua certidão; não estava mais no mesmo endereço indo morar na avenida Vicente Machado. Aos 22 anos, Maria H. é detida por embriaguez e desordem, ficando presa entre 23 e 24 de março de 1937. Novamente, havia se mudado, retornando para a rua Desembargador Westphalen, mas para outra numeração. Devido a sua prisão, foi feito um novo registro fotográfico. Nos dois anos que separavam a primeira da segunda imagem, Maria havia deixado o cabelo crescer e ganhou peso.

Além dos dados relativos aos indivíduos, os prontuários permitiram estabelecer os espaços pelos quais circulavam as meretrizes no centro de Curitiba. Como no caso de Emília da S. e Francisca Z., citadas anteriormente, e que residiam na mesma pensão. Algumas casas e pensões já eram conhecidas na cidade, especialmente devido a divulgação dos periódicos, e pela polícia como residências de meretrizes. Provavelmente estes espaços eram alvo de constantes visitas policiais, especialmente nos primeiros anos da identificação. Além de Emília e Francisca também residia no número 182 da rua Visconde de Guarapuava, Maria dos S. L., também registrada como meretriz e citada aqui anteriormente, graças a seu apelido de Lapeana.

Muitos endereços aparecem com frequência nos registros, sendo a rua Desembargador Westphalen o mais repetido. As matérias e notas dos periódicos confirmam a rua, anteriormente conhecido como rua Ractcliff, como um dos locais de maior concentração de

¹⁶⁴ CUNHA, 2002, p. 383.

¹⁶⁵ Ibidem, p. 422.

¹⁶⁶ Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 16753 de Maria H. M.

pensões e casas de tolerância entre as ruas centrais da cidade. A atenção da polícia em relação ao local não era somente devido a concentração de prostitutas; segundo reportagens, os bordéis e botequins lá alocados eram frequentados por diversos representantes das “classes perigosas”. Como exemplo do número expressivo de casas dedicadas à prostituição no local, o Diário de Tarde em uma das várias matérias que se dedica ao caso explica que as meretrizes tomavam conta da rua até a altura da Rua Ivahy (atual Av. Presidente Getúlio Vargas):

Assim numerosas têm sido as queixas e reclamações contra a attitude das mulheres que desde as primeiras horas do dia sahem ás portas e janellas em trajes excessivamente simples. E como se isso ainda não bastasse para affrontar as famílias que tem a pouca sorte de visinhar com horizontaes, estas fazem diariamente, o footing pelas calçadas ou atravessam a rua para uma prosa na calçada do alcouce fronteiro exhibindo “toillets” expressivas e pouca decencia, ou quando então assentam-se nos meios fios em attitudes ainda mais indecorosas¹⁶⁷.

Os registros do Gabinete de Identificação e Estatísticas corroboram em números a ocupação da Des. Westphalen pelo meretrício, das 957 mulheres registradas, aproximadamente 30% delas moraram em algum momento no endereço. No mapa em anexo, foi marcado o local aproximado em que haviam casas de tolerância e pensões, assim como, o local em que estava instalada a Delegacia de Costumes. A proximidade entre a polícia e zona de prostituição talvez explique o grande número de mulheres registradas naquela rua.

Outro local com números expressivos de registros nos prontuários é a rua Visconde de Guarapuava. Também próxima da Delegacia, a rua foi registrada em quase 22% das pastas. No mapa, estão indicados outros locais que apareceram com frequência nos registros do Gabinete: Travessa Marumby¹⁶⁸, Praça Senador Correia, rua Pedro Ivo, rua Carlos de Carvalho e rua Vicente Machado. É possível identificar que várias destas zonas coincidiam com pontos em que houve alguma ocorrência de desordem pública que chamaram a atenção nos periódicos, confirmando que a preocupação policial com a prostituição era em grande parte motivada pelas alterações da ordem no âmbito público. Nestas ruas, as prostitutas dividiam o espaço central da cidade com outros grupos sociais, comércios e instituições. Sandra J. Pesavento denomina estas ruas como “lugares de enclave”¹⁶⁹, espaços de proximidade entre cidadão de bem e indivíduos perigosos e marginalizados. Assim como em Porto Alegre, cidade analisada pela historiadora, o enclave ocorre em ruas centrais da cidade,

¹⁶⁷ DIÁRIO DA TARDE. *A rua Ratecliff está reclamando a atenção da Polícia de Costumes*. 19 de abril de 1933, p. 1.

¹⁶⁸ Atualmente, chama-se travessa Tobias de Macedo.

¹⁶⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001, p. 32.

nos locais em que os efeitos da modernidade se fazem presentes. Para a autora, a alteridade tão pronunciada é efeito justamente deste ambiente público:

É na rua que se defronta e se expõe a diferença e onde se exercita o registro da linguagem que nomeia o outro. É ainda nas ruas da cidade que se exibem as práticas convenientes, consagradas pela moral, estética, saúde e justiça, de modo que é nessa mesma rua que se torna ostensivo o comportamento desviante.¹⁷⁰

A rua seria o espaço em que se estabeleceria os limites entre o social e o antissocial, o lugar em que se estabeleceria a linha simbólica que definiria a marginalidade urbana. As sociabilidades das “classes perigosas” podem ser consideradas um dos elementos que levavam a esta separação que ocorria no espaço na rua, como a reportagem da Gazeta do Povo demonstra. Se tratando de mulheres, a censura pelos comportamentos impróprios ainda é maior: por mais que a presença feminina no começo do século fosse cada vez mais evidente nos espaços públicos, as mulheres ainda deveriam resguardar os códigos de comportamento próprios tanto para o ambiente privado, quanto para o público.

Ainda nos prontuários, é possível perceber relações próximas entre as mulheres identificadas. Existem vários registros, feitos seguidamente, em que o endereço das meretrizes é o mesmo. Este é o caso dos prontuários de 21020 ao 21024¹⁷¹, criados em 21/07/1936 e que registravam quatro mulheres que viviam na rua Augusto Silveira n.º 21. Ocorrências como estas denotam que a guarda, além de interpelar as mulheres nas ruas se dirigia a casas específicas, talvez conhecidas pensões de mulheres. A pensão em questão parece seguir um padrão consagrado em relação ao formato dos prostíbulos: a primeira mulher identificada, Paula V., alemã, contava com 48 anos no momento da identificação¹⁷², já as outras três tinham entre 21 e 23 anos¹⁷³. Paula provavelmente era a dona da pensão e, talvez, cafetina das outras três mulheres. Chama atenção também o fato de que as três provinham do mesmo local, da cidade de Jaraguá em Santa Catarina, sendo que Paulina H. havia chegado na cidade há aproximadamente um mês, enquanto Cecília B. e Thereza S. estavam na cidade há cinco anos. Além da indicação da formação de pensões, percebe-se no conjunto dos prontuários a

¹⁷⁰ Ibidem, p. 129.

¹⁷¹ Com exceção do prontuário 21021 que não está disponível no Arquivo Público.

¹⁷² O prontuário, como outros, teve várias informações corrigidas em 1939, inclusive a data de nascimento de Paula que, contando com os novos dados, tinha 56 anos no momento da criação do registro. Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 21020 de Paula V.

¹⁷³ Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 21022 de Paulina H.; Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 21023 de Cecília B.; Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 21024 de Thereza S.

proximidade em que estas mulheres viviam uma das outras, principalmente nas ruas Des. Westphalen e Visconde de Guarapuava.

Os registros de informações que tinham como objetivo o controle de trajetórias e do tempo, próprio da sociedade de controle, era uma tecnologia apropriada para a vigilância de um grupo que poderia se deslocar com facilidade pelas ruas, como era o caso das meretrizes. Era o princípio de um tipo de vigilância que se pretende total, capitalizando tanto o controle do espaço quanto do tempo, por não se restringir a apenas uma localidade ou período. O sistema não funcionou plenamente porque dependia também da parte vigiada para que todo o seu potencial fosse atingido: caso a meretriz se mudasse deveria informar na delegacia seu novo endereço, deveria estar com sua certidão todo o tempo em que estivesse trabalhando nas ruas, entre outras obrigações. De certa forma, esta medida falhou porque a tecnologia disponível no período dependia da participação do indivíduo identificado¹⁷⁴.

Apesar das informações que os prontuários trazem permitirem o acesso parcial a algumas das trajetórias das meretrizes, ainda sim, a maioria dos dossiês fornecem poucas informações substanciais. O acesso a outras fontes pode auxiliar a complementar parcialmente certas histórias, como é o caso de periódicos que, especialmente através das notas policiais apresentam um vislumbre de espaços e sociabilidades do submundo urbano no seu cotidiano. Através de informações presentes nos periódicos que foi possível complementar observações encontradas em um prontuário específico e que chamou atenção pela sua característica excepcional: no prontuário de Antonieta D., constava que ela havia sido assassinada por Pedro Freitas em agosto de 1937. Estas informações diferenciadas me levaram a buscar nos jornais maiores informações sobre o caso, o caráter sensacional dos fatos resultou em matérias mais substanciais em relação as pequenas notas policiais em que geralmente figuravam as meretrizes. Cabe analisar as matérias mais detalhadamente porque o exercício da prostituição foi evocado, sensacionalmente, como determinante para o fim da meretriz e a natureza do fato possibilita algumas reflexões a respeito das sociabilidades entre as “classes perigosas” nas ruas do centro de Curitiba

3.4 - “Ensopada de sangue uma Pensão Alegre!”: o assassinato de uma meretriz

¹⁷⁴ Como aponta Adler, o registro em Paris foi mais eficiente neste sentido, já que muitas mulheres se registravam voluntariamente, o que se explica pela relação bastante próxima entre polícia, cáptens, administradoras de bordéis e agenciadores que constituíam uma rede intrincada e próspera financeiramente através da prostituição. In: ADLER, Laure. *Os bordéis franceses, 1830-1930*. Tradução: Eliane Fitippaldi Pereira e Kátia Maria Orberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 71.

Começarei pela história de Antonieta D. A meretriz foi prontuariada¹⁷⁵ no dia 02/04/1929, logo no segundo dia em que a Delegacia de Costumes passa a promover a identificação do meretrício. Antonieta era da cidade de Veneza na Itália, nascida no ano de 1900, consta que aqui chegou no ano de 1914, anteriormente residindo em São Bernardo, no estado de São Paulo. Na época da criação do registro, residia na rua Raticliff, conhecido endereço frequentado por meretrizes e outros elementos da marginalidade curitibana. Posteriormente, nos anos de 1935 e 1936, o prontuário de Antonieta é atualizado devido a detenções por desobediência e agressão.

Oito anos e quatro meses depois, então com 36 anos de idade, Antonieta não havia abandonado a prostituição como ocorreu com algumas mulheres que foram citadas anteriormente. No entanto, se no registro inicial constava que também era cozinheira, é possível imaginar que tenha crescido hierarquicamente dentro do meretrício ao longo do tempo, já que em 1937 era proprietária do que a imprensa chamou de uma pensão alegre. Apesar da possível mudança de status dentro da atividade, Antonieta permaneceu na mesma localidade. O seu estabelecimento se localizava na mesma rua em que morava em 1929, agora chamada de rua Desembargador Westphalen. Os dois lugares provavelmente distaciavam-se poucos metros um do outro, em 1929 ela residia no número 461 e a sua pensão ficava no número 311.

O prontuário se destacou de outros por conter a seguinte informação no item Observações: “Em 25-08-1937 foi assassinada pelo investigador Pedro Freitas”. Tal anotação motivou uma pesquisa nos periódicos. O relato do que ocorreu com Antonieta tem versões mais ou menos semelhantes, com exceção de alguns detalhes, nos dois jornais que servem de fonte para a análise que se segue, a Gazeta do Povo e o Diário da Tarde. As matérias sobre o assassinato de Antonieta não começam no dia 25, mas sim, em 27 de agosto de 1937. Neste dia, pouco antes da uma da manhã o amante de Antonieta, Pedro Freitas, a mata com três tiros¹⁷⁶.

Segundo as matérias, Freitas era amante da meretriz a oito anos, a relação começa mais ou menos na mesma época que ela foi prontuariada pelo Gabinete de Identificação e Estatística. Outro fato que chama atenção na história entre os dois amantes é que Pedro Freitas exercia a profissão de investigador policial. A matéria da Gazeta do Povo de 28/08/1937 destaca ainda que Pedro era um dos únicos dois sobreviventes de um grupo que havia lutado na Revolta Paulista no ano de 1924: “Pedro Freitas sobrevive para de um

¹⁷⁵ Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 18 de Antonieta D.

¹⁷⁶ DIÁRIO DA TARDE. *Amor infeliz*. 27 de agosto de 1937, p. 8.

momento para o outro, transformar-se em assassino não obstante seus bons antecedentes e sua exemplar conduta funcional. São sempre assim os escarneos do destino”¹⁷⁷.

É pertinente restituir os acontecimentos da noite em que Antonieta foi assassinada a partir das informações presentes nas matérias. O relacionamento de oito anos entre Pedro e Antonieta foi tratado de forma dúbia pelos jornais: ora era dito, com base em declarações de testemunhas, que o casal vivia bem e sem grandes problemas; ora o relacionamento era tratado como problemático devido ao ciúme que a atividade de Antonieta provocava em Pedro. Segundo reportagem do Diário da Tarde, esta não seria a primeira vez que atentava contra a vida de Antonieta¹⁷⁸. O que se sabe é que entre os dias 26 e 27 de agosto o casal teve uma discussão na pensão, presenciada por algumas pessoas que se encontravam no local. Entre os presentes, estava Helena de Q., meretriz, que residia na pensão de Alice localizada na mesma rua. Após a discussão com Antonieta, Pedro se aproxima de Helena que o repele de forma veemente, chegando a dar-lhe um tapa no rosto: “Repellido Pedro insistiu tanto, obrigando mesmo a mulher a agredil-o. Não reagiu”¹⁷⁹. Depois deste fato, Pedro tem nova discussão com Antonieta, que diz não aceitar ficar com homem que “se deixava espancar por mulher”¹⁸⁰. Esta ofensa teria sido a deixa para que o investigador policial se retirasse furioso da casa.

Pedro Freitas retorna horas depois, pouco antes da uma da manhã do dia 27 de agosto, desta vez, está armado. Antonieta estava sentada a uma mesa calculando quanto devia um grupo de clientes que se encontrava na casa quando seu amante desferiu três tiros contra ela. Antonieta morre instantaneamente. O investigador foge pulando uma janela, assim como os tais clientes; as três meretrizes que residiam na casa chamam a Polícia para informar o ocorrido. O chamado é respondido pelo suplente do chefe de Polícia de plantão naquela noite, alguns funcionários e a Polícia Técnica.

Eventualmente, Pedro Freitas é detido e presta depoimento. A forma como ocorreu a prisão não fica clara através das reportagens dos jornais que apresentam diferentes versões. Sabe-se que sua detenção ocorreu em algum momento entre a madrugada daquela noite e o meio dia. Segundo matéria da Gazeta do Povo, ele foi preso na casa de um tenente no Água Verde, este o responsável por chamar a Polícia. Já o Diário da Tarde informa que ele se apresentou voluntariamente na Delegacia de Investigações, mesma informação constante no relatório apresentado pelo delegado do caso ao juiz responsável, documento que foi resumido

¹⁷⁷ GAZETA DO POVO. *Ensopada de sangue uma pensão alegre*. 28 de agosto de 1937, p. 2.

¹⁷⁸ DIÁRIO..., 27/08/1937, p. 8.

¹⁷⁹ Ibidem.

¹⁸⁰ Ibidem.

em outra matéria do Diário¹⁸¹. Ao ser preso, o investigador presta depoimento e é liberado através de um habeas corpus. O corpo de Antonieta é sepultado por volta das 16 horas do dia 27, no cemitério do Água Verde e, segundo a Gazeta do Povo, realizou-se com grande acompanhamento¹⁸².

O delegado do caso, Lúcio Correia, era o primeiro delegado do 2.º Distrito de Curitiba. No relatório que apresenta ao juiz da 2.ª Vara Criminal recomenda a prisão preventiva do indiciado:

- a) porque não está o indiciado propriamente radicado ao delito da culpa. Efetivamente, de suas declarações prestadas a pls. se depreende que ele não possui propriedade nesta Capital e não tem propriamente família constituída, de vez que é separado de sua esposa;
- b) porque o seu cargo, pela sua própria natureza, não o radica a Curityba, tão fácil que lhe será abandona-lo para fugir à acção da Justiça;
- c) porque o indiciado confessou o crime e está fartamente provada a autoria.¹⁸³

As matérias nos jornais não continuam a partir da prisão e depoimento do investigador, já que o prosseguimento da história pertencia ao burocrático poder judiciário e não era mais objeto de interesse para os leitores, a não ser que houvesse um julgamento, o que parece não ter sido o caso.

A história trágica de Antonieta e Pedro chega ao leitor através das matérias do Diário e da Gazeta. Textos sensacionalistas eram o veículo pelo qual histórias que falavam de amores e crimes chegavam para os leitores dos jornais. Chamados de *fait-divers*, estes textos possuíam características próprias que eram criticadas por intelectuais e literatos do período, que acreditavam que o rebuscamento e o melodrama deveriam dar espaço no texto jornalístico para a objetividade¹⁸⁴. No entanto, os *fait-divers* continuavam sendo publicados pelos editoriais dos jornais de maior circulação, indicando que havia um público leitor. Valéria Guimarães aponta que dentre os conjuntos de temas¹⁸⁵ que apareceram nas matérias sensacionalistas, aquelas que versavam sobre crimes, especialmente, os passionais eram os mais populares: “seu potencial dramático e plástico, próprio da ficção, é aproveitado pelo

¹⁸¹ DIÁRIO DA TARDE. *Amor infeliz*. 28 de agosto de 1937, p. 1.

¹⁸² GAZETA..., 28/08/1937, p. 2.

¹⁸³ DIÁRIO..., *op. cit.*, 28/08/1937, p. 1.

¹⁸⁴ GUIMARÃES, Valéria. *Sensacionalismo e modernidade na imprensa brasileira no início do século XX*. ArtCultura, Uberlândia, v. 11, n.º 18, jan/jun. 2009, p. 229.

¹⁸⁵ A autora aponta três conjuntos temáticos para os *fait-divers*: Crimes, Cotidiano (relatos de acontecimentos no meio urbano, desastres, esportes etc.) e Prodígios (fenômenos espíritas, circenses, seres fenomenais). Ibidem, p. 233.

cronista para transformar a realidade em objeto midiático”¹⁸⁶, os autores das matérias utilizavam várias táticas para tanto e para chamar atenção do leitor.

A começar pelos títulos dos textos. A Gazeta dedicou duas matérias ao caso que intitulou como Ensopada de sangue uma Pensão Alegre! A escolha das palavras remete tanto ao crime através da referência ao sangue, quanto a prostituição. A associação entre os dois elementos, já parte do senso comum, é reiterada especialmente ao se referir a pensão alegre, espaço consagrado pelos atos antissociais. Já o Diário da Tarde dedicou três matérias ao caso, todas com o título Amor infeliz, apelando para o elemento de romance da história. É interessante notar que os jornais mantinham os títulos em matérias publicadas posteriormente, recurso que demarcava a continuidade dos acontecimentos, da mesma forma que ocorria com os folhetins.

Em especial, o autor da matéria de 27/08/1937 do Diário da Tarde se dedica a contar a história utilizando dos mais diversos recursos de linguagem; principalmente, para relatar a história pregressa do relacionamento de Antonieta e Pedro:

Rapaz impulsivo, apaixonado, Pedro Freitas queria só para elle o amor e os carinhos da mulher que era de todos.
As rugas surgiam de vez em quando. Mas os impulsos do affecto, de dois corações que se attrahiam, acabavam unindo, ainda mais, aquellas duas almas que vicejavam no lodaçal do vício. E tudo acabava bem. As palavras mal pensadas transformavam-se em beijos ardentes...
Assim foi-se escrevendo a historia daquelle amor.
Como passa depressa o tempo! Olhavam para traz: que longo já era o caminho percorrido!¹⁸⁷

As temáticas mais óbvias naquele contexto foram utilizadas pelo autor da matéria como, por exemplo, o tema do ciúme que sente o homem que se relaciona com uma prostituta. A afirmação de que Pedro sentia ciúmes da atividade de Antonieta não parece ter sido relatada por nenhuma testemunha e a discussão que precedeu o assassinato tinha relação com palavras ditas pela dona da pensão e que, aparentemente, atentaram contra o senso de masculinidade de Pedro.

Outro aspecto que se sobressai no texto, enfatizando sua qualidade sensacionalista, é caracterização do relacionamento entre o casal como impulsivo e intenso. As rugas causadas pelo ciúme de Pedro eram resolvidas com beijos ardentes. A intensidade dos amores era um tema recorrente na literatura de ficção do período e do século anterior e, possivelmente, o autor ressignificou o tema ao relatar o caso de Antonieta e Pedro. A impulsividade da

¹⁸⁶ Ibidem, p. 234.

¹⁸⁷ DIÁRIO..., 27/08/1937, p. 8.

prostituta e do criminoso também remete aos discursos científicos à respeito da criminalidade se valendo de ideias que relacionam este aspecto com o degenerescência própria dos indivíduos delinquentes ou com os costumes e práticas daqueles que não se adaptam socialmente. O curioso é que este relato sobre o relacionamento do casal soa como um exercício de imaginação por parte do autor, porque os fatos que narra não parecem se basear em nenhum relato de testemunhas. Neste caso, é interesse perceber como discursos literários e científicos que circulavam entre o público estavam presentes na narrativa feita pelo autor da matéria, que aplica e ressignifica conceitos quase que de forma impensada.

Um crime passional como este era apresentado pelos meios de comunicação como um espetáculo que tinha como objetivo impressionar o espectador. No entanto, estes acontecimentos eram cada vez mais corriqueiros devido ao crescimento das cidades, por isso a imprensa recorria a vários recursos para chamar atenção para certos acontecimentos. Na reportagem feita no dia do acontecimento pela Gazeta, o autor da matéria informa que, junto com a polícia compareceu a reportagem do periódico, que fotografou o local. Complementa que naquele dia não seria possível incluir as imagens na reportagem, mas que elas seriam publicadas no dia seguinte. Na edição do dia 28 de agosto, a matéria com as fotografias foi publicada na primeira e segunda página do jornal, lugar de destaque no conjunto do periódico.

Publicam quatro fotos, mas apenas uma da cena do crime. Na primeira página, a imagem de maior dimensão e que causa maior impacto por estar bem ao meio de outras duas e do texto é a que mostra o cadáver de Antonieta, esta a única imagem feita no local do crime. Ainda na primeira página, em posição secundária estão fotos de Pedro Freitas e Helena Quadros, a meretriz que bateu no investigador. Na continuação da matéria, na segunda página, há uma foto de Antonieta antes da sua morte. As imagens de Pedro e Helena são do busto para cima, modelo bastante comum de fotografia no período, também utilizado nos prontuários das meretrizes, a pessoa fotografada está em primeiro plano, sua figura predominante em relação a outros elementos como o fundo da imagem. A fotografia de Antonieta, ainda viva, na segunda página mostra a meretriz de corpo inteiro. A reportagem da Gazeta do Povo provavelmente teve acesso a esta imagem através de alguém que conhecia Antonieta, talvez uma das suas pensionistas que testemunharam o assassinato. É interessante pensar que neste momento, em Curitiba, já era hábito a guarda de fotografias pessoais e de conhecidos, mesmo entre as classes sociais mais baixas.

A principal fotografia, a do cadáver de Antonieta, mostra o seu rosto e parte do tronco. O corpo estava no chão e virado para cima, e segundo a legenda da imagem ainda no local do crime. Cabe pensar a disposição das imagens na matéria, a fotografia da vítima em escala

maior ficava no meio das fotografias de Pedro e Helena, como se indicasse que o resultado de interações como a que ocorreu entre eles acabasse em tragédia. E, mais uma vez, Helena figura como personagem relevante na trama. A forma como estas imagens foram dispostas, especialmente a foto da vítima em destaque, eram recursos para chamar a atenção do leitor para aquela história. O recurso visual foi manipulado pelo meio de comunicação para causar uma grande impressão no leitor, especialmente ao mostrar o corpo da vítima sem vida ainda no local do crime. Só cabe conjecturar sobre como se configuraria esta impressão: seria de choque pela foto explícita da vítima de um assassinato ou empatia com a morta e indignação em relação ao criminoso? Não é possível saber. No entanto, fica clara a manipulação do item imagético por parte da imprensa para tornar determinadas histórias mais interessantes e chamativas.

A foto de Antonieta depois que foi alvejada a mostra na cena do crime. A chamada pensão alegre, termo utilizado pelos jornais do período para definir as casas onde as meretrizes moravam, ficava na rua Desembargador Westphalen próxima do local que ficou conhecido como Barranco e que, mesmo anos depois do seu fechamento, ainda era lembrado pela imprensa. Através das matérias é possível saber um pouco a respeito do funcionamento destes estabelecimentos. Segundo a Gazeta, as três mulheres presentes no momento do assassinato eram pensionistas da casa¹⁸⁸. O relatório do delegado, publicado pelo Diário da Tarde, descreve que na casa havia um “salão de bebidas e danças” onde estavam as três mulheres com mais dois clientes. Tratava-se, portanto, de um espaço de socialização, onde os clientes eram recepcionados e bebidas alcoólicas eram comercializadas.

Se a chamada pensão alegre foi o cenário da tragédia, Antonieta seria uma espécie de protagonista. Apesar de sido vítima do crime, existem várias sugestões, na escrita dos repórteres, que sugerem que ela tenha uma parcela de culpa nos acontecimentos. Na matéria sensacionalista escrita pelo Diário no dia 27, o autor que a chama de vendeuse d'amor ao imaginar como teria sido o relacionamento com Pedro afirma que: “Amor nascido no vício, no vício mesmo elle dever'a se extinguir”¹⁸⁹, relacionando o destino da vítima com a sua atividade, reafirmando a relação entre prostituição e criminalidade, constantemente apontada nos periódicos. O fato do relacionamento ter começado neste espaço marginal em que os comportamentos são considerados anormais já explicava a tragédia, afinal eram “duas almas que vicejavam no lodaçal do vício”. No período, era comum figuras de linguagem que se referiam a prostituição remeterem à lama, ao esgoto e a sujeira, temas que também eram

¹⁸⁸ GAZETA DO POVO. *Enspada de sangue uma pensão alegre*. 27 de agosto de 1937, p. 1.

¹⁸⁹ DIÁRIO..., 27/08/1937, p. 8.

utilizados nos trabalhos médicos, especialmente aqueles que classificavam a prostituição como um problema social de ordem sanitária. A terminologia foi utilizada de forma mais representativa pela primeira vez no século XIX por Alexandre Parent-Duchâtelet, higienista e membro do Conselho de Salubridade de Paris, que afirmava que assim como os esgotos, as prostitutas eram receptoras de dejetos humanos¹⁹⁰. Mais uma vez, a imprensa se apropria de termos e conceitos que se originam em diferentes locais, em um processo que assimila e dissemina concepções e visões de mundo.

Adiante, o autor fala do ciúme do investigador:

Pedro Freitas, agora, dera em ter ciumes da sua companheira. Talvez ela já não o estimasse como dantes. E ele se transformou no apaixonado violento e arrebatado. A essas scenas todas Antonieta não dava maior importância.¹⁹¹

De forma sutil, o autor propõe que Antonieta é responsável pela violência de Pedro porque provocava o ciúme dele exercendo a atividade da prostituição, por talvez não estar tão interessada no relacionamento e por não se importar com o comportamento do companheiro. Sobre os acontecimentos testemunhados por outras pessoas, a discussão que Antonieta tem com Pedro sobre o tapa que leva de Helena, reforça a sugestão da culpa de Antonieta pelos acontecimentos: “Voltando para a presença de Antonieta, Pedro foi por esta insultado, humilhado”¹⁹². Esta etapa é enfatizada nos relatos do caso, afinal a meretriz atacou diretamente a masculinidade do investigador por este não ter reagido ao tapa de Helena.

O relatório do delegado do 2º Distrito busca ser mais objetivo em relação aos acontecimentos se apoiando nas declarações das testemunhas, Pedro Freitas, as três meretrizes e um dos clientes que estavam presentes na pensão. Apesar da objetividade, o delegado acha pertinente declarar que “as testemunhas são contestes em afirmar que a vítima era demasiadamente fiel ao indiciado”¹⁹³. Esta informação, repassada ao juiz, buscava eliminar a possibilidade de uma argumentação atenuante para culpa de Pedro. Caso Antonieta fosse infiel ao seu companheiro, esta configuraria uma justificativa para os atos do investigador. As matérias da Gazeta do Povo também sugerem que a meretriz era parcialmente responsável pelo caso: “O desprezo daquela com quem convivera por durante oito anos, impeliu um investigador policial a' pratica de um monstruoso crime”¹⁹⁴ era o subtítulo da matéria, cujo

¹⁹⁰ ENGEL, Magali Gouveia. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, p. 54.

¹⁹¹ DIÁRIO..., *op. cit.*, 27/08/1937, p. 8.

¹⁹² Ibidem.

¹⁹³ DIÁRIO..., 28/08/1937, p. 1.

¹⁹⁴ GAZETA..., 27/08/1937, p. 1.

autor achava que Pedro tinha sido levado a cometer o crime pelas ações da sua amante, apesar de afirmar adiante no texto que nada justificava o acontecimento.

Apesar de comprovadamente ter cometido o crime, Pedro não figura como o único culpado nos *fait-divers*, Antonieta levava uma vida imoral que ressoava nas suas ações e seu destino não surpreendia. Outra personagem que é considerada responsável pelos acontecimentos, em certa medida, é Helena. A reportagem da Gazeta do dia 28, a mesma que tem as imagens fotográficas, apresenta novos aspectos para o envolvimento de Helena: “[...] residia até ante-ontem em companhia da vítima, sendo forçada por desconfianças e ciúmes de Antonieta a mudar-se, indo residir na Pensão de Alice, na mesma rua, onde antigamente era o 'Barranco’”¹⁹⁵. O autor não explica como conseguiu esta informação, mas ela suscita algumas questões.

Se Helena havia sido expulsa da pensão anteriormente, porque estava na casa poucos dias depois? Outro elemento que não fica claro é o ciúmes que Antonieta sentia. Na própria Gazeta, no dia anterior, foi publicado que Helena repeliu as investidas de Pedro, “talvez não querendo fazer acinte a sua companheira de vida airada”¹⁹⁶ e que a dona da pensão mostrava-se firme na resolução de terminar a relação que mantinha com o investigador, contrapondo a versão de que havia uma disputa de interesses amorosos. Mas, a legenda da imagem de Helena corrobora as informações da reportagem do dia 28, dizendo que ela havia sido o ponto da discórdia dos acontecimentos.

A forma como as relações entre Helena e Antonieta foram apresentadas na Gazeta do Povo parecem reiterar ideias preconcebidas sobre os relacionamentos e comportamentos nas zonas de meretrício. As relações e interações entre esses grupos eram apresentadas pelos jornais nas notas policiais como o oposto do comportamento civilizado próprio de “pessoas de bem”, sempre acabando em brigas e violência. Esta é uma representação que deve ser relativizada. Apesar da violência e confrontos constituírem parte dos códigos sociais das classes populares, as suas ações não podem ser reduzidas a estas dinâmicas. A presença de Helena na pensão e a recusa às investidas de Pedro Freitas poderiam representar algum laço de solidariedade entre ela e as mulheres que viviam no número 311 da rua Desembargador Westphalen. Para historiadoras que estudaram a prostituição, haviam redes de sociabilidades entre meretrizes que moravam nas mesmas zonas, e que estavam muitas vezes afastadas de suas famílias e longe das suas cidades natais¹⁹⁷, caso tanto de Antonieta, quanto de Helena,

¹⁹⁵ GAZETA..., 28/08/1937, p. 2.

¹⁹⁶ GAZETA..., *op. cit.*, 27/08/1937, p. 1.

¹⁹⁷ PEREIRA, Ivonete. “*As decaídas*”: prostituição em Florianópolis (1900-1940). Florianópolis: Editora da

que era natural de Joinville, segundo seu prontuário¹⁹⁸. Ainda, segundo a Gazeta, o funeral de Antonieta foi acompanhado por várias pessoas. Resultado, talvez, da atenção que o caso ganhou na imprensa, mas existe a possibilidade de que vários membros da zona da Desembargador Westphalen, e que conviviam com a vítima no cotidiano, foram prestar suas homenagens à falecida.

Mas, apesar de figurar como culpada devido ao seu desvio, a imagem da prostituta-vítima também é evocada: “Era mais um crime que se tinha a registrar na dolorida história da prostituição”¹⁹⁹. Para o delegado Lúcio Correia, o fato das testemunhas serem prostitutas era um argumento para solicitar a prisão do investigador:

Dada a temibilidade revelada pelo incidiado, as testemunhas ouvidas no inquérito, sabendo-o solto, certamente que o temerão, tanto mais que taes testemunhas de vista são mulheres da vida, sem poderes propriamente, de reação.²⁰⁰

Para o delegado da Polícia as testemunhas viviam em uma situação de risco que poderia favorecer uma ação violenta por parte de Freitas, fator que assustava as mulheres, segundo Correia.

A violência de Pedro Freitas nem sempre ficou clara, tornando o assassinato uma surpresa para aqueles que o conheciam: “os seus colegas não sabem, mesmo, a que atribuir o crime”²⁰¹. Reunindo as informações encontradas em ambos os periódicos é possível ter algumas informações à respeito da sua vida pregressa. Sabe-se que lutou na Revolta de 1924, residiu em Paranaguá durante um tempo onde era bemquisto, foi casado mas estava separado da esposa e que como investigador policial: “era afeito ao trabalho, motivo pelo qual chegou a ser o chefe dos investigadores da Vigilância, de nossa Polícia Civil”²⁰². No entanto, apesar de um passado relativamente favorável, alguns vislumbres do desvio já surgiam: anos antes havia tentado suicídio ainda em Paranaguá e o próprio envolvimento com Antonieta era um indício, o relacionamento começara porque Pedro frequentava a zona de meretrício da rua Desembargador Westphalen.

Da mesma forma que a descrição do crime por parte de jornalistas recorre a referências da literatura e do discurso médico, as referências ao criminoso também são influenciadas por estes elementos. Monstruoso e bárbaro foram expressões utilizadas para

UFSC, 2004, p. 108.

¹⁹⁸ Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 16701 de Helena Quadros.

¹⁹⁹ DIÁRIO..., 27/08/1937, p. 8.

²⁰⁰ DIÁRIO..., 28/08/1937, p. 1.

²⁰¹ GAZETA..., 27/08/1937, p. 1.

²⁰² GAZETA..., 27/08/1937, p. 1.

explicar a ação do criminoso: “sobre o impulso irreprimível do desejo de matar, um rapaz presta estúpida e covardemente uma mulher”²⁰³. Os temas do monstruoso, do bárbaro e do irreprimível são recorrentes na literatura fantásticas e de horror do século XIX, resultado da sensibilidade própria dos tempos modernos que também está presente na antropologia criminal, e que associa a criminalidade com o instinto primitivo do ser humano: “Nada até agora a justifica. Nada? Talvez o delírio sádico, do sangue, o desejo bestial e simples do assassino...”²⁰⁴. Era digno de nota que, apesar de ser um indivíduo de máus instintos, Pedro nunca demonstrara esta característica, reforçando a ideia de que o perigo se escondia e camuflava sob comportamentos considerados normais. O descontrole de Pedro também é representado nas afeições relatadas pelo jornal, tanto com Antonieta por quem nutria grande paixão, quanto na insistência com que procurou Helena naquela noite.

A reação de Pedro após cometer o assassinato também merece nota. Segundo a Gazeta, o investigador

vendo sua amada cair no vão de uma porta, sem dizer uma só palavra, Pedro nem sequer perdeu a calma. Pediu às pobre mulheres, que horrorizadas, assistiram áquele brutal e covarde assassinio, abrissem-lhe o portão da casa. E, como não o quizessem atender, ainda calmamente, abriu uma janela, saltou-a como saltou, a seguir, um muro, evadindo-se tão covardemente, como covardemente praticára o crime.²⁰⁵

A calma ao escapar da cena do crime parece reforçar que Pedro possuía os instintos de um assassino, como se tivesse cometido um ato que lhe era quase natural. A naturalidade em relação ao crime que cometera remete a ideia do criminoso nato, conceito chave para o desenvolvimento da antropologia criminal, assim como o atraso do homem primitivo que permaneceria como um estigma em alguns indivíduos. As referências da notícia sensacionalista as figuras animalescas e primitivas e que remetem a literatura e o discurso científico evidenciam a circularidade da cultura escrita e a partilha de uma sensibilidade particular. Esta sensibilidade era caracterizada pelas sensações de medo e insegurança e a imprensa cumpria um papel relevante para este quadro ao trazer o animalesco e bárbaro, próprio das histórias de ficção, para o cotidiano do leitor através da aparente função de relato da realidade²⁰⁶. A fuga de Pedro, solto nas ruas após cometer um assassinato, representou nas notícias dos jornais a personificação do perigo primitivo e incontrolável no cotidiano do leitor

²⁰³ Ibidem.

²⁰⁴ Ibidem.

²⁰⁵ Ibidem.

²⁰⁶ GRUNER, Clóvis. *Paixões torpes, ambições sórdidas: transgressão, controle social, cultura, e sensibilidade moderna em Curitiba, fins do século XIX e início do XX*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, 2012, p. 90.

curitibano. Um perigo que se escondia sob a aparência da normalidade e, pior ainda, sob a designação de autoridade policial.

Se o repórter da Gazeta acreditava que nada justificava o ato de Pedro um fator mais concreto é considerado determinante para que Freitas assassinasse Antonieta: o acusado estava embriagado. Ao ser preso, no mesmo dia do crime, o investigador presta depoimento atribuindo suas ações ao estado alcoólico em que se encontrava:

Entregue às autoridades, Pedro Freitas maldizia, desesperado, o estado de embriaguês em que se encontrava no momento do seu gesto impensado, e sob cuja ação passára para o rôl dos culpados.²⁰⁷

O argumento de Pedro não convence o delegado. Através do seu relatório sabe-se que o investigador argumenta não se recordar precisamente do fato delictuoso, apesar de admitir a culpa e que atirou sem ter a intenção de matar Antonieta. Aparentemente, o delegado não acreditava plenamente nas palavras de Pedro, desconfiando que o seu estado não era tão extremo: “Nas suas declarações ele acentua a embriaguez de modo a fazer sentir que atirou sem intenção de matá-la, procurando ao que parece, de industria, criar uma situação alcoolica que não cistia (sic) na proporção declarada”²⁰⁸. Ao repórter da Gazeta cabe o papel de questionar: “nós ficamos a pensar nessas mocidades preciosas que o alcool rouba com tanta frequencia aos interesses do lar, da sociedade e da Pátria”²⁰⁹, reforçando o conceito de que a embriaguez era um comportamento que atentava diretamente contra a moralidade atingindo seus principais pilares a família, o trabalho formal e a nação.

O crime cometido por Pedro, assim como, sua relação anterior com Antonieta suscita reflexões sobre a relação entre os membros da instituição policial e os grupos de indivíduos que eram objetos da sua vigilância. Ao analisar a polícia na cidade do Rio de Janeiro no começo do século XX, Marcos Bretas afirma que as relações entre o meretrício e policiais eram mais complexas do que de simples repressão e que possivelmente estes representavam uma parcela significativa dos clientes das zonas²¹⁰. Segundo os periódicos, Pedro era um frequentador dos ambientes da boemia curitibana: “E’ra, no entanto, o covarde criminoso, amante da vida alegre e despreocupada, onde sempre viveu, circunstancia, que, já certa vez o levára a atentar contra a própria existencia, na cidade de Paranaguá”²¹¹. No entanto, em outras

²⁰⁷ GAZETA..., 28/08/1937, p. 1.

²⁰⁸ DIÁRIO..., 28/08/1937, p. 1.

²⁰⁹ GAZETA..., *op. cit.*, 28/08/1937, p. 2.

²¹⁰ BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 199.

²¹¹ GAZETA..., 27/08/1937, p. 1.

matérias e notas encontradas nos periódicos percebe-se que os membros do Exército causavam mais problemas nas casas de tolerância e bordéis do que os policiais. Embriagados, não era raro os soldados causarem depredações e agredirem alguém, o que geralmente levava a confrontos com os guardas, que atendiam prontamente, indicando que estavam próximos aos locais da confusão, vigiando as zonas de meretrício²¹².

O trânsito constante de membros da força policial entre espaços próprios da marginalidade e das atividades ilegais, parte do cotidiano do trabalho policial, permitia o estabelecimento de relações e contatos entre grupos que figuravam, teoricamente, em margens opostas das relações de poder. É possível supor também que os policiais de patentes mais baixas pertencessem a estratos sociais mais baixos, compartilhando valores mais próximos das classes baixas urbanas do que do Estado e da elite letrada. Outro elemento que se destaca na história de Antonieta e Pedro, é justamente a possibilidade de pensar nestas convivências que ocorriam em locais como os salões de bebidas das pensões alegres, em que policiais partilhavam de momentos de lazer com meretrizes e elementos suspeitos. Este era o caso de outros dois personagens que figuraram nas matérias sensacionalistas sobre o caso, trata-se dos dois clientes presentes no momento em que o crime ocorreu.

Os fait-divers se referiram a dupla pela sua nacionalidade - eles eram portugueses - como era comum na imprensa ao se referir a imigrantes. Segundo o relatório do delegado Lúcio Correia, os clientes estavam no salão com as três meretrizes que residiam na casa quando solicitaram que estas chamassem Antonieta para que pudessem lhe pagar as despesas. Enquanto fechava a conta dos dois, Pedro alvejou a dona da pensão²¹³. Estas informações se basearam no depoimento de um dos clientes que serviu de testemunha no inquérito. Mas, chama a atenção a reação dos dois quando o crime ocorreu. Assim como Pedro, os dois pularam a janela e fugiram. No entanto, não existe nenhuma evidência de que eles tivessem qualquer relação com o crime. No dia seguinte, um deles estava disponível para testemunhar, mas o outro havia saído da cidade.

A fuga pode significar que os dois clientes temiam se encontrar com a polícia por possuírem algum tipo de antecedente, mas também por terem receio de serem acusados pelo assassinato. Esta última possibilidade é coerente naquele contexto, especialmente, quando se leva em consideração como estrangeiros eram vistos e representados. No século XIX, com o advento da imigração europeia para o Paraná, a imagem do imigrante laborioso foi

²¹² Um exemplo foi o confronto armado que ocorreu na chamada Zona do Tigre, na rua Saldanha Marinho, em 1931. Ver: DIÁRIO DA TARDE. *E o pau comeu*. 02 de julho de 1931, p. 8; GAZETA DO POVO. *Cerrado tiroteio na rua Saldanha Marinho*. 02 de julho de 1931, p. 3.

²¹³ DIÁRIO..., 28/07/1937, p. 1.

amplamente difundida até que estes passaram a fazer parte da multidão que se instalava no meio urbano e nos seus arredores. É a partir deste momento, na década de 1870, que outra imagem do imigrante passa a ser difundida, aquela que o classifica enquanto desordeiro. Baseando-se em discursos sobre a diferença entre raças, europeus foram comparados ao povo paranaense, considerado naturalmente ordeiro e pacífico²¹⁴. Na década de 1930, esta imagem do estrangeiro que pertence às “classes perigosas” já estava bastante difundida e, portanto, para identificá-los enquanto elementos suspeitos bastava apontar no texto jornalístico que eram de outra nacionalidade.

As classes perigosas foram personagens frequentes nos *fait-divers*, sua presença neste tipo de publicação reforçou a relação entre a presença destes grupos com o advento da modernidade. O fato da reportagem de jornal possuir o estatuto de descrever a “realidade” foi um fator que instigou as sensações de medo e insegurança nos indivíduos que viviam no ambiente urbano, lembrando constantemente a proximidade com que atrocidades aconteciam ou relacionando cenários de violência com espaços conhecidos do leitor, tendo como ponto de referência nomes de ruas e praças da cidade que habitava. Ao mesmo tempo, este tipo de escrita e a sua popularidade denotam certa curiosidade em relação ao crime, aos criminosos e aos espaços da cidade que, apesar de tão próximos, são inacessíveis por estarem além das fronteiras simbólicas que separam a ordem e a desordem nas ruas das cidades.

Enquanto forma de ficção e mesmo de entretenimento, os *fait-divers* se assemelham a outras formas de lazer que disseminaram e reforçaram as características da modernidade: “a narrativa se desfaz em partes tal qual um roteiro de cinema”²¹⁵. A começar pela escolha da temática do crime, mas também, pela forma como a história é narrada pelos autores das matérias, em especial, as primeiras matérias escritas no dia do crime. Preservando a cronologia dos acontecimentos, os autores lançam mão do efeito de flashback para explicar o contexto daquela história, que não seria muito diferente de outras e atrativa ao leitor se não fosse sua característica passional, explicável somente através da história pregressa dos amantes. Apesar do respeito a uma linha cronológica, a história se desenvolve em partes não sequenciais enquanto acompanhamos em primeiro plano as ações do assassino: primeiramente, Freitas estava na pensão alegre, some por algumas horas sobre as quais não temos nenhuma informação, a narrativa avança para o momento em que volta armado e assassina a companheira.

²¹⁴ LAMB, Roberto Edgar. *Uma jornada civilizadora: imigração, conflito social e segurança pública na província do Paraná*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999, p. 35.

²¹⁵ GUIMARÃES, 2009, p. 236.

Para Valéria Guimarães, estas descontinuidades narrativas, estas histórias fragmentadas, são características que os fait-divers compartilham com o cinema e, mesmo, com a experiência de folhear o jornal²¹⁶. Esta fragmentação se apresenta também no relato da continuidade dos acontecimentos que ocorre ao longo de vários dias no jornal. Ao mesmo tempo, este tipo de escrita nos periódicos tem como referência uma “matriz oral-popular que se opõe ao espaço organizado do capitalismo”. A ascendência “oral-popular” das matérias também pressupõe certa fragmentação da história, assim como, um tom melodramático, o uso livre da imaginação, a falta de compromisso com uma pretensa objetividade e com uma linguagem formalizada nos ambientes acadêmicos.

Interessa pensar, particularmente, esta relação entre a peça jornalística e a obra ficcional. Como nas matérias sobre o caso de Antonieta, vários discursos e concepções de mundo parecem informar a escrita dos fait-divers. As outras leituras e informações sobre temas como “as classes perigosas” permeiam o texto, mas não de forma unilateral; o autor da matéria utiliza estes elementos como recursos de linguagem que auxiliam na sua narrativa, o resultado são histórias que parecem viver no limite entre a ficção e a realidade. Este elemento é importante para considerar a recepção de histórias sensacionalistas pelo público, que constantemente é atraído por estes relatos impressionantes, promovendo a manutenção deste estilo nos meios de comunicação, em especial, em relação a certos temas como aqueles relacionados a criminalidade.

A popularidade dos fait-divers entre os leitores compele a pensar em como as concepções apontadas nos textos influenciaram na formação de uma categoria “classes perigosas” que se adaptasse ao contexto curitibano e na promoção das sensações de medo e insegurança em relação a determinados grupos. A associação de acontecimentos violentos com determinados espaços das cidades, com determinadas atividades ilícitas e classes sociais auxiliaram a produzir um imaginário relativo à marginalidade urbana. Para Gruner, esta era uma expressão da função política da imprensa, interferindo diretamente no cotidiano do leitor²¹⁷.

Estas vivências e relações expostas nos fait-divers, apesar de serem construídas e construírem o imaginário sobre a marginalidade urbana, não estão completamente desprovidas dos elementos do cotidiano observado nas ruas das cidades. Os autores das matérias atuavam como observadores da realidade urbana e contavam as suas histórias a partir do cotidiano das ruas. A partir desta premissa é que as notícias sensacionalistas apresentam uma fonte

²¹⁶ Ibidem.

²¹⁷ GRUNER, 2012, p. 90.

relevante no sentido de compreender algumas dinâmicas que complementam as análises feitas a partir da documentação policial.

O crime cometido pelo investigador policial apresenta algumas possibilidades neste sentido. Nos salões de bebidas das pensões alegres de Curitiba conviviam policiais, elementos suspeitos e meretrizes. Relações que operavam a partir de códigos próprios de convivências e comportamentos, nem sempre compartilhados pelos discursos oficiais ou midiáticos, mas também, não representando uma negação completa dos valores burgueses, já bastante difundidos. É importante pontuar que a resistência a imposições discursivas das elites não era sistematizada, ocorria na esfera das ações cotidianas através da preservação de visões de mundo e comportamentos, mas aqueles grupos não estavam completamente imunes aos paradigmas que defendiam noções bastante específicas de “família” e “trabalho”.

Neste sentido, a trajetória de Antonieta se complexifica a partir da análise de diferentes documentos. É possível saber que ela permaneceu no mundo da prostituição, mas mudou de papel, se transformando em dona de pensão. Além da sua situação profissional, sabe-se de aspectos de suas relações pessoais. Em um processo de negação em relação às divisões previstas no prontuário entre o mundo do trabalho e o mundo da família, entre o privado e o público, estes aspectos da vida de Antonieta e de vários indivíduos das “classes perigosas” estavam entrelaçados, não haviam divisões, provocando dinâmicas e vivências que tanto incomodavam as porta-vozes dos preceitos de uma “sociedade de bem”. Estes elementos do cotidiano escapavam às tecnologias do poder como os prontuários, talvez até por não serem tão relevantes para o poder policial. Mas, a partir destes fragmentos de informações, intermediados pelo elemento ficcional, o que permanece são vislumbres das especificidades e características próprias das relações desenvolvidas em uma pensão alegre na Desembargador Westphalen.

O crime do qual foi vítima Antonieta possui várias nuances, que foram perscrutadas aqui apenas porque o seu prontuário de identificação registrava sucintamente o ocorrido. A breve anotação dedicada a um caso que em outras esferas tem repercussões mais acentuadas é um indicativo dos usos feitos pela polícia de Costumes da identificação. Ao longo do capítulo, busquei indicar como o controle policial, a partir do registro aqui analisado, evidenciava aspectos da vida das meretrizes e os colocava em destaque a fim de defini-las a partir de seus corpos e da sua participação na sociedade. Os prontuários das meretrizes se destacam por atender demandas do biopoder, ao dispor através do arquivo do Gabinete de Identificação e Estatísticas, as mulheres como um grupo. Suas informações, em conjunto, forneceriam dados e médias sobre a prostituição, capazes de orientar medidas de contenção ou liberação em

relação as práticas sexuais de parte da população da cidade. Os prontuários também se caracterizavam como tecnologia do poder disciplinar ao dedicar-se ao indivíduo especificamente, afinal através dos componentes dos formulários era possível perseguir trajetórias através do tempo e do espaço urbano.

No entanto, para além da ação do poder, alguns recursos e táticas que acabavam enganando e desviando a vigilância policial são identificáveis nos registros, possivelmente, há vários outros que não são evidentes. O formato do prontuário dificulta em parte esta possibilidade: quanto mais pontuais as respostas, menor era o espaço para a expressão do sujeito identificado. Ainda assim, algumas possibilidades se apresentaram, como as falsificações nominais e a utilização de vulgos. É a partir desta premissa, que as fotografias presentes nos formulários se destacaram na análise da documentação. Como a fonte imagética demanda uma metodologia específica o exame de alguns destes documentos será realizado no próximo capítulo, pensando a fotografia enquanto um recurso policial na identificação criminal e de grupos perigosos, mas também, outras possibilidades de interação entre o poder e as meretrizes.

Capítulo 4 – A imagem do desvio: fotografia policial e a subjetividade da meretriz

Para o autor Jonathan Crary, o início do século XIX marca o rompimento com o regime clássico de visualidade graças ao surgimento de modelos de visão subjetiva em uma ampla gama de disciplinas²¹⁸:

Uma vez determinado o fato de que a verdade empírica da visão situava-se no corpo, os sentidos – e a visão em particular – puderam ser anexados e controlados por técnicas externas de manipulação e estimulação.²¹⁹

Um exemplo desta manipulação são novas tecnologias como a fotografia. Neste sentido, a visão foi uma participante ativa e relevante na proeminência do discurso científico a partir dos séculos XVIII e XIX, pois a prática empírica dependia dela em grande parte. Um exemplo é própria antropologia criminal, a escola italiana liderada por Cesare Lombroso tinha como método olhar para os corpos de prisioneiros vivos e de cadáveres de indivíduos que mantinham um comportamento antissocial para neles encontrar os sinais e origens da inadaptação.

As mudanças na relação com a visualidade também se associam ao crescimento urbano e a sensibilidade moderna dos seus habitantes. Os sentidos foram diretamente atingidos pelo aumento das populações urbanas e pela intensificação das atividades comerciais, característica denominada de hiperestímulo por Ben Singer, e que segundo o autor tiveram efeitos nas experiências subjetivas dos indivíduos²²⁰. A publicidade e as lojas de departamento passam a usar os mais diversos recursos como luzes e cores intensas para estimular o consumo de produtos, o trânsito excessivo e veloz de pessoas não permitia que se registrasse o seu aspecto físico de forma substancial e a presença de meios de transporte cada vez mais rápidos exigiam uma atenção redobrada nas ruas por questões de segurança. A quantidade excessiva de estímulos provocou uma fragmentação e dispersão da atenção.

A fotografia figurou no século XIX como uma dessas inovações tecnológicas que colaboraram com o imaginário de um processo de modernização e progresso civilizacional. Conforme a tecnologia que disponibilizava a reprodução da imagem foi se tornando acessível,

²¹⁸ CRARY, Jonathan. A visão que se desprende: Manet e o observador atento no fim do século XIX. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. *O cinema e a invenção da vida moderna*. Tradução: Regina Thompson. São Paulo: Cosac Naify, 2004, p. 67.

²¹⁹ Ibidem, p. 68.

²²⁰ SINGER, Ben. Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. *O cinema e a invenção da vida moderna*. Tradução: Regina Thompson. São Paulo: Cosac Naify, 2004, p. 95.

a imagem fotográfica passou a fazer parte do cotidiano de um número cada vez maior de pessoas. No entanto, o uso do novo equipamento não se restringiu ao ambiente doméstico e ao campo artístico. Logo as instituições policiais, no afã de aprimorar as suas atividades, passaram a usar a fotografia como instrumento de trabalho. Neste capítulo, objetiva-se analisar de que forma ocorreu a utilização da fotografia como tecnologia do poder policial, em especial, no contexto curitibano e as implicações do uso deste método diante das reflexões de autores que pensam as alterações no regime de visualidade provocadas pela modernidade e o meio urbano. Busca-se, também, analisar o tema pensando que o objeto das imagens policiais eram mulheres que pertenciam às “classes perigosas”, fato relevante para compreender determinadas dinâmicas presentes no ato fotográfico e no seu uso nas relações de poder.

4.1 - Fotografia e identificação policial

O controle através dos prontuários de identificação transformou a vida social, as trajetórias de vida e os corpos das meretrizes em dados componentes de um arquivo escrito e visual. No entanto, a transcrição de dados não foi o único recurso utilizado pelo Gabinete de Identificação e Estatísticas para produzir documentos que identificassem as meretrizes de Curitiba.

Já no século XIX, a imagem fotográfica passa a ser um recurso dispensado pelas instituições policiais, na Europa e nos Estados Unidos, no registro de criminosos e contraventores pegos e na perseguição de foragidos reincidentes. No ano de 1841, daguerreótipos são utilizados em alguns casos isolados em cidades francesas. No ano de 1846, o fotógrafo americano Mathew Brady é contratado por uma revista científica para retratar os detentos da penitenciária Blackwells Island, a publicação desejava realizar um estudo sobre a relação entre as características do crânio e das feições com as tendências criminosas. Por razões semelhantes, foram fotografados os detentos alocados em Birmingham, na Inglaterra. E em 1854, a polícia de Lausanne, na França, passa a circular entre a população, fotografias de foragidos. Em 1858, o departamento de polícia de Nova Iorque sistematiza esta proposta criando a primeira “galeria dos vagabundos” ou rogues gallery, prática que se espalha rapidamente por outras cidades americanas e para países europeus²²¹. As galerias disponibilizavam as imagens dos procurados pela polícia para que a população em geral tivesse acesso a imagem do suposto infrator. No Brasil, a autora Sandra Koutsoukos se dedica a analisar as imagens disponíveis em uma “galeria de condenados” do Rio de Janeiro, cujo

²²¹ KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. *Negros no estúdio fotográfico*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010, p. 209.

ano de início dos registros data de 1859, apenas um ano depois da iniciativa da polícia nova-iorquina.

Foi ainda no século XIX, nas duas décadas finais mais precisamente, que a fotografia policial contou com a sistematização orientada por Alphonse Bertillon. O criador da chamada bertillonage se dedicou, inclusive, a indicar as regras para a realização de um retrato policial mais eficiente:

Em um dos seus manuais, publicado em 1890, Bertillon deu atenção especial à padronização necessária para esse tipo de retrato, discorrendo sobre a cadeira de pose (que deveria ter construção precisa e uma distância “xis”, rigorosamente mantida, da máquina), sobre o tipo de objetiva ideal, sobre iluminação (que na foto frontal devia vir ligeiramente da esquerda do modelo, deixando a metade direita do rosto meio na sombra; e que na foto do perfil direito viria perpendicular ao sujeito, não podendo sombrear a orelha, e recortando o perfil), além de explicar o “tom” das fotos, os retoques (que ele condenava para aquele tipo de foto) e o formato ideal, que era o cartão de visita – este adotado por uma questão de método, facilidade de produção e armazenamento, e por uma conveniência “matemática”, já que eram usados dois cartões juntos, um para a foto da frente e outro para a de perfil.²²²

As minúcias do método desenvolvido por Alphonse Bertillon têm relação direta com a valorização do detalhe e da biologia percebidos no seu método de identificação antropométrico. Por exemplo, era relevante reiterar que os pequenos detalhes anatômicos, como as orelhas, deveriam ser mostrados com clareza na imagem. Ao comentar especificamente sobre a orelha, é impossível não pensar no contemporâneo de Bertillon, o crítico de arte italiano Giovanni Morelli, que desenvolveria um método para identificar falsificações nas obras de arte que tinha como base, justamente, o destaque de pequenos detalhes nas pinturas, método que ficou marcado pela sugestão de analisar o formato das orelhas.

Como citado anteriormente, segundo Jonhatan Crary, técnicas externas para manipulação e estimulação dos sentidos são uma característica do regime de visualidade predominante no século XIX²²³. O método de Bertillon se destaca justamente pelo tecnicismo envolvido no processo e que deve apoiar o ato de “olhar” para o corpo registrado. Neste sentido, o fato de que Bertillon era um oficial da polícia francesa influencia para que conheça as necessidades da instituição policial e proponha técnicas voltadas para atender suas demandas. Os equipamentos como a cadeira de pose e a iluminação serviriam como suportes que tornavam o processo fotográfico policial o mais mecânico possível, lutando intensamente contra a possibilidades de erro. A eficiência para o cotidiano da instituição policial também é

²²² KOUTSOUKOS, 2010, p. 217.

²²³ CRARY, 2004, p. 67.

pensada pelo criminologista ao propor o formato do cartão de visitas para a guarda das imagens em arquivos. Ainda para Crary, estas técnicas tornariam o ato de ver o mais produtivo possível através da estrutura da atenção²²⁴: iluminação, distância, cadeira, posicionados de forma que indiquem o que e como deve ser observado. A proposta para as fotografias judiciais, como as chama no seu *La photographie judiciaire*, auxiliou delegacias em todos os lugares a padronizar a forma como fotografavam os indivíduos, a fotografia policial constituindo quase um estilo. Adiante, analisarei algumas fotografias policiais realizadas em Curitiba a fim de verificar como a Polícia Civil paranaense organizou os seus dados imagéticos e o que foi mantido ou descartado em relação a bertillonage.

Na cidade de Curitiba, a utilização da fotografia como instrumento de identificação e também do sistema da bertillonage pela instituição policial é possível a partir da criação do Gabinete Antropométrico, no ano de 1905, respondendo a solicitação de autoridades policiais e de periódicos que consideravam uma estrutura que permitia a identificação cada vez mais necessária para o trabalho policial em uma cidade que crescia continuamente. O estabelecimento da repartição foi recebido com entusiasmo pela sociedade em geral, até mesmo o jornal *Diário da Tarde*, fervoroso crítico das ações do governo republicano, dedica uma visita a nova repartição e realiza uma elogiosa matéria depois de acompanhar o exame e o registro de medições e demais informações de dois presos, processo descrito no texto:

O nosso gabinete anthropometrico é uma dessas poucas repartições que honram o nosso Estado.

O distinto clinico dr. Lemos que, espalhafatosas reclames, ha introduzido na nossa repartição policial, melhoramentos de tal relevancia, merece francos economios que são extensivos ao seu illutres companheiro dr. Santiago e aos seus auxiliares.²²⁵

O Dr. Rodolpho Lemos, citado na reportagem, era o médico legista do Gabinete, que no momento da sua criação já contava com mais um médico e seus respectivos auxiliares. Esta estrutura tende a ser ampliada e modernizada conforme os anos passam. Dois anos depois de sua criação, em 1907, a repartição se transforma em Gabinete de Identificação e Estatísticas, adota o sistema de Vucetich que, como apontei no capítulo anterior foi utilizado em conjunto com a bertillonage; no ano seguinte é decretado o regulamento da repartição. No artigo 4º do Capítulo II da sua regulamentação, define-se que:

Por identificar entende-se confrontar, eliminando-se até encontrar figura ou imagem igual áquella que se tem em vista, devendo ser preferido tudo aquillo que offerecer

²²⁴ CRARY, 2004, p. 69.

²²⁵ DIÁRIO DA TARDE. *O Gabinete Anthropometrico*. 17 de maio de 1905, p. 1.

para este confronto o maior número possível de pontos fixos, imutáveis, sempre iguais a si mesmos e susceptíveis de recomposição fiel, pela própria natureza, ou por demonstração de técnico competente.²²⁶

O artigo em questão demonstra a proximidade que a identificação policial possuía com o elemento imagético fazendo parte, para as instituições responsáveis, da sua própria definição e enfatizando a importância da impressão digital e da fotografia. Ainda segundo o regulamento, a seção fotográfica do Gabinete era responsável por retratar as cenas de crimes, pelo registro fotográfico de indivíduos detidos e para passaportes policiais e civis no caso de solicitações, devendo seguir a seguinte orientação: “photografia de frente e de perfil, na escala de redução que mais convier”, que preserva algumas características idealizadas por Bertillon, mas que não estipula o detalhamento previsto pelo oficial francês.

Seguindo a tendência de países como França e Estados Unidos, o regulamento do Gabinete também prevê a criação de uma galeria de imagens, só que dedicada apenas aos ladrões. Esta documentação estaria disponível exclusivamente para as autoridades policiais e para as vítimas de furtos. No entanto, havia a exigência de precedentes específicos para que o retrato do indivíduo ficasse disponível para consulta: somente aqueles que tiveram duas condenações passadas em julgado por crime contra propriedade teriam a foto exposta na galeria. A exigência deste precedente excluía uma parte substancial dos componentes da mala vida que circulavam pelas ruas da cidade e que cometiam pequenos furtos, resultando em passagens de uma noite na delegacia, raramente chegando a juízo. A pessoa que tivesse seu retrato exposto e provasse a sua reabilitação poderia solicitar a retirada da foto da galeria. O regulamento também proibia a exibição de fotografias em público daqueles que tivessem sido absolvidos.

A preocupação com os comportamentos desviantes neste período tem estreita relação com o crescimento das cidades e o surgimento da multidão urbana. Considerando-se a geografia da urbs, que pode ser pensada como labiríntica, e o número cada vez maior de desconhecidos na rua, de quem era impossível ler na aparência a índole²²⁷, justifica-se o desenvolvimento de práticas que busquem decifrar os elementos estranhos. As ameaças representadas pela massa homogênea que compõe a multidão, são um fator preponderante para que a tecnologia fotográfica se torne um importante instrumento para a instituição

²²⁶ ESTADO DO PARANÁ. Regulamento do Gabinete de Identificação e Estatística. Decreto n. 378 de 20 de junho de 1908.

²²⁷ SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 206-207.

policial²²⁸ pois possibilita que o poder adentre no coletivo que esconde os perigos, e que capte o indivíduo. A fotografia registra os detalhes da individualidade, expondo o corpo do registrado, tornando-o acessível as análises, estudos e classificações que o poder lhe impõe e que servem para redefinir sua identidade no corpo social.

Como apontamos anteriormente, a cidade de Curitiba passa por um processo de crescimento populacional e territorial nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX. Além destes processos perceptíveis através de estatísticas e mapas, a cidade passa por processos de urbanização e modernização, buscando uma forma de viver considerada cosmopolita. Além dos efeitos físicos destes acontecimentos, o início do século é marcado pela incorporação do discurso de que Curitiba era uma cidade moderna. A imprensa, em especial, busca sempre enfatizar este aspecto quando se dedica a pensar os acontecimentos no meio urbano, referindo-se constantemente ao progresso da cidade e, em especial da região central. Principalmente, quando se trata da segurança pública, constantemente associada ao crescimento urbano; no caso específico da localização do meretrício, em reportagem da *Gazeta do Povo* de junho de 1930, o autor comenta que quando a cidade era menor a polícia conseguira reunir as meretrizes em ruas específicas, mas: “Com o progresso da cidade, entretanto, surgiu a inconveniência dos locais serem situados muito ao centro, o que dava pessima impressão dos nossos costumes”²²⁹. Com o crescimento da cidade era inevitável que residências e comércios se instalassem ao redor das zonas, que foram absorvidas no processo e passaram a figurar em meio às outras atividades urbanas.

Esta era uma questão que incomodava representantes das instituições policiais em vários lugares. Para combater este problema, o chefe de polícia de Nova Iorque, Thomas Byrnes, publicou em livro a galeria de vagabundos da cidade²³⁰. A divulgação para o público de imagens realizadas pela polícia foi motivo de várias discussões entre pensadores e políticos, as regras de exibição das fotografias policiais para o público em geral mudavam de um contexto para o outro. O que chama atenção na publicação mencionada, na qual aparecem apenas indivíduos que cometeram crimes leves, é que nas fotografias os criminosos aparecem com as próprias vestimentas, acessórios e cortes de cabelo. Tal iniciativa do chefe de polícia foi proposital, buscara demonstrar primeiramente a aparente normalidade dos criminosos e a facilidade com que se misturariam as transeuntes nas ruas das cidades; em segundo lugar, este

²²⁸ GRUNER, Clóvis. *Paixões torpes, ambições sórdidas: transgressão, controle social, cultura, e sensibilidade moderna em Curitiba, fins do século XIX e início do XX*. Curitiba, 2012. 342 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012, p. 173.

²²⁹ GAZETA DO POVO. *Como se resolve a localização do meretrício*. 01 de junho de 1930, p. 1.

²³⁰ KOUTSOUKOS, 2010, p. 209

método permitiria que as pessoas olhassem para o indivíduo com sua aparência comum, do cotidiano, o que facilitaria o reconhecimento no ambiente das ruas, ao contrário, das imagens de retratados com uniformes e cortes de cabelo padronizados feitas quando o indivíduo era preso. A publicação de Byrnes se opõe, portanto, às recomendações de Bertillon, que acreditava que o indivíduo deveria ser despojado de seus pertences e que estivesse apenas com uma vestimenta padrão, sem acessórios e maquiagens no caso das mulheres, sem barbas ou bigodes e com corte de cabelo específico no caso dos homens.

O tema da sensação de medo e insegurança no cotidiano urbano possui mais uma ramificação com a implantação de tecnologias como os métodos de identificação e as imagens fotográficas pelas instituições policiais. A sugestão de Byrnes ao manter as vestimentas e a aparência dos fotografados na *rogue gallery* sugeria que as diferenças em termos de lugar na sociedade não ficavam impressas nas características como ocorrera em séculos anteriores, segundo Sennett:

Contudo, virtualmente, ninguém acreditava que com isso a sociedade estivesse ficando homogeneizada; a máquina significava que as diferenças sociais – diferenças importantes, necessárias para se saber da própria sobrevivência, num meio de estranhos e em rápida expansão – tornavam-se ocultas, e o estranho, cada vez mais intratável, como um mistério.²³¹

Esta característica dos tempos modernos poderia ser corrigida a partir da própria máquina com o registro fotográfico, esta extensão do olhar, que possibilitaria enxergar o perigo como ele se apresentava na “realidade”. A oposição ao método de Bertillon era somente um desdobramento da mesma concepção, já que ao captar o “corpo natural” com o equipamento fotográfico também buscava expandir os caracteres do corpo que apresentavam signos que tornariam estes grupos reconhecíveis, mas a partir da perspectiva especializada da ciência representada pelos médicos. O fator que se sobressai é a importância da visualidade neste contexto e, especialmente, quão relevante o regime de visualidade explicado por Crary foi para o processo modernização da segurança pública.

As meretrizes, assim como os criminosos de Nova Iorque, não possuíam marcas distintivas tão claras que as destacassem das donzelas e mães de família e transitavam pelos mesmos espaços que a população em geral. Os jornais reclamavam das ações das prostitutas nas ruas centrais de Curitiba se referindo às abordagens indiscretas que faziam, a escândalos que promoviam e a vestimentas despidoras que usavam, mas estes elementos são gestuais, de caráter comportamental e poderiam ser facilmente camuflados. Portanto, o corpo da prostituta

²³¹ SENNETT, 1988, p. 35.

só a denunciaria se fosse por iniciativa própria, elas também se misturavam facilmente aos habitantes da cidade se quisessem, especialmente aquelas que trabalhavam nas ruas da região central. A proposta de imagem fotográfica policial de Byrnes, de não descaracterizar o indivíduo como ele se apresentaria no cotidiano, serviria ao propósito de controlar a prostituição em Curitiba e, de fato, se assemelha a uma parte das fotografias presentes nos prontuários das meretrizes.

4.2 – A polícia paranaense e o registro fotográfico

Cabe deter-se, então, nas especificidades dos registros fotográficos realizados pela Polícia Civil do Paraná. Um prontuário poderia ter de uma a cinco fotografias. A primeira imagem era registrada no momento de criação da pasta e caracterizava-se por uma relativa informalidade, já que demonstrava certa liberdade em relação a postura e vestimentas. Registrava-se apenas a parte frontal do rosto da identificada. Outras fotos eram realizadas caso houvesse a atualização do registro, o que poderia ocorrer em duas situações distintas: o confinamento por contravenção ou crime ou a identificação civil, que não era resultado da detenção policial. Estas duas situações geravam diferentes registros fotográficos: em ocorrências de ordem legal, o registro era bastante semelhante a fotografia inicial do prontuário, informando apenas as mudanças físicas resultantes do tempo. No caso de contravenção ou crime, as características mudavam, eram feitas três fotografias, da parte frontal do rosto e dos perfis. Usava-se a cadeira de pose para apoiar a cabeça da identificada, de modo que seu rosto não ficasse inclinado no momento do registro e corrigisse a sua postura. Nestas imagens as mulheres não utilizavam joias ou maquiagens e seus cabelos eram colocados para trás para que o rosto e as orelhas ficassem visíveis. Algumas fotografias dos prontuários estão próximas do método utilizado por Byrnes, permitindo que a meretriz mantivesse seus pertences pessoais e sua aparência cotidiana; ao passo que, aquelas que cometiam algum tipo de infração passavam por um registro mais exigente em sua formatação, semelhante ao método mais rigoroso de Bertillon.

A fotografia enquanto parte de um conjunto documental elaborado pela polícia em relação a um grupo de comportamento desviante apresenta ao historiador uma visão específica sobre a prostituição. As escolhas feitas pela instituição policial ao registrar as imagens das meretrizes representam um “olhar” sobre as mulheres que exerciam a atividade da prostituição, e que é informado pelas condições culturais e sociais do período e dos sujeitos que estavam inseridos naquele contexto. Esta utilização da fotografia permite que o historiador do presente entenda as técnicas de controle utilizadas pelas instituições policiais

como mais um aspecto do mosaico de visões de mundo do começo do século XX, no qual o “olhar” é tão importante. Portanto, é possível pensar em uma sensibilidade que prioriza o aspecto visual e nas suas diferentes manifestações, desde aquelas que atendem a fruição estética até aquelas com funções mais práticas no seu contexto de produção. No entanto, esta documentação chega até o presente com o estatuto de oficialidade, neste sentido torna-se necessário problematizar as fotografias institucionais, seus produtores e suas retratadas a partir da percepção de que são uma expressão sensível de visões de mundo específicas.

No artigo *Através da imagem fotográfica*, Ana Maria Mauad analisa a fotografia enquanto fonte para o historiador e propõe uma metodologia para trabalhar com este tipo de documentação. Para a autora, a imagem fotográfica é um “investimento de sentido”²³². Esta conclusão, baseada na análise de outros estudos sobre o tema como os trabalhos do filósofo Phillipe Dubois, parte da premissa de que a fotografia é o resultado de convenções culturais e de um saber técnico; se opondo, desta forma, a concepção de que a imagem era simplesmente uma representação da realidade. Quando pertencentes a um contexto institucional, como é o caso das imagens presentes nos prontuários de identificação das meretrizes, este tipo de fonte imagética adquire um estatuto diferenciado das imagens produzidas em outros contextos, como o artístico ou o familiar por exemplo, por serem preservadas pelo próprio Estado, correspondendo a lógicas próprias de organização e sistematização. Infelizmente, não é possível saber mais, no caso dos prontuários, a respeito do fotógrafo ou fotógrafos e dos equipamentos utilizados na produção do arquivo. Em função da sua característica institucional, as numerosas imagens correspondem a uma unicidade formal, não apresentando variações estilísticas.

A repetição na organização imagética e a falta de informações mais precisas sobre a produção das fotos dos prontuários conduzem a pensar na documentação enquanto um conjunto. O pesquisador que olhassem para as imagens das meretrizes poderia, através da perspectiva do conjunto documental, destacar características físicas e traçar um perfil da prostituta de Curitiba nas décadas de 1920 e 1930. O problema deste ângulo de análise é que ignoraria as singularidades de cada uma das imagens, eliminando a possibilidade de analisá-las. No texto *A pequena história da fotografia*, Walter Benjamin destaca que a fotografia é a responsável por registrar pequenos detalhes e sinais que para a posteridade, que tem o privilégio de conhecer o futuro daquela situação registrada, tem grande relevância. Através de detalhes e sinais é possível atribuir novos significados e sentidos ao que anteriormente não era

²³² MAUAD, Ana Maria. *Através da imagem: fotografia e história interfaces*. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 2, 1996, p. 75.

relevante²³³. Uma análise mais cuidadosa do conjunto de imagens dos prontuários permite verificar elementos que não são o foco principal, mas que remetem tanto as relações de poder e saber implicadas naquela situação, quanto aspectos da subjetividade e do cotidiano das mulheres identificadas.

Segundo algumas correntes de pesquisadores da imagem, o ato fotográfico constitui um discurso transformador do real no qual a realidade empírica da imagem é ignorada, proposta desconsiderada por Ana Maria Mauad²³⁴. Não seria possível compreender os elementos que passaram despercebidos para o filtro do poder nos prontuários de identificação somente considerando esta hipótese de total transformação do real. Para Mauad, ignorar a realidade empírica de uma imagem inviabiliza percebê-la enquanto escolha, realizada entre diversas possibilidades disponíveis. No caso dos prontuários das meretrizes, a sua identificação seguia um padrão semelhante aquele feito nos casos de contravenções e crimes, no entanto a prostituição não era criminalizada pela legislação. Este formato de controle constituía uma escolha da instituição policial que, através da documentação, aproximava a prostituição da categoria de contravenção. De acordo com a diferença estabelecida por Jacques Le Goff entre monumento e documento²³⁵, a imagem/monumento sobre a prostituição era o enquadramento da mulher prostituída, representando o controle de um problema de ordem moral e social por parte da polícia paranaense. Mas, a proposta aqui é considerar a imagem fotográfica também como o resultado da interação entre indivíduos e entre o indivíduo e a instituição, relações estas intermediadas por códigos culturais e pelo conhecimento técnico. No caso específico da relação polícia-meretrício também deve-se levar em consideração as dinâmicas de poder que caracterizaram este contato.

Pensando a partir das reflexões de Gilles Deleuze, a identificação constitui uma tecnologia de poder que busca a vigilância e o controle daqueles que não estavam confinados em instituições disciplinares. Nas décadas iniciais do século XX, a fotografia e a datilografia serviram como tecnologias responsáveis por esta demanda, controlando a passagem do tempo e o deslocamento espacial. A fotografia, então, era parte de um dispositivo de poder. Giorgio Agamben, que aponta as características do que seriam os dispositivos do poder referenciados por Michel Foucault em suas obras²³⁶, os define através de três pontos. O primeiro esclarece

²³³ BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: *Magia e técnica, arte e política*. Disponível em: <https://seminariostecmidi.files.wordpress.com/2012/02/benjamin-walter-pequena-historia-da-fotografia.pdf>. Acesso em fevereiro de 2016. p. 3.

²³⁴ MAUAD, 1996, p. 76.

²³⁵ Ibidem, p. 80.

²³⁶ AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In: *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Tradução: Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009, p. 29.

que dispositivo “é um conjunto heterogêneo, linguístico e não-linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos”²³⁷. A produção da fotografia, assim como do prontuário, é parte constituinte de uma rede de relações que tem como fim o controle um grupo específico que rompe com a ordem moral. O conhecimento científico, a legislação, o contexto curitibano, a subjetividade dos funcionários envolvidos no processo de identificação também faz parte desta rede de relações. Em segundo lugar, define que “o dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre numa relação de poder”. Como foi dito, através do prontuário de identificação, corpos e aspectos pessoais ficavam disponíveis para a análise especializada do poder. O documento fornecia acesso a trajetórias e a história de um indivíduo, ao mesmo tempo que, permitia analisar o grupo de meretrizes estatisticamente. O terceiro ponto define que o dispositivo “resulta do cruzamento de relações de poder e de relações de saber”. Para a execução das fotografias anexadas nos prontuários, as mulheres foram condicionadas a se deixar registrar devido a natureza da atividade que executavam e a ação policial, ao mesmo tempo que, era necessário o conhecimento técnico por parte do profissional para o manuseio do equipamento fotográfico e para a formatação da imagem nos moldes preconizados para a fotografia de identificação policial. Este formato, por sua vez, atendia a outro saber, que buscava no corpo da identificada os sinais de seus delitos.

Entendendo o dispositivo enquanto o que dispõe e organiza o mundo, para Agamben a sua relação com os seres vivos resulta na subjetivação do indivíduo²³⁸. O que critica neste formato é que o dispositivo ao substituir o sujeito por números produz o efeito contrário, resultando em um processo de dessubjetivação; tais reflexões afinam-se com a proposta deleuziana de uma sociedade de controle. A tecnologia do poder desenvolvida e utilizada em princípios do século XX, não tornava este sistema de substituição numérica tão eficiente, mas a ideia de destituir os sujeitos de elementos que lhe caracterizam e destacam a sua individualidade já está presente. Ao se analisar as imagens fotográficas, é possível perceber um esforço em tornar a mulher registrada o mais “natural”, despidendo-a daqueles elementos que remetem a sua individualidade e condição social. Neste processo, a identificada passa a ser o corpo ali representado na foto, disponibilizado para a análise do saber. A dessubjetivação é acompanhada de uma nova identidade social, a categorização de meretriz, estabelecida pela autoridade policial. Mas, as discussões sobre as relações de poder evocam a

²³⁷ Ibidem.

²³⁸ AGAMBEN, 2009, p. 40.

questão da resistência que não é necessariamente intencional. O poder é capaz de dessubjetivar completamente o indivíduo? Para autores como Michel de Certeau, não. Na obra *Invenção do cotidiano*, o autor utiliza o termo “tática” para definir aqueles atos ou conjuntos de atos heterogêneos praticados pelos elos mais fracos nas relações de poder²³⁹. A partir do cotidiano, em momentos que surgem ocasionalmente, aproveitam-se para agir resistindo as imposições dos grupos dominadores. A presença das fotografias nos prontuários apresenta uma chance ao pesquisador, de ter acesso a elementos da subjetividade das meretrizes, fragmentos que escaparam ao filtro do poder.

Porém, o acesso através dos mecanismos do poder às “vidas infames” como as chama, não é ignorado por Michel Foucault. No breve texto *A vida dos homens infames* conclui que o acesso as estas trajetórias só foi possível através do contato com o poder, que de outra forma desapareceriam sem deixar rastros. Por essa razão, torna-se inviável acessá-las de forma plena, o historiador terá acesso apenas às parcialidades e às “mentiras imperativas supostas nos jogos de poder e nas relações com ele”²⁴⁰. Por outro lado, o conceito de “tática” proposto por Certeau torna estes elementos que escapam aos filtros do poder algo mais que meras parcialidades, são atos que contrapõe diretamente as ações do poder a ponto de permitir o posterior acesso à informação relativa aos grupos “dominados”, assim como, expõe as falhas existentes nas tecnologias do poder. Em relação às fotografias dos prontuários, naquelas que foram feitas com maior informalidade, estão disponibilizadas um maior número de informações que remetem as meretrizes e ao seu cotidiano. No caso das fotografias feitas em decorrência da execução de contravenção ou crime, o maior rigor com os aparatos técnicos elimina boa parte das informações imagéticas fornecidas pela própria identificada; como sugerido por Certeau, as táticas são fruto das “ocasiões”, dos momentos, dependendo, portanto, das disposições do poder. Os usos das técnicas de identificação e classificação em graus diferenciados remetem a diferentes graduações de “comportamentos desviantes”; ser meretriz constituía um desvio de ordem moral, mas também era considerado um “mal necessário” naquele contexto. Portanto deveria ser vigiado de perto. Já no caso das meretrizes que cometeram crimes ou contravenções, o desvio comportamental tomava outra proporção e exigia outras ações por parte do poder para além da vigilância por meio da identificação.

4.3 – O controle através do enquadramento e as expressões de subjetividade

²³⁹ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 96.

²⁴⁰ FOUCAULT, M. *A vida dos homens infames*. In: *Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 206.

Diante destas reflexões a respeito da configuração do controle policial e das possibilidades de expressão por parte das meretrizes, pensa-se nas questões formuladas por Mauad em sua proposta metodológica: como o historiador pode ver através da imagem? Como compreender o que está para além do ato fotográfico em si? Incorporando a sugestão da autora, busco pensar as imagens fotográficas para além do seu estatuto de expressão do real, mas sim, como resultados de visões de mundo²⁴¹. A análise pretende levar em consideração que a documentação em questão é o resultado de interações de ordem cultural e social e, principalmente, que as mulheres estão inseridas em um contexto no qual a sua constituição enquanto sujeito impossibilita uma resistência sistematizada da sua parte.

Com base na observação de algumas fotografias dos prontuários, predomina na expressão das fotografadas um tom sério e formal, que caracteriza imagens com finalidade de identificação institucional (foto 12). Mas existem exceções, especialmente no caso de imagens realizadas no início do processo de identificação, como no caso de Alayde da S., registrada no prontuário número 131 e que aparece na imagem com um leve sorriso (foto 13). A aparente descontração da identificada diante da situação de ser registrada como meretriz se opõe aos acontecimentos registrados posteriormente em sua ficha. Em 09/09/1929, o diretor do Gabinete de Identificação e Estatística recebe um ofício do então delegado de Costumes, Francisco Raitani, com o seguinte texto:

Tendo Alaide S. manifestado a vontade de manter-se com seriedade, fechando o bordel que mantinha à rua Cabral, n.º 396, solicito, por isso, de V. Excia as necessarias ordens no sentido de ser, no respectivo promptuario, anotada esta circunstancia.²⁴²

O desejo de abandonar o meretrício e o seu negócio partiu de Alayde somente cinco meses depois da criação do prontuário e do registro fotográfico e não houveram novas atualizações daí em diante. Alayde tinha 31 anos, segundo o registro, bem acima da média de idade das mulheres registradas e já era dona de bordel. Mas não é possível saber se ela de fato abandonou a atividade, depois de possivelmente anos trabalhando como prostituta e administrando um negócio, ou se ela só foi bem-sucedida ao escapar do controle policial.

É possível perceber também nos primeiros registros fotográficos certo amadorismo em relação às técnicas de identificação, que pressuponham determinadas regras na sua execução para que cumprissem com eficiência sua finalidade: na imagem do prontuário n.º 200, Ivone

²⁴¹ MAUAD, 1996, p. 79.

²⁴² Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 131 de Alayde da S.

G. aparece com os olhos semicerrados²⁴³, condição que dificultaria a identificação posterior e não permite o registro completo dos traços individuais (foto 14). Este tipo de incidente revela certos aspectos do processo do registro fotográfico no Gabinete de Identificação e Estatísticas. Aparentemente, nestas circunstâncias, não foi exigida uma postura específica da fotografada e não foi utilizada a cadeira de pose para que a silhueta ficasse reta e centralizada na imagem, no entanto, outros retratos realizados pelo Gabinete se enquadravam neste padrão. Portanto, estes registros iniciais não eram realizados com esmero técnico considerável e não demandavam os recursos que o Gabinete disponibilizava, o que pode ser explicado através de dois pontos.

Primeiramente, ao estabelecer como método de controle o registro do meretrício da cidade, a instituição policial tornou esta atividade parte da rotina do seu Gabinete de Identificação. Retomando as funções descritas no regulamento da instituição, é possível estabelecer que o registro fotográfico mais detalhado seria dedicado às cenas de crimes e aos indivíduos que cometiam algum tipo de delito. Contabilizando ainda o aumento constante da população da cidade, as fotografias das meretrizes eram realizadas de forma mais automática, resultando em alguns problemas nas imagens. Em segundo lugar, é possível considerar esta informalidade no ato de realizar o registro relacionada com a necessidade cotidiana da polícia, se o rigor não era considerado um fator de relevância, talvez a mera possibilidade de reconhecer as meretrizes através de uma imagem que não precisaria ser muito acurada, já atendesse as demandas da corporação. Por fim, voltando ao registro de Ivone Guimarães, deve-se considerar a possibilidade de que a identificada, cujo prontuário indicava que não tinha instrução e que ignorava sua data de nascimento, não tivesse muita familiaridade com o equipamento fotográfico, levando a reação corporal de fechar os olhos no momento da fotografia.

O conjunto de imagens dos prontuários das meretrizes só traz fotografias do busto para cima, privilegiando o rosto. Devido a este formato, o vislumbre das vestimentas é limitado. Mas, ainda assim, alguns detalhes das roupas se sobressaem, como no prontuário 10742, que identifica Nívia dos S. C.²⁴⁴. No seu dossiê só há uma fotografia tirada na data de 08/12/1931, dia em que foi realizado o registro. Ela não é uma reincidente, já que não há mais fotos ou atualizações por escrito. Nesta única imagem, retirada com menor formalidade, Nívia apresenta uma expressão séria diante da câmera. O que chama atenção na imagem é um acessório específico da sua roupa, uma rosa grande que está na altura do seu rosto e em

²⁴³ Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 200 de Ivone G.

²⁴⁴ Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 10742 de Nívia dos S. C.

conjunto com o penteado e a roupa clara, apresenta ao observador um cenário quase delicado que se opõe radicalmente a dureza da identificação policial (foto 15). Não fica claro como ocorria a abordagem dos guardas, mas é possível conjecturar que as meretrizes eram abordadas nas ruas ou nas pensões e bordéis em que trabalhavam, e então encaminhadas para a Delegacia de Costumes e, em seguida, para o Gabinete de Identificação e Estatísticas²⁴⁵. Portanto, é provável que Nívia estivesse trabalhando na rua ou em algum bordel antes de ir para delegacia e estivesse caracterizada para o seu trabalho. Nas fotografias realizadas no momento da identificação, como já foi apontado, as vestimentas, a maquiagem, joias, penteados destacam-se por constituírem parte do cotidiano das meretrizes; a caracterização física é um instrumento de trabalho da prostituta, já que a exposição do corpo nas ruas ou nas “casas de diversão” garante a aproximação dos clientes.

As imagens das meretrizes permitem também investigar brevemente que tipo de vestimentas, acessórios e penteados eram comuns nas ruas do centro de Curitiba. Ivana Guilherme Simili, em seu artigo sobre a relação entre a memória feminina e as vestimentas, estabelece que:

As aparências, o consumo, o mercado, as subjetividades, as práticas de vestir, os usos feitos das roupas pelas pessoas nos espaços, entre outras tantas temáticas, são os fios condutores para a compreensão de questões relacionadas às apropriações, aos significados históricos e culturais das vestimentas em diferentes tempos e lugares, por meio de diferentes personagens.²⁴⁶

Neste caso, as personagens são muito importantes quando pensamos suas escolhas em termos de moda. Relembrando as reclamações constantes nos jornais a respeito dos comportamentos e escolhas escandalosas das meretrizes, as vestimentas e acessórios deveriam ser uma forma de chamar a atenção de clientes, mas também, de diferenciar-se nas ruas da cidade das mulheres comuns. Neste sentido, este repertório representava escolhas identitárias, sempre levando em consideração possíveis limitações financeiras, que afastavam as meretrizes das escolhas consideradas normais, de bom gosto, elegantes, para aproximá-las do vulgar, do escandaloso e do estranho. É interessante, no entanto, considerar em relação às trocas culturais o sentido contrário, as meretrizes usavam a roupa porque era vulgar, mas, ao mesmo tempo, a roupa era considerada vulgar por pertencer a uma prostituta. Apesar destas questões,

²⁴⁵ Como relatado nos capítulos anteriores, as duas repartições estavam situadas no mesmo prédio, na Rua Aquidaban, desde do ano 1928.

²⁴⁶ SIMILI, Ivana Guilherme. *Memórias trajadas: roupas e sentimentos no diário íntimo de uma prostituta*. Revista Clio: Revista de Pesquisa em História, Recife, Editora Universitária da UFPE, n. 30, julho/dezembro 2012. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/240/173>. p. 2.

os limites entre os comportamentos aceitáveis e os vulgares eram mais fluídos na prática, algo que fica claro quando as prostitutas do alto meretrício frequentavam os divertimentos da alta sociedade, para escândalo e falatório geral, e lançavam modas que depois seriam imitadas pelas jovens das famílias abastadas.

No caso das imagens dos prontuários, já foi apontado que eram realizadas apenas do busto para cima, não permitindo uma visualização completa das roupas que as meretrizes usavam no momento da identificação. A flor utilizada por Nívia dos S., que pode ser um detalhe da roupa ou broche, era bastante único como adorno. No entanto, há alguns itens que aparecem com frequência nas imagens, como os colares de contas. Um exemplo é o usado por Albertina M.²⁴⁷ na foto datada de 29/04/1932, escolhido pelo tamanho que possibilita uma melhor visualização (foto 20). Um outro exemplo, de um modelo mais discreto está na foto 21, fotografia de Izabel G.²⁴⁸. Vários prontuários apresentam os mais diferentes exemplares com diferentes tipos de contas, algumas imitando pérolas, uns maiores, outros menores. Como poucas meretrizes foram classificadas como pertencentes ao alto meretrício, é possível que fossem bijuterias. Outros acessórios aparentemente populares entre as meretrizes, porque apareciam com certa frequência nas imagens dos prontuários, eram laços que adornavam tanto os pescoços como os cabelos (fotos 22 e 23). O laço no pescoço escondia esta parte do corpo, o que se opõe a concepção de que as meretrizes expunham com frequência o corpo nas ruas e bordéis. Levando em consideração as condições climáticas de uma cidade como Curitiba, nem sempre é possível, devido ao frio, não se vestir de acordo. O lenço no pescoço, além de ser um adereço, também tem a função prática de proteger do clima intenso. E, é justamente devido a esta situação, que outro artigo comum nas imagens são as estolas e os casacos de peles.

Antonieta K.²⁴⁹, por exemplo, veste uma grande estola de peles brancas (foto 24). Já Marina N.²⁵⁰ aparece na imagem com o que parece ser um grande casaco feito a partir de algum animal com a pelagem listrada (foto 25). Feitas a partir de animais ou constituindo imitações, as vestimentas feitas com peles, além da função prática de proteger do frio, eram relacionadas a certa opulência. A questão da escolha na composição do aspecto visual é relativa, já que a disponibilidade financeira deveria ser um fator a ser considerado como limitador. Neste sentido, relacionar a informação imagética com as informações escritas do

²⁴⁷ Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 11668 de Albertina M.

²⁴⁸ Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 185 de Izabel G.

²⁴⁹ Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 10374 de Antonieta K.

²⁵⁰ Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 334 de Marina N.

prontuário apresenta-se como uma possibilidade de análise, já que a condição financeira da identificada pode ser analisada a partir dos registros.

No formulário, onde solicita-se o “aspecto social na vida ordinária”, as respostas variavam de acordo com o entendimento do funcionário que realizou o preenchimento. Um dos responsáveis interpretou que a solicitação se tratava do status da meretriz no exercício da atividade, o que dependia da posição social dos seus clientes; classificou-as como alta, média e baixa, que alude aos termos alto, médio e baixo meretrício. Estas informações, em conjunto com a análise da composição visual, permitem certas inferências sobre o tema. Marina N., segundo seu prontuário, pertencia ao alto meretrício, ao contrário de Antonieta K., que no prontuário aparece como pertencente a categorização média. Da mesma forma, considerando que o artigo aparece em diversas imagens e, portanto, era um item popular, provavelmente, em Curitiba eram comercializadas imitações com valores mais acessíveis. Intriga, no entanto, a popularidade de tal artigo entre as meretrizes; ao vestir casacos e estolas de peles se sentiriam mais elegantes? Poderia, também, significar que a aparência adquirida atraía clientes mais abastados.

Retomando a publicação do chefe de polícia de Nova Iorque, citado por Sandra Koutsoukos, uma das intenções da proposta era que o público tivesse acesso a imagem dos procurados com roupas normais, usadas no cotidiano, da mesma forma que algumas prisões faziam os registros fotográfico dos detidos no momento da saída da prisão com suas próprias roupas, para que sua aparência comum ficasse registrada²⁵¹. Cabe pensar sob esta perspectiva a configuração que a fotografia assumia na criação do prontuário. Registrando a aparência das meretrizes no momento em que elas estavam trabalhando facilitaria o reconhecimento por parte dos membros do corpo policial, já que esta documentação estava restrita para a consulta daqueles vinculados à Polícia Civil, pelo menos perante o regulamento do Gabinete de Identificação²⁵². Este aspecto, reforçaria a característica funcional do arquivo, que deveria possibilitar o acesso a imagem mais próxima possível do cotidiano. Afinal, as ocorrências de contravenções cometidas por meretrizes geralmente se passavam nas ruas ou em seus locais de trabalho.

As vestimentas, acessórios e penteados constituíam escolhas subjetivas formadas a partir de experiências e do contexto cultural. Outro elemento subjetivo presente nas imagens, principalmente nos primeiros registros, são as expressões das meretrizes naquele breve

²⁵¹ KOUTSOUKOS, 2010, p. 212.

²⁵² ESTADO DO PARANÁ. Decreto n. 378, de 20 de junho de 1908. Regulamento do Gabinete de Identificação e Estatística. Capítulo II, art. 9.

momento em que o equipamento fixa a imagem. A fotografia de Anastacia B., no prontuário n.º 46.257²⁵³, data de 27/09/1937 e está anexada a uma folha de preenchimento diferente do padrão encontrado nos demais prontuários (foto 16). Ao lado da imagem estão disponibilizados os dados descritivos dos menores sinais e detalhes do rosto de Anastacia. Sua fotografia não se sobressai pelos acessórios, mas pela sua expressão facial, já que ela apresenta um discreto sorriso na foto, destacado pelo uso de um batom de cor escura.

Apesar do fator “disciplinador” estar presente no ato de realizar a fotografia - a situação era imposta às mulheres registradas - nem sempre a reação do fotografado é de aversão, medo ou desconforto, como pontuou Koutsoukos sobre os relatos do fotógrafo inglês Henry Pritchard. Em 1882, Pritchard visitou os estúdios fotográficos de algumas prisões londrinas e parisienses e se impressionou com o fato de que a maioria dos presos não resistia ao ato de ser fotografado; alguns inclusive, segundo o observador, pareciam achar agradável a mudança na rotina monótona das prisões²⁵⁴. Interpretar a sensibilidade por trás de uma expressão facial, partindo de um contexto tão diferente é uma tarefa ingrata, só é possível realizar suposições. Ao sorrir, Anastacia parece estar posando para o retrato: seria um sorriso desafiador diante da situação imposta? Ou ela não considerava aquela uma situação de embate e estava à vontade com a situação? Não é possível saber, mas possivelmente o equipamento fotográfico não lhe era estranho, talvez ela estivesse somente reproduzindo o gestual padrão para o ato de ser fotografada.

Ainda pensando nas “ocasiões” evocadas por Certeau, que devem ser aproveitadas para que os atos apareçam, as expressões faciais e a postura das meretrizes nas fotografias se destacam como expressão da registrada em relação aquele momento imposto pela polícia. Como no caso do fotógrafo Henry Pritchard apontado por Sandra Koutsoukos, a observação da postura e das expressões podem indicar as reações em relação a identificação e a ser objeto de um retrato fotográfico. Novamente, o caso do prontuário de Ivone G., em que a identificadora está com os olhos semicerrados, pode ser destacado²⁵⁵; além do despreparo ou negligência do fotógrafo, é possível pensar que era uma das primeiras vezes que a fotografada tinha contato com o equipamento e não conhecia o tempo para que o registro fosse realizado.

Algumas mulheres parecem realmente desconfortáveis com a situação, com feições assustadas ou irritadas; por outro lado, algumas aparecem sorrindo e descontraídas. Não é possível estabelecer padrões, o que indica justamente como a reação ao ato de ser fotografada

²⁵³ Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 46257 de Anastácia B.

²⁵⁴ KOUTSOUKOS, *op.cit.*, p. 212.

²⁵⁵ Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 200 de Ivone G.

era subjetivo. Pensar os elementos que correspondem a individualidade das meretrizes, permite uma série de reflexões relativas as experiências destas mulheres em relação ao meio cultural que lhes cercava, em relação ao poder que vê na sua atividade um problema social e a suas escolhas e possibilidades neste contexto. Neste sentido, pensar somente a partir das expressões de poder que as técnicas de identificação representam, seria negligenciar os poucos rastros deixados por estas experiências que existiram para além da preocupação em deixar um legado para o futuro.

A expressão de Dinorah B. ou Aurentil B., conhecida pelo vulgo Luizinha²⁵⁶, talvez seja a mais empolgante de todas as imagens arquivadas nos prontuários. Nela, Luizinha aparece com um grande sorriso, em uma foto que em nada lembra que se trata de uma identificação policial (foto 26). Em oposição ao registro de Maria das D. V.²⁵⁷, em que a meretriz aparenta certa irritação com o procedimento (foto 27). Já a reação de Elsa R.²⁵⁸ parece de tristeza, principalmente porque ela desvia o olhar no momento da foto olhando para algum ponto baixo ao lado direito do fotógrafo (foto 28). Estas diferentes emoções e reações ao processo de identificação são talvez as expressões mais legítimas de subjetividade presente nas imagens e a única que está fora do alcance dos meios de controle, afinal é impossível controlar a reação da pessoa no breve instante em que o ato fotográfico ocorre.

O prontuário de Anna L.²⁵⁹ é um exemplo de dossiê com duas imagens, indicando reincidência. Com o auxílio da informação textual contida no prontuário, sabe-se que a atualização ocorreu porque Anna mudou-se para uma pensão de mulheres. O primeiro registro fotográfico ocorreu em 05/02/1932, data em que o prontuário foi criado, a segunda imagem é de 11/01/1938, data dos registros da mudança de endereço. Este prontuário é um exemplo de um registro de reincidência por motivo de atualização de informações, e nestes casos a organização da imagem é simples, próxima a do primeiro registro (foto 17). A diferença mais evidente entre as duas imagens tem relação com a materialidade da fotografia. A primeira foto está no tom sépia e com a imagem menos definida, ao passo que a segunda imagem, em preto e branco, está em melhores condições. Mesmo com a diferença de qualidade, é possível perceber as mudanças no rosto de Anna com a passagem do tempo: da primeira para a segunda imagem ela perdeu peso e o rosto ficou envelhecido, nos dois momentos sua expressão denuncia certo desconforto com a situação.

²⁵⁶ Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 13487 de Dinorah B. ou Aurentil B.

²⁵⁷ Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 12022 de Maria das D. V.

²⁵⁸ Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 252 de Elsa R.

²⁵⁹ Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 11091 de Anna L.

O prontuário de Joaquina F. é outro exemplo de reincidência, resultando em quatro registros fotográficos²⁶⁰. Joaquina foi detida pela polícia cinco vezes por contravenções como embriaguez, atentado a moral e desobediência. Nos casos de contravenções, o segundo registro fotográfico modificava-se. O primeiro foi feito em 06/04/1932, já os outros três foram feitos em 14/02/1936 e constituem uma sequência na qual é registrada a parte frontal do rosto e as duas laterais (foto 18). A diferença na sistematização das fotos é bastante clara, até a distância entre o equipamento e a fotografada diminui no segundo registro, no qual a mulher é despida das poucas características que lhe individualizam e particularizam para expor os menores detalhes de seu rosto. Para o saber científico e policial, importa a individualização, mas aquela de origem fisiológica, determinada pela natureza.

A partir das imagens das contraventoras percebe-se certa estrutura no Gabinete de Identificação e Estatísticas. Estas imagens, ao contrário das fotos iniciais, possuem um maior nível de padronização possibilitado por elementos como o fundo escuro da imagem, a cadeira de pose na qual a identificada era instalada, a distância padrão evidenciando as marcações disponíveis para a localização do fotógrafo, uma iluminação que partia da frente do rosto da fotografada e de cima para baixo, a placa informando o número do registro no Gabinete e a data da foto. As fotos são em preto e branco, ao contrário da cor sépia do registro inicial, o que tornava a imagem mais clara. Esta estrutura comprovava certo investimento nas tecnologias e no conhecimento necessário para uma identificação que permitisse a criação de um arquivo funcional para a corporação e atendesse, pelo menos parcialmente, a demanda por uma vigilância mais eficiente na capital do estado.

Maria de L. M. também foi detida pela Delegacia de Costumes por desobediência em dezembro de 1935. Seu prontuário foi criado apenas dois meses antes, em outubro do mesmo ano²⁶¹. Logo, os registros fotográficos têm apenas dois meses de diferença, mas a aparência de Maria de L. está muito diferente de uma imagem para outra. Na primeira foto ela aparece maquiada, com as sobrancelhas e a boca marcada pelos efeitos dos cosméticos; já na segunda imagem ela está desprovida da maquiagem, além da foto ter sido feita mais próxima do seu rosto (foto 19). O segundo registro foi feito, provavelmente, quando Maria de L. já estava sendo liberada, já que apresenta a data de 06 de dezembro e a detenção foi realizada no dia anterior, 05 de dezembro. A diferença entre as duas imagens, registradas em um espaço de tempo muito curto, é representativa da diferença entre a prostituta e a contraventora. A atividade da prostituição é considerada uma degeneração e um problema social, no entanto,

²⁶⁰ Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 11535 de Joaquina F.

²⁶¹ Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 18169 de Maria de L. M.

necessária para canalizar a sexualidade masculina. Neste sentido a mulher tem permissão de aparecer maquiada na foto da identificação, da mesma forma que pode exercer sua atividade imoral de forma restrita. Já a mulher contraventora é despojada de qualquer signo de sua identidade, mesmo os seus cabelos não aparecem direito na imagem devido ao fundo escuro. Ao quebrar o implícito pacto social estabelecido, desobedecendo a autoridade policial, Maria de Lurdes é apresentada com o rosto limpo, resultado de uma noite de cadeia; seu rosto, anteriormente instrumento de trabalho e quadro para a sua vaidade, é transformado em objeto de análise. No entanto, apesar da situação, sua expressão é quase serena.

O investimento na tecnologia de identificação fotográfica remete a imagem enquanto dispositivo do poder representando um importante meio de controle. Começando com a própria imposição de ser fotografada, posar para o registro no ambiente da delegacia, ter que se desfazer de objetos pessoais em alguns casos, expor ao máximo seus traços físicos para o equipamento fotográfico. Neste sentido, a fotografia representa uma relação de força existente entre os grupos dominantes e aqueles cujo comportamento não era normatizado. A preocupação com os comportamentos desviantes pode ser considerada uma expressão significativa da sensação de insegurança que dominava os ambientes urbanos ao final do século XIX e começo do século XX, e que Walter Benjamin expressa de forma interessante ao pensar sobre uma afirmação de que as paisagens fotografadas pelo artista Eugène Atget pareciam com cenas de crimes:

Mas existe em nossa cidade um só recanto que não seja o local de um crime? Não é cada passante um criminoso? Não deve o fotógrafo, sucessor dos aúgures e arúspices, descobrir a culpa em suas imagens e denunciar o culpado?²⁶²

A afirmação do filósofo remete à insegurança da urbs e a percepção de que a nova técnica fotográfica enquanto instrumento de repressão a insegurança realizaria seu trabalho às custas da privacidade da população.

A insegurança que remete ao tempo acelerado, ao ambiente urbano e a multidão gera uma série de dispositivos com a função estratégica de tornar os espaços mais seguros. A identificação de determinados grupos por parte das autoridades responsáveis pela ordem social; a classificação, catalogação e arquivamento de informações daqueles que circulam pela cidade e entre os “cidadãos”, se negando a cumprir as regras normatizadoras impostas, tornou-se a possibilidade de fixar identidades e limites para o desconhecido que habita as cidades. Com uma organização visual que remete a formalidade e que enuncia saberes para

²⁶² BENJAMIN, 2012, p. 9.

justificar suas ações, as fotografias policiais acabam criando um “efeito do real”, que tem como objetivo fixar nas fotografias e arquivos os desvios e estranhamentos que tanto instabilizam e amedrontam.

A produção, por parte da autoridade policial, de documentos como os prontuários, que pretendiam registrar diversos aspectos relacionados às meretrizes, pode ser pensada sob a luz das análises de Michel Foucault relativas a produção de discursos do poder que tem como objetivo produzir o sujeito, mas acaba por sujeitá-lo no final. Na obra “Vigiar e Punir”, Foucault propõe que os efeitos do poder não sejam mais classificados através de termos negativos, já que são responsáveis pela “produção de realidades, campos de objetos e rituais de verdade”²⁶³. Considerando esta perspectiva, a da produção de realidades por parte do poder, para a análise das fotografias das meretrizes, percebe-se que as imagens cumprem a função de dar um rosto (ou vários) à categoria de meretriz, grupo que representava uma ameaça moral e social, como as reportagens nos periódicos, a produção científica e jurídica do período e os relatórios dos chefes de polícia evidenciam. A fotografia faz parte da tecnologia que suporta a “disciplina”²⁶⁴ como tipo de poder: ela é produzida para informar sobre as mulheres, para formar um arquivo que permita identificar quando necessário.

As diferenças entre as duas tipologias de registros fotográficos, a diferença da especialidade com que foram produzidas, é proporcional à periculosidade do indivíduo. Quanto mais perigoso se revela, maior é o processo de destituição de signos que definem a individualidade; as mulheres eram despidas de elementos que escolhiam para se caracterizar, para criar a sua própria identidade, para assumir outra que tem relação com o corpo biológico, com as marcas que individualizavam, mas que não faziam parte de suas escolhas pessoais e que eram domínio do conhecimento da ciência que pretendia conhecer cada detalhe dos corpos. Retirava-se os códigos de individualidade e que demarcavam as escolhas identitárias para sujeitar a uma identidade já posta e dominada por determinadas esferas do conhecimento, desta forma, o saber constituía o sujeito. Apesar do segundo modelo ser mais eficiente na supressão das características de cunho individual e subjetivo, as duas formas de registro fotográfico estabelecem a relação de sujeição do indivíduo em relação ao poder. Esta sujeição se expressa desde a simples disponibilidade de informações para posterior consulta em arquivos da polícia, e passa por todo o processo de despojamento do “eu” e classificação em categorias estabelecidas e controladas pelo próprio poder.

²⁶³ FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003, p. 185.

²⁶⁴ FOUCAULT, 2003, p. 203.

No entanto, o primeiro modelo de registro abre precedentes para que a subjetividade da mulher classificada como prostituta pela Polícia Civil fique registrada. A relação com a instituição policial não aparece sob caráter unilateral nas imagens fotográficas. As expressões subjetivas revelam certa possibilidade de ação e, pelo menos em parte, elementos do complexo cotidiano das mulheres que exerciam a prostituição na Curitiba do começo do século, assim como, daquelas mulheres que frequentavam ambientes considerados perigosos para a ordem pública, independente de serem prostitutas, ou ainda daquelas cuja sexualidade não se encaixava nos padrões morais da época.

As imagens fotográficas apresentam, portanto, possibilidades diferenciadas para a análise da identificação policial, processo seminal em relação a identificação que se estenderia para toda a população poucos anos depois. Através das fotografias foi possível perceber outras dinâmicas e processos que também permeiam as relações de poder, complementando as possibilidades que a parte escrita do prontuário já apresentava. Esta parte da documentação também serviu para aprofundar um dos objetivos desta pesquisa, que é o de pensar a cidade de Curitiba como um espaço e um discurso formado também pela presença e circulação de grupos considerados marginais. As fotografias das meretrizes permitem, em um exercício de imaginação, pensar as ruas centrais de Curitiba habitadas por mulheres que as conheciam e as usavam como local de trabalho, compondo o cenário com as suas roupas e maquiagens consideradas extravagantes e com os sons altos e caóticos das suas vitrolas, das suas vozes que confraternizavam ou brigavam com as companheiras de vida infame ou chamando os transeuntes.

Em seguida, buscarei sintetizar algumas considerações finais a partir da pesquisa que desenvolvi neste trabalho e que se encontram dispersas ao longo do texto ou não foram sistematizadas mais claramente. Buscarei também apontar outros caminhos para pensar o tema da prostituição na cidade de Curitiba e que não foram abordados neste trabalho por falta de tempo ou por privilegiar determinados aspectos em detrimento de outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Curitiba, entre o final do século XIX e o início do século XX, passou por uma série de transformações que não passaram despercebidas para os seus contemporâneos. As referências sobre uma cidade pacata eram contrariadas por matérias do mesmo jornal que comentavam sobre ruas movimentadas e intensas. Esta confusão é representativa da experiência sensível pela qual passavam os habitantes de Curitiba, muitas vezes caracterizada pelo medo e pela insegurança. Por isso, o tema da segurança pública adquire uma relevância que tende a crescer em consonância com o crescimento urbano. A partir de algumas reflexões desenvolvidas no trabalho e tomando como base, em especial, os periódicos e a legislação foi possível perceber que a insegurança não estava relacionada apenas com os danos que um indivíduo poderia causar a outro, mas também, com o dano que certos atos causavam a ordenação do espaço público, basicamente comportamentos que preocupavam por se oporem aos termos morais estabelecidos.

No caso da prostituição, a vigilância por parte da segurança pública foi exigida pela comunidade e marcada pelo embasamento dos discursos médico e jurídico, que a classificou como desvio de ordem biológica e social. Levando em consideração conceitos desenvolvidos por Michel Foucault, pensar as formações discursivas que tornavam a prostituição um problema social no começo no contexto estudado auxiliou a perceber a formação do sujeito “prostituta” e como a sua presença em um ambiente urbano, que também era o resultado de vários discursos, foi considerado um problema a ser controlado. A abordagem deste tema não constitui uma novidade na historiografia, diversos trabalhos apontam a aproximação entre a formação de um espaço urbano no contexto da *belle époque* com o assujeitamento de meretrizes através de dispositivos como a medicina social e a identificação policial.

Esta pesquisa buscou abordar o tema a partir de um contexto específico a exemplo de outros trabalhos, apontados na bibliografia como referências. A formação do espaço urbano da cidade de Curitiba possui várias etapas que se relacionam com planos na área de urbanismo e com a situação econômica da municipalidade, mas também pode ser analisado a partir da perspectiva dos costumes e sociabilidades presentes no cotidiano, constituídos nas ruas muitas vezes enlameadas, mal iluminadas e perigosas da cidade. Entre a idealização do trabalho e da moral alardeada pela imprensa e pelos documentos oficiais e as ocorrências diárias havia um grande abismo.

Esta diferença entre um modelo idealizado e o cotidiano já ficam claras nas próprias percepções relativas a cidade enquanto espaço de vivência. Se a fala corrente nos jornais era

de que Curitiba crescia, se desenvolvia e se tornava um importante centro urbano em nível nacional, a própria imprensa apresenta evidências de que, ao passo que a modernidade atingia Curitiba de fato, conviviam com estruturas e comportamentos que não estavam geralmente associados a civilidade e a moral. Esta é uma constatação bastante comum em pesquisas que pensam as metrópoles dos séculos XIX e XX. O resultado desta convivência geralmente é uma série de políticas que busca controlar corpos e comportamentos através de dispositivos variados como as políticas públicas voltadas para a medicina social e as ações controladoras da instituição policial.

A relevância de apresentar esta dubiedade entre discursos idealizadores e as práticas cotidianas no contexto curitibano objetivava perceber de que forma certas concepções eram entendidas em nível local tais como o predomínio do pensamento médico no período, a atividade da prostituição e a legislação penal. Acredito que um resultado efetivo da circularidade de discursos e da relevância destes temas para o poder público, tanto em nível estadual quanto em relação a municipalidade, seja a criação da Delegacia de Costumes. Acompanhada de uma série de outras ações que aproximaram a força policial de técnicas elaboradas e consagradas pela ciência no intuito de “modernizar” a instituição a fim de acompanhar o crescimento da *urbs*, o estabelecimento de uma delegacia responsável pela manutenção da ordem pública, através da vigilância do aspecto moral, demonstra certo esforço em reafirmar algumas “verdades” como o estabelecimento de comportamentos considerados moralmente aceitáveis e a posição da instituição policial como poder responsável pelo controle individual e da coletividade.

A afirmação de uma separação clara entre a comunidade de bem e que mantinha a ordem na cidade de Curitiba por parte da imprensa e do poder público parece se opor aos acontecimentos na esfera do cotidiano. A própria documentação produzida com a finalidade de reafirmar a importância do trabalho formal e da constituição da família tradicional para a sociedade acaba demonstrando como esta era uma possibilidade distante: restaurantes poderiam também ser considerados bordéis, os soldados dos batalhões espalhados pela cidade eram responsáveis pela destruição de propriedades alheias e bens públicos, membros da força policial estavam envolvidos com atos de violência e mulheres casadas eram identificadas como prostitutas.

Em relação às meretrizes, especificamente, a sua presença no meio urbano gerava conflitos que motivaram, no período, até discussões acadêmicas sobre o papel intervencionista do Estado. Com o crescimento da cidade de Curitiba, não era mais possível reconhecer imediatamente as mulheres que exerciam a atividade da prostituição ou que não

correspondiam aos ideais comportamentais da burguesia. Elas poderiam circular em meio a multidão, frequentar cafés e cinemas e praticar o *footing* sem serem notadas se assim desejassem. A impressão, ao ler as notícias dos jornais da época, é que este não era o caso devido aos diversos relatos de distúrbios a ordem pública causados por *borboletas*. No entanto, os prontuários apresentaram outro quadro, em que a maioria das mulheres depois de sua identificação não tiveram mais contato com a polícia, conseguindo escapar de novos registros.

A relação de meretrizes com membros das mais diversas classes sociais e a presença de casas e pensões no meio do centro urbanizado da cidade denota sociabilidades e práticas que escapavam a limites rígidos impostos por falas moralistas. A documentação que fazia questão de identificar e retratar as mulheres que escapavam as normas configura a forma encontrada para categorizá-las e estabelecer identidades através do controle das trajetórias individuais e das relações sociais.

O trabalho de Maria Ignês Mancini de Boni já abordava o tema dos indivíduos da *mala vida*, incluindo as prostitutas, da mesma forma que outras pesquisas realizadas posteriormente e que, no contexto paranaense, contribuíram para pensar a criminalidade, a contravenção e o aparato policial enquanto objetos de estudo da História. A atual pesquisa busca contribuir com este quadro através da análise da presença da prostituta enquanto um incômodo a parcela da população que lutava contra a falta de barreiras fixas e claras entre uma sociedade de bem e a marginalidade. Ao contrário de uma parcela significativa das pesquisas cujo tema era a prostituição e o meio urbano no começo do século, o foco principal não é a medicina e os seus programas de sanitarismo social. Apesar das iniciativas médicas não estarem completamente alheias a ação da instituição policial, o objetivo principal era compreender a prostituição enquanto um fator de desordem pública que a aproximava da Polícia e colocava o grupo de meretrizes nos mesmos quadros que contraventores e criminosos.

A aproximação entre a prostituição e outros grupos de comportamentos antissociais não foi feito apenas pelo controle policial, mas sim, refletia interações que aconteciam nas ruas e casas da cidade. Apesar da intermediação dos discursos jornalístico e oficial, este trabalho buscou pensar o outro lado do urbano. Toda uma rede de interações dos mais diversos tipos, pacíficas ou conflituosas, comerciais ou íntimas, que aconteciam de forma paralela nas noites curitibanas. Procurei, para colaborar com uma espécie de mapeamento do submundo curitibano que se verifica na historiografia recente, apontar espaços como travessas que continham casas de tolerância, bordéis e botequins e pensar as formas de interação que ocorriam nestes lugares sempre enfatizando a figura da prostituta no processo, especialmente

aquelas que haviam tido contato com a instituição policial. Como citado anteriormente, pensar uma “Curitiba marginal” contribui para complementar a memória do que foi e do que é o meio urbano.

Outra colaboração da pesquisa foi enfatizar, através da análise da documentação, a posição ativa dos sujeitos pertencentes as classes perigosas especialmente nas interações com o poder. No caso do estudo da prostituição a ênfase neste elemento torna-se ainda mais relevante devido a tendência corrente de classificá-las como vítimas de sua condição. Ter acesso aos prontuários foi um privilégio neste sentido. As fotografias, em especial, permitiram em função das características próprias deste tipo de documento, uma análise que privilegiasse as expressões subjetivas, escolhas pensadas e impulsivas das meretrizes, que permitiram o acesso, mesmo que breve, a estes sujeitos históricos. Pensar a respeito das escolhas pessoais (em especial em relação as suas vestimentas) foi uma forma de conjecturar a respeito do cotidiano das meretrizes no meio urbano, mas o fator que realmente se destaca são as expressões subjetivas diante da câmara fotográfica e da instituição policial que, metaforicamente, representam a modernidade e o espaço urbano. Se aproveitando da ocasião do registro fotográfico, que deveria enquadrar as mulheres sobre uma legenda que as definia oficialmente como meretrizes, nos rápidos segundos em que as fotografias foram feitas elas acabaram demonstrando suas emoções diante daquela situação e se expressando através do seu rosto. A ironia é que eram justamente os detalhes do rosto que motivavam o uso da fotografia como parte significativa na identificação enquanto dispositivo do poder.

É relevante explicar que ter o privilégio de trabalhar pela primeira vez com um conjunto documental tão rico como os prontuários de identificação também tem as suas inconveniências, e uma delas é a impossibilidade de explorar todo o potencial da documentação. A relativa falta de trabalhos sobre a prostituição em Curitiba no período contribui para que o número de possibilidades não exploradas seja ainda maior. A primeira e mais evidente é a possibilidade de uma análise que privilegie a perspectiva de gênero sobre a criação dos prontuários, afinal se trata de uma relação conflituosa entre homens e mulheres e este aspecto é de relevância primordial. Busquei, ao longo da pesquisa, dialogar com trabalhos da área, mas existe potencial para a realização de uma análise que priorize a questão.

Outra possibilidade de trabalho é um mapeamento da Curitiba marginal articulando os vários grupos que interagem nestes ambientes. A Delegacia de Costumes também mereceria um trabalho a parte devido a sua função de repressão a comportamentos considerados desviantes. Além de vigiar os grupos que se opunham as ideologias da família e do trabalho formal burguês e mantinham uma relação próxima com a criminalidade, a repartição era

responsável pelo controle dos espaços de *diversões públicas*, possuindo certa influência nas expressões artísticas. Apesar dos poucos anos de atuação da Delegacia, ela seria a origem da uma vigilância do comportamento que se estenderia a toda sociedade na forma de uma Delegacia de Segurança Pessoal.

Por fim, gostaria de retomar o tema da fala da prostituta, sobre o qual comentei na introdução do trabalho e que está representado por alguns sucessos no mercado editorial, mas também, pelas conquistas das mulheres que exercem a atividade. Busquei com este trabalho contribuir da melhor forma com os estudos na área da História sobre o tema e que o situam em diferentes períodos e espaços. Especialmente, aqueles que pensam a prostituta como sujeito histórico. Acredito que o conjunto destes trabalhos possibilite reafirmar a posição da prostituta enquanto parte ativa de diversos processos históricos; nesta pesquisa, em especial, busco enfatizar como ela, com suas roupas chamativas e comandando o som da vitrola, fazia parte da paisagem urbana curitibana no começo do século.

REFERÊNCIAS

1 - Fontes

a) Prontuários de identificação

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 2 de Helena B.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 4 de Julieta C.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 6 de Ernestina I.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 13 de Maria S. L.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 14 de Emília S.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 15 de Francisca Z.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 17 de Brasília M. F. W.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 18 de Antonieta D.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 24 de Maria A. de A.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 41 de Horaide N.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 43 de Izaura B. C.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 131 de Alayde da S.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 185 de Izabel G.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 200 de Ivone G.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 252 de Elsa R.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 263 de Maria do C. C.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 301 de Aline F.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 334 de Marina N.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 10374 de Antonieta K.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 10742 de Nívia dos S. C.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 10759 de Josephina A.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 10793 de Leocádia S.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 10835 de Iracema de M.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 10888 de Francisca de O. C.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 11041 de Maria S.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 11091 de Anna L.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 11471 de Veronica O.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 11535 de Joaquina F.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 11664 de Josephina A. das N.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 11667 de Otília de S.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 11668 de Albertina M.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 11827 de Mathilde das N./Marina V.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 11899 de Ilda V.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 11981 de Rosa M.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 12002 de Francisca R./Ana R. N./Anita N. R.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 12021 de Victória S.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 12022 de Maria das D. V.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 12103 de Inah O./Iracema de O.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 12694 de Julia M.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 12888 de Maria F. O.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 13039 de Maria N. F.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 13218 de Angela O.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 13330 de Herminia dos S.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 13487 de Dinorah B. ou Aurentil B.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 14752 de Maria dos S./Iracema F./Margarida B.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 15966 de Maria L./Marieta L.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 16013 de Joaquina de A.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 16220 de Ida F.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 16387 de Thereza C.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 16701 de Helena Q.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 16708 de Maria P.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 16753 de Maria H. M.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 16758 de Maria J. de S./Julia M.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 16766 de Rosa C./ Rosa O.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 16809 de Alice P. D.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 18169 de Maria de L. M.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 18184 de Dolores S. G.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 46257 de Anastacia B.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario sem numeração de Neuza L.

b) Periódicos e revistas

ALMOCREVE. *As espeluncas*. In: O Paraná, 10 de julho de 1910. p. 3-4.

CAYOBÁ, J. *O Hotel*. In: O Paraná, 20 de fevereiro de 1911, p. 3-4

DIÁRIO DA TARDE. *Amor infeliz*. 27 de agosto de 1937, p. 1, 8.

DIÁRIO DA TARDE. *Amor infeliz*. 28 de agosto de 1937, p. 1.

DIÁRIO DA TARDE. *Nem ellas escapam...* 07 de janeiro de 1932, p. 8.

DIÁRIO DA TARDE. *O Gabinete Anthropometrico*. 17 de maio de 1905, p. 1.

GAZETA DO POVO. "*Cabaret Triangulo*". 05 de agosto de 1931, p. 4.

GAZETA DO POVO. *Comadres briguentas*. 19 de julho de 1928, p. 8.

GAZETA DO POVO. *Combater a syphilis é um dever de patriotismo*. 29 de agosto de 1928, p. 2.

GAZETA DO POVO. *Como se resolve a localização do meretrício*. 01 de junho de 1930, p. 1.

GAZETA DO POVO. *Curitiba, cidade despolicuada*. 19 de julho de 1928, p. 1.

GAZETA DO POVO. *E' boa!...* 06 de abril de 1930, p. 3.

GAZETA DO POVO. *Em meio a deficiência policial, a camaradagem dos malandros*. 22 de agosto de 1928, p. 1.

GAZETA DO POVO. *Em prol do saneamento social*. 04 de agosto de 1928, p. 1, 3.

GAZETA DO POVO. *Ensopada de sangue uma pensão alegre!* 27 de agosto de 1937, p. 1.

GAZETA DO POVO. *Ensopada de sangue uma pensão alegre*. 28 de agosto de 1937, p. 1-2.

GAZETA DO POVO. *Guardas civicos espancam barbaramente uma mulher*. 29 de julho de 1928, p. 2.

GAZETA DO POVO. *Não quis pagar a despeza*. 04 de agosto de 1928, p. 6.

GAZETA DO POVO. *O complexo problema da localização do meretrício quando será resolvido em Curitiba?* 18 de dezembro de 1928, p. 3.

GAZETA DO POVO. *O que a Gazeta viu na tarde chuvosa de ontem*. 31 de julho de 1928, p. 3.

GAZETA DO POVO. *Quando ha estrelas no céu e calor sobre a terra...* 19 de outubro de 1928, p. 1, 3.

GAZETA DO POVO. *Remodelando a nossa Polícia Civil*. 30 de agosto de 1928, p. 1, 3.

GAZETA DO POVO. *Uma grande obra de saneamento moral e social*. 10 de abril de 1928, p. 2.

GAZETA DO POVO. *Uma visita à zona*. 03 de dezembro de 1989, sem paginação.

c) Legislação, decretos, regulamentos e relatórios oficiais

BRASIL. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acesso em agosto de 2016.

BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em outubro de 2016.

ESTADO DO PARANÁ. Decreto n. 378, de 20 de junho de 1908. Regulamento do Gabinete de Identificação e Estatística.

Relatório apresentado ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública do Paraná, Dr. Enéas Marques dos Santos, pelo Chefe de Polícia, Lindolpho Pessoa da Cruz Marques. Curitiba: Typographia da Penitenciária do Estado, 1916.

Relatório apresentado ao Dr. José Pinto Rebello, Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, pelo Chefe de Polícia, Dr. Arthur Ferreira dos Santos, 1928.

Relatório apresentado ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública do Paraná, Dr. Eurípedes Garcez do Nascimento, pelo Chefe de Polícia, Tenente Coronel Silvio van Erven. Curitiba: Typographia da Penitenciária do Estado, 1933.

d) Outras fontes

BARRETO, Octávio de Sá. *O automóvel n. 117...e outras novellas*. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1925 (Novella Mensal n. 1).

FERRERO, William; LOMBROSO, Cesare. *The female offender*. D. Appleton & Co.: Nova York, 1898.

MORAES, Evaristo. *Ensaio de patologia social*. Rio de Janeiro: Grande Livraria Editora, 1921.

MOTTA, Cândido. *Prostituição. Polícia de Costumes. Lenocínio*. Revista da Faculdade de Direito de São Paulo, v. 5, 1897. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo. ISSN 2318-8227. In: <http://www.revistas.usp.br/rfdsp/article/view/64953/67565>.

2 - Referências bibliográficas

ADLER, Laure. *Os bordéis franceses, 1830-1930*. Tradução: Eliane Fitippaldi Pereira e Kátia Maria Orberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In: *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Tradução: Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Abril Cultural/Editora Brasiliense, 1985.

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

BENATTI, Antonio Paulo. *O centro e as margens: prostituição e vida boemia em Londrina (1930-1960)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica*. Disponível em: http://www.ufpr.br/obec/assets/acervo/arquivo/benjamin_reprodutibilidade_tecnica.pdf. Acesso em fevereiro de 2016.

BENVENUTTI, Alexandre Fabiano. *As Reclamações do Povo na Belle Époque: a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909-1916)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, 2004.

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BONI, Maria Ignês Mancini de. *O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

BURCOWSKI, Marilis; FEITOSA, Samara; TOKARSKI, Célia Regina. *Contradições de uma sociedade: condutas desviantes e prostituição em Curitiba, de 1910 a 1916*. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Paraná, 1988.

CANCELLI, Elizabeth. *A cultura do crime e da lei*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Tradução: Elizabeth de Avelar Solano Martins. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

CRARY, Jonathan. A visão que se desprende: Manet e o observador atento no fim do século XIX. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. *O cinema e a invenção da vida moderna*. Tradução: Regina Thompson. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

CRARY, Jonathan. *Técnicas do observador: visão e modernidade no século XIX*. Tradução: Verrah Chamma. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2014.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da. *Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na “Belle Époque”*: a medicalização do crime. Tradução: Regina Grisse de Agostino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução: Peter Pal Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

ENGEL, Magali Gouveia. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

ESTEVEES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FERLA, Luis Antonio Coelho. *Feios, sujos e malvados sob medida: do crime ao trabalho, a utopia médica do bio-determinismo em São Paulo (1920-1945)*. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo, janeiro de 2005.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução: Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: *Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV*. Tradução: Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 203-222.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: o curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Alburquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003.

GRUNER, Clóvis. *Paixões torpes, ambições sórdidas: transgressão, controle social, cultura, e sensibilidade moderna em Curitiba, fins do século XIX e início do XX*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, 2012.

GUIMARÃES, Valéria. *Sensacionalismo e modernidade na imprensa brasileira no início do século XX*. ArtCultura, Uberlândia, v. 11, n.º 18, jan/jun. 2009, p. 227-240.

KARVAT, Erivan. *A sociedade do trabalho: discursos e práticas de controle sobre a mendicância e a vadiagem em Curitiba, 1890-1930*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

KLÜPPEL, Cristina Carla; LAMB, Roberto Edgar. *A prostituição em Curitiba (1917-1920)*. Monografia (Graduação). Universidade Federal do Paraná, 1988.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. *Negros no estúdio fotográfico*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

LAMB, Roberto Edgar. *Uma jornada civilizadora: imigração, conflito social e segurança pública na província do Paraná*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

MARÍN, Ricardo Campos. Los fronterizos del delito. Las relaciones entre crimen y mala vida en España e Argentina a comienzos del siglo XX. In: MIRANDA, Marisa. SIERRA, Álvaro Girón. *Cuerpo, biopolítica y control social: América Latina y Europa en los Siglos XIX y XX*. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana, 2009.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitações e vizinhanças: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MAUAD, Ana Maria. *Através da imagem: fotografia e história interfaces*. Revista Tempo. Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 2, 1996, p. 73-98.

MAZZIEIRO, João Batista. *Sexualidade criminalizada: prostituição, lenocínio e outros delitos – São Paulo 1870/1920*. São Paulo: Revista Brasileira de História, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000100012&script=sci_arttext. Acesso em agosto de 2015.

PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PEREIRA, Ivonete. *“As decaídas”: prostituição em Florianópolis (1900-1940)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PILLOTO, Osvaldo. *Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)*. Curitiba: Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1976.

RAGO, Margareth. *O efeito-Foucault na historiografia brasileira*. Revista Tempo Social. São Paulo, vol. 7, n.º 1-2, outubro de 1995, p. 67-82.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SALDANHA, Terezinha. *O comércio do prazer: prostituição em Guarapuava (1945-1964)*. Guarapuava: Unicentro, 2013.

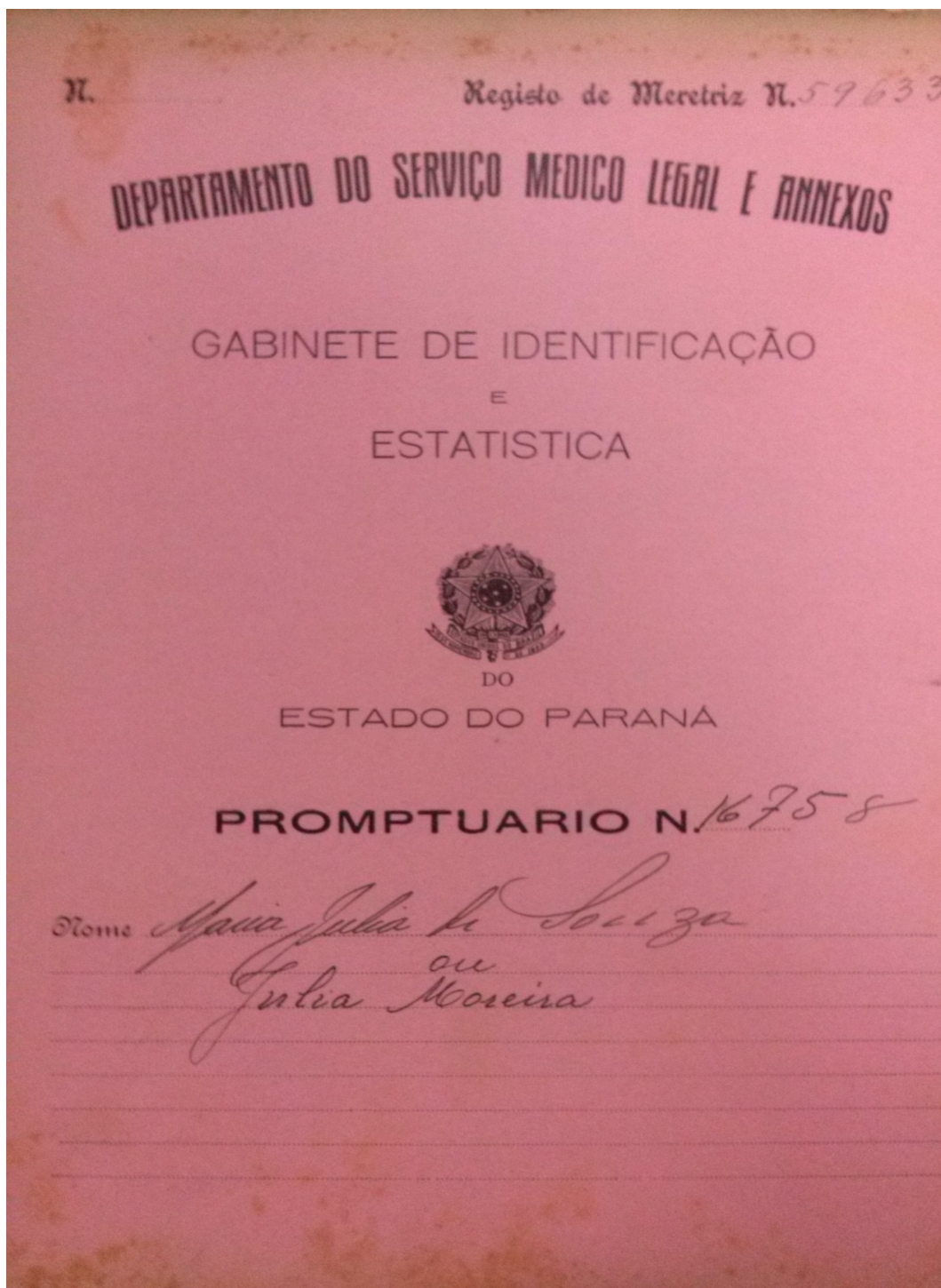
SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Tradução: Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Mario Bezerra da. *Profissionais do sexo e o Ministério do Trabalho*. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XI, n. 59, nov 2008. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5233>. Acesso em agosto 2015.

SIMILI, Ivana Guilherme. *Memórias trajadas: roupas e sentimentos no diário íntimo de uma prostituta*. Revista Clio: Revista de Pesquisa em História, Recife, Editora Universitária da UFPE, n. 30, julho/dezembro 2012. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/240/173>.

SINGER, Ben. Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. *O cinema e a invenção da vida moderna*. Tradução: Regina Thompson. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

CADERNO DE IMAGENS**Foto 1**

Capa do prontuário de Maria J. de S./Julia M. In: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 16758 de Maria J. de S./Julia M.

Foto 2

Registo de 59633 N.º 59633

NOME Maria Julia de Souza 2-002113-1081

VULGO _____



Photographia tirada em, _____



Photographia tirada em, _____

Parte superior da primeira página do prontuário contendo as informações do nome, vulgo e as fotografias. In: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 16758 de Maria J. de S./Julia M.

Foto 3











Photographia tirada em, 20 de junho de 19 35

QUALIFICAÇÃO		CARACTERES CHROMATICOS ETC.	
Filha de	<u>Antonio S. Souza</u>	Côr	<u>Amarela</u>
	e de <u>Felestinia</u>	Olhos	<u>Verdes escuros</u>
	<u>Horacio S. Souza</u>	Cabellos	<u>Verdes</u>
Nacionalidade	<u>Paraguaya</u>	Altura 1 e	<u>48 cms</u>
Naturalidade	<u>Santa Catharina</u>	Rosto	
Nascida em,	<u>1</u> de <u>Julho</u> de 19 <u>14</u>	Mão direita	
Estado civil	<u>casada viz. e. t. t. t. t.</u>	Mão esquerda	
Instrução	<u>ma. t. t.</u>		
Promptuario feito em <u>20</u>			
de <u>Junho</u> de 19 <u>35</u>			

Parte inferior da primeira página contendo a Qualificação e os Caracteres Cromáticos. In: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 16758 de Maria J. de S./Julia M.

Foto 4

Artificado de montagem

Policia do Estado do Paraná Gabinete de Identificação SISTEMA VUCETICH CURITIBA	SERIE MÃO DIREITA						
	SEÇÃO MÃO ESQUERDA						
		POLLEGARES	INDICADORES	MEDIOS	ANULARES	MINIMOS	

Handwritten numbers above fingerprints: 1, 3, 3, 3, 3 (above right hand); 1, 1, 2, 2, 2 (above left hand).

Cartão com impressões digitais. In: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 16758 de Maria J. de S./Julia M.

Foto 5

Photographia tirada em, de de 19.....

QUALIFICAÇÃO	CARACTERES CHROMATICOS ETC.
Filha de <i>Biti Lazaroto</i>	Côr <i>Branca</i>
..... e de <i>D. Lucia</i>	Olhos <i>castanhos medios</i>
<i>Razoto</i>	Cabellos <i>escuros</i>
Nacionalidade <i>Napolitana</i>	Altura <i>1^m e 41 cms.</i>
Naturalidade <i>Napolis</i>	Rosto <i>Leve no mento; com</i>
Nascida em <i>12 de Dezembro</i> de 1912	<i>signaes de varicella</i>
Estado civil <i>Viúva</i>	Mão direita <i>Signal de queima</i>
Instrução <i>Não tem</i>	<i>dura no dorso da mão</i>
Promptuario feito em <i>12</i>	Mão esquerda <i>bic. vertical de 1/2 cm.</i>
de <i>Novembro</i> de 1934	<i>na 2.ª art. do minimo; com signaes</i>
	<i>de varicella.</i>

Descrição completa de sinais particulares de no rosto e nas mãos. In: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 15966 de Marieta L./Maria L.

Foto 6

REGISTO GERAL 59133³

NOME *Ida Fontoura* VULGO

FOTOGRAFIA NÚMERO
8-002113-0105

QUALIFICAÇÃO

Filho de *Roberto Fontoura*, e de *Ida Fontoura*

Parte superior de prontuário diferenciado. In: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 16220 de Ida F.

Foto 7

QUALIFICAÇÃO			
Filho de	Roberto Fontoura	e de	Ida F. Jonina
Alves	nacionalidade Brasileira	naturalidade	Dist. de Colônia
idade	24 anos	estado civil	solteiro
nascido em	25 de dezembro	de 1910	profissão
atual	Paraná - Curitiba	instrução	na terra
domicílio anterior			
RETRATO FALADO			
Fronte	convexa reta	Boca	normal
Sobrancelhas	obliquas interna	Labios	grossos
Palpebras	descoladas	Queixo	patente
Nariz	reto	Orelhas	normais baixas
Constituição	frágil	Dentes	bons
		Vós	normal
		Alt. 1 m.	50 cm
NOTAS CROMATICAS			
Côr	morena	Cabelos	casto-escs
		Olhos	casto-escs

Retrato falado em formato diferenciado de prontuário. In: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 16220 de Ida F.

Segunda página do prontuário que disponibiliza as informações à respeito de parentes das meretrizes. In: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 6 de Ernestina I.

Foto 9

Aspecto social na vida ordinaria *Baixa*
Qual o nome do marido? *me' Maria*
E disquitada, ou separada? *separada*
Ha quanto tempo abandonou o lar? *a. 2 dias*
Quando aqui chegou? *2 dias*
Quaes as ultimas localidades em que residiu? *Campo Largo*

Detalhe da parte superior da segunda página do prontuário. In: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 16758 de Maria J. de S./Julia M.

Foto 11

DOMICILIOS						
DATA		RUA	Numero	DATA		RUA
Mez	Anno			Mez	Anno	
20	935	Rua Cristina	49	2	935	Rua Cristina
17	12	Rua Trany	47			Rua Trany

Registro de endereços. In: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná.
 Promptuario n. 16758 de Maria J. de S./Julia M.

Foto 12

Registro de

NOME *Nahir de Souza*

VULGO

FOTOGRAFIA NUMERO 6-002108-1019

Quando aqui chegou?

Quais as ultimas localidades em que residiu?

PARANTES

Photographia tirada em,

Photographia tirada em,

Detalhe da fotografia. In: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná.
Promptuario n. 11555 de Nahir de S.

Foto 13

Registro de N.º 131 - C

NOME *Alayde Silva*

VULGO

5-012585-0487



Photographia tirada em, *11/1/929*

Photographia tirada em, _____

Detalhe da fotografia. In: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná.
Promptuario n. 131 de Alayde S.

Foto 14

Registro de N.º 200

NOME *Ivone G. Guimarães*

VULGO

8-012585-0525



Photographia tirada em, 8/2/929

Photographia tirada em, /

Detalhe da fotografia. In: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná.
Promptuario n. 200 de Ivone G.

Foto 15

Registro de N.º 53.852

NOME *Chirine dos Santos Coimbra*

VULGO —

FOTOGRAFIA NÚMERO 9-002103-1727



PARARENTES

Photographia tirada em, 9/12/73/

Photographia tirada em,

Detalhe da fotografia. In: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná.
 Promptuario n. 10742 de Nívia dos S. C.

Foto 16

Filho de João Mello, e de Sebastião
Mello, nacionalidade Brasileira, naturalidade Paraná
 idade 19 anos, estado civil solteiro, profissão construtor
 nascido em 5 de Maio de 1916, instrução não tem
 atual _____, domicílios anteriores _____

RETRATO FALADO


Fronte reta Boca reta
 Sobrancelhas obliquas separadas Labios miúdos
 Palpebras abertas Queixo saliente
 Nariz reto Orelhas normais
 Constituição robusta Dentes estragados Vós baixos Alt. 1 m, 1,65m

NOTAS CROMATICAS

Côr branca Cabelos castanhos Olhos castanhos
 Bigode _____ Barba _____

SINAIS PARTICULARES, CICATRIZES E TATUAGENS

Rosto: sem sinais e tatuagens



Detalhe da fotografia. In: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná.
 Promptuario n. 46257 de Anastacia B.

Foto 17

Registro de N.º 54179

NOME *Anna Lepistö*

VULGO

0-002109-1957





Photographia tirada em,.....

Photographia tirada em,.....

Detalhe da fotografia. In: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná.
Promptuario n. 11091 de Anna L.

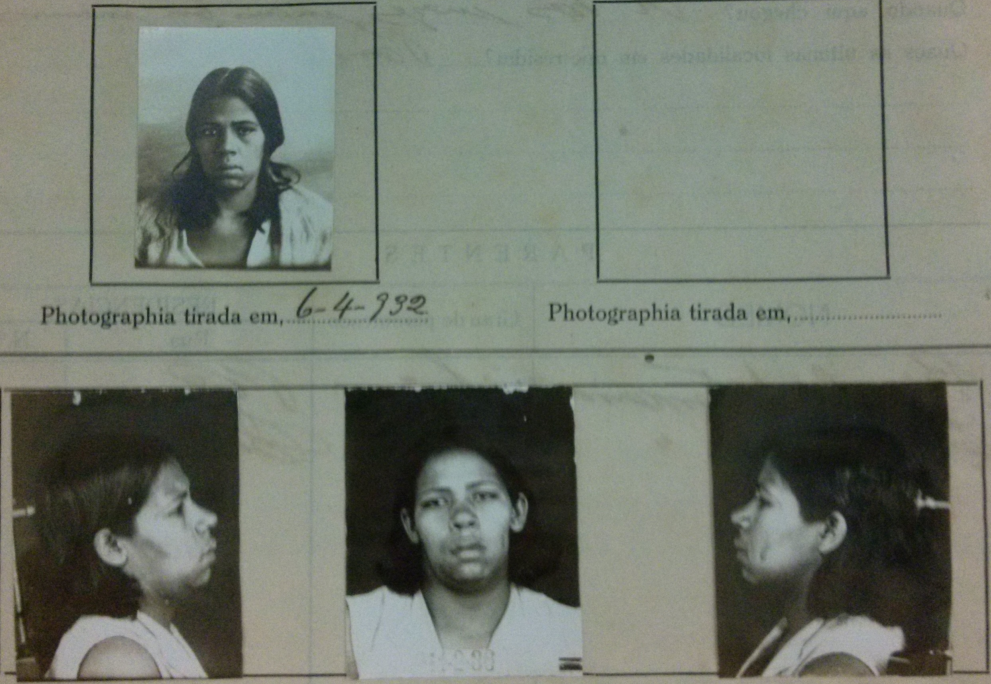
Foto 18

NOME Joaquina Ferreira
VULGO

6-002108-0985

Photographia tirada em, 6-4-932 Photographia tirada em,

Photographia tirada em, de de 19


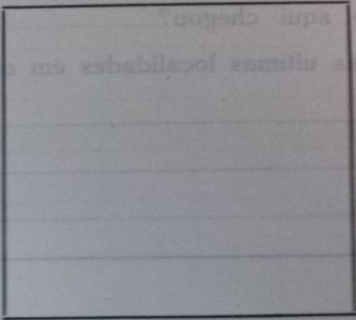
The image shows a vintage identification card for Joaquina Ferreira. At the top, the name 'Joaquina Ferreira' is handwritten in cursive. Below it, the word 'VULGO' is followed by a blank line. To the right, a yellow stamp contains the number '6-002108-0985'. The card features a frontal black and white portrait of a woman with dark hair, wearing a light-colored shirt. Below this portrait, the text 'Photographia tirada em, 6-4-932' is printed. To the right of the frontal portrait is a blank rectangular box. Below the frontal portrait and the blank box are three black and white profile photographs of the same woman, facing left, middle, and right. Below these three profile photos, the text 'Photographia tirada em, de de 19' is printed, with blank lines for the date.

Detalhe da fotografia. In: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná.
Promptuario n. 11535 de Joaquina F.

Foto 19




VULGO.....

FOTOGRAFIA NÚMERO 3-002126-1997

Photographia tirada em,.....

Photographia tirada em,.....

Photographia tirada em, 2 de Outubro de 1935

Detalhe da fotografia. In: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná.
 Promptuario n. 11535 de Joaquina F.

Foto 20



Detalhe da fotografia. In: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná.
Promptuario n. 11668 de Albertina M.

Foto 21

Registo de N.º 185-c

NOME *Izabel Junca dos*

VULGO

2-012585-0595



Photographia tirada em, 19-4-29

Photographia tirada em,

Detalhe da fotografia. In: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná.
Promptuario n. 185 de Izabel G.

Foto 22

Registo de N.º 61006-2

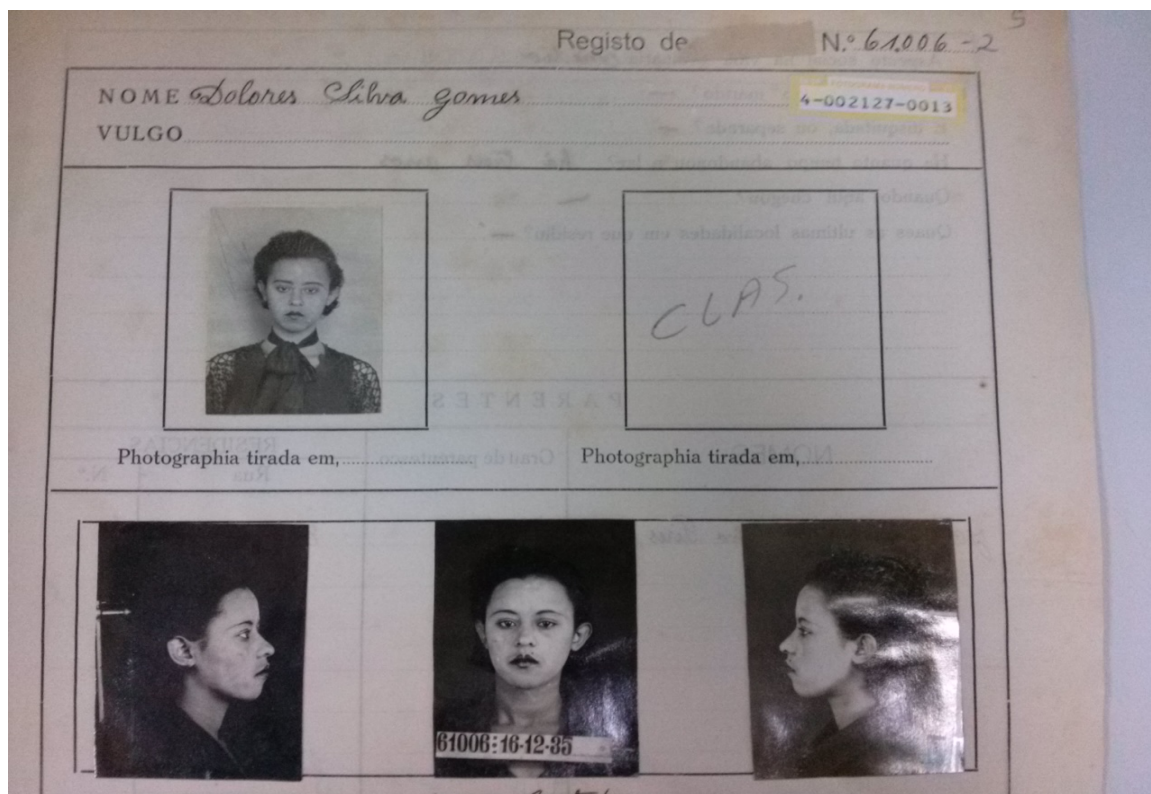
NOME *Dolores Silva gomes* 4-002127-0013

VULGO

CLAS.

Photographia tirada em,..... Photographia tirada em,.....

61006:16-12-35



Detalhe da fotografia. In: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná.
Promptuario n. 18184 de Dolores S. G.

Foto 23

Registro de Meretriz N.º

NOME *Iracema de Miranda*

VULGO

9-002103-



Photographia tirada em, *18/XII/93/*



Photographia tirada em,

Detalhe da fotografia. In: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná.
Promptuario n. 10835 de Iracema de M.


Foto 24

Registo de [REDACTED] N.º 53.524.

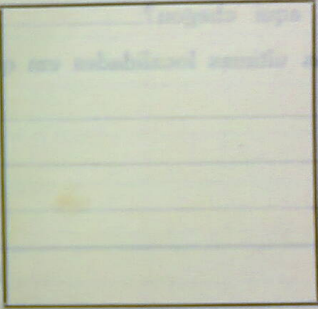
NOME *Antonieta Kischewski*

VULGO *[illegible]*

4-002103-1061



Photographia tirada em,



Photographia tirada em,

Detalhe da fotografia. In: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná.
Promptuario n. 10374 de Antonieta K.

Foto 25

Registro de N.º 4226

NOME Marina Muro

VULGO

7-002103-0027



Photographia tirada em, 8/7/1911 Photographia tirada em,

Detalhe da fotografia. In: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná.
Promptuario n. 334 de Marina M.

Foto 26

Registo de N.º 56667

NOME Dinorah B. Bouda Lige
VULGO Dugistro

9-002110-1579

Chape 111128

Photographia tirada em, 22-6-53

Photographia tirada em,

Detalhe da fotografia. In: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná.
Promptuario n. 13487 de Dinorah B.

Foto 27

Registro de [redacted] N.º 55.261

NOME Maria dos Anjos Vieira

VULGO _____

FOTOGRAMA NÚMERO
1-002109-025



Photographia tirada em, 15-10-38

Photographia tirada em, _____

Detalhe da fotografia. In: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná.
 Promptuario n. 12022 de Maria dos

Foto 28

Registo de : N.º 29

NOME *Elsa Ramo*

VULGO

1-012585-0329

Photographia tirada em *15-1-990*

Photographia tirada em,



Detalhe da fotografia. In: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná.
Promptuario n. 252 de Elsa R.

TABELAS

1. Identificação por cor da pele nos prontuários

Morena	360	37,61%
Morena escura	3	0,31%
Morena clara	33	3,44%
Preta	11	1,14%
Parda	37	3,86%
Branca	504	52,66%
Duas identificações diferentes	8	0,83%
Sem preenchimento	1	0,10%

2. Idade das meretrizes no momento do primeiro registro

14-20	176	18,39%
21-25	583	60,91%
26-30	128	13,37%
31-35	42	4,38%
36-40	12	1,25%
41-60	5	0,52%
Ignora	11	1,14%

3. Nacionalidade das meretrizes registradas

Brasileira	894	93,43%
Italiana/Napolitana	7	0,74%
Alemã	15	1,58%
Uruguaia	2	0,20%
Polonesa	8	0,83%
Francesa	14	1,46%
Espanhola	3	0,31%
Luso-hamburguesa	1	0,10%
Argentina	2	0,20%
Russa	3	0,31%
Inglesa	2	0,20%
Austríaca	1	0,10%
Suíça	1	0,10%
Paraguaia	1	0,10%
Portuguesa	1	0,10%
Romênia	1	0,10%
Ucraniana	1	0,10%

4. Estado civil das meretrizes registradas

Solteira	555	57,99%
Casada	312	32,60%
Viúva	89	9,29%
Sem informação	1	0,10%

MAPA

